



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

LUCAS SOUTO MAIOR GONÇALVES DE CARVALHO

LUTA PELO FUTURO:
o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)

Recife
2019

LUCAS SOUTO MAIOR GONÇALVES DE CARVALHO

LUTA PELO FUTURO:

o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura e Memória

Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C331l Carvalho, Lucas Souto Maior Gonçalves de.
 Luta pelo futuro : o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963) / Lucas
 Souto Maior Gonçalves de Carvalho. – 2019.
 225 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.
 Inclui referências e apêndice.

 1. Brasil - História. 2. Brasil, Nordeste – História. 3. Economia. 4.
 Desenvolvimento econômico. 5. Economistas. 6. SUDENE. I. Teixeira, Flávio
 Weinstein (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-117)

LUCAS SOUTO MAIOR GONÇALVES DE CARVALHO

LUTA PELO FUTURO:

o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em: 17/04/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Raphael Pires Feldhues (Examinador Externo)

Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão

*Para André,
que a sua procura continue ardendo*

AGRADECIMENTOS

Uma jornada tão conturbada e difícil não teria sido completada se eu me visse totalmente sozinho. O mérito individual nunca é absoluto, e me vejo na necessidade de nomear, com justiça, aqueles que mais e melhor me apoiaram nesses anos em que mergulhei neste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Giovana e Eraldo, pelo suporte costumeiro, assim como a minha vó Socorro, que não se faz mais presente em corpo, mas que continua em nossas vidas por meio do amor que dispensava a todos e ainda sobrevive.

Gostaria de agradecer a Flávio Weinstein, meu orientador desde a graduação, por sempre dar apontamentos necessários e pertinentes durante a escrita dos meus trabalhos, todo o tempo se mostrando disponível e respeitando minhas diretrizes teóricas e estilos de escrita. Também agradeço aos demais professores que me seguiram nessa jornada, em especial a Christine Dabat, pelo grande incentivo que me deu na graduação; a Antônio Paulo Rezende, pelas leituras mágicas que nos proporcionou durante o mestrado; a Ricardo Santiago, por seus comentários eficazes desde a defesa da minha monografia; e a Marcos Costa Lima e Paulo Raphael Feldhues, pelas ótimas críticas que já fizeram a este trabalho que se encontra completo. Também não posso esquecer dos professores que me serviram de modelos durante minha época em colégio, como Filipe, Sérgio e Katilini, com seus jeitos leves de dar aula.

Fui privilegiado por contar também com amizades que, mesmo não sendo muitas, valem mais pela qualidade com que sempre me tratam. Quero agradecer em especial a Luana, por sempre estar disponível para compartilhar besteiras; a Chico, por ser o melhor presente que a faculdade me proporcionou; a Cláudio, Tiago e Elias, pela irreverência com que montamos uma banda do nada e que, mesmo não chegando a lugar nenhum, certamente iluminou meus dias; a André, pelas eternas gargalhadas que ficarão gravadas em minha memória. Também quero agradecer aos amigos do mestrado, que tornaram menos estressante esse cotidiano, como Ghita, Dario, Karla, Yves e Lorena.

Por fim, quero agradecer à melhor coisa que me aconteceu nos últimos tempos: Gabrielle. Obrigado pelo amor que me tem inconsequentemente dado e por ter tornado minha vida muito mais prazerosa, além de ter aceitado a tarefa de ler esse exageradamente extenso trabalho. Você é o Tu da minha vida, meu sonho, meu destino, meu eterno desejo. Eu te amo.

RESUMO

O presente trabalho busca tratar de uma complexa relação que se estabeleceu entre dois aspectos do Brasil do século XX: o Nordeste, enquanto região-problema, e o desenvolvimentismo, enquanto fenômeno histórico que emprestou à realidade nacional um certo ar redentor. Para entendermos em que sentido essas duas faces se retroalimentaram, procuraremos enxergar, através dos economistas desenvolvimentistas - intelectuais em ascensão no período - e suas respectivas atuações, como o desenvolvimentismo foi sendo formado como uma alternativa viável para o futuro brasileiro, sustentando novas políticas para o Nordeste, ao mesmo tempo que este, visto como uma bomba-relógio, foi um alicerce fundamental para a sobrevivência da própria justificativa desenvolvimentista nesse período.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Nordeste. Economistas. Sudene.

ABSTRACT

This work aims to analyze a complex relation which was established between two aspects of 20th-century Brazil: the Northeast region, as a “problem-region”, and the developmentalism, as a historical phenomenon which brought to the national reality a redeemer feeling. To understand in which sense these two aspects fed each other, we will try to see, through developmentalist economists - rising intellectuals in this period - and their respective procedures, how developmentalism was being formed as a viable alternative to Brazilian future, sustaining new policies in the Northeast, at the same time that this region, seen as time bomb, was a fundamental foundation to the survival of the developmentalist justification.

Keywords: Developmentalism. Northeast. Economists. Sudene.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Número de ocorrências do termo “desenvolvimentismo” em cada jornal, por ano	33
Quadro 2- Número de projetos de crédito industrial recebidos pelo BNB, por ano	158
Quadro 3- Número de bolsas de pesquisa ou treinamento dadas pelo BNB aos seus servidores, e principais instituições de destino, por ano	160
Quadro 4- Número de benefícios fiscais concedidos pela Sudene, entre 1960 e 1963	195
Quadro 5- Distribuição dos benefícios fiscais entre os estados da área de atuação da Sudene, entre 1960 e 1963	197

LISTA DE SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
Cepal	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
Codeno	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
Codepe	Comissão para o Desenvolvimento de Pernambuco
CPE	Comissão de Planejamento Econômico da Bahia
CSN	Congresso de Salvação do Nordeste
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FCEUR	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCE	Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IEFB	Instituto de Economia e Finanças das Bahia
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DESENVOLVIMENTISMO E O SONHO DA ENGRENAGEM:	
	o futuro nas mãos do desenvolvimento	25
2.1	NOS RASTROS DA PALAVRA	31
2.2	A VISÃO RETROSPECTIVA E OS DIFERENTES PESOS	38
2.3	OS ANOS DE KUBITSCHKE, A AMÉRICA LATINA E OS CLAMORES ETERNOS	49
3	A CIÊNCIA DA PRESSA: o desenvolvimento como propulsor de uma nova economia	57
3.1	O PÓS-GUERRA, A RECONSTRUÇÃO E O NOVO FUTURO	59
3.2	OCUPAR ESPAÇOS: o mote do planejamento no Brasil, os passos do desenvolvimentismo e as percepções da realidade	65
3.3	AS INSTITUIÇÕES E OS ESPAÇOS NA ECONOMIA NACIONAL: legitimação do saber	78
4	PERIGO EM CHÃO RACHADO: a emergência do problema nordestino	96
4.1	OS FLAGELOS, O REGIONALISMO E A IDENTIDADE NORDESTINA	100
4.2	CAMPONESES, MUDANÇAS E REIVINDICAÇÕES: o despertar do problema do desenvolvimento nordestino	106
4.3	DESENVOLVIMENTISMOS ESTADUAIS: movimentos locais de Planejamento.....	110
4.4	DESENVOLVIMENTO EM DEBATE: congressos e a solução estrutural.....	119
5	O ESTADO DAS ARTES DA CIÊNCIA ECONÔMICA NORDESTINA: instituições, indivíduos e interpretações	129
5.1	A ECONOMIA NO NORDESTE: instituições espaçadas	138
5.2	O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL E A SOLIDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTISMO	153
6	DA EUFORIA À MELANCOLIA: Celso Furtado e a Sudene no furacão desenvolvimentista nordestino	165
6.1	A CRIAÇÃO DA SUDENE E O REARRANJO DE FORÇAS	171
6.2	CONTRA A MARÉ: Sudene em funcionamento	185

7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	206
	APÊNDICE A - POSFÁCIO: As areias da história	220

1 INTRODUÇÃO

Quem passar pelo grande e heterogêneo bairro de Brotas, em Salvador (BA), terá a oportunidade de subir a Ladeira do Acupe, no morro homônimo que abriga boa parte da população mais humilde da capital baiana. Dentre as ruas que cruzam a Ladeira e entrecortam as residências baixas, muitas de tijolo aparente, uma se destaca pela extensão de quase um quilômetro e meio, que liga o pé do morro, onde ainda se vê asfalto e a rua é suficientemente larga para a circulação diária, até uma localidade próxima do cume, onde a via ainda é de terra, com esgoto a céu aberto e pouco espaço para a passagem de pessoas, quiçá automóveis. A citada rua recebe o nome de Professor Rômulo Almeida.

A mais de novecentos quilômetros dali, em João Pessoa (PB), a rua Cleantho de Paiva Leite - via feita de pedras e não tão extensa quanto a soteropolitana - serve de espaço para conjuntos habitacionais populares, no meio do trajeto entre as Universidades Federal da Paraíba (UFPB) e Estadual da Paraíba (UEPB). No Rio de Janeiro (RJ), a pequena rua Jesus Soares Pereira, em Jacarepaguá, serve de espaço para casarões em meio a espaços arborizados, enquanto em Votorantim (SP), a rua Ignácio Rangel, sem saída, comporta pequenas casas em meio a um pequeno morro na cidade. Já no Recife (PE), uma recém-inaugurada via expressa de mais de quatro quilômetros corta a zona sul da cidade com o intuito de desafogar o caótico trânsito do bairro de Boa Viagem, majoritariamente de classe média alta. Embora os habitantes a conheçam como Via Mangue - por conta do cenário que a permeia -, seu nome, na verdade, é Avenida Celso Furtado.

Eternizados nestes logradouros, por vezes significando apenas nomes numa encomenda, estes indivíduos, na verdade, foram economistas que tiveram atuação essencial no Brasil, a partir dos anos 1950, constituindo-se em intelectuais que não só construíram interpretações sobre a condição nacional, como também ajudaram a levar a cabo um fenômeno histórico bastante específico de países como o nosso, nas décadas que sucederam o fim da Segunda Guerra Mundial: o *desenvolvimentismo* - ou seja, a busca redentora pelo desenvolvimento, entendido como um processo de modernização econômica e industrialização planejada, demandando uma maior participação estatal no processo produtivo de cada país.

No caso do desenvolvimentismo brasileiro, salta aos olhos uma especificidade bastante essencial para se entender este processo: ao mesmo tempo que o desenvolvimentismo surge enquanto alternativa de política econômica face à hegemonia liberal, a região Nordeste do país emerge enquanto bomba-relógio, devido à efervescência de movimentos populares - principalmente, as Ligas Camponesas - que eram lidos por parte da sociedade, em meio à

situação paupérrima da região, como um risco subversivo prestes a se concretizar a qualquer momento, com potencial de arruinar a unidade nacional. Desse modo, *desenvolver* o Nordeste cedo passou a significar a necessidade de promover o progresso da região como meio de impedir essa explosão bastante antecipada.

O presente trabalho procura analisar a atuação daqueles economistas supracitados - todos nordestinos - no período de 1955 a 1963; suas localizações institucionais, suas ações e ideias elaborados no Nordeste, sobre o Nordeste e, principalmente, para o Nordeste. Devido ao imperativo do desenvolvimento que se instala nesse período, o campo do saber econômico passa a ter um novo peso simbólico dentro da política nacional, vide sua importância para o tema do desenvolvimento, assim como o Nordeste, enquanto surge como “região-problema”, passa a ser gradativamente alvo das ações relacionadas a esse ideal. O que vemos, pois, nos conceitos econômicos surgidos e incentivados nesses tempos, é a imersão desses economistas num contexto que demandava pressa, aceleração, velocidade para a chegada de algo novo que serviria para a aniquilação de tudo que denotasse “atraso” na estrutura socioeconômica do país. Nesse sentido, o papel desta *intelectualidade desenvolvimentista* servirá de chave de entendimento para procurarmos entender em que medida Nordeste e desenvolvimentismo se retroalimentaram - como a temática do desenvolvimento adentrou a região, e como esta serviu (se serviu) para incentivar a própria consciência desenvolvimentista no país como um todo. Em suma, de que maneira a emergência do problema nordestino foi influenciada pela pressa pelo desenvolvimento, ao mesmo tempo que serviu de justificativa para imprimir mais vontade de aceleração e de mudanças qualitativas ao redor do país.

Para tanto, procuramos trabalhar, majoritariamente, dentro do espectro da história dos intelectuais. Devido às demandas trazidas pelo trabalho, também acabaremos tratando de temas de história social e política, o que não deve causar perda de sentido, já que estes campos são altamente intercambiáveis, valendo ressaltar que a própria categoria de “intelectual”, na acepção moderna, tem muito a ver com o surgimento da história cultural, que se relaciona com a “nova” história política (GOMES & HANSEN, 2016, p. 11).

Dito isto, alguns dos principais conceitos que permeiam o trabalho são o de “campo”, do sociólogo Pierre Bourdieu, segundo o qual o campo seria um espaço simbólico relativamente autônomo em relação ao restante da sociedade e com “leis” próprias, no qual as lutas dos indivíduos nele inseridos representam sua movimentação, por meio de troca de hegemonias, tomadas de posições e espaços de sociabilidade (BOURDIEU, 1996); e o de “controvérsia”, da corrente da *science studies*, que denota que qualquer controvérsia científica não é simplesmente controvérsia de ideias ou teorias, mas sim de espaços e instituições conflitantes, de métodos

científicos diferentes, de sociabilidades distintas e, finalmente, de visões globais de sociedade opostas (SHAPIN & SCHAFFER, 1985 apud CHARTIER, 2016, p. 83). Vale salientar que tais conceitos nos servirão de norte, mas nunca de caixa hermética na qual procuraremos encaixar a realidade - muito pelo contrário. Sabemos muito bem que a ideia de querer que a realidade obedeça a certos parâmetros não passa de um devaneio de Riobaldo.

Ora, enquanto intelectuais, ou seja, “homens de produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente ligados à intervenção político-social” (GOMES & HANSEN, op. cit., p. 10), os economistas desenvolvimentistas construíram sua *identidade* por meio das relações que traçaram com o restante da sociedade

Por um lado, as elites culturais, mesmo quando seja legítimo isolá-las para efeitos de análise, não existem como entidades autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão, pelo contrário, ligadas à sociedade que as rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade. (SIRINELLI, 1998, p. 264)

Tal identidade, para esses indivíduos, teve três *profundidades* principais: uma enquanto brasileiros/nordestinos, pois a busca pelo desenvolvimento fez parte de um movimento de nova identidade nacional e regional; enquanto cientistas, num momento que a própria Economia começou a passar por uma reestruturação acadêmica no país; e enquanto técnicos, trabalhando, em sua maioria, em instituições públicas, embebidos num cotidiano pragmático, voltado para fins específicos, e que exigia certos ideais de “eficiência” e “neutralidade”, em contraponto ao que se entendia como “políticos” - o que não significa que eles não tinham atuação política, bem pelo contrário. Essas três profundidades, então, relacionaram-se para formar tal grupo intelectual: enquanto técnicos “eficientes”, esses indivíduos colocaram-se na luta por um Estado planejador, o que ia de encontro com alguns dos preceitos científicos mais estruturados à época, como o liberalismo. Vale salientar, ainda, a *condição periférica* dessa intelectualidade, que não gozava das mesmas estruturas profissional e de pesquisa que seus pares em países mais ricos. Desse modo, ao lado de uma tarefa tão monumental quanto a modernização do Brasil, esses economistas encontravam-se numa situação bastante precária de falta de recursos (materiais e humanos), que, vez ou outra, freava suas pretensões.

Na busca pela legitimidade desse novo saber, então, passaram a adotar o discurso de que a realidade brasileira, entendida em sua especificidade, demandava novos aportes teóricos, os quais permitiriam, inclusive, a ação estatal em prol da diminuição das desigualdades sociais. Tal tarefa era entendida como a coisa mais “cívica” a se fazer, fazendo parte do ideal nacionalista em voga entre eles - escutar as demandas sociais e procurar atendê-las os tornaria

mais preparados para levar a ciência e o país adiante. Assim sendo, o que se vê, dentro das disputas do campo de Economia, é a emergência de novas legitimações, que significam lutas internas acirradas entre os variados atores. Bourdieu assim explica

a retórica da “demanda social” que se impõe [...] inspira-se menos numa preocupação real em satisfazer as necessidades e as expectativas de tal ou qual categoria de “clientes” [...] ou mesmo em ganhar assim seu apoio, do que de assegurar uma forma relativamente indiscutível de legitimidade e, simultaneamente, um acréscimo de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica (BOURDIEU, 2004, p. 47)

Se os economistas em questão não estavam tão interessados assim em atender as demandas sociais, não me parece integralmente correto. De fato, esse discurso serviu para dá-los força simbólica maior, e, também de fato, seus círculos sociais não eram lá tão amplos. Contudo, essa análise de Bourdieu pressupõe uma certa autonomia do campo científico em relação ao resto da sociedade, ou seja, a formação e estruturação de um “espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias” (ibidem, p. 20). Mas o momento aqui estudado, na verdade, caracteriza-se pela mudança *em andamento* do campo científico em Economia, de sua *reestruturação* com a entrada desses novos temas e indivíduos. O ponto importante, porém, é que o resultado dessa reestruturação foi o *alargamento* geral do campo científico em Economia, com o crescimento do número de faculdades e o maior número de cidadãos interessados neste curso (CASTRO, 2001). Ou seja, essa nova legitimação permitiu que outros setores da sociedade tivessem acesso a temas antes restritos a alguns grupos mais privilegiados: industriais, profissionais liberais, militares, políticos, etc; além da expansão dos próprios assuntos estudados nesses espaços acadêmicos, que passaram a voltar-se para o problema do desenvolvimento.

Poderia ser o que Bourdieu chama de “revolução” no campo, inclusive causada pela entrada de membros mais jovens - no caso, os próprios desenvolvimentistas, nascidos, geralmente, nas décadas de 1910 e 1920, formados dentro de uma perspectiva nacionalista nos anos de Vargas, com alguns deles, inclusive, começando suas carreiras dentro de instituições do Estado Novo. Eram, porém, adeptos de ideais democráticos, e o final da Segunda Guerra os atingiu com os preceitos de reconstrução e necessidade de criar um mundo mais harmônico. Os liberais, do contrário, haviam, em sua maioria, nascido nas últimas décadas do século XIX, e eram formados ainda numa velha ordem econômica do mundo pré-1914, em que o caráter agrário nacional parecia estabelecido enquanto verdade absoluta. Contudo, há de se ater para o caráter ambíguo da questão desenvolvimentista.

Se os mais jovens são mais aptos a fazer uma “revolução” no campo, isso se dá, como explica Bourdieu, por seu escasso “capital específico” (ou seja, pouco reconhecimento dos pares), e, portanto, pouca disposição de seguir as leis internas do campo (BOURDIEU, 1996, p. 271). No caso estudado, porém, os desenvolvimentistas tinham amplo reconhecimento dentro dos espaços onde se localizavam. O problema parte das profundidades desse grupo intelectual, como dito anteriormente, que têm a ver, justamente, com tais espaços. Não se pode perder de vista que os economistas, enquanto tais, viviam numa tensão constante entre seus lados científico e técnico, o que, na verdade, é uma tensão entre dois campos distintos. Na sua profundidade *científica*, ligada ao âmbito acadêmico, a atuação da intelectualidade desenvolvimentista acarretou o que acabamos de falar: expansão dos cursos universitários nessa disciplina, num campo então bastante restrito. Em relação a ela, os desenvolvimentistas eram realmente “jovens” (no sentido de recém-chegados), e sua entrada resultou em mudanças estruturais significativas. Na sua profundidade *técnica*, ligada aos diferentes espaços de exercício da profissão, porém, o que se viu foi uma continuidade, desde os anos da ditadura Vargas (1930-1945) até o período estudado, existindo, aí sim, um campo estruturado. A criação de instituições estatais para o fim de analisar a situação econômica nacional e definir planos a serem postos em prática pelo governo fez-se presente desde os tempos do Governo Provisório (1930-1934), e não perdeu ritmo com o Estado Novo (1937-1945), e muito menos com a redemocratização e os governos que se seguiram. Neste campo, os desenvolvimentistas estavam longe de serem “jovens”.

O problema que surge é que: para se identificarem enquanto economistas, pesavam muito mais para esses profissionais os espaços de exercício da profissão (técnico) do que de formação (científico). Ora, quase nenhum deles era graduado em Economia, mas sim em Direito ou Engenharia, em maior grau, ou Ciências Sociais, em menor. Ou seja, ninguém era economista por ter um diploma, mas sim por exercer, no dia-a-dia, alguma atividade que estivesse próxima ao que se entendia por um fazer econômico. O âmbito universitário ainda era mal estruturado, o que fazia a balança pender para o lado técnico. O que esteve em curso nesse período, foi, pois, a imbricação de uma profundidade na outra, ou de um campo no outro: o aumento das faculdades de Economia, impulsionado por esses intelectuais, fez com que os espaços institucionais de exercício da profissão fossem ocupados, posteriormente, por pessoas, aí sim, formadas em Economia. Estava em gestação uma nova sintonia entre o científico e o técnico, o que resultou, pois, numa “revolução” no campo mais abrangente, ou seja, em Economia como um todo, que foi a estruturação e posterior estabilização do espaço universitário enquanto legitimador para este saber.

Essa “revolução” está atrelada à escalada do desenvolvimentismo - e, óbvio, da própria ideia de desenvolvimento - nos cenários brasileiro e internacional. Como ressalta Rist (2008), o *desenvolvimento* passou a ser entendido, em escala mundial, dentro de uma semântica messiânica, arrastando para uma certa utopia diversos indivíduos. Ora, é logo após a Segunda Guerra Mundial, quando um novo jogo de forças geopolíticas se estabelece, que a preocupação com os ditos países “subdesenvolvidos” (ou “Terceiro Mundo”) aparece dentro de discursos governamentais e de agências internacionais - como as Nações Unidas -, a partir de um jogo de preocupações ambíguas: ao mesmo tempo que se achava que a manutenção das disparidades econômicas mundiais poderia acarretar novos conflitos horrendos, também havia o interesse de puxar essas nações para determinados lados da Guerra Fria (como o lado do Estados Unidos, particularmente presente na América Latina). Essa “pressa pelo desenvolvimento”, que remete ao ano de 1945 e os subsequentes, encontrou-se, na América Latina - e no Brasil, em especial - com movimentos que já definiam o desenvolvimento industrial e planejado como prioridade, a fim de ganhar independências econômica e, como consequência, política, como foi o caso do primeiro governo Vargas.

Já na década de 1950, quando o desenvolvimentismo passa ao seu auge no cenário político, o Nordeste surge enquanto um problema nacional a ser resolvido: havia a ideia, já de longa data, de que os quadros de extrema pobreza nordestinos seriam motivo para uma potencial subversão violenta, que levaria consigo a unidade (e ordem) brasileira. A Guerra Fria e a Revolução Cubana foram, de fato, variáveis que contribuíram para a exacerbação deste medo de o Nordeste se tornar um barril de pólvora; ao mesmo tempo, o surgimento das Ligas Camponesas, enquanto importante movimento reivindicatório por parte dos trabalhadores rurais, foi visto, por muitos, como comprovação dos receios de um levante popular a ser concretizado a qualquer momento na região. Se o próprio desenvolvimentismo, a nível nacional, trazia um certo sentimento de urgência, o Nordeste passa a ser o espaço principal a que se dirigiram tais preocupações.

O campo da ciência econômica no Nordeste, porém, estava tão ou até mais mal estruturado que o restante do país. Contudo, ao contrário de outras localidades, em que a entrada do desenvolvimentismo significou, majoritariamente, uma reestruturação dos espaços já existentes; no Nordeste, o ápice do imperativo do desenvolvimento significou a criação de novos espaços de poder, sociabilidade e, também, de ciência, como foram os casos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Foi a partir destes novos centros econômicos que a “revolução” no campo de Economia nordestino deu-se, trazendo consigo a legitimidade do Estado e a atuação destes intelectuais.

Essas variáveis contribuíram para a instalação de um clima único no país. O período aqui estudado caracteriza-se, entre outras coisas, como uma grande mistura de sentimentos paradoxais em relação ao futuro nacional: ao mesmo tempo que o otimismo e engajamento em prol de mudanças nas mais variadas estruturas de poder tenha atingido, muito provavelmente, seu ponto alto até então; também estava presente a angústia em relação à capacidade de, de fato, colocar essas mudanças para frente. De um jeito ou de outro, é fato que a percepção de que alguma mudança grandiosa estava para acontecer existia como (quase) certeza dentro de muitos grupos sociais - não só os economistas aqui estudados e outros cientistas sociais de maneira geral, mas também no próprio campo artístico, como aconteceu, por exemplo, no movimento concretista. É um período, pois, especialmente agitado e, por isso mesmo, conturbado, onde a euforia dos “anos dourados” misturou-se com a melancolia da alta inflação e de um sistema político hermético e caótico.

O que procuraremos entender é, então, de que maneira esta intelectualidade localizou-se dentro deste conturbado jogo - quais os preceitos teóricos e ações práticas que legitimaram todo esse movimento em várias direções, e que acabaram elevando as temáticas do desenvolvimento e do problema nordestino a novos patamares. Para isso, buscaremos não só ler as obras desses respectivos intelectuais, a fim de entender seus preceitos, mas sim analisar suas trajetórias - seja por meio de livros biográficos, seja por entrevistas -, compreender como sua localização institucional nos permite mapear os círculos de influência para dentro e para fora deste grupo, com quem e para quem falavam, assim como que motivações os levavam a analisar o que analisavam.

A fim de entender o cotidiano das discussões que ligavam esses economistas a outros setores da sociedade - políticos, industrialistas, acadêmicos, clérigos, etc. -, procuraremos, em alguns jornais, como a temática do desenvolvimento e do desenvolvimentismo foi tratada diariamente, e, quando possível, tentar procurar falas destes outros atores, assim como de documentos governamentais destas instituições voltadas para a tarefa do desenvolvimento. Nesse sentido, o trabalho divide-se em cinco capítulos, a fim de dar uma melhor explanação de cada nuance do problema, que, de uma maneira ou de outra, irá desembocar no tema do último capítulo, que seria um estudo de caso da Sudene e de Celso Furtado. Esses capítulos estão divididos em duas grandes partes: a primeira, intitulada **Luta Pelo Futuro**, contém os dois primeiros capítulos, e dedica-se a explicar o desenvolvimentismo em seu caráter nacional, assim como que problemáticas ele trazia para a Economia e em que estado o campo deste saber se encontrava. A segunda parte, intitulada **Nordeste na Mira do Desenvolvimento** e que contém os três capítulos restantes, se foca no Nordeste; em como a região emergiu enquanto

problema nacional, o que o desenvolvimentismo significou para esta área (e vice-versa), como o campo em Economia estruturou-se neste e por causa deste espaço, assim como focaremos na atuação da Sudene.

A pergunta que move o **primeiro capítulo** do trabalho é “*o que é desenvolvimentismo?*”. Nele, tentaremos tratar do desenvolvimentismo enquanto marca de uma época e, especificamente, como um fenômeno latinoamericano (e, especialmente, brasileiro) ligado a um contexto de pressa, urgência, medo dos acontecimentos e sensação de necessidade de se escapar de algo. É quando adjetivos que indicam uma certa consciência temporal - “atrasado”; “avançado”; “arcaico”; “moderno”, etc. - passam a ser comumente usados, indicando uma condição (subdesenvolvimento) e um certo caminho a tentar se seguir (o desenvolvimento). No caso brasileiro, é comum encontrar discursos que equivalem o desenvolvimento a uma “necessidade histórica” (CASTRO, 1980, p. 294), ou a algo que devia ser feito no menor tempo possível, a fim de evitar consequências catastróficas (idem, 1956; FURTADO, 1962, 1964; JAGUARIBE, 2013 [1958]; BARBOSA, 1979). Nesse sentido, há uma grande esperança redentora no desenvolvimento, o que, associada ao sentimento de aceleração do tempo histórico, acaba por lembrar o conceito de revolução. Nesse sentido, procuraremos analisar o que foi o desenvolvimentismo, buscando na historiografia especializada sobre o tema - geralmente, de economistas, como Bielschowsky (2000), Mantega (1985) e Fonseca (2000, 2015, 2016) - a rede de diálogos conceituais a ser traçada.

Embora sejam melhor tratadas no capítulo em si, vale adiantar que a maior parte dessas análises, porém, recai sobre a teoria econômica, desaguando em esquemas rígidos que não dão a fluidez necessária para se entender o desenvolvimentismo em suas várias nuances. Ora, é bem verdade, por exemplo, que o desenvolvimentismo teve um forte traço identitário, ou seja, representou a busca de grupos pela construção de uma nova identidade nacional, que fugisse dos estereótipos então colocados para o Terceiro Mundo; assim como um traço psicológico de urgência, ansiedade, pressa em fazer as coisas fluírem, apenas para citar outros aspectos. Para tentar contornar esse problema, pesquisaremos como a própria palavra “desenvolvimentismo” aparece nos periódicos, discursos e obras da época, a fim de ver a que caracteres e práticas foi sendo associada, ou seja, como o conceito foi sendo construído e, assim, tentar ver os caminhos que o fizeram legitimar-se enquanto característica de um período, dentro de um método sincrônico e diacrônico que cruza a história do conceito com a histórica social (KOSELLECK, 2006). Associaremos, pois, esses diferentes sentidos da palavra com cada contexto em que se insere; em particular, o primeiro (1930-1945) e o segundo governos Vargas (1951-1954) com o governo JK (1956-1961), que geralmente são tidos como os pilares do desenvolvimentismo.

Procuraremos, então, ver as diferenças e similaridades entre as experiências desenvolvimentistas de cada um, e como se encaixam em seus respectivos ideais de desenvolvimento e nação.

No **segundo capítulo**, procuraremos entender como se dava a estruturação da Economia no país, tendo em vista a ambiguidade anteriormente citada entre os campos científico e técnico. Desse modo, veremos, primeiro, como o desenvolvimento tornou-se temática no campo científico internacional, com a entrada de muitos economistas nos estudos e pesquisas sobre esse assunto, de acordo com o ideal de construção de um mundo mais pacífico no pós-guerra. Nesse sentido, passaram a defender a industrialização dos países mais pobres, assim como a cooperação dos mais ricos nessa tarefa. Em paralelo, no Brasil, durante o Estado Novo, vai ocorrendo, com a crescente consciência da necessidade de planificação na economia, uma estruturação institucional que tem como objetivo armar um campo técnico sobre o assunto, o que definirá os espaços em luta nos anos posteriores. Em certo sentido, esses dois movimentos - internacional e nacional - se encontram, mas não de forma integralmente pacífica. O consenso internacional em torno da necessidade de cooperação com os países subdesenvolvidos, além de criar um clima geral a favor do desenvolvimento planejado, também foi nascedouro de tensões entre as intenções dos governos estrangeiros - principalmente, os Estados Unidos - e as dos brasileiros. Tendo isso em vista, o campo em Economia nacional teve que lidar com a criação de cada vez mais instituições, visando a escalada do imperativo do desenvolvimento, ao mesmo tempo que a influência externa norte-americana fez-se cada vez mais presente.

Por meio das trajetórias de muitos desses economistas - como Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel, entre outros -, tentaremos ver que algumas instituições destacam-se enquanto espaços ocupados pelos desenvolvimentistas, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), a Assessoria Econômica do segundo governo Vargas, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Conselho de Desenvolvimento, entre outras, que representam os lugares de luta do campo técnico. O fato de todas serem estatais demonstra o peso do Estado para a legitimação da profissão, assim como explica o porquê do Rio de Janeiro, então capital federal, ter se tornado o centro desta intelectualidade. Ao mesmo tempo, do lado do campo científico, há os restritos espaços da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE), da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que tinham, predominantemente, liberais em seus cargos mais proeminentes, e que serão alvo da entrada desses “jovens” desenvolvimentistas, causando mudanças estruturais importantíssimas, as quais serão exploradas.

No **terceiro capítulo**, começaremos a abordar a questão do Nordeste - especificamente, o “problema nordestino” e sua relação com o desenvolvimentismo. Em certa medida, do mesmo modo que o termo desenvolvimentismo veio a nomear mudanças que já aconteciam no país, também o Nordeste passava por mudanças significativas - notoriamente, a grande explosão demográfica, que balançou os centros urbanos nordestinos, transformando seu cotidiano em algo violento e caótico (PONTUAL, 2001). É sintomático, pois, a realização de grandes conferências durante este período - Congresso de Salvação do Nordeste (1955), I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956), Encontro de Salgueiro (1958), entre outros -, que acabam por indicar a crescente reorganização de grupos sociais em torno da discussão do que entendiam ser a necessidade de novos parâmetros para se trabalhar o problema nordestino (AGUIAR, 1993), e das quais trataremos neste capítulo por meio da leitura dos relatórios finais desses encontros, assim como a recepção na mídia de sua realização e depoimentos, quando disponíveis, de indivíduos que estiveram relacionados às suas organizações.

Neste sentido, também procuraremos traçar um breve histórico da ascensão da região enquanto um espaço sociogeográfico distinto, tendo no semiárido e nas secas periódicas a característica na qual foi sendo construída sua identidade regional. Como nos diz Albuquerque Júnior (2011), o Nordeste, desde o início, teve sua identidade relacionada ao signo do atraso e da lentidão, sendo o Sul tido como seu extremo oposto, moderno e avançado. As causas das disparidades regionais, durante o século XIX, foram primeiramente associadas a questões raciais, e, posteriormente, ao problema das secas, estas sendo tidas como o motivo principal do atraso regional, no que ficou conhecido como “solução hidráulica”, institucionalizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Ora, o que se vê durante o período aqui estudado é a tentativa de mudança deste paradigma, contrapondo-o com o que se chamou de “solução estrutural”, ou seja, o entendimento de que a região estava ficando para trás devido a variáveis socioeconômicas, e não a simples ocorrência periódica de estiagens. Ao mesmo tempo, com o surgimento das Ligas Camponesas e a ideia, já existente, de que alguma comoção popular poderia ocorrer no país a qualquer momento, o Nordeste passou a ser visto como “região-problema”, local onde uma possível bomba subversiva poderia estourar a qualquer momento. Assim, a tarefa do desenvolvimento fez-se mais urgente ainda, e o problema nordestino transformou-se em problema nacional. Além disso, importante ressaltar que o desenvolvimentismo, enquanto um movimento identitário, também atuará em contraponto não só a essa questão hidráulica, mas também ao bem estabelecido arcabouço do regionalismo freyreano, ou seja, de exaltação das tradições e do passado canavieiro do Nordeste.

Também destacaremos a crescente presença destes preceitos desenvolvimentistas nos governos estaduais que foram eleitos neste período, como Cid Sampaio e Miguel Arraes, em Pernambuco; Antônio Balbino, na Bahia; Muniz Falcão, em Alagoas, entre outros, demonstrando como as ações destes governos estavam interligadas com certas ideias específicas de desenvolvimento, economia, inclusão social, entre outras variáveis bastante presente neste período desenvolvimentista.

No **quarto capítulo**, trataremos de como o espaço institucional em Economia, no Nordeste, encontrava-se à época do imperativo do desenvolvimento, como e onde os economistas se localizavam e com que condições os profissionais estabelecidos na região se armavam para discutir este novo problema.

Ora, é sabido que a atuação do DNOCS prezava-se por privilegiar as grandes propriedades, como forma de dar suporte à grande pecuária (OLIVEIRA, 1977). Essa hegemonia do DNOCS vai sendo contestada durante o período em questão, não só com os congressos trabalhados no capítulo anterior, mas também com a criação de novas instituições estatais, já embebidas no espírito desenvolvimentista e na crença da solução estrutural: em particular o BNB e a Sudene. Tais instituições, ao mesmo tempo que deslocam o cerne de preocupações sobre a região, mantêm os centros urbanos que já tinham peso intelectual considerável: Recife, Fortaleza e Salvador - principalmente os dois primeiros. Em que pese que muitos economistas nordestinos haviam migrado para o Rio de Janeiro ainda nos anos 1930 e 1940, e lá feito suas respectivas carreiras, a ascensão do problema nordestino teve um aspecto de retorno para tais intelectuais - a volta para sua terra de origem em meio a um contexto que eles mesmos haviam ajudado a florescer, mas em outro lugar. Nessa empreitada, destacam-se os nomes de Celso Furtado e Rômulo de Almeida, principalmente. Fora da Economia, Josué de Castro também é uma figura de peso que deverá ser abordada, vide sua importância.

À parte destas novas instituições, porém, alguns espaços relativamente já consagrados na região, como o Instituto Nordeste, o Sindicato dos Economistas de Pernambuco, o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e a Faculdade de Economia da Universidade do Recife tiveram atuação que não pode ser desprezada em relação a este campo. Ao analisar tais instituições, vê-se que constituíram-se como espaços permanentes de discussão do problema nordestino em termos econômicos, destacando-se a ação de jovens no caso dos órgãos acadêmicos, principalmente nesse período, demonstrando certa afinidade dessa parcela da sociedade com os ideias de mudança propostos pelo desenvolvimentismo, mesmo que parcialmente.

Apesar disso, tais espaços não chegavam a ter a mesma estruturação dos novos que foram se formando na região. Entre estes novos, daremos destaque, neste capítulo, ao BNB. Utilizando relatórios anuais do Banco, assim como entrevistas de membros da instituição - como o próprio Almeida - e notícias em jornais, procuraremos traçar como ele serviu de grande espaço desenvolvimentista antes da criação da Sudene (1959). Por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), departamento pertencente ao Banco, essa instituição colocou-se à frente das pesquisas socioeconômicas regionais. Também foi no Banco que primeiro se ventilou a necessidade de mais *técnicos* especializados para fomentar o desenvolvimento regional - desse modo, colocando-se no combate à situação precária desta intelectualidade.

No **quinto e último capítulo**, focaremos no caso da Sudene e, conseqüentemente, de Celso Furtado. Partimos do pressuposto de que a autarquia inaugurou um novo jeito de intervenção federal, sendo quase um ministério em si. Além de planejar e definir os planos de desenvolvimento regionais, a Sudene, por meio das preocupações de Furtado e de sua equipe, caracterizou-se por sua intensa preocupação com o âmbito técnico e científico da região - desse modo, incentivou mudanças quantitativas e qualitativas nas universidades nordestinas, com a inserção de cursos voltados para o imperativo do desenvolvimento - Economia, Agronomia, Geologia, etc. A Sudene também foi um espaço de sociabilidade e discussão políticas, a partir de seu Conselho Deliberativo, formado, entre outros, pelos governadores de cada estado nordestino. Desse modo, por meio das atas¹ das reuniões deste Conselho, já estudadas por Costa Lima (1985), assim como dos demais documentos produzidos pela Superintendência, procuraremos traçar as ações feitas pela autarquia e algumas de suas conseqüências no meio econômico nordestino, os debates em seu âmago, assim como as resistências a seus projetos, que existiram desde sempre.

Antes disso, procuraremos traçar um pequeno histórico intelectual de Celso Furtado, demonstrando como suas noções sobre Economia estavam, desde cedo, embebidas em certos ideais mais gerais de sociedade, como a crença no poder da ciência de tornar o mundo mais justo, a força da juventude e da classe trabalhadora como motores de mudança, e a necessidade inescapável do planejamento para subverter a condição periférica do Terceiro Mundo. Ideais estes que estarão presentes, mesmo que implicitamente, no projeto da Sudene.

¹ É necessário ressaltar que as atas não contém as discussões e declarações de cada reunião em sua integridade, sendo mais uma seleção do que os responsáveis por sua organização (servidores da Sudene) achavam importante. Vez ou outra, algum membro do Conselho pedia que algo fosse retirado, modificado ou adicionado da ata da reunião anterior, mas via de regra o documento era aprovado do jeito que havia sido feito.

Quando volta ao Brasil em definitivo, para ficar na chefia do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), concebendo, depois, a nova Superintendência, Furtado vê-se alçado a um posto político de relevância não só regional, mas mesmo nacional, ganhando um peso simbólico dentro da política brasileira que antes não lhe pertencia. Ao ser criada e estruturada a Sudene, além do mais, vê-se que a formação de sua equipe, em sua maioria de jovens entre 20 e 30 anos, inscrevia na região uma nova problemática que, definitivamente, reestruturou os modos de discussão e exercício da ciência econômica como um todo. Há de se ressaltar que a Sudene acabou por ser a institucionalização máxima do desenvolvimentismo na região, acarretando uma certa fé redentora em suas ações para alguns (SINGER, 1977 [1969]), de acordo com alguns preceitos de intelectuais, que igualavam o desenvolvimento à revolução.

A Sudene, porém, teve um final melancólico, que representa, num microcosmos, a própria derrocada do desenvolvimentismo nacionalista a partir de 1964. Mesmo só tendo sido extinta já no século XXI, e depois recriada, mas sem o mesmo teor, reduzindo-se a um grande elefante mármore que ocupa sessenta e oito mil metros quadrados na zona oeste recifense, a Superintendência jamais teve o mesmo *status* que adquiriu nesses primeiros anos, o que se explica, de um lado, pela própria presença de Furtado, e, de outro, pelo contexto político que apresentava a instituição como a única saída segura para o problema nordestino. Excluídas essas condições, o Nordeste foi jogado a escanteio, sobrando para estes economistas, em troca do projeto de país ao qual se debruçaram, a possibilidade de ter ruas em sua homenagem.

2 DESENVOLVIMENTISMO E O SONHO DA ENGRENAGEM: O FUTURO NAS MÃOS DO DESENVOLVIMENTO

Você me fala no desenvolvimentismo. Que é isso?

O nome é tão comprido que até mete medo

Rachel de Queirós (1958)

Em janeiro de 1964, Celso Furtado percebeu, com óbvia preocupação, o que seria a escalada das tensões políticas no país, com o futuro se tornando cada vez mais imprevisível. Em outubro do ano anterior, pressionado pelos ministros militares, o presidente João Goulart havia enviado ao Congresso uma proposta de implantar o estado de sítio sob a justificativa de um crescente número de casos de violência política, além das greves sucessivas ao redor do país. Circulava-se a ideia de que alguma convulsão interna grave estava prestes a ocorrer no Brasil, como se uma nuvem cinza pairasse sobre as cabeças de todos os cidadãos. O pedido de estado de sítio foi retirado pelo próprio presidente, alguns dias depois, depois de pressões das esquerdas, incluindo seu próprio partido (PTB). O episódio, porém, foi mais uma mostra do que, para Furtado, representava um perigo iminente, o ápice de um processo já em andamento; e, motivado por isso, assim escreveu: “Alcançado certo ponto de irreversibilidade, a História já não poderá cumprir pelos métodos convencionais, e terá início uma era de imprevistos em que a velocidade dos acontecimentos reduz a quase nada a eficácia de toda liderança racional” (FURTADO, 1964, p. 173). Para ele, a única solução viável, já velha conhecida àquela altura: o desenvolvimento planejado e reformista, pelo Estado, como meio de acalmar as tensões nascidas no âmago da sociedade.

De onde vinha esse medo? Embora saibamos o final melancólico do desenrolar dos fatos, a angústia sobre o que viria a acontecer, a essa altura, parecia apenas a confirmação do receio que já tomava conta de muitos indivíduos preocupados com a situação nacional, desde muitos anos antes. Durante a história, há tempos em que o futuro dá a sensação de sugar todos a sua volta, como se os fizesse perseguir um propósito inescapável e fugir de um potencial desastre. Os anos 1950 e 1960, para o Brasil - e para tantos outros países, com certeza -, foram tempos como esses, em que o *desenvolvimento*, irmão do progresso, colocou-se como um dos propulsores da sociedade (talvez o mais forte deles), arrastando consigo os sonhos, as frustrações e angústias de muitas pessoas, como forma de fugir de uma desordem anunciada.

Contudo, o termo “desenvolvimento” é desses que são comumente utilizados por diferentes setores da sociedade, que tomam para si tal ideia e a transformam, de acordo com seus respectivos preceitos - ou seja, seu significado pode variar de pessoa para pessoa, dependendo de sua afinidade ideológica, vinculação profissional, estrato social a qual pertence, etc. Nesse sentido, há uma certa confusão geral na hora de definir o que seria desenvolvimento, pois, ao mesmo tempo que se torna amplo o suficiente pra ganhar contornos estruturais, também sofre de um enorme uso político que o distorce para todos os lados. A existência de um verdadeiro *imperativo do desenvolvimento*, nesses anos, inscreve o uso desse conceito num campo paradoxal imprescindível para o entendimento dessa questão: por ter se tornado abrangente demais, englobando mesmo debates anteriores (como fome, reforma agrária, industrialização, entre outros), também torna-se uma conceito “de bolso”, corriqueiro, usado ao rés do chão para definir quaisquer fatores minimamente significativos do cotidiano. É sintomático, pois, que as várias instituições em prol do desenvolvimento planejado que vão sendo criadas nesse período tenham atentado para aspectos tão distintos como indústria, questão agrária, artesanato, saneamento básico, tabelamento de preços e educação básica. É também sintomático que os que, num primeiro momento, seriam os adversários da temática - os liberais - tenham-na rapidamente apropriado para si, adaptando-a a seus preceitos. Em comum a todos, porém, havia a muita vontade humana que foi colocada à prova com o objetivo de se atingir o oásis do dito Primeiro Mundo, a terra onde jorraria leite, mel, salários justos para todos e convivências pacíficas.

Ora, é certo que em tempos de *desenvolvimentismo* - palavra de complexa definição -, tudo o que se pensava era como tirar o país de uma situação de atraso e lentidão para colocá-lo em outra melhor; e, mais do que isso, como realizar essa difícil tarefa sem criar grandes traumas e nem despertar os já existentes. Afinal, *como promover esse tal de desenvolvimento?* Queria-se aumentar a produção, melhorar a distribuição, acalmar os ânimos exaltados de todos os lados. “O desenvolvimento projeta-se na consciência do povo como um estado de expectativa permanente de melhoria material”, alertou o mesmo Furtado (1962, p. 41). Ou seja, essa expectativa fazia aumentar as tensões, em vez de atenuá-las. E para combater o furacão trazido pelo desenvolvimento? Apenas mais desenvolvimento. Mas isso deveria ser feito de que maneira? Com o capital estrangeiro ou com o subsídio de um Estado forte? Com abertura total ou com controle de tarifas e taxas de câmbio? Priorizar agropecuária ou a indústria? Sabia-se que algo deveria ser feito em regime de urgência.

Em meio a isso tudo, o desenvolvimento ganhou um ar mitológico - e, portanto, fortemente mistificador. Seria a redenção necessária para limpar o país das chagas do passado,

e colocá-lo nos trilhos de uma nova vida; fazer realizar sua sina de “país do futuro” no menor tempo possível, antes que tudo fosse por água abaixo. Josué de Castro (1980 [1960], p. 294) afirmou que o desenvolvimento era uma “necessidade histórica” da qual o país não poderia, em hipótese alguma, fugir; Hélio Jaguaribe (2013 [1958], p. 219), por sua vez, previu que a burguesia industrial só teria o prazo daquela “atual geração” para assumir o controle do processo desenvolvimentista, sob risco de causar um levante proletário. Essa verdadeira pressa em fazer as coisas andarem, para evitar consequências catastróficas, foi marcada pelas desavenças de opinião sobre como fazer isso, ou mesmo para onde realmente ir, e gerou indefinições substanciais no cenário político nacional. Tudo passou a imprimir velocidade, a chave da modernização. Os adjetivos usados davam conta de uma certa divisão temporal que indicava a necessidade da chegada de novos ares - “atrasado”, “desenvolvido”, “arcaico”, “lento”, “avançado”, “moderno”, etc. Tudo que não fosse visto como pertencente àqueles tempos que vinham rápidos, era um obstáculo e, portanto, causa do “subdesenvolvimento”. Era necessário acelerar; mas, em alta velocidade, ninguém consegue perceber os detalhes da vista que passa.

Um dos importantes símbolos de todo esse contexto foi Brasília, capital construída em tempo recorde em meio ao furacão desenvolvimentista dos anos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e tida como a “meta-síntese” do plano de desenvolvimento do governo. O deslumbramento com a nova capital é um ponto de confluência de diferentes visões de mundo e uma materialização da aparente chegada de novos tempos, mas, ao mesmo tempo, da indefinição do que aquilo realmente significava - o que foi, é e virá a ser. Clarice Lispector, em sua crônica *Brasília* (1964), definiu a cidade não como símbolo de beleza, mas como um espanto inexplicado, como algo à beira de coisa alguma, sem passado, um total mistério. Toda aquela monumentalidade causava desconcerto, um sentimento paradoxal de não-lugar - a cidade enquanto algo que desconcerta. Isso não era exclusividade de Brasília, embora, claro, seu aspecto singular não deva ser esquecido. Vários eram os casos, pelo país, de cidades em franca mudança socioeconômica, surtos demográficos, industrialização acelerada, violência e exploração crescentes. A população urbana nacional cresceu incríveis 143% entre 1950 e 1960² - não havia mais dúvidas de que o Brasil estava entrando numa nova organização espacial e social, ainda mais por esse aumento ser, em grande parte, devido ao êxodo rural, e não ao simples crescimento vegetativo. Ora, o problema do desenvolvimento era uma questão eminentemente urbana e industrial. Eram tempos de modificações que, estranhamente, ao

² Dados dos censos demográficos do IBGE de 1950 e 1960, desconsiderando a população em área dita “suburbana”.

mesmo tempo que tentavam quebrar permanências, também permitiam a manutenção de outras - os grandes proprietários, as famílias que chegavam ao poder, as estruturas rígidas dos diferentes tipos de dominação que iam de um canto a outro do país.

Com tudo isso, pois, como definir o *desenvolvimentismo*, esse verdadeiro palavrão que fez tremer os palanques brasileiros? A empreitada não é fácil, mas vários estudiosos, principalmente economistas, já se colocaram dispostos a responder à questão, produzindo interpretações um tanto quanto diversas. Bielschowsky, umas das grandes referências para o tema, definiu o desenvolvimentismo como “a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 77). A indústria seria a representante desse destino moderno para o qual o país deveria se dirigir, um meio de adentrar no capitalismo pleno e, assim, no Primeiro Mundo. Para o autor em questão, as raízes de tal ideologia ainda seriam encontradas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, principalmente no Estado Novo (1937-1945), quando o projeto de industrialização com gerência estatal ganhou maior peso na economia brasileira. Ainda para ele, do modo como foi se moldando, o desenvolvimentismo teria três vertentes: no setor privado, no setor público nacionalista, e no setor público não nacionalista. Esta divisão, arquitetada pelo próprio Bielschowsky, preza pela localização institucional dos intelectuais e pelas suas respectivas ênfases em certos temas - principalmente, presença do capital estrangeiro e do Estado no desenvolvimento nacional. Após a queda de Vargas, o desenvolvimentismo teria passado por altos e baixos, chegando ao seu auge nos anos de JK, onde as influências da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) teriam dado outro fôlego às ideias industrializantes com viés planejador. Para Bielschowsky, porém, ocorre a decadência melancólica do desenvolvimentismo com o golpe de abril de 1964, quando o governo torna-se mais simpático a algumas medidas liberalizantes e ao capital externo.

Dutra Fonseca (2016), por sua vez, define o desenvolvimentismo como o encontro de quatro correntes de ideias já existentes desde o Império: nacionalismo, industrialismo, intervencionismo pró-crescimento (ou papelismo³) e positivismo. Tentando fugir da supervalorização de Keynes e seus seguidores enquanto fonte inspiradora dessa ideologia, assim como do período juscelinista como seu carro-chefe, Fonseca busca tratar de aspectos mais locais, trazendo de contextos mais distantes no tempo a evolução gradual de grupos e ideias que desembocariam, nas primeiras décadas do século XX, no que ficaria conhecido como desenvolvimentismo. Desse modo, episódios como a Tarifa Alves Branco (1844) seriam

³ Esse nome se dá por serem a favor da quebra do padrão-ouro para definição do valor da moeda nacional, sendo mais simpáticos à maior impressão do papel-moeda e à paridade com outras, seja o dólar ou a libra.

demonstrações de certas tendências à defesa do capital industrial brasileiro; a oposição ao padrão-ouro, feita pelos papelistas, seria uma quebra do preceito ortodoxo de equilíbrio na balança de pagamentos, a fim de gerar crescimento; o positivismo, por fim, seria a aceitação do papel do Estado enquanto gerador do progresso e do bem-estar de todos. Para o autor, a reunião desses elementos em ações práticas coesas foi vista, pela primeira vez, já no governo de Vargas no Rio Grande do Sul, ainda em 1928. Desse modo, procura ressaltar, na definição de desenvolvimentismo, a existência de uma ação deliberada e consciente na direção de uma industrialização planejada, e não uma simples espontaneidade. Como instrumento de ação, o desenvolvimentismo define-se pela *consciência* daquilo que se está fazendo, o que denota um certo contexto intelectual para esse fim

entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (idem, 2015, p. 28)

Já Guido Mantega (1985), apoiado numa visão marxista inspirada nas Teorias da Dependência, definiu o desenvolvimentismo como um projeto de uma elite reformista, inspirada no keynesianismo e no pensamento da Cepal. As origens da ideologia passariam, principalmente, por essa instituição internacional, que buscou dar uma nova interpretação para o que seria o atraso do continente - “esse ideário empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50, e se constituiu bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista” (MANTEGA, 1985, p. 23). Para Mantega, contudo, o destino do desenvolvimentismo não poderia ser outro que não a desilusão - a total implantação de um capitalismo industrial pleno não acabaria, em hipótese alguma, com as desavenças sociais vistas no continente latinoamericano, como a maioria dos técnicos da Cepal, à época, acreditavam. Interpretar o subdesenvolvimento como falta de capitalismo seria um erro crasso e ingênuo, pelo qual os desenvolvimentistas pagariam com a revisão quase total de suas ideias, nas décadas de 1960 e 1970.

Tais interpretações tem um quê conflitante. Focado nas origens do desenvolvimentismo, Fonseca não trata - e, por isso, não dá explicações - do que seria o “desenvolvimentismo não nacionalista” de Bielschowsky, sendo sua interpretação bastante restrita ao período varguista. Ao mesmo tempo, se o desenvolvimentismo só nasceu no pós-guerra, como afirma Mantega,

tanto Fonseca quanto Bielschowsky estariam incorretos em suas datações - especialmente o primeiro, que identifica um surgimento um tanto quanto precoce para esta ideologia, valorizando o primeiro governo de Vargas, ao contrário da visão usual que geralmente toma seu segundo período na presidência como o de consolidação definitiva do desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, todos concordam em vários pontos; não só nos óbvios, como a presença da defesa da industrialização planejada e a importância da Cepal, mas também na especificidade latinoamericana deste fenômeno. Como resume Fonseca, o desenvolvimentismo não foi a cópia integral de algum modelo anterior, mas algo original da América Latina, já estando inscrito na realidade do continente antes mesmo de receber esse nome⁴ (FONSECA, op. cit.), como também veremos mais à frente. Também enfatizam que, no desenvolvimentismo, sempre esteve presente a preocupação em fazer algo, em fomentar ações, sendo as elaborações teóricas sempre para esse fim - especialmente, o planejamento.

Contudo - mesmo que, sem dúvida, bastante imprescindíveis - essas análises, por vezes, acabam por priorizar a teoria econômica⁵ e desaguar em esquemas rígidos que não dão ao desenvolvimentismo a fluidez necessária para buscar compreendê-lo enquanto fenômeno importante de uma época, já que caracterizou-se por ter várias profundidades: não só esta ideológica, teórica e econômica, mas também uma psicológica/mental, uma material, uma cultural, uma social, e assim sucessivamente. Em outro trabalho, o próprio Fonseca alerta para esse lado

Desprovido de sua utopia, desenvolvimentismo significaria tão somente incentivo à acumulação acelerada de capital. Esse entendimento pode ser percebido na frequente distinção entre crescimento e desenvolvimento: o primeiro restringir-se-ia ao crescimento da produção e da produtividade, enquanto o segundo incorporaria suas repercussões, como a melhoria dos indicadores sociais. (ibidem, p. 19)

Esse aspecto utópico, na verdade, está presente nas ideologias econômicas hegemônicas do período - não só o desenvolvimentismo, mas também o marxismo e o liberalismo (este último, com a ideia de que uma sociedade de livres iniciativa e competição seria naturalmente mais harmônica, justa e democrática). Desse modo, há uma certa batalha de utopias, mesmo que dentro do campo científico - ou seja, essas utopias não significavam necessariamente que havia um véu encobrindo a realidade, mas, sim, que estavam imbricadas na criação de

⁴ Em que pese países de outros continentes terem experimentado também o fenômeno desenvolvimentista (estamos cientes de estudos em relação a países asiáticos e africanos, assim como a Espanha durante a ditadura franquista), focaremos, neste trabalho, apenas na América Latina.

⁵ Trataremos melhor deste tema no capítulo seguinte.

arcabouços teóricos, influenciados por elas, mas que não deixavam de dar diagnósticos válidos e verdadeiros.

Dito isso, também é sempre bom ressaltar o alerta de Lucas Lopes, braço-direito de Kubitschek em suas políticas econômicas

Sinto que ainda hoje há essa ideia de classificar: fulano era monetarista, fulano era desenvolvimentista. Eu fui um dos mais violentos monetaristas durante um certo período, porque recebi o Ministério da Fazenda num momento em que tinha que lutar para que sobrevivesse o valor da moeda, para que a inflação não chegasse a um nível fora do controle. Tive que conviver com Juscelino, que era um desenvolvimentista *à outrance*, que pouco se incomodava com esses problemas. (LOPES, 1991, p. 218-219)

O aviso faz sentido: não há de se cair em classificações que pareçam muito certas ou que deem a entender que as coisas são simples - nem tudo era tão preto no branco. Dentro disso tudo, dessa batalha de “ismos”, será que realmente se pode definir com tanta clareza o que é o desenvolvimentismo? Quando ele começou? Podemos dizer que ele se manteve durante o tempo ou que está enclausurado num período histórico específico? Para responder estas perguntas, usemos um método: procurar traçar o surgimento e evolução do próprio conceito de desenvolvimentismo, e como este se relaciona com os períodos em que tais práticas estavam em voga. A partir dele, faremos idas e vindas no tempo, a fim de tentar captar as nuances do andamento deste fenômeno.

2.1 NOS RASTROS DA PALAVRA

A palavra *desenvolvimentismo* não carrega nada muito complexo em sua formação - é simplesmente o acréscimo do sufixo -ismo a *desenvolvimento*. Por si só, porém, essa operação indica a criação de um *objeto fixo*, passível de conceitualização que engloba algo mais geral (um movimento, uma escola, etc.), e, ao mesmo tempo, um sistema minimamente coeso de preceitos, como acontece com *marxismo*, *liberalismo*, *estruturalismo*, entre outros termos similares. Ou seja, em sua morfologia, *desenvolvimentismo* já indica a consciência de um fenômeno com várias nuances, mas que, paralelamente, apresenta uma coesão significativa, um conjunto de ideias interligadas e um certo processo de formação no tempo e no espaço.

Uma grande questão que atormenta os estudiosos parece ser definir quando o fenômeno desenvolvimentismo surgiu, quais seus precedentes, e que processos o levaram a ser um dos grandes palcos da vida política brasileira durante o século. Nesse quesito, dois períodos-chave aparecem como fortes pilares: o primeiro governo Vargas (1930-1945) e o governo de JK

(1956-1961). O final da Segunda Guerra Mundial também conta como um marco importantíssimo e mais geral para a febre do desenvolvimento em todo o mundo, e que talvez nos ajude a entender as diferenças latentes entre os dois governos. Antes disso, porém, procurar encontrar quando o conceito de *desenvolvimentismo* em si surgiu jogará uma grande luz em toda a questão - e tudo leva a crer que a palavra só foi criada na década de 1950, justamente durante a administração juscelinista.

Dentre alguns periódicos pesquisados⁶, pertencentes à imprensa de grande circulação, a primeira ocorrência do termo é de 10 de setembro de 1958, no *Tribuna da Imprensa*, jornal carioca dirigido pelo barulhento Carlos Lacerda, político conservador e opositor de JK. O texto em questão, inclusive, é dele próprio, e diz que “O 'desenvolvimentismo' tem esse aspecto criminoso, além de suas habituais ingenuidades e tautologias. Ele despreza o café. Considera, em teoria, ultrapassado o ciclo do café” (*Tribuna da Imprensa*, 10 de setembro de 1958, p. 1). O artigo continua acusando o governo de escamotear as políticas agrícolas de aumento de produtividade - entre elas, as do café - em prol da indústria.

Com esse texto, Lacerda demonstra um jeito usual de trabalhar com *desenvolvimentismo* nestes jornais, pintando-o como algo falso e enganador, longe do que seria o verdadeiro desenvolvimento. O uso das aspas é recorrente, como forma de demonstrar que o conceito não carrega legitimidade alguma, como na citação seguinte: “O 'desenvolvimentismo', baseado nas metas faraônicas e na inflação desordenada, leva o país à estatização e à miséria” (*Correio da Manhã*, 11 de julho de 1959, p. 6). Ele sempre está carregado do aspecto ilusório: “[*Brasília é*] Meta-símbolo da integração nacional. Imagem típica de um desenvolvimentismo que desenvolve, inclusive, a penúria das multidões esmagadas debaixo da sobrecarga da inflação” (*Diário de Pernambuco*, 24 de abril de 1960, p. 4). O saldo que sobrou dessa pressa, como resume Alceu de Amoroso Lima, era bastante negativo: “O chamado 'desenvolvimentismo', que foi a causa imediata e principal da atual crise em que se debate a democracia social, foi o espírito de uma industrialização descompensada” (*Folha de S. Paulo*, 4 de novembro de 1962, p. 2). O fato de o termo ter sido mais utilizado pelos críticos fez com que muitos poucos se autointitulassem desenvolvimentistas durante este período, o que certamente foi um fator que restringiu o uso dessa palavra nos círculos que lhe seriam favoráveis⁷.

⁶ Foram pesquisados, entre 1930 e 1969: *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Brasil* (RJ), *Correio da Manhã* (RJ), *Última Hora* (RJ), *Tribuna da Imprensa* (RJ), *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense* (DF), *Jornal do Commercio* (AM), *Diário do Paraná* e *Diário de Notícias* (RS). Todos estão disponíveis, em formato digital, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com exceção da *Folha de S. Paulo*, que disponibiliza o acervo em seu próprio site.

⁷ A exceção clara seria o Iseb. Mais sobre isso, ver Capítulo 2.

À época da declaração de Amoroso Lima, porém, talvez fosse cedo demais para dizer que o desenvolvimentismo havia acabado; mas, curiosamente, existia a impressão de que já era uma experiência passada. E isso porque o conceito já nasceu com uma delimitação temporal bastante específica. O quadro abaixo demonstra a ocorrência, durante doze anos, do termo nos diferentes jornais⁸.

Quadro 1 - Número de ocorrências do termo “desenvolvimentismo” em cada jornal, por ano

	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69
Correio da Manhã (RJ)	-	19	41	31	7	4	3	2	10	10	5	2
Diario de Pernambuco	-	-	13	12	12	13	16	21	10	11	12	6
Jornal do Brasil (RJ)	4	-	9	12	29	6	13	7	4	13	4	3
Tribuna da Imprensa (RJ)	3	10	62	20	2	2	6	4	5	5	3	1
Última Hora (RJ)	1	2	12	10	2	1	4	9	-	-	-	-
Jornal do Commercio (AM)	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Diário do Paraná	-	1	1	2	2	4	1	1	1	1	2	1
Correio Braziliense (DF)	-	-	5	13	3	7	4	3	1	2	3	2
Diário de Notícias (RS)	-	-	1	-	1	2	2	2	4	2	-	1
Folha de São Paulo	-	1	2	-	5	1	1	-	-	-	2	3

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional/ Arquivo Folha de São Paulo

⁸ Nas ocasiões em que *desenvolvimentismo* apareceu mais de uma vez num mesmo texto, foi contado apenas como uma ocorrência. Os números incluem reportagens, entrevistas, artigos, colunas, editoriais e anúncios.

Algumas primeiras impressões saltam aos olhos. O jornal Última Hora, de viés nacionalista e favorável a JK, é um dos que menos se utiliza do termo, demonstrando que seu significado pejorativo se fazia prevalecer. Por outro lado, o Jornal do Brasil, crítico a Kubitschek durante seu governo, mas que depois passou a apoiá-lo, tem como momento-pico de ocorrências justamente o ano em que adotou uma opinião mais reformista e próxima ao ex-presidente, como demonstra o seguinte editorial: “Nada, nenhuma pregação revolucionária da esquerda, nenhum alarma *[sic]* golpista da direita, nem mesmo alguma eventual pregação virtuosa do centro arrancará ao que se chamou *desenvolvimentismo* a prioridade absoluta na escala de valores que organiza, hoje, a vontade histórica deste povo” (Jornal do Brasil, 30 de maio de 1962, p. 6). O periódico, porém, configura-se como exceção dentre os estudados.

Ademais, vê-se que *desenvolvimentismo* não era de uso tão geral assim, já que sua ocorrência concentra-se em alguns jornais mais do que outros, e isso se explica por tais serem, geralmente, os que mais buscavam se colocar dentro do jogo político nacional - exemplo do Correio da Manhã, Diário de Pernambuco e Tribuna da Imprensa. Além disso, também observa-se uma certa concentração temporal: comumente usada entre os anos de 1959 e 1962, a palavra passa a aparecer menos nos seguintes.

Essa concentração revela um aspecto interessante da questão. No caso da Tribuna da Imprensa, por exemplo, chama a atenção o número recorde de 62 ocorrências durante o ano de 1960 - mesmo ano do pico de ocorrências no Correio da Manhã (41). Também é o primeiro e único ano em que todos os jornais apresentam ao menos uma aparição da palavra. Ora, não era para menos: este foi o ano da eleição presidencial, que acabou sagrando Jânio Quadros vencedor. Seu discurso de “passar uma vassoura” na corrupção caiu como uma luva para a oposição organizada, que associava o desenvolvimentismo com uma forma trapaceira de governar. A disputa política também se configurava numa disputa pela mídia, na medida que ter ou influenciar um jornal era tremendamente importante num pleito daquela envergadura. Uma análise dos textos em que o conceito aparece demonstra, justamente, uma campanha com o objetivo de deslegitimar o governo de JK e, assim, causar sua derrota política naquela eleição através de seu candidato, o general Henrique Lott, o que levou o presidente a uma certa batalha cotidiana com os jornais: segundo Furtado, Kubitschek havia-o confidenciado um certo rancor com a imprensa, especialmente o Correio da Manhã, dizendo que “perdia metade de seu tempo respondendo” ao referido jornal (FURTADO, 1989, p. 70). Iniciou-se, pois, um processo de estigmatização do governo juscelinista como uma desordem generalizada, a fim de vender Jânio como alguém capaz de estabelecer a “ordem” no país. À essa altura, *desenvolvimentismo* passou a servir como uma espécie de monumento, uma palavra que, por si só, referenciava e resumia

todas as críticas já feitas a Juscelino quase desde o início de seu governo, focadas na espiral inflacionária e construção da nova capital. Passado o furor eleitoreiro e com a vitória da oposição, o desenvolvimentismo, para essas vozes, parecia superado - e com ele, todo estilo de “mau governo” que corroía o Brasil: “Por isso nossa vida política é um baile de máscaras, dirigido por um *maitre de plaisir*, cuja ideologia é o desenvolvimentismo. É um horror e uma vergonha” (Correio da Manhã, 9 de setembro de 1959, p. 6).

Não foram os jornais que criaram o termo, mas com certeza foram eles os responsáveis por popularizá-lo além de círculos políticos e acadêmicos, a partir desse viés negativo. Nesse sentido, percebe-se que o conceito estava muito pouco atrelado a teorias e estudos econômicos mais elaborados, ou mesmo à ciência econômica em si, como passou a ser entendido mais recentemente. Bem pelo contrário: *desenvolvimentismo*, nessas interpretações, estava mais próximo de algo “acientífico”, ou seja, de algo irracional, sem fundamentos organizados e beirando a irresponsabilidade e o amadorismo, o que se mostrava materialmente pela alta inflação e pelo déficit público. Também aproximava-se de outro uso do sufixo -ismo: o de indicar uma doença ou anomalia. Vozes mais conservadoras também igualavam o conceito a outros em circulação na época, como o fez Lacerda

Esta afirmação dos direitos da pessoa e, sobretudo do espírito da pessoa humana perante as forças que, em nome do tecnicismo, em nome do desenvolvimentismo, em nome do socialismo, em nome, em suma, de uma dessas modas ideológicas que periodicamente afligem a sociedade, se procurou impor em nosso, como em outros países (Tribuna da Imprensa, 15 de outubro de 1958, p. 4)

A associação de *desenvolvimentismo* com outras vertentes de esquerda era uma tática infalível para o lado mais conservador da questão, pois, colocando-os no mesmo conjunto, poderiam aplicar os velhos argumentos antimarxistas, fazendo pequenas modificações aqui e acolá para, assim, deslegitimar o planejamento industrializador como um todo. Mesmo com algumas similaridades, porém, desenvolvimentismo e marxismo estavam longe de ser a mesma coisa, e a disputa entre essas duas correntes também foi conturbada (ver Capítulo 2). Ora, algumas vozes de esquerda não deixaram de criticar o que achavam ser um instrumento de manipulação das grandes massas: Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas em Pernambuco, citava o desenvolvimentismo como um aspecto de “um dos governos mais entreguistas da história” (Diário de Pernambuco, 11 de maio de 1962, p. 5). Outros ainda preferiam ressaltar o aspecto ilusório e distorcido deste fenômeno, como se ele fosse algo sem ligação com o “verdadeiro” desenvolvimento

O programa de metas também era um tipo de planejamento. Mas, esquecendo aspectos fundamentais, deu ênfase exagerada aos problemas econômicos e abandonou os demais. Os resultados são patentes. Houve uma autêntica distorção do desenvolvimento, que é o desenvolvimentismo (Jornal do Brasil, 24 de agosto de 1961, 2º Caderno, p. 2)

José Costa Porto, diretor do Diário de Pernambuco, também declarou: “Ou este desenvolvimentismo se volta às suas fontes puras - o homem - reunindo-se todas as forças honestas do Estado para pôr um paradeiro a este quadro sombrio, ou então não passará de uma farsa, de uma mistificação, de um logro” (Diário de Pernambuco, 29 de julho de 1960, 2º Caderno, p. 2). Foi no Diário que cunhou-se a expressão “desenvolvimentismo às caneladas”, para denotar o que seria um projeto de desenvolvimento sem cunho crítico ou planejamento certo, sendo executado desordenadamente. A interpretação usual seria de que o desenvolvimentismo de JK seria uma versão falsa do desenvolvimento ou, para aqueles um pouco mais moderados, uma vertente defeituosa de um desenvolvimentismo legítimo ainda a ser posto em prática - nesse ponto, *desenvolvimentismo* e *desenvolvimento* parecem inseparáveis, como se este fosse o processo, e aquele a alavanca necessária para pô-lo em funcionamento. Ambas essas interpretações ficaram em certo empate técnico, entre os opositores de Juscelino, no pós-1964, como demonstram afirmações “contraditórias” de Castello Branco, que, ao mesmo tempo que falava em “pôr em prática um novo desenvolvimentismo”, não inflacionário (idem, 13 de fevereiro de 1965, p. 8), também execrava a experiência juscelinista, definindo-a da seguinte maneira

Verifiquei ser mais fácil e mais sedutora a teoria do desenvolvimentismo do que a prática do desenvolvimento, porque a primeira promete obras sem o senso de prioridade, deformando as instituições e deixando de lado os investimentos que não são espetaculares, mas que são absolutamente indispensáveis à continuidade do processo de crescimento (Correio da Manhã, 15 de março de 1967, p. 11)

Essa aparente contradição demonstra, na verdade, o uso político do termo e a tensão entre a propaganda anti-Juscelino e o apelo pela volta do desenvolvimento acelerado e do otimismo presentes nos primeiros anos de seu governo. A partir de certo ponto, a meta era clara: o governo “revolucionário”, que se legitimou com um discurso de “sanar” a economia e retomar o crescimento, deveria ter sucesso em criar um “desenvolvimentismo realista”, como clamava o Diário (Diário de Pernambuco, 16 de maio de 1965, 2º Caderno, p. 5). É de se perguntar se o golpe militar, entre outras coisas, também não foi o resultado de uma disputa pelo controle do

processo desenvolvimentista, mesmo que adotasse um discurso contrário a esta prática - definir isso, porém, está além do escopo deste trabalho, embora as evidências indiquem uma resposta positiva.

É fato que a destruição da imagem de Juscelino - alçado ao posto de alvo político favorito da ditadura - e de outras figuras deveria ser concomitante à volta do desenvolvimentismo, mesmo que, nessa versão renovada, fosse tido como “verdadeiro”, diferente do “falso” posto em prática por ele. A tarefa não era fácil. Mesmo finalizando sua administração com altos índices de inflação e déficit no Tesouro, além de várias críticas em torno da construção de Brasília, o ex-presidente continuava sendo um nome forte e capaz de angariar enorme apoio popular. Em pesquisa feita pelo Jornal do Brasil/Marplan, ainda em 1962, JK aparecia com 42% da preferência dos paulistas num provável pleito presidencial, contra 26% de Jânio Quadros e 16% de João Goulart. O apoio figurava-se maior entre os mais jovens e da classe média (Jornal do Brasil, 1 de julho de 1962, p. 4-5). Também aparecia à frente no Rio de Janeiro, com 32% de preferência (idem, 24 de junho de 1962, p. 23). No Rio Grande do Sul, seu nome estava atrás dos de Jango e Brizola, mas ainda à frente de outros, como Magalhães Pinto (idem, 29 de julho de 1962, p. 5).

Após o golpe de abril de 1964, quando as eleições do ano seguinte ainda estavam agendadas, Kubitschek também aparecia como favorito ao pleito, passando a adotar o discurso das reformas como suporte do desenvolvimentismo (“reformas com paz e desenvolvimento”), denotando uma aliança mais à esquerda dentro de seus quadros. Como sabemos, porém, JK teve seus direitos políticos cassados ainda em 1964, em meio a um jogo político que procurou incriminá-lo por supostos esquemas de corrupção durante seu governo (sem provas contundentes); além disso, posteriormente, as eleições acabaram sendo canceladas - os militares tomaram o poder para si, fecharam ainda mais os círculos políticos e colocaram para frente seu próprio projeto de desenvolvimento, mais autoritário e aberto ao mercado estrangeiro. Até lá, JK sempre apareceu como a sombra desenvolvimentista à qual “naturalmente” se deveria referir ao se discutir os rumos econômicos do país e tirar lições do passado.

Em resumo, pois, podemos definir a ocorrência de *desenvolvimentismo*, baseado nesta pesquisa, em três períodos distintos, de acordo com tendências majoritárias⁹ de consciência temporal: um primeiro, de 1958 a 1960, trata do termo no *presente*, como algo que ainda ocorre por meio da administração juscelinista, sendo urgente sua extirpação do cotidiano brasileiro, o que explica a numerosa ocorrência e o tom grave nas páginas dos periódicos, principalmente

⁹ Com isso, quero dizer que os períodos aqui distinguidos não denotam que *todos* os textos neles contidos apresentem suas respectivas características, mas sim que há uma tendência mais geral nesse trato.

em meio à eleição presidencial; um segundo, entre 1961 e 1964, onde há, num primeiro momento, um tratamento do termo no *passado*, principalmente após a posse de Jânio Quadros: "Derrubando a programação insensível do desenvolvimentismo, substituindo-o por uma série de medidas práticas, de cunho nitidamente regional, o sr. Jânio Quadros deu uma nova dimensão ao processo de desenvolvimento econômico: o toque humano." (Correio da Manhã, 3 de março de 1961, p. 6). Essa ideia - que, no fundo, era ainda uma esperança - de superação do desenvolvimentismo e do peso político de Kubitschek, entra em declínio após a renúncia de Jânio, fazendo com que passe a haver um certo jogo equilibrado entre *passado-presente*, como se os anos de JK ainda reverberassem suas consequências em âmbito nacional, independente da ação de quem estivesse no poder - ou seja, como se o passado esticasse seus tentáculos até o presente de maneira sorrateira.

Por fim, um terceiro período, após 1964, que localiza-se numa consciência temporal *passado-futuro*: ao mesmo tempo que há a condenação do antigo desenvolvimentismo juscelinista, como forma de deslegitimar sua figura e tirá-lo das disputas políticas pós-golpe, começa a haver a reivindicação de um novo projeto desenvolvimentista, tido como "verdadeiro", em referência implícita, mas não menos clara, ao "falso" do ex-presidente. De um jeito ou de outro, nos três períodos, Juscelino foi a figura central à qual o termo ficou referenciado.

Tudo isso parece apontar que as origens do desenvolvimentismo estão em JK, e não em Getúlio Vargas, como analisaram a maioria dos estudiosos anteriormente citados. Contudo, afirmar isso seria ingenuidade. O que se deve fazer é colocar as duas experiências na balança, a fim de poder discernir o que cada um trouxe de inovador e revigorador para todo o movimento, e como ambas fizeram com que o uso desse termo passasse a significar um jeito específico de administração econômica estatal, inédito na história brasileira até então.

2.2 A VISÃO RETROSPECTIVA E OS DIFERENTES PESOS

No decorrer da década de 1960, o conceito *desenvolvimentismo* foi ganhando, gradualmente, espaço dentro de estudos mais acadêmicos, mas ainda com certo viés negativo. Caio Prado Júnior, por exemplo, definiu o que chamou de "neoufanismo desenvolvimentista" como uma intoxicação que atrapalhou a compreensão real dos problemas do país (PRADO JÚNIOR, 2014 [1966], p. 225), enquanto criticava o regime militar por ter colocado em prática um "pseudodesenvolvimentismo" que prometia milagres mas que continuava beneficiando os mesmos (ibidem, p. 284). Para se contrapor a isso, como se sabe, Prado Júnior defendia olhar

para a história brasileira a fim de encontrar o sentido de sua “marcha”, associando o subdesenvolvimento a “resquícios coloniais”, sendo necessário superá-los (idem, 1999 [1968], p. 33).

Concomitantemente, o próprio desenvolvimentismo passou por um processo crítico por parte daqueles que antes acreditavam que ele fosse o redentor dos males nacionais. A relação desenvolvimento-democracia, antes tida como natural, foi descartada após os golpes militares pelo continente, e o advento de fenômenos como o “milagre brasileiro” só reforçaram essa ruptura, representando um ponto de virada enorme na teorização iniciada anos antes com a Cepal. O aspecto negativo do termo, ainda bastante presente, transformou-o numa “palavra maldita” e em certo tabu entre alguns intelectuais a ele associados; para outros, houve a sensação da necessidade de posicionar-se em relação a ele, mesmo que de maneira a afastá-lo de si. Furtado foi um dos que tentaram cortar relações com o conceito, definindo-o como apenas mais um “conservadorismo”, pois sua ideia central seria a premissa da possibilidade de repetir as estruturas europeias na economia latino-americana (FURTADO, 1970 apud FONSECA, 2015, p. 9). Em meio a desilusão desses anos, também decretou que o desenvolvimento era apenas um mito - os países periféricos nunca poderiam repetir o modelo de consumo dos industrializados, já que seu subdesenvolvimento já era o resultado da dependência à qual foram forçados em sua formação histórica (idem, 1974). Dentro da Cepal, nomes como Aníbal Pinto também não pouparam críticas: o desenvolvimentismo seria uma “caricatura”, apegado à noção restrita e insuficiente de crescimento (PINTO, 1976, p. 611).

Ademais, a nascente Teoria da Dependência, de nomes como Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, que desde os tempos da Escola Paulista já digladiavam-se com o desenvolvimentismo e seus preceitos, tornou-se o escopo teórico hegemônico dentro das esquerdas latinoamericanas. O “desenvolvimento dependente” passou a ser tido como o retrato do processo visto até então, e a prova de que a simples industrialização não era caminho suficiente. Marini assim resumiu a questão: “o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana” (MARINI, 1994, p. 5), e, portanto, carregaria os vícios dessa classe.

No Brasil, um dos primeiros a tentar dar contornos mais “neutros” ao conceito foi o professor de Direito Nelson Nogueira Saldanha. Sua definição, inclusive, parece ter iniciado um uso da palavra que se tornou consenso historiográfico, perdurando até pouco tempo atrás. Em seu livro *História das Ideias Políticas no Brasil*, lançado em 1969, Saldanha busca retratar, em seu último capítulo, os anos conturbados após o suicídio de Vargas. Para ele, essa foi a fase

das “ideologias em luta”, onde mais se falou em temas como alienação, nacionalismo, imperialismo, entre outros. Dentro disso, o autor define assim *desenvolvimentismo*

Desenvolvimentismo: este termo denota um estado de espírito, gerado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e tendente a colocar a questão do crescimento econômico (ou principalmente econômico) do país como preocupação básica. (SALDANHA, 2001 [1969], p. 341)

O uso da definição “estado de espírito” resolve certos problemas que se colocam no sentido da palavra, pois é amplo o suficiente para embarcar o contexto das mais diferentes práticas em prol do que se achava ser desenvolvimento no período, sem deixar de lado o aspecto mental da questão, uma certa propensão psicológica e toda a confusão de “expressões cabalísticas, endeusamentos, canonizações, descanonizações, e muita gente naufragando no bombástico” (ibidem, p. 345) - a indefinição de tudo e a aparente desordem, paradoxalmente, seriam o melhor aspecto para se definir o desenvolvimentismo e seu período de existência. A ênfase no crescimento econômico, porém, relaciona-se às críticas dirigidas à Kubitschek desde seu governo: a priorização do econômico em detrimento ao “humano”, um certo economicismo que passaria rasante em relação a qualquer problema mais social. Dentro do campo desenvolvimentista, porém, não eram bem essa a visão das coisas (ver Capítulo 2).

Como vimos, o desprendimento de *desenvolvimentismo* com a figura de JK só recebeu o primeiro impulso durante a ditadura militar e o discurso de realizar um “desenvolvimentismo realista”. Uma separação mais esquemática, porém, só ocorrerá dentro dos círculos acadêmicos, principalmente durante os anos 1980, com a geração de economistas que procurou estudar esse passado e definir seus alicerces - entre eles, os citados no começo deste capítulo. A transformação do desenvolvimentismo em objeto de estudo afastou-o (embora não totalmente) das interpretações negativas comuns ao final dos anos 1950 e começo dos 1960, buscando dar a importância merecida para tal contexto. O maior distanciamento temporal e o rigor científico permitiram a esses analistas perceber os fios que ligavam o período de Kubitschek aos anos imediatamente anteriores - ora, o fato de o termo ter surgido durante o governo de JK já o impregnava com os ares dessa época e com um certo estado mental específico, que denota velocidade, euforia, misto de otimismo, angústia e indefinição sobre a que passo e para onde as coisas iam. Isso não significa, porém, que as práticas vistas durante esses anos não já existissem tempos antes, mesmo que com outras intensidades ou justificativas.

Tendo isso em vista, é importante ressaltar que geralmente outros termos, além de *desenvolvimentismo*, eram comumente usados para se referir a essas décadas. Fernando de

Oliveira Mota, por exemplo, usava as expressões “ideologia do desenvolvimento” e “pressa pelo desenvolvimento” para situar o que, para ele, seria uma tomada de consciência, nos países mais pobres, de seu atraso, e o desejo urgente de se livrar dele (MOTA, 1964, p. 126). Mota coloca o ponto de partida para essa “pressa” como o final da Segunda Guerra Mundial, quando a aspiração por um mundo mais justo alarga-se na mente dos indivíduos, principalmente os mais jovens - nesse sentido, esses termos acabam por remeter ao contexto das relações geopolíticas internacionais, indicando um movimento mais geral, no que ficou conhecido como “Terceiro Mundo”, em prol do progresso material de suas populações. Na prática, contudo, é bem difícil discernir estes termos de *desenvolvimentismo*, e a relação entre eles encontra-se, na verdade, na tensão entre os campos nacional e internacional.

Ademais, é óbvio que uma das características do governo de Juscelino também foi a ideia de velocidade no processo de desenvolvimento - basta lembrar de seu slogan, “50 anos em cinco”. Afinal, quem vai dizer que JK também não imprimiu uma “pressa pelo desenvolvimento”? Muito pelo contrário. Ritmo e aceleração eram temas usuais dentro dos círculos políticos de então: Raul Barbosa (1979, p. 130), em 1957, demonstrou confiança de que os estadistas estavam convencidos de que acelerar o processo de desenvolvimento era uma forma de se aproximar das “aspirações populares”. Por outro lado, vozes diversas viam o processo com pretensa cautela. Roberto Campos (1963b, p. 62), em palestra no mesmo ano, fez uma advertência bastante simbólica: os governantes não deveriam cair no “apelo das massas” para acelerar o desenvolvimento, pois a velocidade acentuada poderia estragar a próprio progresso. Fazer os processos acelerarem seria tirá-los de seu curso natural e ordeiro, comprometendo seu futuro - assim, valia-se da velha máxima de que era necessário inflar o bolo, e depois cortá-lo. A pressa pelo desenvolvimento também gerava sua reação conservadora.

Como traçar, então, essas origens da “pressa” ou do desenvolvimentismo em si? Em que momento os dois se cruzam - ou já não seriam a mesma coisa desde o início, só com nomes diferentes? Ora, basta lembrar as palavras de Fonseca: o desenvolvimentismo já era uma realidade, mesmo antes de nomeado. Assim sendo, o processo é mais longo, e o final da Segunda Guerra Mundial realmente serve como outra chave de compreensão para buscar entender o desenrolar dos processos que levaram o desenvolvimento a ser um imperativo.

As mudanças vistas no pós-guerra refletem-se diretamente dentro do campo da ciência da Economia, o que será tratado mais profundamente no Capítulo 2. Por ora, basta citar que é durante a década de 1940 que ganha corpo, na Europa e nos Estados Unidos, o campo de estudo que ficaria conhecido como Teoria do Desenvolvimento, com nomes como Paul Rosenstein-

Rodan, Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal. A principal preocupação desse campo seria definir os motivos de algumas nações terem ficado para trás na marcha do progresso, e como fazê-las recuperar o tempo perdido. Na América Latina, essa vertente ganhou fôlego com a criação da Cepal, em 1947, juntamente com os textos do argentino Raúl Prebisch, secretário-executivo dessa instituição.

Esse movimento mais geral faz com que muitos estudiosos coloquem o ano de 1945 e os subsequentes como marco do nascimento da noção moderna de desenvolvimento - ou seja, de viés socioeconômico, prezando por variáveis como renda per capita, crescimento da produção e industrialização¹⁰. Para H. W. Arndt, ao fim do conflito bélico, já havia um consenso mais ou menos estabelecido, nos países ocidentais, da necessidade de algo urgente a se fazer em relação aos países “atrasados”. Assim explica o autor

The war had changed the balance of world power. The former colonial powers emerged greatly weakened, the national independence movements greatly strengthened. The ascendancy of the Soviet Union and the consequent spread of communist influence gave the less developed countries the status of a Third World progressively able to take advantage of the Cold War between the superpowers to press their demands¹¹ (ARNDT, 1987, p. 49)

O surgimento da denominação de “Terceiro Mundo” para agrupar os países que, em sua maioria, haviam sofrido ou ainda sofriam as consequências do colonialismo, trazendo fortes entraves para a melhora geral da qualidade de vida, foi um ponto importante para a percepção de que o atraso e as disparidades deveriam ser combatidos e eliminados. Além disso, demarca não só a aparição de um grupo político de peso no cenário mundial, mas também a aceitação do paradigma do desenvolvimento como referencial para se dividir todas as nações do globo. Não há de se negar a importância desse fenômeno, principalmente a partir da Conferência de Bandung (1955), para construção de uma “identidade do atraso” e da necessidade de novos ares para esses países; e a própria classificação de “subdesenvolvido”, que em grande medida substituiu a de “atrasado”, trazia já bem definida uma direção a se seguir: a do desenvolvimento. Desse modo, os cuidados com tais países começam a brotar, bem cedo, nos discursos das

¹⁰ Mais tarde, a ênfase exagerada em aspectos estritamente econômicos foi duramente criticada, o que desembocou na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou a trabalhar com aspectos como expectativa de vida e alfabetização, entre outros, assim como a ideia de desenvolvimento sustentável, respeitoso à natureza.

¹¹ Em tradução livre: “A guerra mudou o equilíbrio do poder mundial. As antigas forças coloniais ficaram enfraquecidas, os movimentos de independência nacionais, fortalecidos. A ascensão da União Soviética e o consequente avanço da influência comunista deu aos países menos desenvolvidos o status de um Terceiro Mundo progressivamente capaz de tomar proveito da Guerra Fria entre as superpotências para pressionar por suas demandas”.

grandes agências internacionais: em seu relatório econômico de 1948, a ONU já assinalava os “problemas urgentes de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos” (ONU, 1949, p. 251), e a recomendação de maiores estudos sobre esses casos para achar soluções o mais rápido possível.

Nesse ponto, o sociólogo suíço Gilbert Rist alerta para um aspecto dessa questão: todo esse jogo em torno do desenvolvimento teve uma vertente firme de cima para baixo - ou seja, era de grande interesse das potências ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, colocar o desenvolvimento como matéria de urgência para os países pobres, pois, desse modo, puxariam-os para o seu lado da Guerra Fria (RIST, 2008). Para o autor, inclusive, é sintomático que o primeiro grande uso do termo *subdesenvolvido* (“*underdeveloped*”) tenha sido pelo presidente norte-americano Harry Truman, em seu discurso de posse de 1949. Nele, Truman defendia o esforço estadunidense de fazer com que o progresso tecnológico fosse expandido para as áreas mais pobres, como forma de diminuir sua miséria - e, dentro da lógica da Guerra Fria, o risco de subversão comunista. Tal política ficou conhecida como Ponto IV, e permitiu, entre outras ações, o envio de missões científicas para países como o Brasil¹², assim como a criação da Aliança para o Progresso, já em 1961.

Apesar de esse novo olhar dos mais ricos em direção aos mais pobres ser imprescindível para se entender o imperativo do desenvolvimento, não se pode afirmar que esse interesse nasceu exclusivamente no Primeiro Mundo. O desenvolvimento, para os países subdesenvolvidos, tornou-se o grito último de soberania e maioridade. Em alguns casos, essa noção vinha mesmo antes dos desenvolvidos entrarem no jogo. Algumas nações “atrasadas” já conheciam a ideia de que a busca pelo desenvolvimento era algo necessário para sua própria independência política. Nesses casos, o que o pós-guerra trouxe de novo foi a ampliação desse movimento além das fronteiras nacionais, a aceitação desse ideal pelos mais desenvolvidos e a sua consequente ajuda - nem sempre, claro, com total comunhão de interesses. Ou seja, houve o encontro entre movimentos nacionais de desenvolvimento, a favor de uma soberania econômica e política, com ações internacionais de ajuda, de acordo com interesses geopolíticos ou humanitários.

É nesse ponto que, no caso brasileiro, entra a importância de Getúlio Vargas. Se é possível falar em desenvolvimentismo nos anos de seu primeiro governo - o que me parece totalmente válido -, é necessário, porém, atentar para as diferenças entre ele e outros pilares

¹² Destaca-se a Comissão Mista Brasil-EUA, melhor tratada no Capítulo 2.

dessa ideologia, como o próprio Kubitschek. Afinal, a classificação de Vargas enquanto desenvolvimentista foi totalmente retrospectiva (obviamente, não menos legítima por isso).

Para começar, é preciso dizer que a defesa da industrialização não precedeu a sua prática. Como resume Love (2011, p. 163), “Na América Latina, a industrialização foi um fato antes de ser uma política, e uma política antes de ser uma teoria”. A conclusão a que se chega é que o desenvolvimentismo passou a classificar processos que já vinham acontecendo - a luta foi pela sua continuidade e sobrevivência, e não pelo seu início. A indústria já havia alcançado níveis bastante significativos quando grupos maiores tomaram consciência do que estava acontecendo e organizaram mais solidamente a sua defesa, utilizando argumentos econômicos ou não. E o período em que isso primeiro aconteceu no país foi, justamente, o governo Vargas.

É bem verdade, ademais, que esse projeto não estava em voga desde 1930, quando ele subiu ao poder. As principais preocupações econômicas dos primeiros anos varguistas giravam em torno da estabilização monetária e do equilíbrio orçamentário, principalmente da suavização dos efeitos da crise de 1929 sobre o café, com a conhecida política de compra de sacas do produto a fim de manter seu preço no mercado externo. Com o passar dos anos, porém, o processo industrializador ganhou ritmo. A diminuição da disponibilidade de produtos estrangeiros acabou impulsionando a produção de bens de consumo local, criando a política que mais tarde foi denominada de substituição de importações. Às portas do Estado Novo, Vargas já salientava o crescimento acelerado do setor secundário, juntamente com a maior coesão do mercado interno (VARGAS, 1937, p. 10-11). Os anos da guerra ratificaram a marcha a novos ares produtivos: a indústria cresceu a uma taxa média de 6,7% ao ano durante esse período, o que faria com que, em 1947, superasse a produção agrícola em valor pela primeira vez na história brasileira (BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 253-266). Mesmo essa superação só se confirmando de fato na década de 1950, foi também em 1947, porém, que o déficit da balança comercial começou a atuar (FGV, 1947, p. 15), indicando o que muitos foram perceber depois: que a substituição de importações, na verdade, aumenta a necessidade de importações ao invés de diminuí-la.

Instituições foram sendo criadas como forma do Estado gerir essas novas demandas do setor produtivo, como o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), em 1934; o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), em 1938; a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), criada em 1942; o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), ambos criados em 1944. Esses novos espaços administrativos - que também não deixavam de ser espaços políticos e de sociabilidade - passaram a agregar muitos dos principais industrialistas brasileiros do período,

e indicam a escalada gradual de uma nascente consciência em torno do problema do desenvolvimento, e o consequente aparelhamento do Estado para esse fim. Sobressaem-se também como espaços em que muitos dos intelectuais desenvolvimentistas da década de 1950 primeiro começaram suas trajetórias profissionais, com destaque para o Dasp.

Nessa época, para muitos destes industrialistas, a principal influência intelectual era o romeno Mihail Manoilescu. Economista de vertente fascista, Manoilescu recomendava a industrialização *à outrance* para os países agrícolas, os quais não exitava em chamar de atrasados (LOVE, op. cit., p. 166). Mesmo que seu nome tenha caído em desuso durante a Segunda Guerra, por conta de sua associação com o Eixo, Manoilescu não deixou de ser uma sombra na defesa da industrialização durante o governo varguista. Isso porque seus textos eram a legitimação útil para ligar os projetos econômico e político do Estado Novo, de grande ênfase corporativista. O Estado era identificado como expressão máxima e verdadeira do povo e da nação em si - eram dispensados, em tese, quaisquer intermediários entre o governo e a população, sendo esta uma forma de eliminar a luta de classes e criar uma pretensa harmonia dentro da sociedade.

Tal sistema de governabilidade seria o ideal para lidar com a antiga dicotomia entre “Brasil real” e o “Brasil legal”, lógica dualista bastante presente entre intelectuais do período, na qual o “real” seria a parte do país ainda agrária e exportadora, enquanto o “legal” seria o crescente espaço urbano-industrial que então começava a tomar corpo. Essa ambiguidade era entendida como uma essência constitutiva da formação nacional, não podendo ser eliminada, mas sim manejada de algum jeito novo, a fim de maximizar seus pontos positivos. O velho e simples liberalismo não seria adequado para gerir essa dualidade e muito menos o progresso brasileiro (GOMES, 1998, p. 500-514). A participação estatal corporativista na economia era vista como solução para o caso nacional, devido a esta especificidade.

Nesse ponto, uma ressalva precisa ser feita em relação à historiografia sobre o tema. Dutra Fonseca denominou de “liberalismo de exceção” esse discurso de que, no caso específico de nações como o Brasil, a doutrina liberal não se aplicaria. O autor traz como exemplos, discursos de políticos como Amaro Cavalcanti e Inocêncio Serzedo, entre o final do século XIX e começo do século XX, que defendiam que mesmo autores clássicos como Adam Smith e John Stuart Mill haviam apontado casos excepcionais em que o Estado poderia intervir (FONSECA, 2000, p. 347). Esse movimento, porém, parece diferente daquele o qual John Keynes inaugurou já na segunda metade dos anos 1930, e que influenciou a economia mundial a partir de então. Para este economista inglês, o liberalismo só funcionaria dentro de condições bastante específicas e difíceis de serem colocadas em prática: pleno-emprego. Assim, a doutrina

ortodoxa aparece apenas como uma vertente dentro da “teoria geral” da Economia, uma possibilidade dentro de tantas outras - embora, de fato, apareça como fim desejado de uma economia dirigida. No caso dos intelectuais citados por Fonseca, porém, o que parece haver é um alargamento interessado das exceções postas pelos liberais clássicos. Nenhum destes - nem Smith, nem Mill - colocou como exceção algo tão grande como amplas tarifas protecionistas a longo prazo, muito menos um projeto industrializador via Estado. Esse encaixe megalomaniaco nada mais foi do que um instrumento de convencimento em relação a preceitos teóricos que, àquela época, ainda eram hegemônicos. Na verdade, sugere também a aceitação de que o liberalismo seria ainda a norma a ser seguida em condições econômicas usuais.

Já o que se vê a partir de 1930, e principalmente durante do Estado Novo, é a negação do liberalismo com justificações além do simples campo econômico. De inspiração fascista, tal negação foi uma das chaves de legitimação do modelo de governo posto em prática, embora tenha criado um precedente para sua manutenção em tempos democráticos. Paradoxalmente, essa negação também não impediu Vargas de tomar medidas mais ortodoxas durante seu governo, como cortes orçamentários, embora esse não fosse o enfoque usual de suas ações. Para Paiva Abreu (2013), Vargas podia até adotar discursos ortodoxos vez em quando, mas sua prática era majoritariamente heterodoxa, a exemplo do importante controle sobre as importações visto no começo de seu governo. Já Bielschowsky (op. cit., p. 250) trata o período como uma mistura de ares mais conservadores e de medidas mais progressistas, sendo impossível defini-lo integralmente como uma coisa só. Na verdade, também é difícil falar num projeto de desenvolvimento regular durante o governo Vargas, pois as políticas foram sendo definidas muito ao sabor dos fatos (LEOPOLDI, 2007, p. 248). Isso não implica, porém, que o processo industrializador tenha sido sempre “espontâneo” durante esses anos, ou seja, que não tenha sido deliberadamente estimulado. De fato, a temática do planejamento estava em discussão há algum tempo, aqui e acolá, e a criação de instituições indica a consciência sobre a condição do processo produtivo nacional. Mesmo assim, é difícil perceber constância durante todos esses anos quando se trata de um projeto de planificação, e a crítica posterior dos economistas, como Rômulo de Almeida, foi de que, até então, o intervencionismo brasileiro havia sido ocasional e em circunstâncias isoladas (ALMEIDA, 1950, p. 22).

Apesar disso, o ponto principal a ser ressaltado da política econômica de Vargas, para os fins desenvolvimentistas, foi a mentalidade nacionalista da produção, principalmente na propriedade dos recursos naturais que denotassem quaisquer auxílios imprescindíveis às indústrias de base, cerne da defesa industrial varguista. Os Códigos de Água e Minas - ratificados nas constituições de 1934 e 1937 -, que davam ao governo autoridade máxima na

exploração ou autorização para exploração desses recursos, foram passos importantes na caminhada industrializadora do país nesses primeiros anos do que se pode chamar um desenvolvimentismo nascente, visando assegurar a disponibilidade desses meios. Garantir uma indústria de base forte era, pois, fazer o processo industrializador - no início, bastante restrito aos bens de consumo - tomar uma forma mais planejada, completa e segura, e começar a marcha em direção a sua autorreprodução. Também eram setores que, por conta de sua importância estratégica, ganhavam apoio de parcela dos militares e do empresariado para sua nacionalização: Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Francesco Matarazzo foram alguns daqueles que investiram maciçamente em recursos como o petróleo, e sempre alertavam para a dependência, nessas áreas, em relação a empresas estrangeiras (ibidem, p. 253). Garantir esses recursos era, pois, garantir a independência política e econômica do país, como diz relatório do CFCE em 1937

A subcomissão estabelece os princípios básicos que deverão orientar a solução do problema [*da questão siderúrgica*]. São, em breve, os seguintes: a independência econômica do país, sem a qual a independência política não passa de simples ficção, só pode ser obtida por meio de industrialização sob controle nacional; sem grande siderurgia, não pode existir industrialização. (MARTINS, 1976 apud BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 252)

Essa diversificação produtiva, baseada inclusive na expansão de crédito, foi não só um dos cerne da expansão do mercado interno, mas também um dos motivos que colocam Vargas mais para o lado da heterodoxia econômica (BASTOS, 2016, p. 183).

O desenvolvimentismo, como se vê, é totalmente tributário das mudanças econômicas ocorridas durante os quinze anos de Getúlio Vargas no poder. Ao mesmo tempo, porém, o fato de que os processos não tenham sido deliberadamente *iniciados* - que, na verdade, o desenvolvimentismo, enquanto ideologia ou mesmo “estado de espírito”, seja muito mais a tomada de consciência do que estava acontecendo do que a busca por começar as coisas do zero - faz com que seja impossível colocar um ponto exato para o seu surgimento (ou mesmo para seu fim). Na verdade, poderia-se falar de um longo curso do desenrolar deste fenômeno, partindo dos anos 1930, passando pela Segunda Guerra Mundial, os primeiros anos da Guerra Fria, o governo de Kubitschek, a Ditadura Militar, etc. Neste curso, cada ponto representa um novo começo, no qual algumas coisas mudam, outras permanecem as mesmas, justificações e ênfases trocam de lugar e o percurso em si é revigorado e alterado. Interpretando desse modo, pouco importa distinguir “pressa pelo desenvolvimento” de *desenvolvimentismo*: o processo a que pertencem é o mesmo.

Não é por acaso, então, que na volta de Vargas ao Executivo, em 1950, o presidente agora democraticamente eleito passe a adotar o discurso desenvolvimentista que, anos depois de sua primeira queda, passou a predominar no cenário político nacional. Essa “renovação” do discurso de Vargas não demonstra uma ruptura de suas preocupações econômicas anteriores, pelo contrário: há grande continuidade em relação ao seu período ditatorial, como o nacionalismo e o papel estatal; mas, dessa vez, sabendo adotar os termos e questões então em moda, como meio de se posicionar num contexto político novo. Assim disse

O progresso social se vinculará solidamente ao desenvolvimento econômico. O Governo não poupará esforços para favorecer a acumulação de recursos públicos e privados, que se destinam a ampliar a produção nacional, e assim melhorar, pelo emprego e pela abundância, as condições de vida de nosso povo. (VARGAS, 1951, p. 13)

Para tanto, Vargas continuava a pôr em destaque as indústrias de base: “Carvão, Petróleo, Eletricidade: [...] os três poderosos instrumentos do Progresso” (idem, 1952, p. 14). A campanha para Petrobras, principal feito de seu segundo governo, foi parte da longa jornada do Estado dentro do setor das indústrias pesadas, iniciada, como vimos, nos anos 1930, e que foi uma das principais contribuições de Getúlio para o caminhar do desenvolvimentismo. Outro ponto ressaltado por ele também era a crescente cooperação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a fim de tentar melhorar o padrão de vida destes últimos

A era do imperialismo econômico [...] pode ser considerada ultrapassada, senão nos fatos, pelo menos nos princípios que formam hoje a vida internacional. Tanto os povos adiantados, como os povos subdesenvolvidos do Ocidente, sabem que o mundo democrático não poderá sobreviver se não conseguir superar o exagerado desnível econômico entre as áreas de que é formado. (idem, 1951, p. 19)

Vargas soube perceber que a temática do desenvolvimento havia se tornado uma moeda de grande poder, tanto interna, quanto externamente. Neste seu segundo governo, o presidente pode parecer muito mais ligado ao que se passou a entender enquanto *desenvolvimentismo* do que em seu anterior, mas isso não significa um integral desvio de seu caminho, mas sim a percepção de onde as coisas estavam, dos discursos levantados, além da influência daqueles que ocupavam espaços importantes em seu círculo político, pois Vargas soube cercar-se daqueles que pensavam e praticavam o desenvolvimento planejado, como foi personificado em sua Assessoria Econômica (ver Capítulo 2) e na Comissão de Desenvolvimento Industrial, ambas criadas por ele. Essa sua reaparição - assim como seu trágico fim - são episódios

importantes dentro de todo caminhar da pressa pelo desenvolvimento, e mostram a certa dramatização presente no período.

2.3 OS ANOS DE KUBITSCHKE, A AMÉRICA LATINA E OS CLAMORES ETERNOS

Tendo sido, em grande parte, um processo de tomada de consciência do que estava acontecendo, o desenvolvimentismo muito deve aos aspectos mentais - tanto quanto aos materiais. Ora, a principal novidade da era Kubitschek é justamente essa - a grande euforia em torno do desenvolvimento, o otimismo dos “anos dourados”; mas também a contrapartida da angústia e o medo de as coisas não darem tão certo quanto se esperava. Todo esse caldeirão era o sinal de um país que tentava se encontrar - o suicídio de Vargas, as tentativas de golpe de Estado após a eleição do próprio JK, foram eventos grandes num mar de indefinições políticas que lançou, à busca por soluções e estabilidade mais gerais, grande número de indivíduos brasileiros. O desenvolvimento econômico foi uma das respostas encontradas - ou melhor, descobertas.

Não à toa, olhando retrospectivamente, o governo de Kubitschek possa parecer um momento isolado de fortuna em meio ao caos político de todos os lados - basta lembrar que foi um dos poucos presidentes, desde 1945, a conseguir terminar seu mandato democraticamente. A memória sobre esses anos usualmente recai numa certa nostalgia (BENEVIDES, 1991, p. 11-15). Dado a pesquisa de opinião citada no começo deste capítulo, o desenvolvimentismo juscelinista foi bastante exitoso em deixar suas marcas nas preferências de muitos brasileiros, não simplesmente por métodos propagandísticos, mas porque realmente imprimiu mudanças materiais e mentais em boa parte da população. Embora, claro, as coisas não tenham sido tão pacíficas durante seu governo, pode-se dizer que a experiência desenvolvimentista de JK obteve resultados positivos surpreendentes, o que também garantiu a sobrevivência parcial desse movimento após o golpe de abril de 1964.

Ademais, Kubitschek inseria-se num ambiente mais amplo em prol do desenvolvimento planejado na América Latina. Além do movimento dos países mais ricos em direção ao continente, para “cooperar” com seu desenvolvimento, também a fundação da Cepal, em 1947, sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch, foi um importante ponto de propulsão da marcha em defesa do desenvolvimento e da melhoria de vida da região, na medida em que se tornou uma matriz política de peso. Foi quando a industrialização finalmente virou teoria - relembre as palavras supracitadas de Love -, ganhando peso científico, transformando-se num certo status de “verdade” técnica dita “neutra”, mesmo não sendo menos interessada do que

qualquer outra visão, fosse conservadora ou progressista. A Comissão representou um enorme esforço intelectual de pesquisar os problemas do continente e procurar os argumentos necessários para sustentar a tese industrial com auxílio do Estado, e também foi um contraponto à influência norte-americana, com estes até se colocando contra a sua criação, para não terem uma concorrência contra a Organização dos Estados Americanos (OEA) (FURTADO, 1988, p. 85).

O lançamento do texto *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* (1949), de Prebisch, denominado mais tarde como “Manifesto Latino-Americano” ou “Manifesto dos Periféricos”, tamanha sua importância adquirida à época, marca, pois, o início de um movimento institucional e ideológico a favor do planejamento industrial no continente. Nesse momento em que o desenvolvimentismo é teorizado, surgem pressupostos que inexistiam em anos anteriores, principalmente a ideia de necessidade de regimes democráticos como condição básica para sua prática, algo totalmente novo até então, na medida em que as principais experiências desenvolvimentistas haviam sido em momentos autoritários. É reforçada, ainda, a ideia de que há uma distância a se recuperar entre ciência e realidade, como se aquela estivesse anos-luz atrás desta, tornando-se um obstáculo ao progresso social das nações “atrasadas”. Ademais, os aportes teóricos criados e desenvolvidos na Cepal, principalmente as ideias de Centro-Periferia e da deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas, foram de grande circulação dentro dos âmbitos políticos e acadêmicos dos países latinos, tornando-se paradigmas de entendimento sobre a região. A instituição também foi um centro de formação de economistas para todo o continente, sendo a principal referência desse saber científico na região por um bom período. Muitos dos nomes que foram ganhando peso, como Celso Furtado, Ignacio Rangel, Aldo Ferrer, Aníbal Pinto, etc., passaram pela Comissão em algum momento.

A Cepal foi uma base forte para que os demais países, não só o Brasil, também tivessem suas experiências desenvolvimentistas - ou melhor, *desarrollistas*. Na Argentina, por exemplo, durante o governo de Arturo Frondizi (1958-1962) - e embora este e seu braço-direito, Rogelio Frigerio, se dissessem contrários à Cepal, como crítica mais pessoal à figura de Prebisch, na verdade¹³ -, vê-se claramente o uso de teorias cepalinas, como a de Centro-Periferia, como maneira de justificar certo ideal socioeconômico de recuperação de um atraso histórico.

¹³Para muitos argentinos, Prebisch representava a conhecida “Década Infame” da história daquele país, caracterizada por maior abertura ao capital estrangeiro, inflação, perseguições políticas e fraudes eleitorais. Prebisch havia sido presidente do Banco Central Argentino durante este período. Para mais informações, ver Bossio (2012).

Também no Chile, com o estado de bem-estar social dos anos 1920 e a criação da *Corporación de Fomento a la Producción* (Corfo), já em 1939, vê-se a criação anterior de um ambiente institucional que seria favorável ao *desarrollismo* dos anos 1950, também nos moldes do que ocorria no Brasil.

Mesmo que, obviamente, cada país tenha sua especificidade, é possível traçar um paralelo significativo entre essas diferentes experiências, dando a compreensão do desenvolvimentismo em sua magnitude extrafronteiras. A pressa, a sensação de caos e a fé no desenvolvimento são características comuns que encontramos em situações além da nossa. Tão tributário de seu tempo, pois, o desenvolvimentismo é o signo de países - ou de um continente todo, com raras exceções - que buscavam não só o progresso ou a melhoria de suas vidas, mas sim uma identidade própria e positiva, que não fosse a simples etiqueta de “Terceiro Mundo” e todos os estereótipos que ela costumava trazer. E esse é o grande mote para entender o fenômeno: o desenvolvimentismo nasceu como um grande movimento identitário, de perguntar o que somos e, mais importante, para onde queremos ir (e a que ritmo queremos ir). Encaixa-se num movimento anterior - que, no Brasil, remete ao menos ao início do século XX - de estudos de cunho social e científico sobre a “essência” nacional, com o diferencial de, dessa vez, haver a vontade clara de promoção de mudanças estruturais, significando rompimento com tradições socioeconômicas. O fim trágico dessas experiências é, na verdade, a frustração de um futuro não realizado, a derrota da euforia que trazia como certeza que o progresso seria para todos - e, conseqüentemente, a vitória do que mais temiam. O desenvolvimento em si não ter perdido seu charme após essas frustrações é o sinal, como diz Rist (op. cit., p. 23), de seu caráter religioso, de sua fé inabalável e da vontade das pessoas de terem a sensação de que estão caminhando em algum rumo certo e seguro.

Como marca de um tempo, o desenvolvimentismo carregava, sem sombra de dúvida, um grande peso geracional - no caso, um considerável apelo entre os jovens. Seus críticos não deixaram de citar, vez ou outra, esse aspecto, como forma de deslegitimá-lo como uma simples “moda”, sem cabimento ou racionalidade a longo prazo, como se se resumisse a uma exteriorização das emoções, e não da razão madura. “Já pensaram se este tremendo esforço de desenvolvimentismo material fosse empregado em educar a juventude para a única revolução que nos pode salvar, no lombo da montanha russa, em cima do qual se está trepado?”, falava Assis Chateaubriand, já quando se achava que o desenvolvimentismo era um cadáver em exumação (Diário de Notícias, 29 de março de 1966, p. 2). “Já tenho lido e ouvido que o desenvolvimentismo é o moderno deus ex-machina pairando sobre o espírito das novas gerações brasileiras”, disse, por sua vez, Benedito Costa Neto, vice-presidente do grupo Folha

da Manhã S/A (Folha de São Paulo, 30 de junho de 1960, 1º Caderno, p. 3). Ora, enquanto movimento identitário, o desenvolvimentismo tinha muito a ver com os países jovens - jovens não só em sua formação histórica, mas também em sua composição populacional: no caso brasileiro, essa parcela (entre 15 e 30 anos) manteve-se na média de 30% do total da população, entre os anos de 1940 e 1960¹⁴. Um número considerável, que dava a esse setor grande peso de mobilização dentro do cenário político, mesmo que nem sempre decisivo. Mais sensíveis, talvez, a ideais de mudança, os jovens foram uma das principais bases de apoio ao desenvolvimentismo.

É um tanto paradoxal, porém, que esta euforia nacionalista em prol de mudanças estruturais tenha tido um grande ambiente favorável nos anos do governo JK. Mesmo com todo o suporte ao capital industrial, nada impedia Kubitschek de ter uma grande base de apoio - talvez a sua mais importante - dentro dos setores ruralistas, mais ligados ao seu partido, e principalmente aqueles que fossem mais destinados à produção para consumo interno (os mais interessados no processo de direcionamento ao mercado nacional, pois) (MOREIRA, 2008, p. 177). Tais setores apresentaram crescimento vertiginoso nos anos imediatamente anteriores do governo de JK, com seu produto chegando a 77% da renda agrária nacional no ano de 1955, acompanhando de perto o crescimento da indústria (FGV, 1958, p. 66). Essa elite rural, que dava estabilidade a Kubitschek, acreditava que a reforma agrária resumia-se a simples modernização do latifúndio (ou a “industrialização da agricultura”), e o movimento para o interior reforçado com a construção de Brasília, na verdade, foi uma ótima oportunidade para aquisição de terras ainda inabitadas, vide a pouca atenção dada ao programa de colonização pelo governo, além da crise do Serviço de Proteção ao Índio (MOREIRA, op. cit., p. 186-188).

Ao contrário do que muitos dos intelectuais desenvolvimentistas defendiam ou mesmo podiam pensar, o governo de Kubitschek assistiu à ampliação desse setor dito “arcaico”, que, mesmo prezando (nesse momento) pela manutenção da democracia - distintamente do que acontecia com Vargas -, também não esperava pela sua ampliação, principalmente no que concernia ao trabalhador rural. A imagem ambígua do governo, um tanto quanto personificada na aliança PSD-PTB, é mais um aspecto que prova que o desenvolvimentismo, enquanto fenômeno histórico, não é tão simples assim de se definir. Em verdade, pode-se falar em desenvolvimentismos, no plural, que existiam simultaneamente e se digladiavam em campo político, como tenta demonstrar Bielschowsky. A generalização foi usada pelos adversários

¹⁴ De acordo com os censos demográficos do IBGE: 12.464.667, em 1940, em um total de 41.236.315; 15.598.550, em 1950, em um total de 51.944.397; e 20.122.092, em 1960, em um total 70.191.370.

políticos a fim de deslegitimar todos, ou então pelos estudiosos que, mais por necessidade, utilizaram-se dela a fim de criar um objeto de estudo com mais capacidade de ser observável.

Vale ressaltar, ainda, que a euforia dos anos de Kubitschek muito se baseava na expansão da infraestrutura econômica, principalmente nos setores de energia e transportes, tidos como os grandes “estrangulamentos” da economia nacional. No Plano de Metas, além da continuidade dos planos energéticos - principalmente do petróleo -, a indústria automobilística recebeu grandes incentivos para se instalar no país, e 78% da meta de aumento da frota nacional foi atingida ao final de seu governo (PAIVA ABREU, op. cit., p. 214). As montadoras receberam generosas contribuições fiscais, monetárias e creditícias, o que resultou no aumento da importância deste setor na economia, assim como a entrada do país numa certa lógica de funcionamento do capitalismo de então.

Tudo isso vinha com um grande estímulo ao consumo. Tal medida estava muito ligada a esses primeiros anos da Guerra Fria, em que, como meio de propaganda anticomunista, a liberdade de consumo capitalista era intimamente associada à liberdade de expressão. Consumir era um sinal de autonomia e individualismo liberal, uma forma de imprimir personalidade no convívio cotidiano. Era uma forma de afastar a subversão, acima de tudo

A ampliação de nossa base econômica [...] viria afastar progressivamente, pela melhoria das condições de vida do povo, a possibilidade de infiltrações subversivas que, mercê de Deus, não encontram curso no espírito cristão e democrático de nossa coletividade [...] *[O Governo]* Combate-os *[os comunistas]* também indiretamente, pelo fomento intensivo da riqueza nacional, pelo aumento da produção, pela elevação do padrão de vida dos nossos trabalhadores e mediante outras realizações de caráter social e econômico em benefício dos trabalhadores das cidades e dos campos (KUBITSCHKEK, 1957, p. 83 - 116)

O desenvolvimento estava intimamente conectado com a manutenção da “paz” e da “ordem” no país. O ideal de conservação da democracia no mundo ocidental - nascido, num primeiro momento, como forma de evitar a repetição da Segunda Guerra Mundial, e, depois, como maneira de afastar o perigo comunista - associou-se intimamente com o progresso econômico. A certeza da vocação nacional para o crescimento era modo de acabar com um dos riscos que se imputavam a países de Terceiro Mundo: revoluções populares. Essa “paz” seria mantida pela interiorização das atividades econômicas por meio da realização de grandes obras, num afã de não só criar crescimento necessário para se retroalimentar - numa espécie de interpretação exagerada do keynesianismo clássico -, como também para monumentalizar o nome do próprio presidente e eternizá-lo na história política do país. “Juscelino Kubitschek era

uma personalidade que se afastava profundamente dos padrões brasileiros”, já dizia Furtado (1985, p. 176). Anos mais tarde, Lucas Lopes relembra esse lado do presidente com criticismo

A ideia de Juscelino e de todo o universo político em que vivíamos era que a execução de obras criaria condições para que nos anos seguintes existissem elementos de recuperação. Não havia julgamento se, ao executar essas obras, se estaria criando um processo perverso de inflação que tornaria inviável o prosseguimento da política de desenvolvimento. Faltou sempre um senso de equilíbrio, a noção de até que ponto era possível concordar com uma pressão inflacionária para no futuro poder recuperar esse processo com o desenvolvimento econômico. (LOPES, op. cit., p. 219)

De fato, a inflação, durante este governo, alcançou a casa dos 35% anuais (PAIVA ABREU, op. cit., p. 218), representando alvo favorito de críticas dos opositores de Kubitschek, como vimos. A construção de Brasília, um tanto adicionada de última hora aos planos de ação do governo, foi o grande elemento a ser criticado nesse aspecto: apresentava, dentro de toda a economia do país, um grande potencial de distúrbio (FURTADO, op. cit., p. 175). Ao final, era um sintoma de toda a aceleração - ou da vontade por aceleração, do anseio de imprimir velocidade e novos ares para o Brasil - e também foi, ao que parece, a grande marca do “nacionalismo” de JK, se houve algum.

A questão é que este pretense nacionalismo de Juscelino foi um tanto duvidoso. De acordo com Paiva Abreu (op. cit., p. 213-214), o governo adotou medidas majoritariamente favoráveis ao capital estrangeiro, e mesmo a “ruptura” com o FMI, em 1959, representou mais o fracasso do Plano de Estabilização Monetária - lançado após um recorde deficitário do orçamento público em 1957 -, que contava com o apoio do Fundo, do que um afastamento em si da influência deste órgão. Nos bastidores, porém, Lopes, então Ministro da Fazenda (e que enquanto tal havia elaborado o Plano), havia pedido a Kubitschek para paralisar as obras de Brasília, a fim de dar condições mais favoráveis desta estabilização ocorrer, ao que o presidente teria respondido com “um salto” e quase mandado o ministro “à puta que pariu”, negando-se a ter o mesmo destino de Frondizi (FURTADO, 1989, p. 70)¹⁵. O episódio resultou na dita “ruptura” e na demissão de Lopes da pasta, o que explica, em parte, seu ressentimento com o tema, explicitado no trecho supracitado.

¹⁵ O episódio é citado por Furtado em sua autobiografia. Segundo ele, Juscelino havia-o chamado, juntamente com Cleantho de Paiva Leite, para uma reunião particular no Palácio das Laranjeiras (à época, ambos eram diretores do BNDE). Nesta reunião, Juscelino teria confidenciado suas preocupações com as pressões do FMI, representadas, mais proximamente, pelas figuras de Lopes e de Roberto Campos.

Nesse sentido, a nova capital tornou-se a preocupação primordial de Kubitschek, tentando a construí-la a todo custo, e o afastamento do órgão internacional, na verdade, foi uma reação a um grupo interno, adepto das diretrizes do FMI, mas que começava a ventilar a possibilidade da paralisação das obras no planalto central. O próprio presidente e boa parte de seus assessores mais próximos, inclusive, não eram totalmente contrários à “cartilha doutrinária” do Fundo, e a política de obras públicas do governo, até então, nada tinha de contrário a ela (ibidem, p. 71). Porém, com a mudança do cenário internacional, o presidente negou-se a desacelerar sua política de obras, o que resultou em tal imbróglio e, conseqüentemente, sua fama de nacionalista, o que demonstra certo descompasso entre suas ações e a intelectualidade desenvolvimentista, formada nos anos anteriores.

De um jeito ou de outro, esse episódio serviu para o afastamento de parcela desta intelectualidade - a mais simpática ao capital estrangeiro - do governo de Juscelino. Foi a partir daí que Roberto Campos, que se demitiu da presidência do BNDE após a “ruptura”, começou a alinhar-se mais para o lado do liberalismo, fomentando suas relações à direita, com figuras como Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. Em 1960, já após a eleição de Jânio Quadros, Campos publicou um artigo na imprensa bastante simbólico, no qual tentou cortar quaisquer conexões entre ele e a política econômica do presidente em fim de mandato

Instintivamente talvez perceba o povo que não existe real conflito entre estabilidade e desenvolvimento, e sim apenas entre estabilidade e desenvolvimentismo. Este nada acrescenta àquele a não ser o 'sufixismo' sinistro e a excitação aventureira. O 'desenvolvimentismo' é uma espécie de doença infantil do desenvolvimento, que tem como prioridade, o *espetacular* (Correio da Manhã, 6 de novembro de 1960, p. 2)

Vê-se que a “ruptura” com o FMI, mesmo que não tenha significado um exemplo de alguma espécie de nacionalismo econômico em Kubitschek, foi um acontecimento que rachou, de fato, a intelectualidade desenvolvimentista. Campos (e também Lopes) passam a adotar o discurso que a oposição ao governo já estava praticando: que era preciso acabar com a “ilusão” e o “amadorismo” do desenvolvimentismo e que era necessário controlar a inflação por meio de políticas fiscais ortodoxas e por uma diminuição das ações estatais no campo econômico. Nesse sentido, houve uma redefinição do campo político de maneira geral e deste campo intelectual em específico, cuja formação esteve sempre conectada ao Estado e suas instituições.

Ao fim, conclui-se que o desenvolvimentismo é não só de difícil definição, mas também de difícil datação, se se quiser colocar um marco exato - 1930, 1937, 1945 ou 1955: definir-se por apenas uma dessas datas seria ignorar os acontecimentos que dilataram todo o processo da febre pelo desenvolvimento e seu desenrolar nos outros anos. O processo foi longo, deu resultados múltiplos, e o leque de vertentes - e de disputas entre elas - é imenso. Defesa da industrialização? Sim. Por meio do planejamento do Estado? Sim, embora houvesse grandes desavenças quanto ao grau dessa intervenção. Presença de nacionalismo? Sim, mas vemos que, entre Vargas e JK, se houve nacionalismos, foram de espécies distintas, mas que acabaram por se complementar em relação ao processo desenvolvimentista. Mas, além dessas questões mais gerais, não se pode esquecer que o imperativo do desenvolvimento foi uma situação de busca pela identidade própria de vários países, de tentativa de aniquilação de um passado indesejado e da esperança pelo porvir. Se a industrialização planejada foi uma das materializações dessa busca, muito tem a ver com o clima científico da época, do estado das relações internacionais, das convulsões internas de cada nação e dos ideais que impregnaram uma geração toda. Dar conta disso tudo é impossível, mas o simples fato de se ter isso em mente é suficiente para entender como o desenvolvimento, essa divindade moderna, tornou-se centro de gravidade das pessoas. Entre elas, destacam-se os economistas, adeptos de um campo do saber de crescente peso simbólico nesse período, transportando-os para um papel político então inédito para esta ciência, tornando-a responsável pela construção de um futuro novo e colocando-os, como Brasília, à beira do nada.

3 A CIÊNCIA DA PRESSA: O DESENVOLVIMENTO COMO PROPULSOR DE UMA NOVA ECONOMIA

*Em meus estudos sobre a economia brasileira,
parto da historicidade das leis em ciência.*

Ignácio Rangel (1957)

*[o economista] Deve saber que toda ciência trabalha
com esquemas conceituais, mas elabora e testa esses
esquemas com base na observação do mundo objetivo.*

Celso Furtado (1962)

Um certo ar de novidade adentrou os pulmões dos economistas brasileiros que viram no desenvolvimento a resolução das questões nacionais. Todo o sentimento de pressa e de vontade de acelerar as coisas exigia deles, não só enquanto cidadãos, mas enquanto cientistas de uma área do saber intimamente ligada a esse problema, a entrega de análises, teorias, esquemas e hipóteses capazes de lidar com a situação de turbulência pela qual o país passava, e, mais do que isso, de encontrar respostas cabíveis que dessem diretrizes do que fazer e de que caminho seguir. Não poderia deixar de haver, nesse sentido, uma mistura de fé com racionalidade; de crença na melhoria das coisas com o esforço de fazê-las deliberadamente progredir – e, claro, da procura de uma identidade nacional nova e positiva para aqueles países que se encontravam na incômoda posição de subdesenvolvimento.

Dentro dessa perseguição por afirmações, o discurso da necessidade de algo “novo” espalhou-se dentro da Economia como saída para confrontar o “velho” arcabouço liberal, definido como ultrapassado ou simplesmente não compatível com a realidade do subdesenvolvimento. Havia a sensação de um certo descompasso entre a teoria e os fatos, com aquelas não dando mais conta destes (PREBISCH, 1949, p. 71-72). A situação era outra, as respostas também deveriam o ser. O subdesenvolvimento seria uma condição específica e inédita, e não uma simples etapa na “marcha natural” do progresso. Não adiantaria tirar conclusões de situações hipotéticas ou do contexto de outros países, mas sim atentar para a realidade material do Brasil, o que estava acontecendo de fato, e assim, depois, elaborar programas – era esse, ao menos, o preceito: “Não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos” (FURTADO, 1962, p. 81).

Havia a consciência de que as leis da ciência não são universais ou absolutas, e que aquele contexto demandava um novo suporte teórico que justificasse as ações pretendidas - “ao nos recusarmos a nós próprios [...] a atitude ingênua de supor que estamos pensando a realidade econômica ‘em geral’, imutável, e não nossa própria realidade contingente, recusaremos as pretensões ingênuas dos antigos que julgavam estar construindo para a eternidade” (RANGEL, 1956, p. 206).

É bem verdade que o discurso antiliberalista, no Brasil, estava posto desde o período varguista, mas o que se viu no decorrer dos anos 1950 foi a procura por sua manutenção em tempos democráticos (já que os liberais ainda eram uma força política considerável) e a busca por estabelecer essa verdade dentro do âmbito científico, com a disputa dentro dos espaços acadêmicos e institucionais em Economia - no meio do processo de sua melhor estruturação - para, assim, garantir a inserção de problemáticas mais heterodoxas dentro dos programas de ensino e de governo.

Essa luta por uma nova Economia acoplava-se à justificativa de que o profissional dessa área deveria atentar mais para as “questões sociais”, sendo de sua responsabilidade saber lidar com variáveis outras que não as simples econômicas. Esse alargamento de suas funções os dava, inclusive, uma nova força dentro do campo científico, pois a substituição do “interesse desinteressado” (“neutralidade”) por “atendimento da demanda social” demonstra, dentro deste campo, a busca por uma nova legitimidade, relativamente indiscutível, e que dá aos atores uma outra força simbólica nas lutas internas destes espaços (BOURDIEU, 2004, p. 47). A lógica era de que, por levarem em consideração as angústias e desejos da população - ou de parte dela -, sem se aterem a esquemas mais rígidos e herméticos - os quais, por serem ditos “absolutos”, passariam por cima dessas questões - esses economistas estariam mais preparados para levar a ciência adiante.

Obviamente, a reação dos profissionais mais ortodoxos não foi tardia, e ilustra bem o que estava em jogo em meio a tudo isso. Eugênio Gudín - importante economista liberal brasileiro - já havia negado a necessidade de uma “nova teoria econômica”, criticando aqueles economistas que queriam “invadir o espaço de engenheiros, físicos, agrônomos, etc.” ao discorrer sobre inovações tecnológicas - em referência aos desenvolvimentistas -, e alegando que desenvolvimento econômico era, principalmente, resultado de fatores climáticos (GUDÍN, 1952, p. 49-53). O canadense Jacob Viner, ao realizar um ciclo de palestras no Brasil, afirmou que a teoria clássica do comércio internacional era insubstituível, e chegou a defender que “O economista, na qualidade de economista, não tem a menor obrigação de assumir o papel de estadista; estará cumprindo seu dever plenamente se fornecer ao estadista sua opinião correta,

quanto a meios econômicos e fins econômicos” (VINER, 1951, p. 13), numa crítica direta ao alargamento do horizonte de trabalho defendido por esta nova corrente. Lincoln Gordon¹⁶ foi mais enfático: em artigo de 1961, após defender que as discussões sobre as relações comerciais entre Estados Unidos e América Latina deveriam passar pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e não pelas Nações Unidas (ONU), afirmou que não havia motivos para as políticas econômicas latino e norte-americanas serem diferentes, pois, afinal, a Economia é “objetiva e única”, não existindo “duas teorias” para dois casos diferentes (GORDON, 1967, p. 79).

O advento da pressa pelo desenvolvimento, como se vê, foi a ignição não só de turbulências sociais e políticas, mas também de uma luta pelo status de verdade científica, uma disputa pelo poder de dizer o que é certo ou errado, ainda mais sobre um assunto que estava na boca de muitos durante este período.

3.1 O PÓS-GUERRA, A RECONSTRUÇÃO E O NOVO FUTURO

O surgimento da Teoria do Desenvolvimento como área de estudo da Economia remete aos anos 1940, já ao final da Segunda Guerra Mundial. O ponto de partida usualmente associado a essa corrente é a publicação de artigos pelo economista polonês Paul Rosenstein-Rodan, no britânico *The Economic Journal*, em especial o texto *Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe*, em 1943¹⁷. Nele, Rosenstein-Rodan defende que a industrialização dos países do leste europeu era de interesse não só deles próprios, mas de todas as outras nações, pois seria uma forma de atenuar as disparidades entre os níveis de vida de cada uma delas, e, desse modo, evitar futuros conflitos. Para tal, rechaçou a possibilidade de implantação do “modelo russo” (industrialização voltada para a autossuficiência e certo isolamento econômico) nesses países, ressaltando que a cooperação daqueles já industrializados nesse processo seria imprescindível, pois só desse modo a inserção dos países do leste na economia mundial seria benéfica para todos, vindo a resolver sérios problemas internos - em particular, a excedente mão-de-obra agrícola, a qual, presa ao campo, contribuía para a baixa produtividade das economias nacionais. A liberação dessa mão-de-obra viria através da inserção de capital no trabalho, ou seja, industrialização (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 202-203).

¹⁶ Gordon foi embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966, sendo um dos principais articuladores do golpe militar de 1964.

¹⁷ Isso não quer dizer que economistas anteriores não tenham se atido ao problema do desenvolvimento, mas sim que o jeito de tratar desta questão foi novo. O exemplo mais claro é do austríaco Joseph Schumpeter, analisado mais adiante.

O fato da Teoria do Desenvolvimento, no momento que surge, estar atrelada ao leste europeu, já demonstra uma preocupação que estará em sua essência nos anos posteriores: sua relação com países “atrasados” e desfavorecidos pela conjuntura geopolítica. Após o economista polonês, muitos outros atentaram-se para o problema das áreas mais pobres, geralmente dentro do mesmo ideal de tornar o mundo mais equitativo e, como corolário, mais pacífico. O sueco Gunnar Myrdal foi outro expoente desse movimento, a partir de seu papel de destaque de secretário-executivo da Comissão Econômica para a Europa (ECE, na sigla em inglês), órgão das Nações Unidas responsável por planejar a reconstrução do continente no pós-guerra¹⁸. Muito antes de Rosenstein-Rodan e do próprio Keynes, inclusive, Myrdal já havia atentado para historicidade das leis econômicas, criticando o que via como, na Economia, uma tentativa permanente de encobrir os conflitos de interesse, mascarando os pressupostos científicos como neutros (MYRDAL, 1984 [1930], p. 161). Para ele, as velhas teorias não estavam preparadas para lidar com o problema do subdesenvolvimento, sendo necessárias outras abordagens para o problema (idem, 1960, p. 190), defendendo que o economista sempre deveria ter a obrigação de levar em conta aspectos não-econômicos e aprender a enxergar outras nuances, o que demandava, na verdade, uma outra estruturação da ciência em si: “Para tanto, é preciso que nos libertemos do obstáculo e de preferências preconcebidas e inadequadas, das concepções irreais e irrelevantes que, em nossa tradição acadêmica, carregamos com pesada tara” (ibidem, p. 198).

Nesse contexto, pensar o desenvolvimento estava intimamente ligado a teorizar sobre novos pressupostos científicos, o que acarretava uma discussão epistemológica permanente a fim de definir este novo olhar sobre o “saber racional”. Desse modo, esses novos cientistas do desenvolvimento colocavam-se na linha de frente contra as teorias clássicas ortodoxas e suas implicações. É fácil, neste ponto, perceber o porquê de seu modelo de investigação científica prezar pela observação das condições práticas e formulação de teorias a partir das mesmas - para eles, esse era um modo claro de contraposição ao método liberal, tido como primordialmente hipotético-dedutivo, ou mesmo ao método marxista, de aproximações sucessivas¹⁹. A teoria clássica do comércio internacional, uma das grandes receptoras de críticas daqueles em prol de um desenvolvimento planejado, é um exemplo disso: tirada, principalmente, dos estudos do inglês David Ricardo, essa teoria tinha como base uma situação hipotética de comércio entre Inglaterra e Portugal, concernindo troca de tecidos daquele país

¹⁸ Myrdal permaneceu neste cargo entre 1947 e 1957.

¹⁹ Neste método de aproximações sucessivas, imagina-se uma situação totalmente hipotética e simplista e, aos poucos, vão-se adicionando variáveis a fim de torná-la mais verossímil.

por vinhos deste. A situação é livremente inspirada no Tratado de Methuen, firmado entre os dois países um século antes, e que garantia o mercado inglês para os vinhos portugueses, desde que estes se comprometessem a importar os tecidos britânicos. Tal tratado é tido, geralmente, como negativo para o país ibérico, por ter limitado sua capacidade de industrialização e diversificação econômica, forçando-o a especializar-se numa produção com poucas oportunidades de modernização e germinação.

Na hipótese gerada por Ricardo, porém, esse problema não existe: imagina-se que a Inglaterra consiga produzir tecidos com o trabalho de 100 homens por ano, enquanto, para produzir vinho, necessite 120. No caso de Portugal, as cifras seriam 90 homens, para tecidos, e 80, para vinhos. Embora consiga produzir os tecidos com menos trabalho do que a Inglaterra, ainda seria vantajoso para os portugueses trocarem seus vinhos pelos tecidos britânicos, pois, investindo seu capital nas vinícolas, conseguiriam um retorno maior para importar os tecidos britânicos do que se simplesmente divergissem esse capital para a produção têxtil interna. Estava feita a justificativa para um acordo de comércio entre esses dois países e o consequente crescimento dessas produções em cada um. O corolário dessa teoria, conhecido como Lei das Vantagens Comparativas, foi a justificativa científica necessária para permitir que os mais diferentes países se especializassem em produções das mais diversas - como o café, no caso brasileiro. As consequências são conhecidas.

Dentro dessa perspectiva, a industrialização dos países agroexportadores era tida como dispensável. Os produtos industrializados, por serem advindos de um processo com maior produtividade, tornariam-se gradativamente mais baratos em relação aos primários, fazendo com que o poder de compra dos países agrários só aumentasse, transferindo para eles próprios os ganhos da modernização dos outros. Ora, a negação de tal princípio foi uma das grandes frentes dos economistas do desenvolvimento, com o advento da teoria da deterioração dos termos de câmbio, atribuída a Raúl Prebisch e Hans Singer²⁰. Estudando dados de comércio exterior da América Latina, ambos chegaram à conclusão de que a capacidade de importar dos países agrários, ao contrário da previsão liberal, estava diminuindo. O preço dos produtos manufaturados não apresentava tendência à queda pelo fato de que a renda dos empresários industriais nos países desenvolvidos aumentava mais do que a produtividade, não permitindo o barateamento da mercadoria final. Nos países agrários, o inverso acontecia, o que acabava diminuindo o poder de compra das matérias-primas. Em resumo: “enquanto os centros retiveram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia

²⁰ A autoria dessa tese é um pouco polêmica, mas geralmente aceita-se que ambos chegaram à mesma conclusão de forma independente, não havendo plágio de qualquer lado.

transferiram a eles parte do fruto de seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, op. cit., p. 104). A situação certamente era agravada pelo fato da elasticidade-renda²¹ dos produtos primários ser pífia, o que tornava o comércio exterior um grande ponto de estrangulamento da economia desses países.

Identificado o problema e suas imbricações no subdesenvolvimento de várias nações, a solução - o desenvolvimento planejado - também não podia deixar de ir de encontro aos preceitos ortodoxos. Ora, estudar o desenvolvimento tinha, como um dos motivos, saber como criá-lo - para tal, era necessário, obviamente, acreditar que ele poderia ser gerado propositadamente, e não por simples espontaneidade do sistema econômico. Os liberais clássicos acreditavam que o progresso seria um mecanismo natural que atingiria todas as nações, mais cedo ou mais tarde, levando-as a um chamado estado estacionário que seria o ápice civilizatório, em que todas as variáveis cessariam de crescer. Quaisquer intervenções do Estado fora das usuais seriam desvirtuações desse caminho, atrasando o caminhar da sociedade. Durante o século XX, os liberais também passaram a ver a intervenção como risco de implantação de um regime comunista, o que, para eles, seria a decadência final de qualquer racionalidade econômica. Dentro de seu raciocínio - ainda bastante hipotético, por sinal -, a mínima ação estatal na direção do gerenciamento da economia levaria, numa cascata de acontecimentos, à implantação de uma sociedade socialista: “ou capitalismo ou socialismo, não há meio-termo” (MISES, 1977, p. 25). O liberalismo e a instituição da propriedade privada eram vistos como os meios mais corretos e racionais dentro da Economia: “É uma aplicação dos princípios da ciência à vida social do homem” (ibidem, p. 61).

Estava bem claro que a luta pelo desenvolvimento planejado se dava também no terreno da disputa pela verdade científica. Desmontar o suporte liberal era uma ação necessária para procurar estabelecer uma outra espécie de saber acadêmico e, desse modo, ganhar legitimidade em direção a políticas governamentais. Muitos modelos foram criados e imaginados para se pôr em prática o que se achava ser a coisa mais humanista a se fazer: a industrialização dos países agrários a fim de diminuir as diferenças globais. Dentre estes modelos, alguns ganharam maior notoriedade.

A ideia de *big push*, do próprio Rosenstein-Rodan e do estoniano Ragnar Nurkse, foi uma das mais debatidas do período. De acordo com este esquema, os países subdesenvolvidos estavam num ciclo vicioso: sua pobreza acabaria gerando mais pobreza, pois impregnara-se em

²¹ Conceito que trata quanto o preço de um determinado produto pode variar quando a renda dos consumidores varia. No caso dos produtos primários, o aumento da renda dos países ricos não se traduzia, na mesma proporção, em maior procura por estes produtos - ninguém consome dez vezes mais bananas porque está dez vezes mais rico.

todos os ramos produtivos de suas economias. Para quebrar esse ciclo, apenas um esforço gigantesco e simultâneo, “atacando” várias indústrias ao mesmo tempo, em várias áreas, a fim de dar o empurrão necessário para fazer a economia crescer por si só. Tal crescimento havia de ser equilibrado: “A produtividade técnica e física do capital somente pode ser realizada, em termos econômicos, por meio de um crescimento equilibrado, de uma ampliação conjunta do tamanho do mercado” (NURKSE, 1951, p. 31). Não chegava, porém, a ser uma nova versão do equilíbrio estático do liberalismo, que baseava-se no preceito da soma-zero entre as operações econômicas num determinado sistema. Como resumia Rosenstein-Rodan, o equilíbrio estático significava que o total de investimentos seria zero, não gerando crescimento *per si*. A necessidade de injeções de capital em várias áreas se dava pela consequente diminuição dos riscos em se investir em apenas um ramo, e ver o crescimento parar pela pequenez do restante (ROSENSTEIN-RODAN, 1957, p. 9).

A mística do desenvolvimento equilibrado, porém, foi descartada por muitos outros economistas, principalmente a partir das primeiras consequências das políticas desenvolvimentistas em muitos países. O austríaco Joseph Schumpeter, muitos anos antes, já havia ganhado notoriedade pelas suas análises dos ciclos econômicos (grandemente utilizada por Nurkse, por sinal), os quais, para ele, eram a expressão essencial do desenvolvimento, o qual seria definido por “mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982, p. 47). Essa mudança interna só seria possível com a figura do *entrepreneur* (empreendedor), que, para Schumpeter, não seria o simples capitalista, dono dos meios de produção, mas sim alguém que, por características psicológicas diferentes dos reles mortais, estaria mais inclinado a “inovar”, fazer combinações diferentes na produção e, assim, provocar o desequilíbrio pelo qual define-se o desenvolvimento. A “destruição criativa” pertencente ao capitalismo - os momentos de ciclo descendente - é o cerne dos saltos para frente vistos nas sociedades: o momento em que o equilíbrio velho é eliminado, a fim de dar espaço para outro, melhor. O alemão Albert Hirschman também foi um dos partidários da tese do desenvolvimento desequilibrado; para ele, manter as tensões e os desequilíbrios seria uma forma de manter a competição - e, portanto, a sobrevivência da criatividade - e o desenvolvimento. A figura do empreendedor (incluindo, dessa vez, o Estado) estaria presente em todos os estágios (BIANCHI, 2004). No Brasil, os economistas tiveram uma interpretação específica do desenvolvimento desequilibrado, como veremos mais adiante.

Obviamente, acreditar no desenvolvimento desequilibrado não significava ser menos rígido na técnica do planejamento, pelo contrário: deveria se saber muito bem onde e de que

maneira criar esse desequilíbrio, além de manejá-lo com o tempo. O planejamento, claro, não poderia começar sem antes se ter uma noção do comportamento econômico do país nos anos anteriores, como forma de traçar projeções e definir onde agir. Tal definição estava longe de ser fácil: além do rigor de cálculo, exigia metas bastante claras e saber certamente o que seria ou não essencial - por suposto, isso estava longe de ser uma ciência exata. Os planejadores lidavam com um dilema essencial: tentar atenuar, a curto prazo, problemas que só seriam totalmente resolvidos a médio e longo prazo, além de lidar com as questões levantadas pelo próprio processo de desenvolvimento. Era uma tarefa incessante, que representava, do ponto de vista científico, a emergência de uma consciência temporal diferente, que conseguia atentar também para o imediato, sem perder de vista a longa duração. Ora, os liberais eram usualmente criticados por só enxergarem as coisas a longo prazo, entendendo que a solução das crises seria deixá-las se esgotarem, não importando quanto tempo isso demorasse - nem as consequências suscitadas. De forma contundente, Keynes havia rechaçado esse princípio, com sua célebre frase: a longo prazo, estaremos todos mortos.

A solução para o subdesenvolvimento, porém, não era exatamente o remédio keynesiano (aumento dos gastos públicos e do consumo). Muitos economistas do período atentavam para o que chamavam de “efeito demonstração”, que, em linhas gerais, seria a imitação dos padrões de consumo norte-americanos por países que não tinham, ainda, aquele grau de diversidade econômica e muito menos de renda per capita. Isso fazia com que suas poupanças fossem diminutas e, portanto, o capital disponível para inversão também escasso, sendo este um grande problema a ser resolvido. Ora, fosse por um modelo de *big push* ou de desenvolvimento desequilibrado, não era necessário apenas um grande esforço intelectual, mas também grandes somas de dinheiro - o que não estava muito fácil de ser arranjado naquele momento. A diminuição do consumo de importados por meio de tarifas alfandegárias esbarrava em pressões políticas, pois a elite não queria ver seu estilo de vida mudado. A solução era um aumento ainda maior das exportações, a fim de financiar o processo industrializador e as importações ao mesmo tempo. Mesmo assim, as contas ainda não fechavam.

Desse modo, os economistas estrangeiros do desenvolvimento tinham um consenso de que o auxílio dos países ricos era primordial para colocar para frente o desenvolvimento dos mais pobres, fosse por meio de acordos, de seus próprios recursos, ou fosse por intermédio de instituições internacionais, como mais tarde foram o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, entre outros. Ora, o que se buscava era a inserção dos países “atrasados” na economia mundial de maneira organizada, sem prejudicar seus respectivos processos industrializante, e isso só seria possível com a cooperação dos já

industrializados. Tal cooperação era pedida também pelos próprios economistas dos países subdesenvolvidos, embora em formas que, comumente, iam de encontro com as colocadas em prática pelos mais ricos. A ciência econômica, nos países subdesenvolvidos, não deixou de estruturar-se à sua maneira, sendo um polo de reivindicação importantíssimo para dentro e para fora.

3.2 OCUPAR ESPAÇOS: o mote do planejamento no Brasil, os passos do desenvolvimentismo e as percepções da realidade

Alguns desses economistas estrangeiros vieram ao Brasil ou outros países “atrasados” em algum momento, principalmente para fazer palestras ou oferecer consultorias em pesquisas sobre a economia desses países: destaque para o curso dado por Nurkse no Rio de Janeiro, em 1951, o qual Celso Furtado relembrou da seguinte maneira

Os termos do debate [...] foram de alguma forma tumultuados com a visita do Prof. Ragnar Nurkse. [...] A vinda ao Brasil, que se transformara em um centro de debates sobre a problemática do desenvolvimento, deu a Nurkse a oportunidade de ordenar suas ideias sobre uma temática que o interessava desde os tempos da Liga das Nações. Conforme me disse na ocasião, “posto que esse assunto está entrando na moda, tratemos de ocupar espaço” [...] A importância das conferências de Nurkse foi considerável, dado que canalizavam as atenções para a problemática do subdesenvolvimento (FURTADO, 1985, p. 147-149)

Embora discordasse do enfoque de Nurkse sobre a questão do subdesenvolvimento²², Furtado soube reconhecer a importância desse e de outros episódios para o processo geral de tomada de consciência do problema, assim como a oportunidade de estruturar um campo científico novo, que então encontrava-se em plena ascensão: “se não existe uma teoria do desenvolvimento é que até recentemente inexistira preocupação com o tema” (ibidem, p. 150). Havia a sensação de que o momento estava chegando, e que era preciso, como disse Nurkse, “ocupar espaços”. Além dos economistas estrangeiros, a América Latina viu-se definitivamente dentro dos debates sobre Teoria do Desenvolvimento com o surgimento e expansão da Cepal, sendo a principal matriz política para este assunto em todo o continente (ver Capítulo 1).

Antes mesmo da Comissão, porém, alguns outros acontecimentos pontuais podem ser tidos como centrais para o desenrolar dessa problemática no campo científico brasileiro. O

²² Para Furtado, o modelo de *big push* de Nurkse prezava por um enfoque “schumpeteriano” de equilíbrio estagnado, devido à sua ideia de ciclo vicioso da pobreza. Para o brasileiro, os países subdesenvolvidos não estavam estagnados, mas sim crescendo nas áreas erradas.

primeiro deles a ter grande relevância, talvez, seja a controvérsia entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, ocorrida entre 1944 e 1945, já ao fim do Estado Novo. Mantega (1985) chega a citar esse embate como o momento em que primeiro toma corpo a desavença intervencionismo *versus* liberalismo, que daria o mote para todos os debates posteriores. Os personagens envolvidos, realmente, pareciam personificar os dois lados em luta: Gudín, engenheiro de formação e economista por profissão, adepto do liberalismo e historicamente ligado às multinacionais presentes no país²³; e Simonsen, empresário do ramo de construção, alimentos, entre várias outras atividades, fundador da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e partidário do planejamento estatal como forma de fomentar o crescimento do empresariado industrial brasileiro. O ponto de partida para a controvérsia é a publicação de um parecer deste último, em 1944, pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), no qual então trabalhava. No texto, Simonsen alertou para a carência em setores estratégicos, como combustíveis, transportes e energia, e para a necessidade de aumento da renda nacional para evitar intranquilidades sociais, num momento em que a Segunda Guerra chegava ao fim e havia de se preparar a economia para tempos de paz. Para isso, o remédio conhecido: planejamento estatal, que englobasse um processo industrializador, junto com a modernização da agricultura, criação de bancos e imigração de técnicos estrangeiros para o Brasil (SIMONSEN, 2010, p. 45).

Meses depois, já em 1945, Gudín, em relatório à Comissão de Planejamento Econômico (CPE), da qual, ironicamente, fazia parte, rechaçou os diagnósticos de Simonsen no texto original. Criticou o que denominava uma “crença mágica” na planificação, um certo misticismo que colocava no Estado a fé redentora de todos os males. O liberalismo havia sido e sempre seria a melhor solução, inclusive o único caminho que sustentaria a democracia plena, esnobando programas, na sua visão, falhos, como o *New Deal* norte-americano. O “problema” brasileiro seria o pleno emprego (!), estado no qual quaisquer obras estatais seriam desnecessárias e só gerariam demasiada inflação. A solução, pois, passava pelo campo monetário (GUDÍN, 2010, p. 94). O embate continuou no decorrer daquele ano, com mais dois textos - um de cada - em que basicamente reiteraram suas respectivas visões, por vezes adotando tons mais ácidos e ataques que beiravam o pessoal. Nesse meio, Simonsen fez sua defesa do planejamento

²³ Gudín foi Diretor-Geral da Great Western of Brazil Railway Co., de 1922 até meados da década de 1940, e também diretor da Western Telegraph Co. entre 1929 e 1954.

O planejamento é um esforço constante para dirigir a energia humana, objetivando uma finalidade racionalmente predeterminada. É uma técnica, um processo, uma metodologia, e não um sistema de governo. Como tal, pode ser adotado em toda e qualquer forma de governo (SIMONSEN, op. cit., p. 154)

Devolvendo com ironia, Gudin duvidava que haveria qualquer aspecto científico no planejamento, sendo apenas um sonho ilusório de mentes frívolas. Ao final, embora considere-se que, se é para haver algum “vencedor” neste duelo, este seria Gudin, por seu maior conhecimento econômico, a maior importância dessa controvérsia foi seu poder de mobilização além dessas duas figuras centrais, embora muito desse poder se devesse justamente a ambos, que já eram personalidades bastante notáveis então. Muitos outros intelectuais foram levados a se manifestar a favor de um dos lados, como João Daudt de Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que ressaltou que qualquer planificação deveria englobar, inclusive, a agricultura e o trabalhador rural (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1944, p. 4); ou o diplomata Lauro Escorel, que afirmou

No momento em que a vitória das nações democráticas se aproxima vertiginosamente com o desmoronamento espetacular do poderio nazista, surge o grave problema de se garantir sobrevivência à Democracia, pois os povos democráticos vitoriosos terão de enfrentar questões tão decisivas e complexas no pós-guerra, que poderão ficar tentados a renunciar ao que ela tem de mais essencial - o respeito à liberdade humana - para conseguir resolvê-las adequadamente. Há praticamente unanimidade em torno da convicção de que o velho liberalismo, cético e relativista, não pode continuar a ser a alma da nova democracia [...] uma vez que a sua aplicação no passado resultou funesta (idem, 1 de outubro de 1944, 2º Caderno, p. 2)

Havia a consciência de que o final da Segunda Guerra Mundial deveria, como que obrigatoriamente, inaugurar novos tempos em que, para a democracia realmente manter seu triunfo, faria-se necessário uma ação conjunta de melhora nos níveis de vida dos países mais pobres - o que só seria conseguido com o planejamento do Estado. Brasília Oliveira Neto, então presidente da Associação Comercial de São Paulo, assim afirmou: “A planificação é uma decorrência natural da complexidade a que chegou a economia [...] Não conduz, necessariamente, ao totalitarismo” (idem, 7 de dezembro de 1944, p. 6) - representando um movimento quicá inédito dentro de organizações como estas, historicamente ligadas ao liberalismo. Isso se deu pois a temática do planejamento espalhou-se pelos meios políticos com grande legitimidade, dentro de um Estado que, embora não praticasse a planificação em si, já indicava passos nesse sentido há tempos, com uma crescente consciência sobre o problema dentro dos quadros governamentais mais altos. O então ministro do Trabalho, Marcondes Filho,

salientou que estava prestes a se abrir um “novo ciclo histórico na humanidade” no qual haveria várias possibilidades para a “reestruturação econômica” por meio da planificação (idem, 3 de outubro de 1944, p. 14). Concordeu explicitamente, em grande parte, com os pressupostos de Simonsen.

Por meio da CNI, grande parte dos empresários passaram a promover a defesa do planejamento industrial, inclusive com a organização de grandes congressos, que ganhavam cada vez mais notoriedade - como o I Congresso Brasileiro da Indústria, realizado em dezembro de 1944, em cujas resoluções finais aprofundou-se a questão do planejamento (idem, 8 de fevereiro de 1945, p. 6). Os industriais foram os precursores históricos da luta pelo desenvolvimento planejado no país, já desde a década de 1930, inclusive se utilizando dos preceitos do romeno Mihail Manoilescu, citado no capítulo anterior. Seu livro *Teoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*, ademais, foi traduzido para o português a pedido de Simonsen, e editado pela própria Fiesp (à época, ainda denominada Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). Com o declínio da reputação do romeno, ele passou a ser utilizado cada vez menos, e na controvérsia Simonsen-Gudin, quem o acaba citando é este último, ironizando seu caráter científico (“pobre ciência”) para atacar, indiretamente, Simonsen (GUDIN, op. cit., p. 101). Vale ressaltar que era uma época em que a defesa da industrialização planejada dava-se sem recorrer “a uma teoria econômica e a uma equivalente ideologia coerente” (LOVE, 2011, p. 162). Nesse sentido, então, os liberais estavam muito mais bem armados, o que parcialmente explica o certo clima liberalizante no imediato pós-Vargas, e durante o governo Dutra (1946-1951). A maior parte deles, como Tancredo Ribas Carneiro, assim defendiam sua posição

O importante é mostrar que os princípios democráticos são atingidos em cheio pela “planificação”, pela economia dirigida. O principal é acabar com os apriorismos. Sem receio de sermos taxados de obsoletos, atrasados, fora de moda: sem temer que nos apontem como “reacionários”. [...] o que me parece difícil é provar que a planificação deu bom resultado nos Estados ditatoriais (Correio da Manhã, 17 de julho de 1945, 2º Caderno, p. 22)

Planificação, para os liberais, era sinônimo de Estado falho e, nos casos mais extremos, autoritário, lembrando a argumentação anterior do austríaco Ludwig von Mises. Eles também achavam que estavam do lado democrático, e a crítica ao planejamento trajou-se de extensão da luta contra o totalitarismo - seria uma ameaça às sagradas liberdades individuais. A ação estatal deveria restringir-se a controlar a inflação, por meio de corte de gastos públicos e políticas monetárias, assim como investindo naquilo que já estava dando certo: a agricultura. Mais estruturada cientificamente, porém, estava claro que essa ideologia já não gozava da

hegemonia de outrora. Evitando ao máximo falar de “vocação agrária” para o país (ao menos, a longo prazo), chegavam a admitir que a industrialização deveria ser feita uma hora ou outra, mas sempre criticando a indústria vigente como lesiva aos interesses dos consumidores, devido ao seu caráter frágil (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 270). Era sinal de que, do lado do intervencionismo, as coisas estavam ganhando fôlego, a partir de lideranças como Euvaldo Lodi e o próprio Simonsen, o qual, porém, não pôde ver seu legado em prática: morto em 1948, não acompanhou o auge do que mais tarde ganhou a denominação de desenvolvimentismo, e que ajudou a fomentar.

Mas, afinal, como essa recente controvérsia, nascida no seio de um debate político e científico, acabou no que entendemos como desenvolvimentismo? Relembremos o Quadro 1, mostrada no capítulo anterior: se é verdade que o termo *desenvolvimentismo* só apareceu nos jornais ao final da década de 1950, também é verdade que não foram os jornais que o inventaram. Sua aparição nas folhas já denota, na verdade, um uso anterior, de difícil datação e localização, mas em círculos que, de alguma maneira, estavam minimamente em contato com quem escrevia as matérias. Ora, é certo que a temática do intervencionismo e da industrialização ganhou, gradativamente, apelo dentro dos mais variados grupos sociais. Clérigos católicos, inspirados nas encíclicas papais²⁴ e na cada vez mais presente defesa da Igreja Católica em relação à ação estatal como forma de suprimir a pobreza das nações (pendendo para um lado mais assistencialista, por vezes), foram bastante atuantes nesse contexto, no que ficou conhecido como “social-democracia cristã” ou “socialismo cristão”. Parte das Forças Armadas, vendo no desenvolvimento industrial um grande impulso para a melhor segurança nacional em plena Guerra Fria, também adentraram no movimento, assim como parcela dos políticos ditos mais “progressistas”, como não poderia deixar de ser, que inseriram nas discussões legislativas, cada vez mais, a temática do subdesenvolvimento e da necessidade da presença do Estado para fomentar o progresso. Claro que é importante ressaltar que, dentro desses grupos mais abrangentes, a temática do desenvolvimento planejado serviu, ao mesmo tempo, como consenso - ou seja, eixo unificador que permitiu a união dos mais diferentes indivíduos ao seu redor - e dissenso, pois não foi uma unanimidade dentro de cada um deles. Assim, podemos ver indefinições e disputas importantes sobre o tema no interior do clero, dos militares, dos políticos, e assim sucessivamente, *ad infinitum*.

Desse movimento de mobilização, os profissionais liberais também não poderiam estar excluídos. A formação de grupos de discussão acadêmicos foi de grande relevo para o

²⁴ Em destaque, as encíclicas *Mater Et Magistra* (1961) e *Pacem In Terris* (1963), que representam um longo caminhar da Igreja Católica em torno da defesa da ação do Estado como capaz de erradicar a miséria.

desenrolar da questão desenvolvimentista no país, com destaque para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), com sede no Rio de Janeiro. Em algumas matérias de jornais, inclusive, a referência é clara: "Mas a palavra-chave do novo vocabulário isebiano é, sem dúvida - o já famoso 'desenvolvimentismo'. Nela se condensa a tese de que o 'desenvolvimento' é o 'abre-te, Sésamo' da redenção nacional" (Jornal do Brasil, 6 de novembro de 1958, p. 11); "Mas, pelo menos, substitui o lastro metálico pelo lastro ideológico: é discípulo dos filósofos do ISEB, que gozam de sua especial proteção no Estado. Essa chamada ideologia é o chamado desenvolvimentismo, que também é a filosofia do sr. Juscelino Kubitschek" (Correio da Manhã, 17 de setembro de 1959, p. 6); "Há tempos, no curso de um debate sobre problemas políticos e econômicos, mais precisamente sobre o 'desenvolvimentismo' pregado pelo ISEB e elevado por certos detentores ocasionais do poder aos foros da filosofia oficial do governo [...]" (Tribuna da Imprensa, 21 de dezembro de 1960, p. 4); "Ao progresso fictício, firmado na miséria e crescente proletarização do povo e nas finanças públicas malbaratadas, que caracterizou o 'desenvolvimentismo' isebiano do sr. Kubitschek" (idem, 20 de fevereiro de 1961, p. 4). Os exemplos concentram-se nos jornais cariocas, que tinham a possibilidade de enxergar mais de perto a atuação do Instituto, o que também indica uma preponderância mais local da atuação do Iseb - mesmo que não se restringisse a isso.

Claro que, antes de tudo, há de se fazer a ressalva que - como deve ter ficado claro - a referência ao Iseb se deu, em grande parte, nos periódicos contrários ao governo de Kubitschek e, portanto, aos adeptos do que se convencionou chamar de "desenvolvimentismo falso e ilusório", como foi explorado no capítulo anterior. Embora a ligação do Iseb com o desenvolvimentismo seja totalmente legítima, usar o nome da instituição nesse contexto era uma forma de procurar atacar nomes específicos que tinham certo peso no cenário político, como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, que faziam parte dos quadros isebianos. Mas, sendo a origem ou não do termo (o que pouco importa, no caso), o Iseb não deixa de representar a institucionalização da pressa pelo desenvolvimento, assim como a ida dos intelectuais ao encontro dessa perspectiva. Alguns de seus membros eram dos poucos que se autointitulavam desenvolvimentistas, mesmo que timidamente, devido ao caráter negativo ao qual o termo era comumente associado (ver Capítulo 1). Jaguaribe, por exemplo, colocou-se ao lado do "governo desenvolvimentista" de JK, também definindo-o como "nacional-capitalismo", que seria "a organização de um 'partido do desenvolvimento', comprometido, ao mesmo tempo, com os interesses do empresariado e das massas [...] o 'partido do desenvolvimento' investe contra as formas pré-capitalistas de economia" (JAGUARIBE, 1962, p. 83-84). Esse ideário do que seria desenvolvimentismo afetou a própria visão sobre a

sociedade brasileira que os membros do Instituto acabaram tendo, como será mostrado mais à frente.

Criado em 1955²⁵, o Iseb foi resultado de pressões feitas pelo grupo de intelectuais conhecido como Grupo de Itatiaia, frente ao Governo Federal, para a criação de uma instituição que desse conta de articular um certo consenso sobre a realização de um projeto de desenvolvimento nacional. O espectro era variado: não só economistas, mas também sociólogos, filósofos, advogados, historiadores e profissionais das mais variadas áreas adentraram o Instituto, o que indica que o desenvolvimento não foi um imperativo apenas para a Economia, mas sim para as ciências de maneira geral - em especial, as sociais -, que colocaram-se em diálogo constante. Afinal, basta lembrar da recomendação de vários economistas do período, de atentar para aspectos outros que não os simples econômicos - ora, isso demandava um contato permanente com outras áreas do saber, e o Iseb foi um dos espaços em que esse contato fez-se presente.

Não é nosso objetivo detalhar o funcionamento interno do Instituto²⁶ - deveras conturbado, por sinal -, mas apontar a contribuição geral dos debates gerados nele para o movimento desenvolvimentista em si. Uma das principais preocupações do Iseb, senão a principal, era procurar definir e fomentar o que seria uma ideologia do desenvolvimento - ou desenvolvimentismo. Tal ideologia (entendida, por eles, como um “saber engajado”) seria a força mental necessária para a mobilização em torno do progresso do país e do planejamento estatal de viés nacionalista. Nesse sentido, a ideologia apareceria como uma força libertadora em relação à “alienação” do subdesenvolvimento, tido não só como um estado de pobreza material, mas também intelectual (TOLEDO, 1978, p. 51-67). Assim, o desenvolvimento configuraria-se não como uma simples mudança no processo produtivo, mas sim como uma grande ruptura que iria dizimar as alienações nacionais; um aspecto redentor que, somado à ideia de aceleração do tempo histórico, igualava-se ao conceito de revolução.

Outro dos principais aspectos dos isebianos era a ideia do dualismo presente na sociedade brasileira - teoria que, inclusive, foi de amplo uso em outros quadros fora do Instituto, sendo uma das principais ideias utilizadas para definir o que seria a “essência” nacional. A antiga dicotomia Brasil real x Brasil legal foi substituída por Brasil desenvolvido x Brasil

²⁵ Dois anos antes, havia sido criado o Instituto Brasileiro de Estudos Superiores (Ibesp), mas, devido ao seu alcance político e intelectual reduzido, os membros clamaram por uma reestruturação que desse à instituição maior poder de influência, criando, assim, o Iseb.

²⁶ Geralmente, divide-se a existência do Instituto em duas fases, divididas pela controvérsia gerada pelas defesas da desestatização da Petrobras, em 1958, feitas por Jaguaribe, que acabou expulso do Instituto. Para tal, ver Toledo (1978) e Abreu (2007).

subdesenvolvido; o que, em linhas gerais, parecia o mesmo: junto com as grandes estruturas urbanas e industriais do país, que buscavam a absorção de cada vez mais pessoas, conviviam estruturas arcaicas no campo, que prendiam o homem à terra sob condições de trabalho antiquadas e com formas de poder autoritárias. Em resumo, um setor capitalista, e outro pré-capitalista²⁷

nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribuímos a esse termo, isto é, o fato de que todos os nossos institutos, todas as nossas categorias - o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional - são mistos, têm dupla natureza, e se nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior, respectivamente. (RANGEL, 1957a, p. 15)

A dualidade existiria de várias formas: estruturas arcaicas no campo com modernas nas cidades; processo produtivo exportador moderno e produção interna deficiente, entre outras. Ao contrário, porém, da solução conciliadora encontrada nos anos 1930, o que se buscava agora era a total aniquilação desse paradoxo

Há que ver o presente instante como essa convivência entre duas ordens sociais inassimiláveis, assumindo validade histórica o novo regime, como uma cunha que desloque e torne obsoleta a velha condição colonial. Ela não incorpora ou assimila, ou aproveita os seus fundamentos. Ela a substitui no trânsito direto, entre estruturas sociais totais (MENDES, 2005 [1963], p. 42)

Isso dava uma certa urgência à tarefa desenvolvimentista, já que o que se procurava era a *modernização* do processo produtivo do país a partir da eliminação de um certo passado de dependência. A agricultura deveria ser mecanizada, a fim de liberar mão-de-obra para a industrialização, e assim apagar os resquícios não-capitalistas que ainda insistiam em atrasar a nossa economia e evitavam a estruturação do mercado interno. O Brasil urbano e industrial não era mais visto como “artificial”, mas era, sim, o caminho a ser seguido e reforçado para o futuro. Essa aniquilação também tinha um lado classista: a modernização visava apagar da sociedade brasileira a elite agrária retrógrada, e isso seria conseguido com o apoio da burguesia industrial, que seria *naturalmente* progressista e destinada a desatar as amarras do passado e levar o país ao capitalismo pleno. Nada mais equivocado, como se provou mais tarde.

Este “erro” de cálculo foi uma das crucificações às quais muitos desses intelectuais foram submetidos após 1964 - e antes, por algumas vozes mais isoladas, como Caio Prado

²⁷ Nesse âmbito, entraram todas as discussões, dentro das esquerdas, sobre a existência ou não de um feudalismo (ou semifeudalismo) na economia nacional.

Júnior. Embora hoje pareça, à primeira vista, uma clara ingenuidade, essa crença fazia parte de todo um arcabouço teórico e analítico que buscava dar à realidade brasileira ares mais científicos e, portanto, passíveis de previsão. Pode-se até se dizer que essa busca era uma resposta à imprevisibilidade cotidiana que saltava aos olhos de todos. Ora, as ideologias têm esse caráter de “ilusão consciente”, de “comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada” (EAGLETON, 1997, p. 27), não deixando de haver uma tentativa de racionalização dos sentimentos existentes, e a criação de certos pressupostos que tornem o mundo material legível.

Com esse arcabouço, os isebianos tentaram espraiar sua influência nos mais diferentes espaços. À parte de tentativas frustradas de influenciar a campanha de JK (ABREU, 2007, p. 416), o Iseb fazia-se presente no Legislativo nacional, com a presença de deputados não só a ele indiretamente ligados, mas também com alguns que estavam dentro de seus principais quadros: caso de Corbisier, deputado federal pelo PTB. Além disso, muitos economistas tiveram contato com a instituição: Ignácio Rangel foi diretor de seu departamento de Economia durante os anos 1960; Jesus Soares Pereira também fez parte dos quadros da instituição, dando várias palestras sobre desenvolvimento na década de 1950; Celso Furtado teve alguns livros publicados pelo Instituto e tinha relações próximas com Jaguaribe e outros; sem falar nos vários cursos e conferências oferecidos pela entidade, ministrados e assistidos por grande parte daqueles intelectuais e também por estudantes interessados.

Apesar disso, o Iseb detinha pouco prestígio dentro de alguns outros círculos acadêmicos, como da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo (USP), mais ligadas ao marxismo, e que criticavam os isebianos por seu tom mais “bacharelesco” (ibidem, p. 419). Tais acadêmicos, principalmente os uspianos, reunidos no que ficou conhecido como Escola Paulista, representavam uma rixa no pensamento das esquerdas marxistas brasileiras, sendo, inclusive, de viés oposto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) - em suas linhas oficiais, o partido acreditava na reminiscência de estruturas feudais na economia nacional, sendo necessária, antes da revolução socialista em si, uma outra, burguesa, a fim de implantar o capitalismo pleno para, posteriormente, fomentar a consciência de classe no proletariado. Nesse sentido, o PCB apoiou, mesmo que criticamente, o governo de JK, assim como as reformas de base de Jango. Tal visão recebeu constantemente críticas, sendo notórias as de Caio Prado Júnior, que defendia que a colonização havia sido feita como uma “empresa comercial”, não havendo resquícios feudais no país, mas sim coloniais; e as de Roberto Simonsen, que ressaltava o caráter mercantilista e o espírito de livre-iniciativa dos colonizadores portugueses.

Os uspianos, como o próprio Caio Prado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros, que seriam os precursores das Teorias da Dependência, se colocaram em constante disputa com os isebianos durante o período, fomentando debates famosos (SANTIAGO, 2017). Escrachados por essa vertente de esquerda, que acabaria por tornar-se hegemônica dentro desse espectro político, os membros do Iseb também sofreram retaliações à direita, principalmente após 1964, com a maioria deles tendo os direitos políticos cassados pelo regime militar. A má fama que o Instituto passou a ter, inclusive, contribuiu para as conotações negativas do próprio termo *desenvolvimentismo*, dado a associação entre os dois.

De fato, os isebianos compartilhavam da visão do PCB, mas sem acreditarem na revolução socialista posterior e, consequentemente, todos os seus corolários²⁸. Utilizavam-se muito de termos bastante caros ao marxismo - como ideologia, alienação, luta de classes, revolução e a própria dialética, como forma de lidar com o que achavam ser a realidade dualista do Brasil -, mas dentro de um panorama bastante distinto (e, de certa forma, oposto) a esses outros intelectuais. Durante seus primeiros anos de existência, os membros do Iseb trabalhavam com a ideia de que a luta de classes não estava esquematizada como proletários *versus* burguesia, mas sim proletários *e* burguesia *versus* elite agrária arcaica - num ideal baseado na crença de que o que faltava ao país era um capitalismo *de facto*. Assim sendo, dentro do dualismo em voga, o Brasil poderia ser dividido em dois setores: o dinâmico e produtivo (proletariado, burguesia industrial, etc.) e o estático e atrasado (oligarquia agrária), sendo o desenvolvimento a aniquilação deste último. Portanto, a revolução pretendida pelo Iseb haveria de ser por meio do planejamento, de maneira gradual, pacífica, democrática e capitalista.

Hirschman (1986) explica essa divisão no pensamento econômico como uma “contradição” latente nos modos de compreensão do processo capitalista como um todo. Segundo ele, a tese dualista dos resquícios feudais (ou “entraves feudais”) se aproximaria, na verdade, da tradição clássica do “comércio suave” - ou seja, do pressuposto de que a atividade comercial (ou mercado) livre induziria os homens a uma coexistência civilizada e coesa; tradição esta que remonta a nomes como Adam Smith, Montesquieu, David Hume e Thomas Paine. Mesmo com essa proximidade, o paradoxo estaria no fato que tanto a tese dos resquícios feudais, quanto um de seus contrapontos - a tese da autodestruição do capitalismo - remontariam, na verdade, à obra de Marx²⁹. E, de fato, mesmo que o problema brasileiro fosse

²⁸ A exceção clara seria Sodré.

²⁹ Além da conhecida tese de que o capitalismo acabaria por suas próprias contradições, Marx havia adiantado a ideia das reminiscências feudais, segundo Hirschman, em prefácio a *O Capital*, no qual analisou a sobrevivência de modos de produção “velhos e superados” na Alemanha (então um país de capitalismo “atrasado”), apontando esta como uma das causas de sua condição desfavorecida.

entendido como “falta de capitalismo”, a adesão de correntes marxistas ao ideal de revolução burguesa estava correlato à aceitação de um processo etapista inerente às sociedades, pertencente a um marxismo clássico. De todo modo, não se podem colocar desenvolvimentismo e marxismo no mesmo bolo ideológico, mesmo que se leve em conta todas essas “contradições”.

Para os mais conservadores, porém, essas diferenças (suaves ou gritantes) dentro das esquerdas eram irrelevantes. Propositadamente ou não, tais desavenças eram ignoradas em prol da formação de um alvo único de críticas e ações repressoras, e não é incomum encontrar discursos que equivaliam desenvolvimentismo a marxismo, como o do Arcebispo de Aracajú, dom José Távora

A fé inabalável no desenvolvimento econômico-industrial, como fator de superação de todas as alienações, pode abrir-se a um conteúdo nitidamente marxista. Sabemos que nem todos os desenvolvimentistas são marxistas; mas sabemos, também, que o movimento desenvolvimentista sofre uma forte influência marxista, que conseguiu impor-lhe este esquema linear de interpretação da realidade brasileira e de programação de política de recuperação. (TÁVORA, 1960, p. 37)

Como vimos, porém, a realidade não era essa. O desenvolvimentismo circunscrevia-se na realidade do capitalismo, adotando um discurso mais para o lado do reformismo. Mesmo que, vez ou outra, desenvolvimentistas e marxistas se unissem frente a um objetivo comum - vide a política do PCB de frente única -, as diferenças analíticas e ideológicas eram profundas, tanto dentro do marxismo como entre esse campo e o desenvolvimentista - e, em certos pontos, irreconciliáveis. As desavenças não podem ser apagadas.

Dentro da Economia, esse formato de luta de classes e de revolução/desenvolvimento defendido pelo Iseb foi bastante atuante nas análises de alguns intelectuais, embora não tão presente estivesse a fé na burguesia industrial. Na ideia de que desenvolvimento significava, necessariamente, a criação de um estado de desequilíbrio, muitos deles viram, no conturbado cotidiano social brasileiro, a causa e a consequência do processo desenvolvimentista, tentando perceber aquela realidade caótica com um mínimo de racionalidade. Ignácio Rangel, por exemplo, acreditava que o desenvolvimento seria a passagem da economia “natural” para a “de mercado”, só realizando-se de maneira conturbada: “a economia capitalista se caracteriza por violentas subidas da curva de emprego, alternadas com baixas não menos violentas dependendo do volume de inversões que se esteja fazendo, em cada momento” (RANGEL, 1957b, p. 89). O caso dualista brasileiro seria um misto desses dois tipos de economia, no qual a “natural”, antes o fator estabilizante, não mais conseguia exercer esse papel, causando ainda mais desequilíbrio no país.

Furtado também creditava às tensões o próprio motor de funcionamento do progresso material brasileiro

[Durante o Império] A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização. [...] É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento (FURTADO, 2007 [1959], p. 71)

A ideia de que as tensões sociais funcionam como motor do desenvolvimento tinha mais de um papel analítico: além de tentar dar sentido às indefinições nacionais, também buscou dar um papel positivo ao conceito de luta de classes e à ascensão dos trabalhadores ao palco político e econômico. As sociedades urbanas e industriais, por seus conglomerados, seriam mais propícias a essa luta dialética e à dita “consciência de classe”, a qual, ao contrário do que pregavam os marxistas, não levaria a uma revolução socialista, mas sim à flexibilidade das instituições para manter suas respectivas legitimidades e, assim, conseguir atender às demandas coletivas cada vez mais crescentes (idem, 1964, p. 39). Essa flexibilidade seria indispensável para o desenvolvimento - do contrário, o Estado, em vez de ser um dos incentivadores do desenvolvimento, seria um obstáculo; um gargalo que, por sua negligência em relação aos clamores populares, estaria cavando sua própria cova: “O desenvolvimento do capitalismo, na sua fase mais avançada, deriva o seu principal impulso dinâmico da agressividade da massa trabalhadora, que luta para aumentar sua participação no produto social” (ibidem, p. 64). O desenvolvimento legítimo, pois, seria inclusivo - cabia aos dirigentes escutar os clamores que vinham abaixo de suas cabeças.

Essa advertência parecia ainda mais contundente quando se tratava do Brasil, com um Estado tradicionalmente hermético, mesmo em tempos não autoritários: a Constituição de 1946 vinha com dispositivos que dificultavam o pleno exercício democrático. De acordo com o Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro daquele ano, ratificado no Art. 141 § 5º da referida Constituição, era criado o Serviço de Censura e Diversões Públicas, que acabou por ser a base da censura empreendida pelo Estado nos primeiros anos da Ditadura Militar (SOUZA, 2009). Além disso, continuou vedado o direito ao voto dos analfabetos (Art. 132 §1º), que representavam aproximadamente 50% da população³⁰. Outros pontos controversos também a

³⁰ Este número não é totalmente exato, embora seja bem próximo disso. O IBGE, no censo de 1940, utilizou as seguintes categorias: os que sabem ler e escrever; os que não sabem ler e escrever; e os que não deram resposta. Havia ainda outro questionário, para indivíduos entre 5 e 39 anos, que indicava se estes estavam recebendo

ser ressaltados foram a necessidade de indenização para desapropriação de terras para reforma agrária (Art. 141 §16º); e a base para a cassação do registro do PCB, apesar de sua legalização em 1945 (formação de partidos que “atentassem ao regime democrático” - Art. 141 §13º), ocorrida dois anos depois.

Quanto à organização dos sindicatos, a Carta Magna de 1946 manteve os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, que impedia a união sindical de diferentes categorias profissionais, além de dar ao Ministério do Trabalho o poder de aprovar ou anular as decisões dos grupos sindicais. As greves voltavam a ser legalizadas, mas dentro de limites estreitos, estando sujeitas a intervenções do Estado - só no ano de 1946, três decretos presidenciais foram feitos como medidas de intervenção em greves³¹. Nas leis ou na prática delas, o Estado brasileiro mostrava-se, na maioria das vezes, pouco convidativo à atender clamores populares, o que era entendido não só como um sinal alarmante, mas uma causa do atraso socioeconômico. O movimento pelas reformas, visto na década de 1960, tinha como grande justificativa a *modernização* do Estado, ou seja, sua reestruturação para torná-lo “atual”, “novo”, apto ao desenvolvimento.

Está claro, pois, que o desenvolvimentismo, na sua penetração na ciência, lidou com um paradoxo fundamental: enquanto buscava acalmar tensões sociais, também acreditava nelas como impulso do processo de desenvolvimento. No grande jogo de velocidade *versus* velocidade visto à época - velocidade do desenvolvimento para evitar a velocidade de acontecimentos catastróficos -, esse paradoxo foi demonstração de uma maneira de lidar com o mundo material e de uma estratégia de buscar legitimidade numa disputa pela verdade. As tensões estavam ali, dever-se-ia aproveitá-las para tornarem-se benéficas. Munidos do pressuposto de observar a realidade antes de formar teorias, esses economistas viram no país uma situação difícil de ser fotografada para, assim, ser analisada com mais calma. A impressão de caos era um reforço para o discurso da necessidade de algo novo para conseguir compreender tudo aquilo - nada valia ter em mãos os dóceis manuais da economia clássica, como alertava Rômulo de Almeida (Correio da Manhã, 15 de junho de 1951, p. 2). Além disso tudo, os

instrução ou não à época do censo. O número dos que estavam foi de 3.405.765, dos quais apenas 689.114 declararam não saber ler ainda (IBGE, 1940, p. 29). A maioria destes encontrava-se na faixa etária dos 5 aos 7 anos, ou seja, em pleno início de alfabetização. Apesar disso tudo, o fato é que, em todas as regiões, o número dos que declararam não saber ler sempre foi maior, sendo um indicador significativo. O interessante desse ponto é que ele traz questionamentos sobre a legitimidade das eleições brasileiras: Dutra foi eleito com 3.251.507 votos, o que representava cerca de 55% do total de eleitores presentes (TSE, 1950, p. 8), mas apenas 7,8% do total da população.

³¹ O Decreto nº 8.985, de 14 de fevereiro, que autorizava a concessão das minas de São Jerônimo e Butiã (RS) ao Estado, após greves sucessivas que estariam “atingindo todo o parque industrial do Estado” do Rio Grande do Sul; o Decreto nº 9.265-A, de 18 de maio, que autorizava a intervenção na The Leopoldina Railway Company Limited após paralisações que estariam afetando “transportes essenciais à coletividade”; e o Decreto nº 9.306, de 27 de maio, que autorizava a interferência em uma greve de funcionários no Porto de Santos (SP).

argumentos precisam ser encaixados dentro do espaço institucional organizado em Economia no Brasil do período, e também buscando entender a localização de cada indivíduo dentro deste campo científico.

3.3 AS INSTITUIÇÕES E OS ESPAÇOS NA ECONOMIA NACIONAL: legitimação do saber

A evolução institucional da disciplina de Economia e dos espaços de prática da profissão, no país, realizou-se lenta e gradual, mas sofreu grande impulso durante e depois do período aqui estudado, o que demonstra a importância que essa área do saber adquiriu com a temática do desenvolvimento. Esse impulso também passou a alimentar o próprio desenvolvimentismo, dando-o certa legitimidade científica e institucional no país. Antes tema entre uma certa elite intelectual de bacharéis, comerciantes, industriais, políticos, militares e clérigos, o desenvolvimento passou a ser assunto cotidiano da juventude, de outras profissões liberais e da população em geral, destacando-se a atuação dos economistas. Isso nos leva a um fato singular: num momento de nova estruturação da Economia enquanto ciência, o desenvolvimento econômico dos países se confundia, em grande parte, com o próprio desenvolvimento desse saber, sendo a melhoria de um imprescindível para a do outro. Numa espécie de circuito retroalimentador, defender essas novas teorias era colocar em pauta a necessidade de aprimoramentos dentro da disciplina, que deveriam corresponder a melhoramentos similares dentro do mundo real, uma vez aplicados. As mudanças teóricas eram uma resposta ao contexto de aceleração do tempo, mas que também acabavam o incentivando.

Mesmo ganhando mais importância no contexto brasileiro, a Economia ainda era exercida, majoritariamente, por profissionais não formados na área, ou que só se enveredaram para ela em seus estudos de pós-graduação, geralmente no exterior³². Desde os mais ferrenhos liberais até os marxistas, os economistas de formação eram caso raro - a maior parte dos profissionais dessa área era formada, originalmente, em Direito, como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo Almeida, Cleantho de Paiva Leite, Tristão Ferreira da Cunha e Aliomar Baleeiro, entre outros; ou em Engenharia, como Eugênio Gudín, Glycon de Paiva e Lucas Lopes. A presença desses dois cursos se deu por conterem em seus currículos disciplinares, matérias relacionadas a estudos econômicos, como a de Economia Política, nos cursos de Direito, e Finanças e outras mais técnicas, nas Engenharias (CASTRO, 2001, p. 18-19), as quais

³² Foram os casos de Celso Furtado e João Paulo de Almeida Magalhães, ambos doutores em Economia pela Sorbonne (França), e Cleantho de Paiva Leite, pela Universidade de Columbia (EUA).

serviam como introdução ao tema para os estudantes. A presença destes cursos era maciça ao ponto de, em 1956, o deputado federal Medeiros Neto (PSD/AL) submeter um projeto de lei (PL 1848) que garantiria o título de bacharel em Ciências Econômicas aos bacharéis em Direito que atuassem como professores nas faculdades de Economia - o projeto foi arquivado.

Como consequência desse aspecto, para alguém se legitimar enquanto economista, mais valia os espaços de exercício dessa atividade que os de formação - portanto, sendo da tensão entre esses dois campos que era feita a construção da identidade de economistas enquanto tais, os espaços de profissão se encontravam em patamar superior. Desse modo, muitos consideravam-se antes “técnicos” - palavra que indica certa neutralidade e pragmatismo, em contraposição até a “políticos” - do que economistas *per se*, indicando a preponderância do ambiente de exercício da profissão. A preocupação posterior com os espaços de formação pode ser vista, na verdade, como um movimento invertido - aqueles não formados na área, mas que a exerciam, demandaram uma nova estruturação que desse conta dos problemas em voga e das abordagens que passaram a ser exigidos de um economista, para, assim, formar profissionais já inseridos nesta nova base e acabar com a escassez de mão-de-obra capacitada para o planejamento. A partir disso, acabaram entrando em conflito com a estrutura já estabelecida de formação, bastante restrita.

A principal instituição de ensino superior em Economia, no país, era a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE), ligada à Universidade do Brasil. A FNCE foi instituída por decreto em 1945, substituindo a antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ), de caráter privado e mais regional, e anos após a profissão de economista ser incluída dentro do bojo de “profissões liberais” da CLT. As disciplinas exigidas no decreto demonstram certa ênfase maior na teoria do que em estudos práticos³³, o que seria criticado pelos desenvolvimentistas posteriores. Nesse período, também foi criada a Faculdade de Economia da USP, que acabou enfrentando problemas semelhantes: a maior parte de seus professores foi recrutada dos cursos de Direito, o que acabou por manter a ênfase jurídica do ensino econômico. Além disso, a grande evasão de estudantes foi marca das primeiras décadas deste curso, por sua pouca estruturação e seu caráter de “complementação cultural” (LOUREIRO, 1992, p. 7). Em geral, o quadro discente em Economia era, majoritariamente, formado por indivíduos já formados em outros cursos correlatos ou que já

³³ Destacam-se História Econômica, História das Doutrinas Econômicas e Princípios da Sociologia Aplicados à Economia como disciplinas que fogem a esse aspecto. Ao final, porém, constituem minoria.

trabalhavam na área, não podendo dedicar-se exclusivamente para o estudo universitário³⁴. Pelo mesmo problema passavam os docentes - nesse caso, não só em Economia - já que compartilhavam o tempo de ensino com outras atividades paralelas em espaços por vezes bastante distintos, causando disputa em relação a sua dedicação ao âmbito universitário. Eram raros os casos de professores universitários em tempo integral.

À parte disso, a FNCE reunia, em seu quadro docente, grande parte dos liberais mais destacados de então, como o próprio Gudin, Octávio Bulhões, entre outros, e que representavam o grupo que lutou pelo estabelecimento da instituição ao final do Estado Novo. Em parte, também foram os que articularam a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que estabeleceu as normas de titulação e organização da profissão de economista, criando o Conselho Federal de Economistas Profissionais, futuro Conselho Federal de Economia³⁵, no qual passaram a ocupar alguns postos. Apesar disso, a institucionalização dessa área não tendeu à homogeneização, mesmo após a criação do referido Conselho. Em 1955, seria fundada, paralelamente, a Federação Nacional dos Economistas, com sede no Rio de Janeiro, a partir da iniciativa de cinco sindicatos regionais de economistas³⁶, o que indica certa fragmentação deste campo a nível nacional, reflexo das próprias fragmentações locais, com diferentes instituições disputando a legitimação desta atividade em cada estado - daí a proliferação de “sindicatos”, “ordens”, “institutos”, etc.

O heterogêneo ambiente acadêmico e profissional de Economia estava, majoritariamente, embebido num certo *status quo* que baseava-se no ensinamento das teorias clássicas, que, como vimos, pendia para a crítica à industrialização planejada. Foi contra esse status do ensino superior que muitos desenvolvimentistas se insurgiram, percebendo nessa estrutura um motivo para a continuação do que, para eles, era a falta de compreensão da realidade do subdesenvolvimento - com a falta de uma organização mais sólida destas

³⁴ “Os levantamentos efetuados nos arquivos da faculdade indicam que, nos primeiros anos, o recrutamento de alunos era efetuado entre egressos de escolas profissionalizantes, e especialmente entre contadores (respectivamente 60% e 89% do total dos inscritos nas turmas de 1939 e 1940 da então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas). Essa situação não sofreu alterações significativas em 1946, logo após a reforma de Gudin, que implantou novo currículo e a duração de quatro anos, mas manteve ainda o horário noturno. A ausência de tradição de curso superior de economia e o baixo prestígio comparado àquele dos cursos de Engenharia, Direito e Medicina atraíam pouco os jovens saídos dos secundários propedêuticos, de origem social e intelectual mais elevada. Prova disso é que eles representavam apenas 11% dos inscritos à faculdade de economia na turma de 1946. Por outro lado, o abandono dos cursos era muito elevado: nos primeiros anos situava-se em torno de dois terços do total de matriculados, e nos anos 1946-50 em torno da metade” (LOUREIRO, 1992, p. 7).

³⁵ Tal lei começou como pressão de entidades de economistas, como a Ordem dos Economistas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco, Instituto de Economia da Bahia, entre outros (CASTRO, 2001, p. 40).

³⁶ Os sindicatos de economistas que tomaram a iniciativa da Federação foram os de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

instituições certamente ajudando os desenvolvimentistas em sua empreitada. Falando sobre a situação do economista no Terceiro Mundo, João Paulo de Almeida Magalhães foi enfático

O sentimento imediato de quem se encontra em tal situação, e dispõe somente de aparelhos de análise criados em países de capitalismo avançado é o de completa frustração. A aplicação pura e simples das conclusões de economistas europeus e norte-americanos leva, quase sempre, a resultados altamente insatisfatórios (MAGALHÃES, 1961, p. 7)

De opinião similar compartilhava Furtado

O jovem aplicado e inteligente que criteriosamente fez o seu curso de Economia, entre nós, terá conseguido um razoável conhecimento das múltiplas dependências dessa mansão senhorial que é a teoria dos preços [...] Conhecerá muitas doutrinas sobre o ciclo econômico [...] Ao enfrentar-se com o mundo real, esse economista sente-se, para surpresa sua, extremamente frustrado [...] Existe, no momento presente, óbvia necessidade de reconsideração crítica do conjunto de ensinamentos teóricos que professamos e aprendemos em nossas escolas de Economia [...] Desde logo, devemos aceitar como fato comprovado que entre nós ainda não existe atividade econômica de natureza científica (FURTADO, 1962, p. 93-99)

Esse aspecto também se mostra na grande preocupação de muitos intelectuais, dentro do espectro desenvolvimentista, de se dirigir aos jovens, e principalmente aos universitários, a próxima geração a entrar no mercado de trabalho e a ocupar os postos políticos do país. Dirigir-se à juventude era uma forma de garantir, nela, a consciência de mudança para um futuro promissor. “Antes de apelar para a ciência dos doutores, apelo para o bom senso popular e para a pureza espiritual da juventude. No passado, foram estes os elementos decisivos da batalha da indústria”, clamou Ignácio Rangel (1963, p. XVII). Furtado, por sua vez, assim disse

Em meus contatos com a juventude universitária, de todo o Brasil, tenho observado que crescentes ansiedades dominam os espíritos. Generalizou-se a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance [...] E todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo e pretendem participar conscientemente dessas transformações: querem assumir uma posição ativa e contribuir para moldar um porvir que lhes pertence por excelência (FURTADO, op. cit., p. 13)

A noção da falta de compasso entre o ensino superior e a realidade estava ligada, claro, com a própria ideia de que a ciência econômica em si precisava de mudanças significativas e de novas teorias. O movimento identitário que foi o desenvolvimentismo, buscando uma nova imagem nacional, estendia-se para a ciência - era preciso um saber científico nacional, voltado para os problemas nacionais: Rômulo de Almeida alertou para a necessidade de formação de

quadros profissionais que fossem familiarizados “com a moderna análise econômica, mas ao mesmo tempo, com as peculiaridades dos problemas de um país como o Brasil” (ALMEIDA, 1950, p. 44); já Jesus Soares Pereira criticava os empresários brasileiros justamente por acreditarem que o país poderia repetir os modelos de desenvolvimento de outras nações, com formações históricas distintas (PEREIRA, 1988, p. 42).

Garantir maiores contatos com essa juventude, claro, não deixava de ter interesse político, mesmo que com as melhores intenções - era garantir a manutenção de certo projeto de país e de sociedade. Furtado foi um dos grandes preocupados com esse aspecto educacional, vide suas grandes parcerias com as universidades durante o período em que esteve à frente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o que será melhor tratado mais à frente neste trabalho. O que importa salientar é que a formação de *técnicos* - de gente capacitada para levar a tarefa desenvolvimentista em frente - foi uma grande preocupação dele e de muitos outros intelectuais do período. Para tanto, o filósofo Álvaro Vieira Pinto apontou para a urgência da mudança do status universitário: “a Universidade, na presente conjuntura brasileira, funciona como anteparo destinado a ocultar a realidade do País à sua própria consciência” (PINTO, 1963, p. 47). Símbolo de uma velha oligarquia, a universidade deveria mudar para poder abarcar esses outros jovens que deveriam ser preparados para novas tarefas, diferentes das classes tradicionais e “ultrapassadas”. Essa mudança deveria passar por uma ampliação do acesso ao ensino superior, então bastante restrito: menos de 1% da população brasileira conseguia adentrar tais cursos, sendo, em sua grande maioria, homens.

Preocupados com a juventude, tais intelectuais também possuíam o peso de uma geração em suas ações. As grandes cabeças do desenvolvimentismo desse período nasceram, em sua maioria, entre os anos 1910 e 1920³⁷, e geralmente eram mais novos do que aqueles que defendiam o liberalismo e ideais mais ortodoxos³⁸. Eram ainda jovens adultos ou mesmo crianças quando Vargas chegou ao poder em 1930, e foram formados dentro de uma perspectiva nacionalista (com alguns começando suas carreiras dentro do Estado varguista), crítica ao liberalismo, mas de viés democrático, e que não deixava de prestar atenção ao que acontecia no exterior. Em sua maioria, eram ligados mais à esquerda do espectro político³⁹ - em alguns casos,

³⁷ Em ordem crescente: Hamilton Prado (1907); Álvaro Vieira Pinto (1909); Jesus Soares Pereira (1910); Lucas Lopes (1911); Roland Corbisier (1914); Humberto Bastos (1914); Rômulo de Almeida (1914); Ignácio Rangel (1914); Ewaldo Correia Lima (1915); Alberto Guerreiro Ramos (1915); Celso Furtado (1920); Cleantho de Paiva Leite (1921); Hélio Jaguaribe (1923); João Paulo de Almeida Magalhães (1926); Cândido Mendes de Almeida (1928).

³⁸ Em ordem crescente: Eugênio Gudín (1886); Tristão Ferreira da Cunha (1890); Glycon de Paiva (1902); Aliomar Baleeiro (1905); Octávio Bulhões (1906).

³⁹ Entre os poucos filiados a algum partido, grande parte encontrava-se no PTB.

com viés revolucionário num primeiro momento -, e tinham, na mudança da sociedade brasileira e na erradicação de velhas estruturas de poder, um ideal a ser perseguido. Ao final da Segunda Guerra, o clima de reconstrução e de necessidade de cooperação entre os povos inundou mais ainda os pensamentos dessa geração que então começava a ocupar, gradativamente, os postos de comando - aqueles horrores não poderiam se repetir.

Ora, tal movimento não estaria completo se não se preocupasse com a manutenção desses novos aportes a longo prazo, a qual só se daria com a entrada deles nas grades curriculares dos cursos de Economia. Seria o passo final e necessário para a sobrevivência das mudanças científicas ocorridas devido à pressão pelo desenvolvimento, o que não era visto com bons olhos pela geração que estabeleceu os moldes de ensino no formato então existente: uma década depois da criação da FNCE, Gudin ainda rejeitava quaisquer críticas em relação ao formato legal da instituição, apontando uma “indefectível tendência em nossa terra para atribuir os nossos males aos defeitos das leis” (GUDIN, 1956, p. 55).

Querendo ele ou não, porém, as mudanças já estavam em andamento - o número de cursos e de pessoas formadas em Economia no país aumentou vertiginosamente nos anos seguintes (muito mais no que na década de existência da FNCE até então), fazendo dessa área uma das cinco maiores em contingente profissional - o prestígio da profissão em muito se deveu ao próprio desenvolvimentismo e à sua escalada no cenário nacional (CASTRO, op. cit., p. 43). Aumentava-se o ritmo de abertura de cursos de pós-graduação, assim como a busca pela inserção de matérias voltadas para a Teoria do Desenvolvimento e afins - embora nem sempre com êxito: em 1961, um projeto de lei foi lançado à Câmara Federal por Temperani Pereira⁴⁰ (PTB/RS), buscando inserir a disciplina de Teoria e Programação do Desenvolvimento Econômico em todas as faculdades federais de Economia do país e acusando uma “absoluta incapacidade das entidades universitárias de adaptação às solicitações da sociedade que servem”, pois já estava posta, nos países subdesenvolvidos, a necessidade de “criação de seu próprio aparelho de análise econômica” (Diário do Congresso Nacional, 7 de abril de 1961, p. 2226). Tal ação demonstra explicitamente certo movimento político voltado para o estabelecimento destes novos temas no âmbito acadêmico, como forma de sustentá-los num contexto mais amplo. O projeto de Pereira (PL 2831), contudo, não chegou a ir à votação, sendo arquivado três anos depois.

Mesmo com certas derrotas, os resultados dessas mudanças foram conturbados. O frenesi suscitado no ambiente acadêmico em Economia em nada parecia perder para o próprio

⁴⁰ Temperani Pereira foi catedrático de Economia Política da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul, além de ter sido membro da Frente Parlamentar Nacionalista.

frenesi em torno do desenvolvimento acelerado. Num período posterior, já após 1964, as críticas aos cursos de Economia passaram a dirigir-se a sua “superabundância” - um feito por si só bastante significativo, tendo em mente o restritivo espaço universitário brasileiro -, que não se refletiria na qualidade da formação

A hipertrofia quantitativa tem várias origens. Em primeiro lugar, o glamour conquistado pela profissão de economista no Brasil, o que atrai grande número de candidatos às escolas. [...] A proliferação de faculdades naturalmente provocou a deterioração qualitativa do ensino. O número de professores de Economia, que podem intitular-se tal, é incrivelmente menor, no Brasil, do que os necessários a todas essas faculdades. A consequência é um ensino extremamente heterogêneo - razoável numas poucas faculdades, mas péssimo na maioria delas. (SIMONSEN, 1966, p. 19-20)

Como percebe-se, o processo de nova estruturação da ciência econômica, iniciada no período desenvolvimentista dos anos 1950, e que deu outra legitimação às faculdades, não foi concluída rapidamente e muito menos de maneira homogênea - passou por vários percalços e melhoramentos até chegar no que conhecemos hoje. Tudo isso, porém, deve ser considerado tendo em vista que foi a aceleração pelo desenvolvimento que deu peso simbólico totalmente distinto ao ramo, impulsionado pelos economistas que dela fizeram sua defesa. Na verdade, também houve uma transferência da autoridade política sobre quem poderia “pensar o Brasil”: posteriormente ao período aqui estudado, os economistas passaram a ser os mais requisitados a dar diagnósticos sobre a situação nacional, coisa que, antes, cabia a outras áreas, como os sociólogos. Desse modo, passaram a se destacar conceitos mais ligados a esta ciência no trato com os problemas brasileiros - renda, distribuição, produção, etc. - e outros foram sendo escamoteados.

Entretanto, aqueles que iniciaram este longo trajeto enquanto desenvolvimentistas, em poucos casos, conseguiram adentrar as universidades enquanto docentes: após 1964, muitos foram exilados ou alvos de forte repressão, não conseguindo estabelecer-se academicamente. Até lá, porém, tais profissionais estavam alocados em espaços outros, que os davam a legitimação necessária para sua atividade cotidiana. É importante notar que a controvérsia desenvolvimentista não foi uma simples disputa de ideias e conceitos, mas também de agentes que ocupavam espaços e instituições diferentes e conflitantes dentro do campo científico e político; tinham outras redes de contato e outro modo de agir.

Entre tais espaços, destacam-se aqueles sob a aba protetora do Estado. Nesse sentido, o Rio de Janeiro tornou-se centro da intelectualidade em Economia - muito mais por ser a sede do governo do que pelos seus espaços de ensino superior. Não só as várias instituições para fins

econômicos, como a CPE, o CNPIC, entre outras, mas também secretarias ministeriais, bancos e institutos diversos, como o Iseb, permitiram a tais economistas o apoio logístico necessário para seus trabalhos na cidade, além de empregos prestigiosos e posições vantajosas nos debates públicos, embora, por outro lado, fossem pressionados a atender certas demandas. Contudo, isso lhes dava uma grande vantagem: defensores do planejamento econômico, talvez não existissem lugares melhores para o exercício da profissão do que aqueles mais próximos de quem realmente poderia colocar o planejamento em prática. Além disso, o fato dos espaços estatais serem os de maior preponderância já denota um movimento governamental interessado na planificação, mesmo que, por vezes, não a exercendo da maneira que muitos desses economistas defendiam. Focaremos em alguns desses locais, pelo seu maior peso dentro de todo o quadro, assim como pela sua influência no decorrer dos fatos desse período caótico.

Um primeiro espaço de importância seria a Assessoria Econômica de Vargas, durante seu segundo governo, e que seria um “órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos ligados às principais necessidades econômicas nacionais”, com orientação nitidamente nacionalista (LIMA, 2013, p. 202). Tal órgão tornou-se o braço-direito do presidente nas políticas econômicas e, embora não tivesse diretamente poder legislativo, tinha influência suficiente para elaborar projetos de lei e ter contatos diretos com o próprio Vargas - basta lembrar que foi das cabeças da Assessoria que foram elaborados projetos importantíssimos, como o da Petrobras, do Plano Nacional de Eletrificação, da Comissão de Desenvolvimento Industrial e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o que, por si só, já demonstra o peso político que ela passou a ter durante esses anos. Apesar de sua existência efêmera e mesmo depois de ser desmanchada, após o suicídio do presidente, os membros da Assessoria continuaram tendo posições destacadas e poder considerável dentro dos âmbitos político e econômico.

A origem da Assessoria está ligada à figura de Rômulo de Almeida. Nascido na Bahia e formado em Direito lá, Almeida migrou para o Rio de Janeiro ainda nos anos 1930, devido, segundo ele, à falta de perspectivas de emprego em seu estado natal, além do fascínio cosmopolita que a capital exercia em certos grupos intelectuais de então (ALMEIDA, 1988, p. 3). Após períodos de pouca estabilidade empregatícia, mesmo assim, Almeida conseguiu uma vaga de professor-substituto na FCEARJ, entre 1942 e 1943, e adentrou o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em 1944, além de trabalhar na Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Constituinte de 1946, voltada a buscar entender a realidade nacional. Foi nesta Comissão que Almeida relatou o choque entre uma “tendência neoliberal” (num momento em que liberdade política passou a confundir-se com

liberalismo econômico) e a manutenção de aportes que garantissem “segurança econômica” para o país através da ação do Estado. Isso fez, ao seu ver, que o texto final da Constituição contivesse poucos dispositivos que esclarecessem o papel estatal de fomentar o desenvolvimento econômico, embora a iniciativa privada continuasse, em tese, sujeita ao ideal maior de “justiça social” (idem, 1950, p. 22). Ao final da referida década, passou a trabalhar no Departamento Econômico da CNI, e foi um dos fundadores do Grupo de Itatiaia, mantendo contatos próximos com seus integrantes após a formação do Iseb. Com a volta de Vargas ao poder, em 1951, Almeida - à época, já filiado ao PTB - foi chamado para ser seu oficial de gabinete, cargo no qual recebeu a incumbência, dada pelo próprio presidente, de organizar a Assessoria, sendo seu primeiro chefe.

O economista baiano, de certa forma, foi um dos precursores de defesas contundentes sobre a necessidade de um planejamento mais elaborado e científico para o país, como demonstram textos publicados desde a década de 1940, nos quais desaprovava a falta de conhecimento econômico sobre o Brasil e as incompletas intervenções passadas: “A situação caótica do país, a experiência do intervencionismo às cegas, a falta de informações seguras sobre a situação do país [...] repelem o tratamento leve e confiado das opiniões subjetivas, dos caprichos dos compromissos impossíveis de improvisar” (Correio da Manhã, 18 de agosto de 1946, p. 2). Ou então: “A estrutura da economia brasileira nos parece ainda muito mal estudada, e não se chegou a uma composição política para a fixação de objetivos e diretrizes numa política nacional integrada. Isto explica a persistência de programas de ocasião e as incoerências entre eles” (ALMEIDA, op. cit., p. 42). Dentro desse aspecto, alarmava para o desconhecimento geral sobre o estado das artes econômicas brasileiras, em especial sobre seus recursos naturais, o que acarretava o desperdício de potencialidades enormes para o funcionamento econômico do país - de certo modo, essas preocupações já adiantavam as metas da Assessoria, já que, desde cedo, estava acertado que ela se debruçaria mais sobre questões energéticas, então principal mote do nacionalismo varguista (idem, 1988, p. 38).

Para compor os quadros desse novo órgão, Almeida buscou profissionais já ligados ao serviço público, principalmente dentro do Dasp (do qual fizera parte e, à época, encontrava-se relativamente esvaziado), e que, em geral, já tratavam desse tema há algum tempo. Daí, então, convocou nomes como Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira, Cleantho de Paiva Leite e Tomás Pompeu Acioli Borges - coincidentemente, todos nordestinos⁴¹ -, economistas de profissão e

⁴¹ A possível influência da origem nordestina da maioria dos membros da Assessoria em alguns projetos será analisada no Capítulo 4.

de clara ênfase nacionalista, e que acabaram se tornando alguns dos principais nomes do desenvolvimentismo brasileiro.

Nesses primeiros anos, a Assessoria funcionou com um certo aspecto conciliador em relação a pressões externas, enquanto durou a chefia de Almeida (até 1953, quando saiu para assumir a presidência do BNB). No projeto da Petrobras, por exemplo, por motivos políticos, procuraram evitar ao máximo a palavra “monopólio”, a fim de tentar não espantar a ala mais conservadora e conseguir a maioria dos votos no Congresso (ibidem, p. 17). A Assessoria também ficou a cargo de acompanhar os trâmites do projeto no Congresso - que revelaram-se longos e tensos -, reportando ao presidente tudo que ocorresse.

O cotidiano da Assessoria, que embebia permanentemente seus membros na percepção de um rumo nacionalista e seguro para o país, parece ter criado um forte laço entre alguns deles mesmo após sua dissolução. Nesse aspecto, a figura que chama atenção é a de Jesus Soares Pereira. Rangel assim o agradecia, em livro de 1957: “a quem o país não sabe o que deve, porque não o conhece” (RANGEL, 1957b, p. 8). O nome de Pereira foi constante nas suas demais obras, assim como nas de Almeida, que lhe atribuiu a maior parcela de contribuição para a Petrobras (ALMEIDA, op. cit., p. 18) - o projeto desta estatal, de fato, ocupou enormemente o esforço profissional de Pereira, que relatou ter acompanhando seu andamento de perto, informando pessoalmente a Vargas, “pelo menos uma centena de vezes”, a que passo as coisas andavam (PEREIRA, op. cit., p. 69).

O reconhecimento dos pares parece condizer com o peso de Pereira no campo de Economia, já que, mesmo sendo uma figura relativamente obscura, esteve presente em várias instâncias econômicas durante este período. Cearense, não teve nível superior até meados da década de 1940, quando formou-se em Ciências Sociais pela Universidade do Brasil, como forma de “ampliar, rever e melhorar” seus conhecimentos de autodidata (ibidem, p. 53). À essa altura, contudo, já era um funcionário destacado dentro dos quadros governamentais: fez sua carreira no Ministério da Agricultura, no qual adentrou nos anos 1930, trabalhando nos setores de mineralogia e chegando ao cargo de Secretário do Ministério. Já no Estado Novo, pesquisando sobre a produção carbonífera, teve importante papel dentro do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), órgão voltado para a articulação do intercâmbio externo do país, num período em que a substituição de importações começava a se impor, e que chegou a conclusões importantes sobre a independência econômica nacional (ver Capítulo 1). Foi no CFCE que Pereira considerou-se numa “grande escola” que o permitiu enxergar de perto os problemas econômicos nacionais (ibidem, p. 51), devido ao seu alto grau de pesquisas e análises, o que lhe valeu, também, um convite para participar da estruturação do Conselho

Nacional do Petróleo (CNP), no qual aprofundou os estudos sobre o tema. Já em 1946, participou também da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Constituinte, onde conheceu Almeida e ambos estreitaram seus laços, constituindo núcleo de resistência à tendência liberalizante, e depois passou a trabalhar como Economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), até ser chamado para a Assessoria.

Pereira virou referência em petróleo no período, e a importância do tema em questão o elevou a um certo nível de autoridade. Embora não descartasse a ajuda estrangeira em termos técnicos, científicos e, minoritariamente, financeiros (daí a classificação de sociedade anônima para a Petrobras), suas defesas do controle estatal sobre esta produção, como forma de fomentar não só a indústria do país, mas sua própria independência econômica e mesmo política, ajudaram-no a ser reconhecido positivamente dentro de parte da intelectualidade desenvolvimentista. Após a saída de Almeida da Assessoria, foi ele que assumiu a chefia do órgão, dirigindo-o até o suicídio de Vargas. Depois disso, foi convidado a dar aulas no Iseb, e passou a trabalhar no escritório do BNB no Rio, além de fazer parte do Conselho de Desenvolvimento, durante o governo de Kubitschek, e do Ministério de Viação e Obras Públicas, até, por fim, assumir uma diretoria na Companhia Siderúrgica Nacional, da qual foi exonerado após o golpe de 1964, tendo sido incluído na primeira lista de cidadãos com direitos políticos cassados, a 10 de abril.

Sua trajetória indica certas similaridades e diferenças com o restante da Assessoria após seu término. Almeida, como dito anteriormente, assumiu a presidência do BNB, mas dela se demitiu após o suicídio de Vargas, quando o Banco, na verdade, ainda estava se estruturando. Depois disso, candidatou-se a deputado federal, exercendo o mandato até 1955, quando foi convidado a ser Secretário da Fazenda da Bahia. Ignácio Rangel (também formado em Direito), por sua vez, continuou dentro dos quadros do Iseb, sendo diretor de seu Departamento de Economia nos anos 1960. Também aprofundou seus estudos econômicos, até então bastante autodidatas⁴², num curso de pós-graduação feito na Cepal, sob o comando do chileno Jorge Ahumada, e passou a dar consultorias para órgãos federais, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Rangel destacou-se por um certo “ecletismo” de suas análises econômicas, sob a justificativa de que a realidade brasileira, ambígua por si só, necessitava de diagnósticos

⁴² Quando se mudou para o Rio, Rangel trabalhou como tradutor para custear suas despesas, estudando Economia em seu tempo livre. Esse estudo resultou em artigos sobre o tema, que eram publicados aqui e acolá, principalmente pela Associação Comercial do Rio de Janeiro. Em 1950, na CNI, conhece Rômulo de Almeida, o que permitirá o seu convite à Assessoria um ano mais tarde.

distintos para cada situação - desse modo, não deveria se descartar totalmente uma ideologia econômica, fosse liberal, keynesiana, marxista, etc. Suas teorias sobre a “dualidade brasileira” - ou seja, a existência opositora de estruturas “velhas” e “novas” no país -, bastante caras à intelectualidade desenvolvimentista (e mesmo marxista), foram ganhando corpo com os anos, aparecendo em todos os seus trabalhos no período aqui referido: para ele, a dualidade fundamental seria a formação histórica “inversa” do Brasil, ou seja, a inserção do país na economia mundial pelo comércio exterior (colonização exportadora), antes de se estruturar um mercado interno (RANGEL, 1956, p. 208). Seus trabalhos também davam ênfase especial à situação agrária nacional, buscando ver o estado da “agricultura familiar” e as nuances complexas deste setor, como sua “mistura” com alguns aspectos de manufatura - ferramentas, moradias, etc. Seu método histórico de procurar encontrar um “sentido” para o andamento econômico nacional desde seus primórdios, de fato, aproxima-se do empregado por Caio Prado Júnior em seus estudos anteriores.

Cleantho de Paiva Leite (um dos poucos a ter doutorado em Economia no exterior), por sua vez, havia saído do Dasp para entrar na Assessoria, e, após o término desta, assumiu diretorias no BNDE, assim como realizou missões diplomáticas em diversos congressos internacionais. Tomás Pompeu, engenheiro de formação, continuou seus trabalhos na FGV, assumindo também funções no BNB e no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Em comum, todos continuaram adeptos de um desenvolvimentismo nacionalista que via no Estado e na industrialização uma forma de superar os obstáculos que atrasam o país, passando a ocupar instituições que permitiam o exercício desse pensamento. Além disso, esse grupo intelectual tem sua formação enquanto tal ainda na ditadura Vargas, demonstrando, que, primeiro, não eram novatos no cenário político nacional; e, segundo, que a maturação do desenvolvimentismo durante o período varguista também foi a maturação da intelectualidade desenvolvimentista, que atingiu seu auge em período posterior.

Apesar disso, o ambiente profissional em Economia sofria do mesmo problema do ambiente universitário, citado anteriormente: a crescente demanda por profissionais, por conta da tarefa do desenvolvimento planejado, conjugada com a falta de técnicos especializados, fazia com que muitos destes indivíduos acabassem dividindo-se em mais de um emprego, não podendo dedicar-se integralmente a apenas uma instituição, o que danificava suas disponibilidades e seus salários. Esse aspecto fica demonstrado pela trajetória dos membros da Assessoria, principalmente Pereira. Ao contrário dele, porém, a maior parte dos ex-membros não teve um trânsito tão grande assim após a dissolução do órgão, conseguindo se estabilizar em alguns espaços, que também tinham seu peso dentro de todo o processo desenvolvimentista,

com destaque para o já citado Iseb, para o BNDE e o BNB - sobre este último, trataremos melhor no Capítulo 4.

Em relação ao BNDE, criado em 1952, suas origens remontam ao ideal de cooperação internacional para o desenvolvimento do Terceiro Mundo e, no caso brasileiro, do envio de missões norte-americanas para avaliar a situação do país. Entre as décadas de 1940 e 1950, os Estados Unidos enviaram ao país missões técnicas com o objetivo de, em parceria com os intelectuais brasileiros, descobrir as carências econômicas nacionais e, assim apontar prognósticos. Ao total, três missões principais foram feitas: Missão Cooke (1942), Missão Abbink (1948) e Comissão Mista Brasil-EUA (1951). As duas primeiras focaram mais em análises e investigações preliminares - foi da de 1942, inclusive, que Simonsen tirou o prognóstico dos setores deficientes nacionais que adicionou ao seu relatório de 1944 ao CNPIC. Já a Comissão Mista, dentro de um ideal um pouco diferente, tentou dar soluções mais concretas, com elaboração de projetos de financiamento e investimento, assim como alternativas a médio e longo prazo de atração de capital para terras brasileiras. De lá, saiu o esboço para a criação de uma agência financiadora para o desenvolvimento nacional que captasse o capital externo, o que se materializou com o BNDE.

Bielschowsky define a Comissão como um dos únicos momentos que a vertente “não nacionalista” do desenvolvimentismo, mais simpática ao capital estrangeiro, reuniu-se institucionalmente (BIELSCHOWSKY, op. cit., p. 104), depois ocupando cargos no próprio Banco. Em que pese que muitos desses “não nacionalistas” tenham se tornado (ou se revelado) liberais mais tarde - caso de Roberto Campos e Glycon de Paiva -, a maior simpatia pelo capital externo e por uma economia livre de mercado já era presente em suas falas, e justificavam uma ação (um tanto quanto restrita) do Estado no país por seu caráter específico de subdesenvolvimento. Não à toa, a “ruptura” de JK com o FMI, em 1959, fez com que essa parcela da intelectualidade desenvolvimentista se afastasse definitivamente do campo governamental, somando-se às filas da oposição conservadora (ver Capítulo 1).

A presença estadunidense atuou, nesse sentido, como importante viés legitimador no fazer econômico desses intelectuais, dando um peso mais político do que científico, mas não menos eficaz por isso - bem pelo contrário. No entanto, essa legitimação só poderia, claro, servir mais aos economistas simpáticos ao capital externo do que aos outros de uma vertente mais nacionalista - como se viu, estes últimos prezavam pela ideia de um fazer científico totalmente nacional, e, embora apoiassem a assistência técnica estrangeira, colocavam nela certos limites e precauções, a fim de evitar a total adoção de preceitos estranhos à realidade nacional.

Dissolvida em 1953, a grande repercussão dos planos elaborados pela Comissão - focados nos setores de energia e transportes - deu aos profissionais envolvidos nas pesquisas grande renome no cenário político do país, conseguindo, após seu fim, cargos em outras instituições econômicas, entre as quais, obviamente, o BNDE. Da Comissão, inclusive, saíram três futuros presidentes do Banco: Glycon de Paiva (1955-1956), Lucas Lopes (1956-1958) e Roberto Campos (1958-1959). O fato de pertencerem a uma vertente “não nacionalista”, porém, não faz do BNDE em si uma instituição integralmente nesse viés, como mostra a inclusão de economistas nacionalistas em seus quadros, como os ex-membros da Assessoria supracitados. Os relatórios anuais do Banco, inclusive, indicam para a defesa de um Estado interventor, mas como ação compensatória a um capital privado ainda débil. Nesse sentido, defendia a continuação da substituição de importações, assim como o aumento das exportações (VIANA, 1981, p. 362-364).

Foi pelo BNDE, inclusive, que Celso Furtado estabeleceu-se novamente no país. Economista da FGV durante um curto período após seu doutorado na França, entre 1947 e 1948, Furtado assumiu o cargo de Diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal, em 1949, indo trabalhar no Chile. Lá, aprofundou-se nas teorias criadas na instituição, bebendo da fonte de Prebisch grande parte de sua influência - e também parceria. Com esse novo olhar sobre o problema do subdesenvolvimento, Furtado passou a analisar as condições econômicas do Brasil, tendo em vista, em algum momento, voltar ao país em definitivo para fazer parte das discussões sobre desenvolvimento, então em crescente interesse por parte da sociedade em geral. Como parte das ações da Comissão para divulgar seus resultados no continente, uma conferência foi realizada em Petrópolis (RJ), em 1953, a pedido do próprio governo brasileiro, e na qual Furtado foi um dos destacados palestrantes. O documento final do evento, que defendia o planejamento como forma de “racionalizar o emprego de recursos humanos e materiais disponíveis”, teve considerável circulação dentro do governo Vargas, principalmente em sua Assessoria Econômica, sendo elogiado por figuras como Cleantho de Paiva Leite (Correio da Manhã, 15 de abril de 1953, p. 1), com o qual Furtado trabalharia no BNDE mais tarde.

O nome de Furtado ganhou destaque no cenário econômico nacional, o que culminou num convite, feito por Roberto Campos, para assumir uma diretoria no dito Banco, ainda em fase de estruturação. Impedido, porém, de deixar suas funções na Cepal, Furtado articulou a formação de um convênio entre as instituições, o que culminou na formação do Grupo Misto Cepal-BNDE, dando-o a oportunidade de ocupar os dois cargos simultaneamente. O Grupo foi formado com o objetivo de ajudar o Banco na coleta de dados macroeconômicos sobre a

situação do país, principalmente sobre comércio externo, o que ajudou, inclusive, a equipe de Kubitschek, anos mais tarde, a reunir os suportes necessários para definir o Plano de Metas (FURTADO, 1985, p. 175). Após o fim dos trabalhos do Grupo, Furtado volta à Cepal, mas já decidido a sair da instituição, “menos fruto de decepção do que da consciência de esgotamento do projeto em que me empenhara” (ibidem, p. 201), o que acaba acontecendo em 1957. Decide aprofundar ainda mais seus estudos, desta vez em Cambridge (Inglaterra), onde tem a ideia de escrever o clássico *Formação Econômica do Brasil*, baseado no pressuposto de “aproximar a História [...] da análise econômica; extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (ibidem, p. 205), o que se inseria no método histórico-estruturalista, ou seja, dentro do ideal de observar a realidade para tirar conclusões científicas, tão caro aos desenvolvimentistas. Nesse interregno, volta ao Brasil para assumir, novamente, uma diretoria no BNDE, mas com a condição de atuar na área circunscrita à região Nordeste, então já centro de muitas de suas análises, e assunto pelo qual se tornará reconhecido. No Banco, começa a dirigir o já formado Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), parte do Conselho de Desenvolvimento do governo JK, e no qual fomentou sua ideia de uma autarquia que pudesse incentivar e planejar o desenvolvimento nordestino - tal ideia materializou-se na criação da Sudene, em 1959, sendo Furtado seu primeiro superintendente (ver capítulos 4 e 5).

A trajetória de Furtado, um tanto quanto meteórica (tudo isso ocorreu antes de completar 40 anos), levou-o a ser um dos mais respeitados economistas brasileiros, tendo suas obras, posteriormente, alcançado enorme peso acadêmico. Mais novo do que os economistas da Assessoria, sua formação enquanto intelectual não estava no Estado varguista, mas sim na influência europeia, em primeiro lugar, e cepalina, em segundo. Por conta dessa formação mais acadêmica, talvez, tenha apresentado maiores preocupações com o estado da ciência do que muitos de seus colegas de profissão - embora ainda se considerasse um técnico antes de tudo. Sua curta passagem como Ministro do Planejamento - o primeiro da história brasileira -, entre 1962 e 1963, foi geradora de controvérsias devido à costura do Plano Trienal, que foi chamado por Rangel de “aliança” entre estruturalistas e monetaristas, além de ser “um manifesto de luta contra a estruturação do mercado interno de valores”, uma “aposentadoria” do desenvolvimentismo de outrora (RANGEL, 1963, p. XVI). De acordo com o próprio Furtado, o convite para assumir o ministério, vindo de João Goulart, dava-se por conta da aproximação do plebiscito para restauração do presidencialismo, no qual o presidente não poderia aparecer sem um plano coeso de desenvolvimento para a população. Feito às pressas e sob fortes pressões políticas de todos os lados, o economista viu-se obrigado a ceder em alguns pontos do Plano,

que acabou não dando os resultados esperados (FURTADO, 1989, p. 154). Apesar disso tudo, Furtado acabou por suceder Rômulo de Almeida como figura aglutinadora do desenvolvimentismo nacionalista, assumindo posição central dentro do campo, tanto em nível nacional quanto regional, como sua atuação no Nordeste mostrará (ver Capítulos 4 e 5).

Vemos, pois, que no campo econômico, muitas foram as instituições de peso que deram a legitimidade necessária para o exercício da profissão de economista no país, em especial para os desenvolvimentistas. Em comum, tais instituições tinham o grande aspecto da novidade: em sua maioria, eram recém-criadas, formadas já com o intuito de serem ocupadas por aqueles profissionais que tivessem uma específica visão de mundo e uma tarefa a cumprir, sendo resultado do movimento de reivindicação desses próprios por um desenvolvimento planejado. Pode-se dizer, então, que o desenvolvimentismo tem um forte aspecto de *criação de instituições* - seja na ditadura Vargas, seja depois -, cada vez mais voltadas para certa tarefa e que constituíram-se em espaços de aglomeração política, científica e de sociabilidade, com a força legitimadora do Estado, e que acabaram definindo a configuração deste campo. Esse mote, claro, indica a crescente consciência do que estava acontecendo, e a ação deliberada em prol da continuação dos processos. O cotidiano pragmático de tais instituições também dava a esses economistas a arma do discurso tecnicista, de não fazerem nada além do que a ciência “correta” recomendava nos casos como o brasileiro. É óbvio, porém, que eles estavam longe de ser neutros - assim como qualquer indivíduo, na realidade. A questão é que a neutralidade científica era - e é - uma arma de convencimento bastante eficaz, da qual utilizaram-se para conseguir espaços cada vez maiores.

É sintomático, pois, que em instituições mais tradicionais, fossem os liberais os predominantes - não sem antes alguns percalços. A exceção seria o Conselho Nacional de Economia, criado em 1951, no qual alguns deles acabaram conseguindo cargos proeminentes. À parte do Conselho e da FNCE, citada anteriormente, também a FGV, cujo departamento de Economia estava sob direção de Gudin - sempre ele - e Bulhões, passou a ser predominantemente liberal durante o período. Criada em 1944, a Fundação era uma instituição de ensino superior privado, mas com o intuito de formar profissionais para o serviço público. Por um certo tempo, caracterizou-se por composições bastante ecléticas - basta lembrar que Pereira e Furtado foram alguns de seus membros, assim como outros mais nacionalistas, como Tomás Pompeu e Américo Barbosa de Oliveira. Foi na revista da Fundação, a Revista Brasileira de Economia (RBE), inclusive, que Furtado publicou a tradução do artigo *O Desenvolvimento Econômico da América Latina* (1950), de Prebisch. Contudo, Gudin e Bulhões sempre faziam contra-ataques ácidos a essa nova corrente, usando da instituição para promover publicações e

eventos que reforçassem as teorias clássicas - destaca-se a conferência de Jacob Viner, em 1950. O ápice desta “guerra fria” foi em 1953, quando, a partir do crescimento da controvérsia desenvolvimentista, Gudin promove um verdadeiro expurgo ideológico na instituição, demitindo Pereira, Américo Barbosa, entre outros, e passando a dirigi-la com caráter definitivamente ortodoxo (FURTADO, 1985, p. 83).

Para terminar, vale tratar um pouco sobre esse aspecto. A RBE representava o principal meio de divulgação científica em Economia no país, e a perda deste espaço configurava-se em importante perda simbólica para os desenvolvimentistas. Apesar da existência de outras revistas, como a Desenvolvimento & Conjuntura, da CNI, além das marxistas, como a Revista Brasileira, comandada por Caio Prado Júnior, e da Estudos Sociais, do Iseb, que passou a contar com mais adeptos do marxismo a partir dos anos 1960, nenhuma comparava-se, em peso, à RBE. Sendo verdade que, em seu cotidiano, não eram todos os desenvolvimentistas que tinham grandes preocupações com esses meios de divulgação - vide estarem em instituições estatais, a divulgação de seus resultados vinha como corolário da própria política governamental de propaganda -, alguns deles não deixaram de preocupar-se com a necessidade de um meio paralelo de publicação de seus textos.

Foi nesse ínterim que, após o expurgo na FGV, Furtado decidiu reunir os atingidos - como Pereira e Oliveira - e montar uma sociedade civil chamada Clube dos Economistas, em 1954, que passaria a ser responsável pela publicação de uma revista, a Revista Econômica Brasileira, como tentativa de contrapor-se à RBE. Pouco se sabe sobre o funcionamento interno do Clube, como aponta pesquisa feita por Andrada et. al. (2016). Os ganhos vinham das assinaturas da revista, que nunca foram muitas, exigindo que os membros do Clube tivessem, por vezes, que tirar dinheiro de seus próprios bolsos para financiá-la. Como consequência, muitos números deixaram de ser publicados, e o último volume da revista foi lançado em 1962 - mesmo o Clube só tendo acabado definitivamente após o golpe de 1964 (ANDRADA et. al., 2016, p. 12-16). Enquanto existiu, porém, a Econômica Brasileira foi importante meio de divulgação de ideias desenvolvimentistas dentro do âmbito científico - mesmo publicando artigos de outras correntes, como do próprio Gudin. Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe (além, claro, de Furtado) foram alguns dos nomes já consagrados que tiveram trabalhos publicados na revista. Mesmo não atingindo o mesmo grau de estruturação que a RBE, representou um esforço independente de criar novos espaços para sociabilidade científica nacional, sendo exemplo de um tempo em que, na pressa que se colocava como imperativo em tudo, a necessidade de ocupar os espaços o mais rápido possível foi o que moveu muitos dos cidadãos de então.

A batalha pela mídia de divulgação científica foi uma das frentes de um conflito mais geral em torno dos rumos da ciência econômica no país, que estava atrelada, de maneira mais geral, ao movimento identitário desenvolvimentista, que demandava um futuro inédito e quebras estruturais com o passado. No caso brasileiro, uma outra nuance ajudou a embaralhar todo este já conturbado jogo: a emergência do Nordeste enquanto uma região de potencial explosivo.

4 PERIGO EM CHÃO RACHADO: A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA NORDESTINO

No Nordeste do Brasil, Jesus Cristo chama-se Zé, Maria e Severino.

Tem a pele escura e sofre a pobreza

Dom Hélder Câmara (1964)

Em discurso na Câmara do Deputados, em 1956, o geógrafo e deputado federal Josué de Castro alertou para a ocorrência da seca no semiárido nordestino durante aquele ano. Nas suas palavras, fez transcorrer a preocupação com o que a continuidade do estado de “proletarização” do sertanejo e do latifúndio improdutivo poderia acarretar no futuro da região: “Precisamos libertar o homem da escravidão da terra. Acabamos no Brasil com a escravidão do homem pelo homem, mas deixamo-lo em regiões como as do Nordeste, inteiramente escravizado ao regime da terra” (CASTRO, 1956, p. 108). O problema nordestino não seria a simples ocorrência das secas, mas sim a existência de uma estrutura socioeconômica incapaz de adaptar-se a esse fenômeno periódico - e, pior, que soube aproveitar-se desse acontecimento para formar uma situação de poder hermético e autoritário, usando da máquina do Estado para beneficiar sempre os mesmos, deixando os trabalhadores sob um rígido regime de exploração. Para resolver este problema, Castro demandou a urgência típica do período desenvolvimentista, a fim de evitar graves catástrofes, como o esfacelamento do país: “defendendo o Nordeste, defendem eles [os deputados] a integridade do Brasil”, pois, assim, afastam qualquer “ameaça de separatismo” (ibidem, p. 114). Por fim, termina seu discurso citando trecho do clássico *Origens da França Contemporânea*, de Hippolyte Taine, no qual sagrou-se a tese de que uma das causas da Revolução Francesa havia sido o estado de miséria em que se encontrava o povo - o recado estava dado.

Cinco anos depois da fala de Josué, a cineasta norte-americana Helen Jean Rogers, juntamente com uma equipe de filmagem empregada pela rede televisiva ABC, foi até o Recife procurar entender o que, aos seus olhos, era um perigo iminente: a grande massa de camponeses analfabetos no Nordeste, agora organizados em torno de uma entidade que lutava por melhores condições de trabalho para o trabalhador rural e, a partir de certo momento, por uma reforma agrária - as Ligas Camponesas. Ao redor do Brasil, as Ligas eram alvo constante de suspeitas

de “infiltração comunista”, cujo objetivo seria manipular a “massa ignorante” a fim de instalar uma revolta na região e, desse modo, espalhar o gérmen da subversão no restante do país. Eram tempos pós-Revolução Cubana, e o medo de levantes populares em outro ponto estratégico da geopolítica continental atingiu muitos norte-americanos em cheio com as notícias sobre camponeses organizados no Brasil - o jornal *The New York Times*, em 1960, já havia publicado uma série de artigos sobre o “perigo revolucionário” no Nordeste brasileiro, alarmando para as condições de miséria extrema da população campesina. Perder o maior e mais rico país da região seria uma derrota amarga demais para os Estados Unidos; as circunstâncias precisavam ser averiguadas.

O minidocumentário produzido por Rogers no Nordeste, intitulado *Brazil - the troubled land* (em tradução literal, “Brasil - terra problemática”), procurou retratar esse caos: a situação precária das massas camponesas, na figura de um anônimo Severino, que andava descalço pelas ruas da capital pernambucana até a sede das Ligas; o perigo da “manipulação comunista”, representado pelo líder desta entidade, o deputado socialista Francisco Julião; e os autoritários donos de terra, exemplificados na figura do fazendeiro Constâncio Maranhão, que é mostrado dando tiros ao chão com risos de quem se diverte mostrando seu poder. Em meio a esse clima aparentemente sem saída, a reportagem pergunta ao então Superintendente da Sudene, Celso Furtado (retratado como uma figura moderada), o que os norte-americanos poderiam fazer para ajudar na questão nordestina. Furtado, usando de bom inglês, foi categórico: “Isso é primeiro um problema nosso”. Porém, alertou que, se a situação não melhorasse, um contexto “explosivo” poderia acontecer num futuro próximo - “talvez em dois, cinco, dez anos; talvez até amanhã”.

Uma região-problema - assim o Nordeste passou a ser definido durante este conturbado período da história brasileira. Espaço de altos índices de pobreza e desigualdade, reforçados pela grande população e pelo fluxo migratório das áreas de interior em direção ao litoral e a outros estados ao sul, o Nordeste foi sendo visto, gradativamente, como um foco de potencial subversão que arruinaria a unidade nacional, e sua sina de “atraso” e “lentidão” transformou-o num pretenso barril de pólvora - ou assim passaram a enxergá-lo autoridades nacionais e internacionais⁴³. É fato que o tema das “disparidades regionais” no país e a sua solução tornaram-se da ordem do dia, exigindo medidas imediatas e eficazes.

⁴³ Como se vê, os Estados Unidos tiveram interesse considerável na região, como revelaram documentos secretos da CIA recém-divulgados. Considerado como área de “disseminação de ideias comunistas”, o Nordeste foi visto como de importância primordial para a segurança nacional estadunidense e para sua influência no Cone Sul. Ver: “Para CIA, Nordeste era crucial para defender EUA de ataque soviético”, disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38660151>>, acessado em 3 de abril de 2018.

Não é por acaso, pois, que tenha sido no período desenvolvimentista que a emergência do problema nordestino tenha se dado, levando consigo todos os caracteres típicos desses tempos - a pressa, a vontade de aceleração do tempo histórico, o otimismo misturado com angústia, o medo, o presságio, e todos os elementos que definiram o imperativo do desenvolvimento (ver Capítulo 1). Não era apenas o desenvolvimento, enquanto teoria e prática, que se redefinia durante a época; o próprio Nordeste, enquanto espaço de luta, passou por abordagens inéditas que clamavam por uma identidade nova para a região, por algo além da “lentidão” e da inferioridade estereotipados, pela quebra do que seria um “arcaísmo” no campo e do “atraso” nas cidades. Nesse sentido, desenvolvimento e Nordeste se confundiam incessantemente dentro das indefinições cotidianas, sendo difícil discernir, por vezes, um do outro.

As aceleradas mudanças vividas no país não deixaram de afetar a região, encontrando lá uma situação distinta da parte mais rica do Brasil. Entre 1940 e 1960, o Nordeste⁴⁴ manteve-se como a segunda área mais populosa do território, o que certamente contribuiu para dar peso à questão regional. O exacerbado processo de urbanização visto na década de 1950 atingiu igualmente a região: 171% foi a taxa de crescimento da população urbana nordestina neste período, superando os já espantosos 143% nacionais - no campo, a taxa regional foi de apenas 10,4%, o que, juntamente com o índice total de 23% de crescimento demográfico nordestino, demonstra que tal expansão urbana fez-se à base do êxodo de populações interioranas, acarretando sérios problemas para as cidades, como desemprego estrutural, desigualdades crescentes e convivência urbana caótica com violência exacerbada, o que criava fortes entraves para o crescimento econômico da região, como perceberam os economistas à época. Uma demonstração disso foi o caso dos mocambos recifenses, moradias precárias para populações de baixa renda que acabaram sendo vistas, dentro de um discurso higienista e racista do início do século XX, como áreas de violência intrínseca; um local “infecto e miserável”, que formaria “um grupo social distanciado absolutamente do tipo normal humano”, como clamou um periódico do período (Jornal do Recife, 26 de agosto de 1937, p. 3), e o que resultou na falha política de erradicação dessas moradias, já durante o Estado Novo. Em Fortaleza, por sua vez, foram feitos os campos de refugiados para as secas, como trataremos mais adiante, assim como demais situações de exploração que se repetiam na região.

⁴⁴ Todos os dados aqui indicados partem da definição de Nordeste enquanto região formada por nove estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Portanto, os dados podem divergir da oficialidade dos censos em relação a sua divisão - já que Bahia e Sergipe eram classificados em uma região distinta (Leste) -, mas não quantitativamente.

Isso fazia com que o Sertão nordestino, embora ainda contendo a maior parte da população regional, tivesse uma densidade demográfica pífia se comparado aos centros urbanos litorâneos, como Recife e Salvador, que chegavam a conter cerca de $\frac{1}{3}$ de toda a população nordestina (ANDRADE, 1973, p. 55). Mesmo assim, a precária economia estabelecida no interior fazia com que a pressão populacional sobre os recursos fosse grande, problema bastante apontado à época. Enquanto os habitantes interioranos concentravam-se nas áreas ao redor de fazendas, ocupando-se de atividades como a pecuária, plantio de algodão e subsistências menores, como mandioca e feijão, e sendo, por vezes, dependentes dos grandes fazendeiros, estrutura similar se repetia em boa parte da Zona da Mata, principalmente na Mata Sul, com a grande concentração latifundiária e a “fome de terras” causada pela expansão das usinas.

A situação social nordestina como um todo estava sob uma forte desigualdade qualitativa em relação aos demais cantos do país. O Nordeste manteve-se como área de maior concentração de iletrados: de acordo com o censo demográfico de 1960, cerca de 65,7% de sua população não sabia ler ou escrever, representando 44% de toda a população analfabeta nacional. Essa relação representa não só indivíduos desfavorecidos educacionalmente e, portanto, em grande desvantagem socioeconômica, mas também cidadãos sem o direito de votar e ser votado, figurando uma ampla margem de excluídos do processo político. O número de pessoas com ensinos médio ou superior completos também era diminuto, mesmo em comparação aos já pífios índices nacionais nesses quesitos: cerca de 0,42% e 0,7% da população nordestina tinham completado o ensino médio em 1940 e 1950, respectivamente; em relação ao ensino superior, as taxas eram de 0,05% e 0,1%, para cada censo⁴⁵. A falta de oportunidades de emprego também era constante, pois a industrialização fazia-se insuficiente para absorver a mão-de-obra expulsa com a expansão das usinas, criando um grande “exército de reserva” de desempregados que pressionava a média de salários para baixo (SINGER, 1969). Como resume Melo

A debilidade e a estagnação eram os traços dominantes do setor [*secundário nordestino*]. [...] a falta de vigor e de dinamismo continuaram a caracterizar o setor secundário da economia do Nordeste [...] agravadas por um baixo grau de diversificação, característico comum aos parques industriais fracos e incipientes. (MELO, 1978, p. 171)

⁴⁵ No país, as taxas eram, para o ensino médio, de 0,86% (em 1940) e 2% (em 1950); enquanto que, para o ensino superior, de 0,26% (1940) e 0,3% (1950). O censo de 1960 não traz dados relativos a esta questão regional, mas os índices nacionais foram de 1%, para o ensino médio, e 0,4%, para o superior.

Nessas cirandas, Nordeste virou um verbo - literalmente: *nordestizar* e *nordestização* foram termos utilizados pelo jornalista Franklin de Oliveira, em 1961, para nomear a crise econômica vivida, veja bem, pelo Rio Grande do Sul - causada, ao seu ver, pelo que seria o “unilateralismo” da política do governo Kubitschek, ao só beneficiar São Paulo e Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 1961, p. XV). A comparação com o Nordeste, para o escritor, se deu pelo fato da região ter se tornado um paradigma econômico, uma referência que expressava, por si só, certa realidade social de desamparo. Provocativamente, indagava: “Por que chegamos a esta proliferação de Nordestes?” (ibidem, p. XXXIII). Estava claro o suficiente que, no cenário nacional como um todo, o Nordeste ocupava um lugar específico, o qual muito devia a todo o processo inaugurado com o surgimento da própria região enquanto ente específico e singular, social e geograficamente, a partir do século XIX, e que resultou em uma certa identidade do ser nordestino, assim como uma reação conservadora a este arcabouço, que se denominou regionalismo. Foi contra ambas estas identidades, em certo sentido, que o imperativo do desenvolvimento colocou-se e definiu-se enquanto movimento identitário.

4.1 OS FLAGELOS, O REGIONALISMO E A IDENTIDADE NORDESTINA

Como dito anteriormente, o Nordeste “surge” enquanto região no século XIX, quando começa a descolar-se do antigo conceito de “Norte”, que reunia todos os territórios acima de Minas Gerais. Essa diferenciação, obviamente, teve como base algumas características que foram tidas como exclusivas a esta “nova” área, a fim de tornar justificável sua singularização. Dentre elas, a de grande peso foi, sem dúvida, a ocorrência periódica das secas, que passam a ser retratadas não como um simples fenômeno climático, mas como uma tragédia humana e uma das grandes causas do “atraso” nordestino.

O ano-chave geralmente considerado é 1877. Nele, teve início a estiagem que ficou marcada na história nordestina como a primeira dentro dos moldes “modernos”, pois trouxe características que se repetiriam nas calamidades seguintes - grande proporção de mortes, atos violentos e migração em massa para o litoral e outras regiões; além de uma considerável repercussão nacional (NEVES, 2001). Ao final de 1879, estima-se que cerca de 200 mil habitantes padeceram dos males do clima apenas no Ceará, representando 40% do total de mortes na região (POMPONET, 2009, p. 2). Relatos sobre a província em jornais da época, também apontam para isso

O Ceará continua no mesmo estado. A situação da cidade de Aracati é horrorosa, continuando a chegar ali muitos emigrantes. Diz o sr. dr. Oliveira Sobrinho que a estrada está cheia de cadáveres, e que até na estrada de Icó encontrou grupos de moribundos e montes de cadáveres. No mês de Fevereiro morreram na capital 2.110 pessoas e no Aracati 2.114. (Correio Paulistano, 13 de março de 1978, p. 3)

Faz-se explícito o tom extremamente preocupante com o qual a seca passou a ser tratada, com relatos que beiram cenas de guerra ou contos de terror. Tal repercussão por todo o país fez com que esse nascente Nordeste emergisse, primordialmente, como uma área à parte que necessitaria de atenções especiais, o “Norte sujeito a estiagens” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 81). Atenções essas, que, em primeiro lugar, traduziram-se em montantes de doações aos ditos flagelados da seca, o que se tornou prática recorrente nas estiagens subsequentes. O impulso de caridade, contudo, não era a única reação do restante do país aos flagelados das secas. O Nordeste, em certa medida, também nasce a partir do “medo contra a revolta do pobre, no medo da perda de poder para a ‘turba de facínoras que empestavam o sertão’” (ibidem, p. 84). A necessidade do controle sobre essas populações passou a se colocar como prioridade, na medida em que o êxodo para outras regiões do país tornou-se mais intenso, criando a figura do retirante, um “problema” a ser resolvido pelas administrações locais. Desde 1877, essa preocupação já mostrava-se latente: “A emigração que se faz em prejuízo da lavoura, do trabalho e da moralidade pública é um incentivo a vadiagem e aos crimes à propriedade, por quanto concentra uma população sem trabalho em lugares que mal podem suportar a própria miséria”, reclamava um jornal nordestino (O Cearense, 26 de abril de 1877, p. 1).

Manter os sertanejos em seus locais de origem não aparecia como questão de bem-estar para eles próprios, mas sim para os habitantes das localidades que recebiam esses grupos em fuga - uma questão de segurança, principalmente. Também era uma questão econômica, já que, em última análise, representava a ida de mão-de-obra para outras regiões. O discurso da migração dos flagelados foi persistente no decorrer das décadas, e passou a ser usado como meio de dirigir os holofotes para os problemas do Nordeste toda vez que outra estiagem atingia os sertanejos, o que pressionou os governos a agir em torno desse problema - nem sempre de maneira mais eficaz. O auge do grotesco tratamento dispensado aos retirantes foi durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, que, embora tenha se caracterizado por ações mais organizadas que as das épocas anteriores, empreendeu, no Ceará

um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair [...]. A fim de prevenir a “afluência tumultuária” de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos

localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo os agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. Uma vez dentro do campo, o retirante era obrigado não só a permanecer nele durante todo o período considerado de seca, mas deveria submeter-se a condições de moradia, relacionamento, trabalho e comportamento regulados pelas normas irredutíveis ditadas pelos dirigentes indicados pelo interventor (NEVES, op. cit., p. 109)

Vargas justificava a criação de tais campos de concentração pela falta de “projetos definitivos e de material de construção suficiente” para evitar a migração sertaneja. Se isso era uma justificativa válida, pouco parece, até porque ele não foi o primeiro a criar tais campos - os primeiros datam da seca de 1915. Contudo, foi com Vargas que essa política tornou-se mais abrangente e organizada. Segundo ele próprio, até 1933 - ou seja, em apenas três anos de governo - cerca de 105 mil pessoas já haviam passado pelos sete campos de concentração cearenses (VARGAS, 1933, p. 109-110).

Como se vê, foi-se montando um certo arcabouço lógico que passou a identificar o Nordeste, desde de seu nascimento enquanto espaço social e geográfico, com a miséria, perigo, lentidão, atraso e, claro, a seca - embora seja só no pós-Segunda Guerra que essas noções tornaram-se mais cristalizadas, como veremos mais adiante. Mesmo assim, as primeiras divisões regionais⁴⁶ que deram conta dessa área não se furtaram de utilizar essa nuance: no início do século XX, o geógrafo Manuel Said Ali Ida foi provavelmente um dos primeiros a incluir o que seria o Nordeste em sua divisão, com a área que chamou de “Brasil Nordeste”, composta por Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; e que caracterizaria-se pela “falta de rios navegáveis, secas mais ou menos periódicas e pela produção de algodão, açúcar e gado no interior” (ALI IDA, 1905 apud PIRES, 2006, p. 27-28). O também geógrafo Carlos Miguel Delgado de Carvalho compartilhou da esquematização de Ali, mudando apenas a nomenclatura - o que era “Brasil Nordeste” passou a se chamar “Brasil Norte-Oriental”. Ambos os esquemas tiveram aceitação considerável dentro dos ambientes escolares e dos órgãos federais aos quais tal classificação lhes fosse útil (ibidem, p. 30), e demonstram como a seca já era a principal característica atribuída à “nova” região.

Essa ligação com as secas passou, também, por uma institucionalização. Fortaleceu-se o discurso de que a causa do “atraso” nordestino seria a falta de chuvas, e, por isso, ações

⁴⁶ A primeira divisão regional oficial do país só se deu em 1942, pelo IBGE. Nela, o Nordeste aparecia composto pelos seguintes estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Bahia e Sergipe ficaram na região denominada “Leste”, com Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

governamentais deveriam ser direcionadas no sentido de aumentar a oferta de água para essas áreas, no que ficou conhecido como “solução hidráulica”. A elite interiorana nordestina, com representantes nas diferentes instâncias políticas, conseguiu impor tal discurso de necessidade de ajuda do governo federal na região por conta desse fenômeno, e a manutenção do funcionamento de suas fazendas vestiu-se de combate às estiagens. Foi por conta deste grupo político que o artigo 5º, que garantia o envio de verba federal aos estados que decretassem calamidade pública, foi adicionado à Constituição de 1891. Mais de uma década depois, essa elite viu-se agraciada com a criação de um órgão federal voltado exclusivamente para o semiárido e o problema da falta de água: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909; que ainda viraria Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919; e, finalmente, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), já em 1945.

Com a criação da IOCS, as ações de combate às secas ganharam, em teoria, maior organização e controle, como pedia parte da população local, representando um “esforço racionalizador” para se entender a região e, principalmente, o semiárido (OLIVEIRA, 1977, p. 50). Os objetivos da Inspetoria estavam bem claros: construção de açudes, poços, barragens e estradas; além de conservação das florestas e estudos sobre o clima. A realização de tais obras, porém, cedo mostrou-se ineficaz, apesar de todo o esforço técnico: desde o início, a Inspetoria viu-se cercada de disputas políticas, sendo controlada, como dito anteriormente, pela elite local. A maioria dos açudes e barragens acabaram sendo construídos nas terras dos grandes fazendeiros, uma vez que construções em propriedades particulares eram previstas na legislação de criação da IOCS - e também da IFOCS -, e até incentivadas com um sistema de prêmios aos “indivíduos ou sindicatos agrícolas que construírem açudes médios ou pequenos”. O particular que quisesse um açude em sua propriedade poderia requerê-lo ao governo, e o projeto de construção seria elaborado gratuitamente pela própria Inspetoria. Uma vez aprovado o projeto e iniciadas as obras, era comum, ainda, a utilização da força de trabalho dos atingidos pelas secas, como forma de evitar sua migração e, ao mesmo tempo, como meio de exploração de uma mão-de-obra barata. Em resumo, a ação governamental no combate às secas

[...] dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las *nas propriedades* de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas (OLIVEIRA, op. cit., p. 54)

Apesar disso, a realização de obras hidráulicas, durante muito tempo, foi defendida como forma eficaz e legítima de combate aos efeitos das estiagens. Tanto que, já em 1933, em meio às discussões de uma nova constituição e a colocação da IFOCS nesse novo aparato legal, o *Diário de Pernambuco*, defendendo as obras contra as secas como “obrigação nacional”, criticou o sistema de “pequena açudagem”, por ser um “sistema ineficaz que só serve nas épocas de bom inverno”. Para contrapô-lo, porém, o jornal defendia a construção de barragens maiores, como a de Orós, no Ceará (*Diário de Pernambuco*, 6 de janeiro de 1933, p. 1).

A IFOCS e sua atuação refletiram, pois, a oportunidade que a elite nordestina percebeu, ao emergir de maneira mais acentuada o problema da seca, de garantir seu espaço frente ao governo federal e a manutenção de seu poderio local, o que continuou também com o DNOCS. Juntamente com o nascimento do próprio Nordeste, então, surge uma “verdade oficial” sobre a seca e seu status de prioridade máxima da região; e cujos modos de combate - a “solução hidráulica” - firmaram-se como “eficazes”, favorecendo a sobrevivência de um sistema exploratório. Foi contra esse viés, pois, que muitos desenvolvimentistas acabaram-se voltando contra, percebendo a ineficácia de tais políticas.

Em meio a toda essa estigmatização e institucionalização, também o preconceito entrou em voga. Não tardou para o Nordeste - mesmo quando ainda era Norte - ser tido como a contrapartida “bárbara” do Sul “civilizado” e “avançado”. As primeiras justificativas para a nascente consciência das “disparidades regionais” no país enveredaram pelo viés racista e eugênico. Figuras como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna viam no Sul o centro da nacionalidade brasileira, de uma raça superior física, intelectual e moralmente, ao contrário do Norte plebeu e mestiço, destinado a ser submetido aos mandos de seu irmão de baixo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., p. 81). Quando os fluxos migratórios do Nordeste em direção ao Sul intensificaram-se, já nas décadas de 1930 e 1940, o que se viu foi um grande sentimento de repulsa em relação à figura do retirante, fato que ainda permanece dentro da sociedade.

Foi em oposição a essa visão estereotipada que o regionalismo estabeleceu-se, principalmente a partir da figura do sociólogo Gilberto Freyre. Não trataremos aqui com profundidade desse movimento, pois acreditamos que muitos outros já o fizeram de maneira satisfatória. Procuraremos ressaltar alguns pontos importantes e mais gerais desta visão de Nordeste, que trouxe para a região uma nova identidade e a instituição de uma certa “verdade” que acabou por se tornar hegemônica dentro de certos quadros, e contra a qual muitos desenvolvimentistas voltaram-se.

Como se sabe, o regionalismo freyreano encaixou-se numa análise conservadora, mesmo que, para a época, inovadora e original em alguns pontos - a ideia freyreana de Brasil como um todo enveredou para uma pseudodefesa da diversidade étnica, apontando a “tarefa” de cada raça na construção “harmônica” do coletivo; desse modo, os conflitos e a exploração existentes durante séculos eram, em sua maioria, apagados, pouco espaço de reivindicação era deixado para os menos favorecidos, e o racismo, em vez de erradicado, era camuflado. Em relação ao Nordeste, como tentativa de se opor à ligação exagerada entre a região, as secas e o atraso, Freyre acabou por potencializar um dualismo que fundou dois Nordeste em um: o das secas, de um lado; e o da cana-de-açúcar, de outro. Dentro dessa análise, mostrar esse “outro” Nordeste, da abundância das águas e dos solos férteis, era um modo de deslocar para a região a origem civilizatória do país, valorizando a figura do senhor de engenho enquanto “empreendedor” da colonização e do negro escravo como “braço forte” da economia então instalada, baseada no tripé monocultura, latifúndio e escravidão (FREYRE, 1967). Desse modo, não há uma crítica à “solução hidráulica”, mas sim à estereotipada ligação entre a região e as estiagens.

O Nordeste freyreano, além disso tudo, era “pernambucocêntrico”, não escondendo a preponderância desse estado para a região como um todo. Buscou-se um certo passado heroico e próspero para os nordestinos, e a narrativa de exaltação de certas figuras intelectuais, como Joaquim Nabuco, somou-se ao prestígio de algumas instituições tradicionais, como a Faculdade de Direito do Recife e o Diário de Pernambuco, ligadas a uma certa aristocracia hereditária que perdia força e à qual Freyre fazia parte. Segundo Albuquerque Júnior (op. cit., p. 89)

Esta história regional retrospectiva busca dar à região um estatuto, ao mesmo tempo universal e histórico. Ela seria restituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo, em que as únicas discontinuidades seriam de ordem negativa: esquecimento, ilusão, ocultação. A região é inscrita no passado como uma promessa não realizada, ou não percebida; como um conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a prenunciavam.

Essa exaltação do passado como maneira de posicionar-se no presente, enaltecendo o viés agrário nordestino e passando certa nostalgia dos tempos do latifúndio pré-usina⁴⁷, fizeram de Freyre e de seu regionalismo uma marca a ser combatida pelos desenvolvimentistas que ganharam força durante a década de 1950. Isso porque, como se viu, a defesa da industrialização planejada, tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste, estava embebida na ideia de mudança

⁴⁷ Freyre chega a citar várias vezes as usinas como um reforço da decadência recifense e, portanto, nordestina, caracterizando-as como um “imperialismo industrial” (FREYRE, 1967, p. XIII).

radical das estruturas - e, portanto, de ruptura total com as tendências socioeconômicas “arcaicas” e que insistiam em obstacularizar o processo de desenvolvimento. Era uma crítica direta às classes sociais às quais Freyre se associou mais fortemente - as desavenças chegaram ao nível pessoal, já à época da Sudene, com certas rixas entre ele e Celso Furtado. É fato que o sociólogo fez parte da vertente que via no desenvolvimentismo algo de ilusório e “economicista”, um movimento que não tratava do “humano” e das “verdadeiras questões”, como deixou explícito em alguns artigos no Diário: “Há países em desenvolvimento nos quais a mística do desenvolvimentismo se tem extremado no sentido de se inclinarem alguns dos seus líderes a subestimar outros valores, essenciais ao bem-estar e ao aperfeiçoamento nacionais” (Diário de Pernambuco, 4 de outubro de 1964, p. 4). Tais desavenças entre Freyre e Furtado serão melhor tratadas no Capítulo 5.

4.2 CAMPONESES, MUDANÇAS E REIVINDICAÇÕES: o despertar do problema do desenvolvimento nordestino

Paulatinamente, avançou a consciência de que algo a mais precisava ser feito para tirar o Nordeste do “atraso”, e a solução incentivada não foi diferente do que se colocava a nível nacional à época: a aceleração do processo de desenvolvimento, por meio da industrialização planejada e da melhor estruturação do mercado interno. A “lentidão” nordestina era entendida literalmente: o ritmo de desenvolvimento era menor na região do que no rico Centro-Sul, fazendo com que as disparidades só aumentassem com o passar do tempo. De forma cada vez mais intensa, os problemas nordestinos e nacionais foram sendo intimamente relacionados, como já havia feito Josué de Castro, em seu discurso supracitado - desenvolver a segunda região mais populosa do país era sinônimo de tornar o progresso nacional mais forte e saudável, além de evitar possíveis levantes populares que teriam potencial de se espalhar pelo território.

Desse modo, dentro da perspectiva de que o desenvolvimentismo desse período sustentou-se por meio da necessidade da pressa para fugir de alguma catástrofe no porvir (ver Capítulo 1), a referida região tornou-se base de sustentação da própria justificativa desenvolvimentista. *A tese aqui defendida é que o Nordeste, enquanto foi entendido como um “barril de pólvora”, foi essencial para a manutenção das ideologia e prática desenvolvimentistas enquanto alternativa viável ao liberalismo, pois a dramatização de sua condição trágica, o medo de revoltas dos pobres e todos os corolários advindos destes aspectos geraram a redundante vontade de “aumentar a aceleração”, e tornaram a região espaço fundamental de lutas e de legitimidade do processo desenvolvimentista nacional, sendo uma*

fronteira para o processo econômico equiparável, em importância, à Brasília. Ao mesmo tempo, o próprio desenvolvimentismo, enquanto arcabouço lógico, permitiu a ascensão de novas interpretações e movimentos sobre a região e sua condição social, estabelecendo o grau de importância que o problema nordestino passou a ter. Nesse sentido, *desenvolvimento* também passou a ser entendido como anulação, ou ao menos atenuação, das disparidades regionais, a fim de tornar o Brasil um país mais igualitário e justo e levando-o ao futuro desejado e prometido, tarefa que estava ligada ao viés identitário do fenômeno desenvolvimentista. A própria condição subdesenvolvida do país, antes entendida como algo mais geral que afetava todo o território, passou a ser justificada como a convivência de áreas ricas com áreas pobres.

À medida que cada vez mais se via nas terras nordestinas um certo perigo subversivo, mais o desenvolvimento foi defendido enquanto solução correta e cabível. Como ressoou JK: “Chegamos à conclusão de que o nosso próprio crescimento será perigoso para o equilíbrio da nação, se persistir a terrível coexistência de zonas cada vez mais prósperas com outras estagnadas, sob o trágico domínio do subdesenvolvimento” (KUBITSCHKE, 1959), alimentando a esperança de que “através do crescimento harmônico do país, se preserve sua unidade política” (idem, 1959b, p. 185).

É bem verdade que a seca iniciada em 1958 - uma das piores da história regional - ajudou na escalada do problema nordestino a esse ponto. Contudo, há de se ressaltar que, se já não existisse um certo ambiente favorável a novas abordagens em oposição à solução hidráulica, assim como a ideia bem estabelecida da urgência de ações para dar fins definitivos ao caos nordestino e evitar a ebulição das tensões sociais, o que a estiagem de 1958 traria, muito provavelmente, seria a continuidade das políticas ineficazes surgidas no século anterior. Esse clima propício a mudanças qualitativas deve-se ao conturbado cotidiano que o Nordeste passou a viver na década de 1950, com mudanças demográficas, governos mais propensos à tarefa do planejamento industrial e a sociedade civil organizando-se em grupos e congressos para discutir e defender resoluções viáveis, como veremos mais adiante. Nessa década, também um acontecimento marcou a história nordestina e a sua imagem para ela própria e o restante do país: as Ligas Camponesas.

A situação dos trabalhadores rurais, fosse no Nordeste ou no restante do país, estava longe de ser favorável. Na região, eram comuns as formas de trabalho de *foreiros* e *moradores*, ou seja, indivíduos afastados da propriedade da terra e fortemente dependentes da figura do fazendeiro, devendo-o dias de trabalho ou mesmo dinheiro em troca de moradia, pequenas porções de terra ou parte da colheita (AZEVEDO, 1982, p. 45). Quanto à sindicalização rural, embora estivesse prevista na CLT, era sempre barrada pela pressão da bancada dos grandes

proprietários⁴⁸ (MONTENEGRO, op. cit., p. 394), e qualquer organização desses trabalhadores era sempre vista com desconfiança por parte da elite agrária, que estimulava o conformismo e submissão. É em meio a isso que, em 1955, os trabalhadores do Engenho Galileia, na zona da mata pernambucana, decidem-se por formar a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) - mais tarde denominada Liga Camponesa⁴⁹ - a fim de garantir ajuda mútua para fins como construção de escolas, assistência médica e enterros mais dignos; à primeira vista, nada de muito subversivo, mas não era bem essa a percepção dos proprietários, especialmente de Oscar Beltrão, dono do Galileia. Por meio de uso do aparato policial, além dos métodos de dominação usuais, Beltrão mirou dispersar o grupo, gerando, aí sim, a resistência dos camponeses organizados, que passaram a procurar apoio nas classes políticas, encontrando na figura do deputado socialista Francisco Julião, a força de direcionamento que transformou a entidade e a fez ter peso nacional (ibidem, p. 396-399).

As Ligas tornaram-se uma constante no cotidiano nordestino, fazendo-se presentes nas cidades com congressos, manifestações e passeatas, como a feita pelo Recife em 1958, que se direcionou até a Assembleia Legislativa. A visibilidade do movimento não tardou a atrair reações contrárias ao teor daquela organização, gerando comentários negativos das parcelas mais conservadoras da região - militares diziam-se “preocupados” com o contexto político rural, donos de terra e grupos políticos se organizavam para deslegitimar e desorganizar o movimento (legal ou ilegalmente). Noticiava o Diário de Pernambuco que, já em 1956, seis sindicatos rurais foram desmantelados pela polícia política em Pernambuco, sob o pretexto de infiltração comunista, sendo feitas cinquenta prisões (Diário de Pernambuco, 19 de fevereiro de 1959, p. 1). Nesse ponto, não é difícil achar declarações como as de dom Severino Mariano de Aguiar, bispo da cidade de Pesqueira (PE)

Toda a zona rural do Nordeste está correndo grave risco, com a infiltração insidiosa e perseverante dos agentes comunistas através da instalação das chamadas “ligas camponesas”, aparentemente destinadas a prestar assistência aos necessitados, mas constituindo, na verdade, focos de subversão que poderá explodir quando menos esperarmos (idem, 7 de abril de 1959, p. 1)

O discurso de que as Ligas eram um perigo subversivo era certamente exagerado em vários meios sociais (conscientemente ou não), como no trecho supracitado, mas encaixa-se na

⁴⁸ De acordo com Azevedo (1982, p. 55), até o ano de 1955, apenas cinco sindicatos rurais haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho em todo o Brasil, sendo um deles na Bahia.

⁴⁹ A denominação de Liga Camponesa para a SAPPP foi feita pela imprensa conservadora, que assim a denominou em alusão às Ligas formadas pelo PCB ainda na década de 1940, que esbarraram na desarticulação do partido e na opressão estatal para funcionarem do jeito desejado (AZEVEDO, 1982, p. 59).

continuidade de algumas ideias-força que eram bastante caras a alguns setores da sociedade, principalmente os mais conservadores: o medo da revolta do pobre, no qual o Nordeste foi fundado; e o presságio de alguma revolução popular quase inevitável àquela época, e do qual o desenvolvimentismo alimentou-se. Nesse sentido, as Ligas foram vistas, por muitos, como a confirmação de medos de longa data, ou seja, a erupção que todos temiam. As reações variaram: muitos viam aquilo como a consequência do estado de exploração e repressão aos mais desfavorecidos, demandando o desenvolvimento planejado e um Estado mais aberto e justo como solução para acalmar os ânimos; outros, saudosos por antecipação, desejavam a restauração da “ordem” posta em perigo, reclamando ações mais repressoras como meio de acabar com o que viam como atentados ao andamento ordeiro da vida nacional.

Neste último grupo passaram a se encaixar muitos periódicos ao redor do país, à medida em que as Ligas passaram de assunto regional para problema nacional. O Correio da Manhã, em 1958, definiu a problemática do campesinato nordestino como de “importância nacional. As consequências poderiam chegar a ter influência no futuro do país”, alertando para o “perigo comunista” das Ligas e que seria preferível ceder “centímetros aos arrendatários em vez de ceder aos comunistas o Brasil” (Correio da Manhã, 1 de agosto de 1958, p. 6). No dia anterior, o Correio havia noticiado “banhos de sangue” na zona da mata pernambucana, causados por disputas entre foreiros e proprietários, destacando fala do fazendeiro Basílio Gonçalves da Luz, dono do engenho Mancumaia: “Derramarei meu sangue, mas não cederei um palmo de terra a esses comunistas” (idem, 31 de julho de 1958, p. 4). No mesmo jornal, no ano seguinte, seriam publicadas as reportagens de Antônio Callado sobre suas viagens ao Nordeste, em que denunciaria a “indústria da seca” e a ineficaz solução hidráulica, causando grande repercussão nos meios políticos do Centro-Sul⁵⁰ (ver Capítulo 5).

Em 1960, o Estado de São Paulo publicou uma série de artigos sobre as Ligas, meses após a desapropriação do Engenho Galileia pelo governo pernambucano. O referido jornal não deixou de apontar para um possível fim caótico do movimento camponês, “com invasão de oficinas, com o apossamento violento de fábricas, com assaltos a casas e residências, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim” (Estado de S. Paulo, 18 de fevereiro de 1960 apud AZEVEDO, op. cit., p. 71). O gaúcho Diário de Notícias assim também publicou: “Recife poderá, de uma hora para outra, ficar bloqueada. O que se

⁵⁰ As reportagens de Callado, que foi ao Nordeste a convite do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), chefiado por Celso Furtado, fizeram parte da estratégia do governo Kubitschek de angariar apoio para as ações governamentais na região; e, principalmente, para a futura criação da Sudene, que se daria ao final daquele ano (FURTADO, 1989).

comumente denomina de ‘cinturão verde’ - assegurador do abastecimento das cidades - está mudando de cor: é quase totalmente vermelho o círculo em volta de Recife”. Ao fim, misturou receio e ironia com uma crítica: “O decreto de fechamento do Partido Comunista do Brasil está, pelo visto, com sua vigência como que suspensa no Nordeste, o que é sumamente inquietante” (Diário de Notícias, 15 de junho de 1960, p. 4). Também foi em 1960 que as Ligas viraram assunto no *The New York Times*, como citado no começo deste capítulo, fazendo com que também o governo norte-americano passasse a avaliar a situação nordestina com atenção redobrada.

A desapropriação do Galileia, feita de acordo com os dispositivos constitucionais do período - ou seja, com pagamento de indenização ao proprietário - gerou controvérsias ao redor de todo o país, como se vê pelas matérias dos jornais. Além disso, também gerou a percepção das lideranças das Ligas de que o exemplo do Galileia não se repetiria em larga escala, pois seria impossível juntar as quantias necessárias para as devidas indenizações para cada desapropriação. A “radicalização” da entidade, já nos anos 1960, que tornou famoso o lema “na lei ou na marra” (em referência à reforma agrária), foi sintoma da escalada das tensões no país, fazendo com que o Nordeste fosse cada vez mais dirigido ao centro das atenções nacionais e internacionais.

4.3 DESENVOLVIMENTISMOS ESTADUAIS: movimentos locais de planejamento

Concomitantes ao surgimento e expansão da atividade e visibilidade das Ligas, vários governos nordestinos já enveredavam para o lado do planejamento econômico e do incentivo à industrialização regional, representando um movimento burocrático-administrativo em torno da tarefa do desenvolvimento e, em alguns casos, a ascensão de grupos diferentes nas políticas locais. Órgãos e secretarias foram sendo criados em cada estado, e o apelo eleitoral e político do desenvolvimentismo fixou firmes raízes na região. Ainda em 1954, a Comissão de Desenvolvimento Econômico para Pernambuco (Codepe) colocou-se na missão de elaborar um plano econômico para o estado, sob a expectativa do ganho energético de novas linhas de transmissão vindas da hidrelétrica de Paulo Afonso (BA). Nesse sentido, a Codepe convidou o clérigo e economista francês Louis-Joseph Lebret, fundador da corrente Economia&Humanismo, para montar um estudo econômico e urbanístico de implantação de indústrias no estado, a partir de dados a ele disponibilizados pelos técnicos pernambucanos e de visitas guiadas a diferentes cidades.

Em seu relatório final, Lebret clamou pela urgência de resolução do problema nordestino como de importância para todo o país: “os estados privilegiados do Sul compreenderão, pouco a pouco, a nosso ver, que o desenvolvimento nordestino é de interesse deles, porque será este desenvolvimento que assegurará a prosperidade do país, e sua segurança total de grande potência” (LEBRET, 1974, p. 50). Nesse sentido, já era um grande passo dado a ação de “apresentar como um escândalo nacional o retardamento do Nordeste”, devendo-se aproveitar esse “clima psicológico” o quanto antes, a fim de arregimentar ajuda (ibidem, p. 49). Ora, os diagnósticos se repetiam aos montes e o discurso das disparidades regionais tornava-se consenso cada vez mais amplo. Em 1955, o ex-ministro da Justiça Vicente Rao⁵¹, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, declarou que “um dos grandes problemas do Brasil é a disparidade entre o desenvolvimento econômico do norte e do sul, a questão do nordeste [...] tem sido a chaga de todas as administrações” (*Diário de Pernambuco*, 8 de novembro de 1955, p. 3).

Durante a década de 1950, é fato que o desenvolvimento planejado foi adentrando cada estado nordestino e seus respectivos governos, em situações distintas e carregando traços singulares, mas também uma certa base comum de preocupações. Muitas dessas planificações estaduais, na verdade, vieram no bojo da criação da Sudene e do I Plano Diretor para o Nordeste, tendo com este uma relação de complementaridade (ver Capítulo 5). Esse movimento significou uma mudança nos discursos pró-modernização que se aglomeraram desde o início do século, que prezavam por mudanças urbanísticas, sistemas de eletricidade e medidas higienistas (REZENDE, 1997).

Em Alagoas, a eleição de Sebastião Marinho Muniz Falcão para governador, em 1955, representou a coligação dos trabalhistas estaduais, reunidos nas siglas do PTB e do PSP, além do PSD. No ano anterior, Muniz Falcão havia sido o deputado federal mais votado de Alagoas, superando por margem considerável (cerca de 5 mil votos) os candidatos governistas da UDN, apoiados pelo então governador Arnon de Mello. Seu nome foi sendo paulatinamente ventilado pelas oposições alagoanas, como um candidato popular que angariaria votos facilmente (MOURA, 2017, p. 57). Eleito por uma grande coligação de forças - PTB, PSP, PSD e PDC -, porém, Muniz Falcão viu sua base de apoio se desmembrar na Assembleia Legislativa, até mesmo dentro dos partidos mais próximos, como o PTB e o seu próprio, o PSP. Mesmo sendo o deputado mais votado no ano anterior, sua coligação não havia conseguido eleger a maioria das cadeiras, que acabaram caindo nas mãos de candidatos udenistas - entre os quais, mesmo

⁵¹ Rao foi Ministro da Justiça entre 1934 e 1937.

assim, conseguiu apoio de algumas figuras⁵². A oposição que se articulou ao seu governo, então, formada por vários produtores rurais, mobilizou-se contra muitas de suas medidas, como a criação de imposto sobre os principais produtos do estado, articulando um pedido de impeachment que sairia vencedor na Assembleia Legislativa⁵³. Ao final desse mesmo ano, porém, o impeachment acabou por ser anulado após o julgamento de uma comissão mista formada por cinco deputados e cinco desembargadores, com seis votos a favor da continuação do impedimento - eram necessários sete (ibidem, p. 102).

Muniz Falcão, então, retomou os poderes executivos, agora governando com alianças mais localizadas à esquerda, principalmente com o PCB, que havia se organizado contra o processo de impeachment. Mais independente das alianças que haviam delimitado seu campo de ação, acaba sendo neste seu “segundo” governo⁵⁴ que o governador introduz, de fato, a temática do planejamento econômico, com a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (Codeal), em 1959, que representou um órgão centralizador de definição das ações econômicas do governo estadual, estimulado pela criação, também naquele ano, do Codeno. Além da elaboração de planos, a Codeal preocupou-se com a formação de técnicos capazes de estudar a situação alagoana e receitar prognósticos, promovendo cursos de formação e especialização nessa área, dados por nomes de vulto como Ignácio Rangel (CABRAL, 2009, p. 52). O primeiro Plano de Desenvolvimento de Alagoas, lançado em 1960, indicou mudanças definitivas na forma de governar o estado, priorizando obras básicas, como saneamento e abastecimento, habitação, energia e transportes, como forma de criar uma base econômica para a industrialização que deveria se seguir - a partir dali, com o apoio da Sudene.

Paralelamente, na Bahia, a eleição de Antônio Balbino de Carvalho Filho, em 1954, teve importância similar no que se refere à inserção da temática do planejamento nos governos estaduais. À época, muitos intelectuais locais achavam-se preocupados com a solução do chamado “enigma baiano”, ou seja, os porquês de um estado como a Bahia, rico em recursos - entre eles, o petróleo - e com um passado próspero, ter ficado para trás na marcha nacional do desenvolvimento, vivendo anos de estagnação econômica - o que, de certa forma, poderia-se aplicar ao Nordeste como um todo (SANTOS, 2008, p. 77). O pleito foi politicamente conturbado: pertencente aos quadros do PSD, Balbino candidatou-se contra o escolhido oficial

⁵² Quatro deputados estaduais udenistas estavam ao lado de Muniz Falcão, como Luiz Coutinho, que depois acabaria indo para o PSP. (MOURA, 2017, p. 87).

⁵³ O dia da votação do impeachment foi marcado por ampla violência política, inclusive com assassinato de um deputado estadual em meio à sessão.

⁵⁴ Muniz Falcão ainda seria eleito governador mais uma vez, em 1965. Contudo, de acordo com as leis eleitorais instituídas pela ditadura militar, ele não havia alcançado o número de votos suficientes para se empossar do cargo, cabendo à Assembleia Legislativa a decisão de aceitá-lo - o que não ocorreu.

do partido, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, obtendo apoio da UDN, do PTB e PST, além de uma ala dissidente dos pessedistas. Tendo sido ministro da Educação durante o segundo governo Vargas, Balbino utilizou-se amplamente da imagem do ex-presidente, morto meses antes, para angariar apoio popular, conseguindo ser eleito com considerável margem de votos em relação a Calmon⁵⁵.

Uma vez empossado, Balbino convidou o economista Rômulo de Almeida, recém-eleito deputado federal pelos quadros do PTB, para a Secretaria da Fazenda do estado, iniciando a era do planejamento econômico baiano. Almeida, como visto anteriormente (ver Capítulo 2), era uma referência de peso no campo econômico nacional, tendo trabalhado na Assessoria Econômica de Vargas e lá elaborado projetos como o da Petrobras e do BNB - neste último, foi seu primeiro presidente. Ainda em 1954, após as eleições, quando foi solicitado para desenvolver um estudo sobre a situação econômica do estado, Almeida chamou alguns de seus colegas técnicos mais próximos - como Tomás Pompeu e Américo Barbosa de Oliveira -, para arregimentar análises amplas. Como definiu o próprio Almeida, tais análises desenrolaram-se num “processo de discussão inicial para saber o estado das artes em relação à Bahia. Cada um dizer o que pensa e tudo mais [...] o trabalho foi isso” (ALMEIDA, 1988, p. 112), ou seja, a partir de um método mais livre. Tal estudo já apontou algumas condições preliminares, nas quais, uma vez na Secretaria, Almeida baseou-se para desvendar o “enigma”, que, aos seus olhos e de sua equipe, tinha motivações basicamente econômicas: falta de excedentes suficientes para um processo de industrialização (a Bahia estava fora do dinamismo do café, e o cacau não oferecia grandes vultos de capital), muito em parte devido à situação comercial estabelecida, que desviava os montantes produzidos para o Centro-Sul e outras regiões, fosse pela errônea política de câmbio, fosse pelo consumo das elites econômicas, que geralmente gastavam seus lucros em outras áreas (ALBAN, 2005, p. 2).

Para tais erros, Almeida receitou o remédio do planejamento, fundando e presidindo a Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), que elaborou, entre outros, o Plano Turístico do Recôncavo Baiano, o distrito industrial de Aracatú, o modelo petroquímico de Camaçari e os termos de referência para o Polo Petroquímico do Nordeste (SANTOS, op. cit.). A CPE organizou-se num esquema multidisciplinar que contava não só com economistas, engenheiros e demais técnicos, mas também profissionais das áreas de saúde e educação (ALMEIDA, op. cit., p. 114), chegando a criar também o Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Plandeb), que acabou por não ser aprovado pela Assembleia Legislativa, mas que

⁵⁵ Balbino obteve 354.197 votos, enquanto Calmon, 298.140.

sobreviveu em importância como um “catálogo de ideias”⁵⁶, defendendo uma inserção do estado no desenvolvimento do Centro-Sul por meio de uma diversificação da produção de bens intermediários para atender a este mercado - ao contrário do que seria posto pela Sudene, ou seja, um modelo de desenvolvimento mais autônomo (ALBAN, op. cit., p. 3).

Representando o primeiro e genuíno esforço de criar uma máquina administrativa voltada para o planejamento no estado - inédita no Nordeste, em certo sentido -, a gestão Balbino-Almeida, uma vez findada, viu muitos de seus esforços a longo prazo descontinuados pelas administrações seguintes, embora tenham criado uma base sólida que sustentou os programas que foram sendo criados. Almeida chegou a continuar na CPE no governo seguinte, de Juracy Magalhães (1959-1963), mas suas desavenças com a UDN o fizeram romper com o governador e sair da Comissão em definitivo.

No Ceará, o governo de Parsifal Barroso (1958-1962) foi responsável pela arregimentação do movimento desenvolvimentista no estado. Eleito na clássica coligação PSD-PTB, Barroso havia sido ministro do Trabalho durante os dois primeiros anos do governo JK, fazendo parte de uma gestão que procurou evitar a participação política dos sindicatos como forma de não perder seu controle para vertentes de esquerda, especialmente os comunistas. Em seu governo, foram criados a Companhia de Eletrificação do Ceará, a Assistência Técnica - órgão responsável por planificações globais e estudos que não fossem de responsabilidade outras secretarias -, a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec) - empresa mista responsável pela industrialização cearense -, a Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural (Sudec) - responsável pelo planejamento e orientação do desenvolvimento cearense, substituindo a Assistência -, e o Banco do Estado do Ceará (BARBOSA, 1986, p. 105-106). O movimento continuou com o governador seguinte, Virgílio Távora - que havia sido derrotado por Barroso em 1958, mas com quem acabou se aliando para o pleito de 1962 -, em cujo governo foi elaborado o I Plano de Metas Governamentais do Ceará (Plameg), que assim abria suas conclusões

A conjuntura atual caracteriza-se pela tomada de consciência do conceito de desenvolvimento como imperativo de sobrevivência social. A atuação do Governo no processo desenvolvimentista deve assumir prioridade indiscutível. Cabe-lhe, portanto, dirigir, impulsionar e estimular a sua expansão no setor privado e disciplinar-lhe as inversões no setor público. (CEARÁ, 1963 apud CASTELO et. al., 2011, p. 4)

⁵⁶ O termo é cunhado pelo próprio Almeida, em entrevista dada na década de 1980 (ALMEIDA, 1988, p. 119).

A elite da “indústria da seca”, especialmente forte neste estado, porém, não estava longe de ambos os governos, caracterizando-se em importante base de apoio. Na Paraíba, José América de Almeida (1951-1956) já havia criado a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado, em 1953, enquanto Pedro Gondim (1958-1966) transformou-a no Conselho Estadual de Desenvolvimento - futura Secretaria de Planejamento -, além de criar a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba. Em Sergipe, o governador Seixas Dória (1963-1964), um dissidente nacionalista da UDN que defendia a reforma agrária como forma de evitar uma “revolução violenta” (MOREIRA, 1998), havia criado o Banco de Fomento Econômico do Estado de Sergipe, como meio de financiar o desenvolvimento do estado. Nessa mesma linha, no Piauí, o general Jacob Almendra (1955-1959) criou o Banco do Estado do Piauí, enquanto seu sucessor, Francisco das Chagas Rodrigues (1959-1962), que havia sido um dos expoentes da Frente Parlamentar Nacionalista, criou a Comissão de Desenvolvimento Econômico (Codepe). Concomitantemente a tudo isso, parlamentares na Câmara Federal enviavam projetos que buscavam dar condições para modernização econômica na região, os quais, mesmo nem sempre sendo aprovados⁵⁷, representavam a articulação política em prol de uma certa ideia de desenvolvimento regional.

Em Pernambuco, o andamento desses processos foi um pouco mais adiantado em relação à maioria dos demais estados nordestinos. Um primeiro esboço do anteprojeto da Codepe foi lançado em 1952, por iniciativa da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e apresentado ao então governador Agamenon Magalhães. O objetivo principal seria criar um órgão capaz de planejar e organizar o uso do acréscimo energético a vir de Paulo Afonso, a fim de direcioná-lo para ações como instalação de indústrias. Segundo entrevista dada ao Diário de Pernambuco pelo então diretor comercial da Chesf, coronel Carlos Berenhauser Júnior, a Companhia estava realizando mesas-redondas em vários estados nordestinos justamente para debater a finalização das obras que garantiriam esse montante extra de energia, e ressaltou que havia sido recomendado, a cada estado, a criação de “comissões para o desenvolvimento” para cuidar de tal assunto (Diário de Pernambuco, 21 de agosto de 1952, p. 1-2). Contudo, como se viu, os outros estados nordestinos ainda demoraram para criar suas respectivas comissões.

⁵⁷ Projeto de Lei de importante avanço foi apresentado por Josué de Castro (PTB/PE), em 1959, que visava reservar áreas de terra de monocultura e extrativismo para produção de alimentos (PL 442/1959), mas nunca foi posto em votação, até ser arquivado em 1967. Também o Projeto do deputado José Joffily (PSD/PB), que procurava regular a importação de máquinas e equipamentos industriais para o Nordeste (PL 4/1959), foi arquivado, assim como o de Plínio Lemos (PL/PB), enviado três anos antes, e que buscava dar isenção de impostos às indústrias que se fixassem no Nordeste (PL 1375/1956).

A sugestão foi aceita por Magalhães, mas sua morte naquele mesmo ano colocou em suspenso o andamento do projeto. Com uma organização política feita às pressas, elegeu-se Etelvino Lins de Albuquerque, dentro de uma coligação extremamente ampla e diversa⁵⁸. Uma vez empossado, Albuquerque deu continuidade à instalação da Codepe, ao início de 1953, meses antes de uma comissão similar ser instalada na Paraíba. O novo órgão ficou encarregado de assuntos dos mais variados, que perpassavam áreas como agricultura, indústria, viação e obras públicas, saneamento, abastecimento e urbanização, demonstrando o caráter amplo e estrutural que *desenvolvimento* passou a significar no cotidiano nacional como um todo. Nesse escopo, foi feito o convite supracitado ao padre Lebrete, a fim de definir um plano que embarcasse todas essas nuances.

Durante o governo seguinte, do general Cordeiro de Farias (1955-1958), a Codepe passou por uma situação conturbada em relação a um projeto que visava dar isenção fiscal, por oito anos, para a instalação de indústrias cujos produtos não tivessem similar no território pernambucano. O projeto foi vetado por Farias, que declarou que os técnicos não haviam seguido suas recomendações, fazendo “acréscimos descabidos” (idem, 2 de janeiro de 1956, p. 3). O projeto levou seis meses para ser reavaliado, até atingir os moldes pretendidos pelo governo - em vez de oito, foram definidos seis anos para a isenção, além de outros benefícios para compra de máquinas e equipamentos. Ao mesmo tempo, vale ressaltar, Farias também empreendia diversas ações repressoras no campo, no momento em que as Ligas Camponesas começavam a ganhar força.

O processo desenvolvimentista em Pernambuco, porém, ganhou novos ares a partir dos governos de Cid Sampaio (1958-1962) e Miguel Arraes (1963-1964). O primeiro, udenista, usineiro e industrial (inclusive, por um tempo, presidente da Confederação de Indústrias de Pernambuco), teve sua candidatura alavancada pela formação da Frente do Recife, coligação ampla de grupos de esquerda - entre eles, comunistas, socialistas e trabalhistas - formada em 1955 após o Congresso de Salvação do Nordeste, do qual trataremos mais adiante. De cunho nacionalista e democrático, defendendo um projeto de desenvolvimento autônomo, a Frente fazia parte de certa conjuntura do campo das esquerdas, que passaram a defender a formação de frentes amplas como maneira de fortalecimento, além de já virem ganhando certa notoriedade e autonomia no campo político pernambucano, o que se consolidou com a vitória de Pelópidas Silveira para prefeito do Recife, ainda em 1955, sendo amplamente apoiado pela Frente (AGUIAR, 1993, p. 192).

⁵⁸ A coligação de apoio a Albuquerque contava com PTB, PSD, UDN, PST, PR, PDC, PSP e PTN.

Embora tenha sido eleito com o apoio desta coligação, Sampaio, em seu governo, procurou afastar-se da mesma, em meio a acusações de “infiltração comunista” em sua administração. De fato, o governador acabou por aproximar-se mais de suas redes mais conservadoras, o que o faria, já no governo de Arraes, a juntar-se à oposição do novo chefe do Executivo estadual, estimulando uma possível intervenção federal no estado sob o mesmo pretexto que o haviam imputado, anos antes - presença comunista no governo (ROZOWYKWIAT, 2016, p. 52). Isso não o impediu, porém, de tomar algumas medidas tidas como “progressistas”: além de ser um dos principais articuladores da criação da Sudene, o governador também intentou estruturar um fundo de fomento à industrialização, por meio de um sistema de prêmios pelo imposto de vendas, que acabou por garantir a instalação de algumas fábricas no estado, além da criação do Conselho de Industrialização. Cid e seus apoiadores souberam aproveitar-se do discurso da “neutralidade técnica” para promover seu governo - ora, adotar essa ideia era um modo de apresentar-se a par das novas tendências que se colocavam no país, mostrando-se capaz o suficiente de levar essas tarefas inéditas adiante com certa eficácia e “neutralidade”.

Nesse sentido, propagandeou o Diário de Pernambuco: “O sr. Cid Sampaio antecipa [...] uma administração de técnicos e não de políticos” (Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1959, p. 22). O periódico também cita uma suposta intenção de Sampaio de aproximar a Codepe a figura do governador, transformando a Comissão em órgão consultivo e de assessoria técnica, o que se confirmou nos primeiros meses de sua administração, com o envio de um projeto, pela própria Codepe, que extinguiu, no cerne da Comissão, a Assembleia de Representantes - formada pelas Federações da Indústria, Lavoura e Comércio, além das Secretarias da Fazenda e de Viação e Obras Públicas -, colocando em seu lugar um Conselho de Desenvolvimento, formado por dois assessores de confiança do governador, além de representantes das secretarias mencionadas. Essa aparente perda de poder da Codepe veio no momento de criação, em âmbito regional, do Codeno - futura Sudene -, que passou a capitanear os projetos econômicos de toda a região, a ao qual as comissões estaduais já existentes passaram a subordinar-se.

Paralelamente, Miguel Arraes, na prefeitura do Recife desde 1960, já havia lançado o importante Movimento de Cultura Popular (MCP), que buscava a alfabetização, educação e, acreditava-se, crescente conscientização dos cidadãos pernambucanos, não só pelo ensino regular, mas também por meio de cursos artísticos. Cerca de 62,7% da população de Pernambuco não sabia ler ou escrever, sendo, em números absolutos, o segundo estado do

Nordeste com mais cidadãos iletrados - só melhor que a Bahia nesse quesito⁵⁹ -, e o quarto do Brasil, o que fazia com que o tema fosse de importância fundamental para o contexto do estado. Desse modo, o objetivo do MCP era claro: fomentar a consciência, na população desfavorecida, de sua colocação no processo vivido pelo país, de seus direitos e deveres e da necessidade de participação política para garantir condições fundamentais de sobrevivência, como acesso à saúde, educação e moradia. Alfabetizar esses cidadãos também era garantir novos indivíduos com direito a voto, o que cobriu o Movimento de certo caráter eleitoral (AGUIAR, op. cit., p. 174). Concomitante a isso, Arraes colocava-se do lado da luta camponesa e da reforma agrária, o que lhe garantiu a crítica dos grandes fazendeiros e de setores mais conservadores, sendo um dos alvos favoritos do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), ligado aos Estados Unidos e a setores militares. Ainda em 1960, entregou o título de Cidadão Honorário Recifense a Kubitschek, declarando na cerimônia no Teatro Santa Isabel

Sem dúvida alguma, e seria injustiça negá-lo, esta Cidade e esta Região têm recebido benefícios do dinâmico e patriótico governo de V. Excia. Não apenas os benefícios gerais do desenvolvimentismo industrial, da plantação de Brasília, Capital da esperança [...] como ainda, benefícios diretos, tais como a SUDENE, a ampliação de Paulo Afonso, a abertura de novas estradas, a construção de novos e grandiosos açudes (Diário de Pernambuco, 18 de setembro de 1960, p. 3)

Seu apoio ao desenvolvimentismo nacionalista foi exemplo da inserção desta ideologia dentro das esquerdas. O sucesso na prefeitura o alçou à condição de potencial candidato ao governo do estado nas eleições de 1962. Com o apoio da Frente do Recife, Arraes saiu-se vitorioso, aprofundando e expandindo as ações do MCP, além de ampliar a concessão de crédito agrícola e fomentar o crescimento do poder aquisitivo do trabalhador rural, o que, juntamente com o aumento do preço do açúcar a fim de agradar os usineiros, constituiu o denominado “Acordo do Campo” (ROZOWYKWIAT, op. cit., p. 65-68). Aproximou-se da Sudene e de Celso Furtado, dada a importância de Pernambuco para os planos regionais, garantindo ao estado projetos importantes. Ao mesmo tempo, porém, seu governo assistiu a uma explosão de greves urbanas e manifestações rurais, com o aumento das tensões no campo pelas Ligas Camponesas, o que contribuiu para o clima já estabelecido de tensão política causado pelos setores conservadores contra seu governo. Arraes tornou-se, nacionalmente, uma figura contestada e alvo de crescentes suspeições sobre seu envolvimento com comunistas. O golpe

⁵⁹ Em 1960, Pernambuco continha cerca de 17,67% de toda população iletrada regional; enquanto a Bahia, cerca de 25,6%. (IBGE, 1965)

militar de 1964 interrompeu seu pouco mais de um ano de governo, jogou-o na prisão e selou o caixão do estilo de desenvolvimento mais inclusivo a autônomo que tentava se colocar em Pernambuco e no Nordeste como um todo, como havia indicado o próprio Arraes em seu discurso de posse no Executivo estadual: “O nosso futuro, o futuro do povo livre e emancipado econômica e politicamente” (ibidem, p. 67).

Como se vê, não é muito homogênea a localização ideológica dos governos nordestinos que adotaram ou ao menos apoiaram o desenvolvimentismo, o que também se repete a nível nacional - alguns mostraram contatos mais íntimos com lutas sociais (como as camponesas) e certas organizações, como sindicatos; outros optaram por projetos quase integralmente voltados à industrialização, sem mexer no estado das coisas no campo, principalmente no que se refere ao poderio dos donos de terra. Isso tudo demonstra que o desenvolvimentismo, em sua esfera governamental, foi amplamente distribuído pelo espectro ideológico, sendo impossível defini-lo, mesmo que majoritariamente, como algo só. Ora, o desenvolvimento planejado, ao raiar da década de 1960, já havia se tornado um consenso suficientemente estabelecido para que só existisse no campo das esquerdas, onde primeiro surgiu, o que demonstra uma certa tensão com a intelectualidade desenvolvimentista - como os economistas -, ainda majoritariamente mais à esquerda, mas já com nomes importantes à direita, como Roberto Campos, Glycon de Paiva, entre outros. Nesse sentido, o que passa a existir não é mais uma disputa entre desenvolvimentistas e não-desenvolvimentistas, mas entre desenvolvimentistas de vertentes distintas.

4.4 DESENVOLVIMENTO EM DEBATE: congressos e a solução estrutural

À parte dos movimentos executivos governamentais, que indicaram a criação de instituições e burocracias para o fim do desenvolvimento planejado, estimulado pela ascensão do problema nordestino, a sociedade civil de maneira geral também mobilizou-se em prol de uma nova identidade para o Nordeste e que levasse em conta um projeto de progresso material necessário e compatível com o que se entendia como essa nova abordagem do problema, deixando de lado a solução hidráulica e adotando o que ficou conhecido como “solução estrutural”, que levava em conta aspectos socioeconômicos, como a inserção da região no todo da economia brasileira. Desse modo, alguns eventos são importantíssimos para se entender essa jornada, como já havia destacado Roberto Aguiar (1993) - veremos a relação de tais reuniões com a ideologia desenvolvimentista em si, além da atuação (quando houve) de desenvolvimentistas destacados em seus círculos.

Entre eles, destaca-se a realização do Congresso de Salvação do Nordeste (CSN), entre 20 e 27 de agosto de 1955, no Recife. Precedido pelo lançamento de um manifesto escrito por deputados estaduais pernambucanos - entre eles, Arraes - em maio do mesmo ano, que conclamava para a realização do Congresso como forma de encontrar um caminho de “redenção para a região” (Diário de Pernambuco, 3 de junho de 1955, p. 3), o evento foi organizado, após esse lançamento, por uma comissão preparatória, que incluía poucos membros das classes trabalhadoras, mas com nomes de crescente importância na política local, como o próprio Arraes, Francisco Julião e Paulo Cavalcanti⁶⁰. Também fizeram-se presentes Souza Barros, secretário-geral da Codepe, e Bartolomeu Nery da Fonseca, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - e que, já no governo de Cid Sampaio, tornaria-se presidente da Codepe.

A expectativa para o CSN, porém, não ficou restrita às esquerdas, arregimentando até mesmo anticomunistas, como o então governador de Pernambuco, Cordeiro de Farias. De fato, o Congresso recebeu apoio oficial de muitas instâncias governamentais, como a Assembleia Legislativa de Pernambuco, a Câmara de Vereadores do Recife e todos os governadores nordestinos. De cada estado da região, comitativas eram preparadas, englobando políticos de vários partidos e visões políticas, assim como foram sendo fundados núcleos de apoio à realização do evento. Em junho, a Prefeitura do Recife chegou a abrir um crédito especial para a realização do Congresso (Diário de Pernambuco, 1 de junho de 1955, p. 3), assim como o governo estadual; já em agosto, o deputado federal Barros Carvalho (UDN/PE) entrou com um projeto de lei para que a União também abrisse um crédito (500 mil cruzeiros) para a realização do CSN, sob a justificativa de que o evento teria o objetivo de promover um “estado de espírito que se identifique perfeitamente com o desejo de fazer progredir, desenvolver e integrar definitivamente no corpo do país uma região até agora abandonada aos seus próprios destinos” (Diário do Congresso Nacional, 9 de agosto de 1955, p. 30). O projeto foi arquivado.

Mesmo com esse aspecto mais geral e heterogêneo, o CSN foi um grande acontecimento para os partidos de esquerda em Pernambuco, uma vez que permitiu a aproximação entre comunistas, socialistas e trabalhistas, culminando na formação da Frente do Recife, principal acontecimento político no estado durante esses anos, como mostrado anteriormente. O documento final da reunião, a Carta de Salvação do Nordeste, transparece bem o aspecto nacionalista das questões e soluções levantadas nas dez comissões em que se dividiu o evento⁶¹,

⁶⁰ Segundo Aguiar (1993, p. 151), cerca de quatro dos organizadores do CSN era do PCB, incluindo Cavalcanti.

⁶¹ As comissões foram: Energia Elétrica; As Secas; A Terra; Indústria; Comércio; Agricultura; Minérios; Transporte; Saúde, Educação e Cultura; Trabalho na Cidade e no Campo.

o que, para Aguiar (op. cit., p. 154), refletiu claramente a aliança das esquerdas pernambucanas naquele momento, cuja conciliação conseguiu tornar-se hegemônica nas resoluções finais do CSN.

Dentro do setor de energia elétrica, por exemplo, o Congresso chegou a conclusões importantes. A comissão sobre esse tema foi presidida pelo economista Jesus Soares Pereira, referência nacional sobre petróleo, possuindo competência semelhante para o problema energético de maneira geral, devido ao seu histórico de atuação em instituições relacionadas ao tema (ver Capítulo 2). Pereira, de acordo com os registros, foi o único economista desenvolvimentista de peso a participar do evento, e seu viés nacionalista, sem dúvida, fez-se sentir dentro das conclusões desta comissão, entre as quais destacam-se: sugestão de criação de empresas públicas locais para produção e distribuição de energia elétrica (vale ressaltar que ele havia sido um dos principais elaboradores do plano da Eletrobrás), devendo ser encarregadas também de estudar as melhores áreas para irrigação e colonização, assim como trabalhar junto à Chesf para implementar a linha pioneira do Vale do São Francisco; e a intervenção nas empresas Pernambuco Tramways and Power Co., Cia. de Energia Elétrica da Bahia e na Telephone Company of Pernambuco Ltd., além de suas similares em outros estados nordestinos, a fim de “melhoria no serviço” (CSN, 1955, p. 7-8), demonstrando a preponderância da necessidade de ação estatal de acordo com os ideais pela comissão defendidos.

Na comissão sobre indústria, presidida por Bartolomeu Nery da Fonseca, ficou definido que o Nordeste necessitava de uma ampliação do mercado interno e aumento da produtividade, além da instalação de duas refinarias de petróleo, sendo esta requisição entendida como um “voto de confiança à Petrobras” (ibidem, p. 8). A comissão sobre trabalho, transparecendo a presença das esquerdas pela adoção da ideia de estruturas semifeudais no país, pediu pela “extinção das sobrevivências feudais no campo, nas relações de produção”, além de autonomia sindical com eleições livres (ibidem, p. 9). O grupo sobre terras defendeu a reforma agrária e a imediata desapropriação dos terrenos que tivessem “sido beneficiados por obras e serviços do governo”, como a construção de açudes (ibidem, p. 10).

Como se vê, muitas das conclusões do Congresso de Salvação do Nordeste - que, pelo próprio nome, já indica uma certa dramaticidade e urgência daquele contexto - ecoaram ideias caras às esquerdas e, por tabela, à parcela da intelectualidade desenvolvimentista, mesmo esta não estando presente maciçamente. O evento foi importante pois, de maneira organizada, rejeitou os diagnósticos hidráulicos para o problema nordestino, sendo o primeiro momento em que se estabeleceu, de maneira mais sólida, a “solução estrutural” - ou seja, o entendimento de

que a região sofria o “atraso” porque suas estruturas socioeconômicas não permitiam a modernização de seus modos de produção e das relações de trabalho. A resolução planificadora foi, mais uma vez, reforçada, agora com a força legitimadora de um evento que vendeu-se como iniciativa eficaz para a busca de uma solução coletiva. Em comparação com os eventos posteriores, porém, a falta de grande apoio do governo federal - não interessado naquela tarefa - parece ter feito diferença para o alcance do CSN.

No ano seguinte, em Campina Grande (PB), ocorreu o I Encontro dos Bispos do Nordeste, entre os dias 21 e 26 de maio. O Encontro teve amplo apoio do governo federal, inclusive na pessoa do recém-empossado presidente Kubitschek, que abriu e encerrou o evento com discursos eloquentes sobre a situação nordestina, chegando a citar a necessidade de uma planificação geral para a região: “Essencial agora é a elaboração de um Plano do Nordeste, não para as gavetas burocráticas, mas para ser executado ao ar livre, sem hiatos ou desfalecimentos, ao mesmo tempo com rigor científico e ímpeto bandeirante” (KUBITSCHKE, 1956, p. 20). O presidente ecoou, também, outras conclusões do Encontro, como a falta de coordenação entre os vários órgãos atuantes no território nordestino, havendo a necessidade de alguma ação que aproximasse todos eles em prol de objetivos compartilhados - algo já defendido por membros do BNB, um ano antes⁶² -, e a ineficácia da solução hidráulica: “não será mais possível concentrar na açudagem todas as soluções para as secas temporárias” (ibidem, p. 19).

JK fez questão de fazer-se presente desde as preparações iniciais para o Encontro, realizando reuniões no Catete juntamente com dom Hélder Câmara, então secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e principal articulador do evento. O presidente também disponibilizou dados socioeconômicos e técnicos federais para que os clérigos estivessem melhor estruturados, o que gerou certa expectativa de que os resultados daqueles debates gerassem medidas governamentais grandiosas e eficazes. É verdade que, uma semana após o Encontro, Juscelino assinou uma série de decretos que atendiam, parcialmente, muitas das reivindicações dos bispos que se reuniram no interior paraibano, concentrando-se em programas de colonização que fixassem os nordestinos à sua terra, evitando a migração para outras áreas, construção de casas populares e programas de abastecimento para grandes cidades, como Recife e Fortaleza (Declaração do I Encontro dos Bispos do Nordeste, 1960, p. 129-271). Como resume Aguiar (op. cit., p. 159), apesar de tocarem em assuntos extremamente urgentes e importantes para o Nordeste, tais decretos apenas tangenciaram medidas mais estruturais, como a industrialização, o que reflete a própria negligência do Encontro sobre este tema.

⁶² O relatório de atividades do ano de 1955, do BNB, aponta para a necessidade de aproximação de todas as instituições federais e regionais que atuasse no Nordeste (BNB, 1956).

Mesmo assim, a aproximação de parcela da Igreja Católica com o desenvolvimentismo fez-se especialmente presente no Nordeste, com toda a urgência que o problema regional passou a ter no período. Os contatos dos clérigos com setores mais pobres da população certamente ajudaram a criar uma certa consciência da necessidade de planos mais eficazes para a região, mesmo que ainda impregnada num viés paternalista - o que não chegava a fomentar um conflito significativo com as ações do Estado brasileiro, na verdade. Além disso, tais clérigos encontravam-se amparados em certo movimento dentro do Vaticano, que emergiu nas encíclicas papais *Mater Et Magistra* (1961) e *Pacem Et Terris* (1963), que defendiam explicitamente que “O Estado [...] não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais” (*Mater Et Magistra*, 1961, p. 4).

Isso não significa, claro, que todos os clérigos católicos concordassem com esta visão, existindo conflitos frequentes no seio da instituição sobre o tema, tendência à qual o Brasil não ficou de fora, com padres e bispos criticando as intervenções estatais na economia e o desenvolvimentismo em si, geralmente comparando-o ao comunismo (ver Capítulo 1). De tais acusações não escapavam nem os próprios bispos, como dom Hélder Câmara, geralmente referenciado como “bispo vermelho” e sumariamente investigado já durante a ditadura militar.

Nesse sentido, vê-se que a atuação de JK no Encontro não se deu por acaso, talvez consciente do peso político que a Igreja podia-lhe proporcionar na região e no país como um todo. Ademais, há de se ressaltar que a afinidade ideológica estava além da simples crença no desenvolvimento planejado - o presidente já fazia transparecer, em seus discursos, muitos preceitos religiosos de convivência social, o que refletia como o próprio ideal de desenvolvimento carregava um forte viés mistificador e messiânico. Ora, todo o contexto de aceleração posto no período também continha ares de *redenção* e de *salvação*, os quais, deslocados do mundo espiritual para o material, deram força simbólica excepcional para o imperativo do desenvolvimento. Mesmo com toda a ciência e toda a busca por racionalidade, não deixou de se haver uma *crença* no resultado dos processos. Definir exatamente, porém, o quanto a mentalidade cristã brasileira contribuiu para o processo desenvolvimentista, em termos psicológicos, parece ser algo fora de cogitação para este trabalho, mas a hipótese sobrevive em face às evidências, e não parece haver dúvida de que esta influência realmente existiu.

O fato é que o Encontro, de qualquer modo, também teve participação de intelectuais desenvolvimentistas, com destaque para Rômulo de Almeida, que acabou por ser o coordenador e relator do grupo de estudos voltado a definir investimentos e planificações para o Nordeste -

portanto, subentende-se que o texto final dessas análises seja de sua autoria⁶³. Esse grupo chegou a conclusões fundamentais que definiram todo o evento e fizeram eco no discurso supracitado de Juscelino, como a escassez do planejamento regional: “a experiência do NE revela uma sucessão anárquica de ideias imaturas e projetos apressados, quando não de simples formulações, em termos convencionais, de interesses políticos ou econômicos de pequenos grupos ou pessoal” (Declaração..., op. cit., p. 104). O planejamento ineficaz, suscitado, ainda, pela total falta de comunicação entre os vários órgãos federais na região, precisava ser extinto - “verifica-se a execução simultânea e interminável de uma infinidade de coisas, desarticuladas entre si, resultando em altos custos e baixa produtividade” (ibidem). O texto segue para apontar a carência de técnicos nordestinos para comandar o desenvolvimento planejado, fazendo mister a assistência técnica de órgãos federais, e também denuncia situações de subemprego na região (ibidem, p. 108-109). A crítica às obras hidráulicas também fez-se presente nas conclusões gerais postas na Declaração, e a necessidade de expansão industrial foi posta, embora muito timidamente.

Os bispos reunidos também clamaram por uma ideia de Economia - ou seja, da ciência econômica - específica e que não está longe da defendida pelos desenvolvimentistas de maneira geral. Num trecho da Declaração, intitulado “Paterna Advertência aos Economistas”, os clérigos deixam explícitas suas preocupações: “a economia que se isola e corta ligações com a moral se torna inumana e irreal” (ibidem, p. 34). O desenvolvimento não faria sentido sem a sua missão humanista - ou seja, sem a sua incidência além dos caracteres econômicos, transformando a região (ou o país, ou o mundo) num lugar mais justo, erradicando a miséria. Ora, era justamente dentro dessa utopia que os economistas do desenvolvimento inseriram-se no pós-guerra (ver Capítulo 2): desenvolver as áreas pobres era sinônimo de um mundo pacífico e, por tabela, mais harmônico. Nesse sentido, os bispos não pouparam críticas ao “economicismo” extremo, ou seja, a exploração do homem pelo homem em busca do lucro, a hegemonia do egoísmo e a ruína das relações sociais. O parágrafo final desta advertência aos economistas merece ser citado na íntegra, pelo seu poder de síntese de todo o problema a partir de uma avaliação histórica

Com quanta complacência e orgulho contemplaram o aumento mundial do comércio, o intercâmbio, através dos continentes, de todos os bens e de todos

⁶³ Almeida não cita o Encontro em entrevista sobre sua trajetória profissional dada ao CPDOC/FGV e Sercom/Petrobras, aqui utilizada como base, sendo difícil averiguar essa hipótese. Porém, o Diário de Pernambuco, em 25 de maio, cita tal relatório como uma das “melhores contribuições” do evento, atribuindo a autoria ao economista (Diário de Pernambuco, 25 de maio de 1956, p. 1). Vale ressaltar que, paralelamente, Almeida já cuidava da planificação do governo baiano, como visto anteriormente.

os inventos e produções, o caminho triunfal da difundida técnica moderna, que transpunha todos os limites do espaço e do tempo! Hoje, ao contrário, na realidade, que é o que experimentam? Vêm já que essa economia, com as suas gigantescas relações e vínculos mundiais, e com a sua superabundante divisão e multiplicação do trabalho, cooperava de mil maneiras para tornar geral e mais grave a crise da humanidade, ao passo que, se não a corrigisse nenhum freio moral, e se nenhum olhar para além da terra a iluminasse, não podia deixar de terminar numa indigna e humilhante exploração da pessoa humana e da natureza, numa triste e pavorosa indigência por um lado, e, por outro lado, numa discórdia atormentadora e implacável entre privilegiados e destituídos: desgraçados efeitos que não ocupam o último lugar na larga cadeia de causas que conduziram à imensa tragédia atual. (ibidem, p. 35-36)

O Encontro foi, sem dúvida, um passo gigantesco que levou Kubitschek a instalar, já ao final de 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que ficou responsável por estudar os problemas econômicos da região e apontar projetos e soluções a curto, médio e longo prazo, dentro do ideal do planejamento. Três anos depois, quando este mesmo Grupo lançou a Operação Nordeste e o Codeno, os bispos reuniram-se novamente, desta vez em Natal (RN), entre os dias 24 e 26 de maio de 1959. O II Encontro dos Bispos do Nordeste, mesmo não tendo a mesma repercussão do primeiro, foi igualmente importante, pois, além da continuação do apoio de Kubitschek aos clérigos (fazendo-se presente novamente nas cerimônias de abertura e encerramento), representou a mobilização dessa classe em torno da solução encontrada pelo presidente e por Celso Furtado, o qual, inclusive, relata ter sido sabatinado pelos bispos, numa reunião a portas fechadas, sobre o programa de planificação que havia acabado de lançar, que, segundo ele, em nada entrava em choque com as ações empreendidas pela Igreja até então (FURTADO, 1989, p. 60). O Encontro, em suas conclusões gerais, acabou por congratular a iniciativa da Operação Nordeste, demandando tratamento igualitário entre agricultura e indústria, além de reafirmar a importância do planejamento (Declaração do II Encontro dos Bispos do Nordeste, 1959, p. 17-18).

Na cerimônia de encerramento, feita no Teatro Municipal, Furtado também narra um caso anedótico, mas bastante simbólico: em discurso proferido na ocasião, dom Hélder Câmara intimou Kubitschek para que levasse as linhas de transmissão de Paulo Afonso a Natal até o final de seu governo. A eloquência do bispo ao fazer tal pedido (quase uma ordem) o fez ser maciçamente aplaudido, e teria levado Juscelino a confidenciar jocosamente a Furtado que, pelo seu poder de retórica, faria de Câmara um candidato à presidência. Contudo, na sabatina realizada anteriormente, o próprio Furtado havia informado aos bispos que as linhas não tinham condições de ficar prontas antes de 1962, o que o deixou com “um sentimento de indignação”

com a atitude de dom Hélder de apelar para um discurso demagógico e incorreto em meio à cerimônia, e com a de Juscelino de cair em seu jogo.

Porém, refletindo num momento posterior, Furtado chegou ao seguinte pensamento, que ilustra muito do que estava em jogo: por que seria incorreto administrar uma “dose de ópio demagógico” na população nordestina, bastante desamparada e desencantada, e assim alimentar quaisquer fios de esperança? Ou, em metáfora usada pelo próprio: seria sábio dizer a um doente o seu diagnóstico completo? É moralmente correto dizer toda a verdade, por mais dura que seja? Assim, concluiu: “As linhas de Paulo Afonso, em realidade, só chegaram a Natal em 1963. Mas por que privar-se de um momento de ilusão?” (ibidem, p. 61).

Ora, essa anedota resume um grande aspecto do desenvolvimentismo, assim como de qualquer ideologia: crítico da demagogia política, foi em meio à escalada dos problemas nordestinos que Furtado percebeu o “mal necessário” de doses de otimismo ilusório para manter a disposição de enfrentar a situação. A procura legítima e racional por soluções para o problema nordestino não estava divorciada de um certo aspecto mistificador que incentivava a certeza sobre a possibilidade de resolução pacífica de todo aquele caos, numa tensão constante entre os sonhos futuros e os receios presentes - pelo contrário, ambos esses aspectos dependiam um do outro, como uma utopia necessária que incentivava ações práticas eficazes. É difícil, desse modo, discernir a fronteira - se há uma - entre os aspectos “real” e “fictício”, pois encontravam-se na tensão deste perigoso jogo entre convencer todos da urgência do problema, mas sem causar total desesperança. Desnecessário ressaltar que isso não deslegitima todo o processo, pois é disso que as lutas são feitas: de sonhos idealizados e esperanças reconfortantes.

Alguns outros encontros também tiveram importância, e falaremos rapidamente deles. O Encontro de Salgueiro, realizado entre os dias 29 de julho de 1 de agosto de 1958, na cidade de mesmo nome do interior pernambucano, reuniu grande parte dos políticos pessedistas do Agreste e Sertão, mesmo tendo sido idealizado por Clodomir Moraes, deputado estadual ligado ao PCB e que já havia participado da comissão executiva do CSN (AGUIAR, op. cit., p. 160). A liderança do Encontro passou a ser do deputado Barreto Guimarães, então líder da Comissão das Secas da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Realizado em meio à estiagem daquele ano, num município por ela altamente atingido, o Encontro recebeu apoio dos governos nordestinos, mas apenas Cordeiro de Farias e Pedro Gondim compareceram; Kubitschek, por sua vez, chegou a ser convidado, mas enviou como representante o comandante do IV Exército, general Machado Lopes.

As resoluções finais do Encontro, que também não deixaram de expressar a crença no planejamento, demandaram maiores pesquisas sobre o fenômeno das secas, assim como

projetos de estradas e irrigação, mas pouco citando programas de industrialização e muitos menos reforma agrária - sobre esta última, uma abaixo-assinado teria sido efeito por alguns participantes do evento, como Josué de Castro e Clodomir Moraes, em seu favor; mas, no documento final, a reivindicação foi suprimida em detrimento da defesa da erradicação de “resquícios feudais” no campo (ibidem, p. 162). O Encontro também pediu a transferência do GTDN e do DNOCS para o Nordeste⁶⁴, e, à época, de acordo com Aguiar (ibidem, p. 163), já se ventilava os rumores de criação de uma instituição reguladora para a região, sendo esse o ponto principal de discussão que permeou o Encontro.

Por fim, entre os dias 25 de abril e 3 de maio de 1959, realizou-se, em Garanhuns (PE), o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, sob a iniciativa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e do Serviço Social da Indústria (Sesi), além do grande apoio do governador Cid Sampaio e do próprio Juscelino Kubitschek - o Seminário foi utilizado pelo presidente como forma de angariar apoio e visibilidade ao lançamento do Codeno, feito no dia 25 no Teatro Santa Isabel, no Recife. Na verdade, desde as preparações iniciais para o encontro, os industriais tinham em suas preocupações o lançamento de algum órgão planejador para a região, como indicaram estudos feitos por economistas da CNI - entre eles, João Paulo de Almeida Magalhães - para o evento, que delinearam a defesa da “criação de um organismo capaz de executar política de desenvolvimento econômico nesta área” (Diário de Pernambuco, 15 de janeiro de 1959, p. 3). Nesse sentido, o apoio de Juscelino foi bastante estratégico, como forma de aproximar-se de uma classe altamente interessada - e essencial - para o projeto que então se lançava.

Em seu discurso no Santa Isabel, JK citou uma “longa jornada” até aquele momento, que, para ele, havia começado no I Encontro dos Bispos do Nordeste, três anos antes (FURTADO, op. cit., p. 57). No dia 26, o Codeno teve a sua primeira reunião, também no Recife, enquanto, a 230 quilômetros dali, o Seminário desenrolava-se como forma de vender o Nordeste para o empresariado local e de outras regiões, mostrando a importância de um processo de industrialização para a região - tema que dominou amplamente o evento. É bem verdade que o Seminário fez-se parecer como algo bastante “técnico”, mais uma vez apelando para um certo ideal de eficiência e racionalidade bastante apelativo a setores da população - especialmente, os empresários.

Furtado chegou a dar palestras no Seminário, argumentando que a industrialização nordestina seria a única forma de garantir sua prosperidade, sendo a iniciativa privada

⁶⁴ No caso do DNOCS, a transferência só se realizará em 1961, para a cidade de Fortaleza.

enormemente necessária nesse aspecto. Nesse sentido, não seria arriscado para estes empresários investir na região, pelo contrário: o superávit de exportações do Nordeste, que beneficiava outras regiões a equilibrar suas balanças comerciais, mostrava que a dita “região-problema” apresentava ótimos potenciais de investimento (Anais, 1959 apud AGUIAR, op. cit., p. 166). Assim sendo, o evento foi de importância fundamental para o estabelecimento de um consenso, entre o empresariado, sobre o Nordeste e a atuação do Codeno, que continuou após a criação da Sudene e permitiu o uso dela por parte desta classe - positivamente ou não.

Em resumo, nota-se que o problema nordestino e sua escalada atingiu várias frentes, grupos e níveis sociais dos mais distintos, reforçando a urgência de soluções e o caos que se colocava no cotidiano regional. A discussão das disparidades regionais deu-se de maneira simultânea em vários espaços, por grupos nem sempre ligados, mas que tinham em mente um mesmo objetivo: tentar entender os porquês de ser o Nordeste, naquele momento, o lugar que ameaçaria o Brasil como uma bomba-relógio.

5 O ESTADO DAS ARTES DA CIÊNCIA ECONÔMICA NORDESTINA: INSTITUIÇÕES, INDIVÍDUOS E INTERPRETAÇÕES

A emergência do problema nordestino afetou vários grupos sociais que se encontravam minimamente organizados em âmbito regional. Entre eles, como não poderia deixar de ser, estavam os economistas, cuja área do saber meteoricamente ganhou novos contornos e demandas advindas do meio social. Nesse sentido, a organização institucional desta atividade no Nordeste – então, parcamente distribuída e solidificada – sofreu ampla reestruturação com a chegada destas novas variáveis.

É preciso notar que essa reestruturação fez-se, em parte, em conflito com o que já estava posto – nos casos mais acirrados, diferentes grupos digladiaram-se por poder de decisão em alguns espaços específicos, especialmente no meio universitário; nos casos mais brandos, os grupos mais velhos acabaram contribuindo menos do que aqueles que foram se formando, que na região desembarcaram ou para ela retornaram em paralelo ao imperativo do desenvolvimento. Uma maior contribuição esbarrou, na maioria dos casos, pela pequenez dessas congregações e seu despreparo inicial para lidar com temas tão complexos trazidos pelo desenvolvimentismo, como planejamento, industrialização, tensões sociais, etc. Não obstante, não se deve ignorar a importante base organizacional que estes elementos haviam estabelecido, principalmente nos grandes centros urbanos regionais, como Recife, Salvador e Fortaleza.

É imprescindível perceber, pois, que a centralidade do Rio de Janeiro enquanto local de atração nacional da intelectualidade desenvolvimentista foi sendo substituída, gradativamente, por um jogo de centros mais espalhados no território brasileiro, que foram se equiparando em relevância regional e evitaram a continuidade da “fuga de cérebros” para demais regiões (ao menos, na mesma intensidade de antes). Num primeiro momento, essa hegemonia foi sendo quebrada, no caso nordestino, pelo regresso de nomes de peso à região, como aconteceu com Rômulo Almeida e Celso Furtado. Eles, contudo, constituem exceção, já que a volta ao Nordeste foi, no geral, mais temática do que física – ou seja, os demais economistas nordestinos, ainda baseados no Rio ou, mais tarde, em Brasília, começaram a escrever sobre a situação de sua terra natal de maneira mais constante, apoiando-se em diagnósticos e análises contundentes. Uma das razões para isso foi a ênfase deliberada na ideia de uma *formação local* de técnicos, principalmente a partir do BNB e da Sudene, evitando realocar em larga escala outros profissionais que já exerciam atividades no Centro-Sul (em alguns casos, isso ia contra a vontade deles próprios). Sendo o *boom* em Economia justamente nesse período, a falta de

oportunidades de emprego na região havia empurrado grande parte desses cidadãos para o sul, como explica Almeida, falando de suas razões para migrar da Bahia para o Rio ainda nos anos 1930

A razão é a seguinte: desemprego na província. Falta de oportunidades intelectuais também. Mas sobretudo desemprego. No meu caso, por exemplo, eu era adversário do governo estadual, era de uma família muito pobre, não tinha a menor chance de ter emprego, seja no setor privado, seja no setor público. Então, vim para o Rio. Já tinha concluído o curso de direito e vim para o Rio pedir um emprego de datilógrafo. E assim mesmo passei desempregado muito tempo. Fui sustentado aqui por um tio, que era industrial, morava na Penha e me deu amparo [...] O problema era de oportunidade de emprego na província (ALMEIDA, 1988, p. 3)

Ainda de acordo com ele, os empregos públicos – mais numerosos do que os privados – estavam “reservados” para famílias tradicionais baianas, restando pouca chance para alguém que não compartilhava destes meios sociais (ibidem, p. 5). Almeida parece ter sido o de origens mais humildes entre os principais desenvolvimentistas nordestinos; mesmo que, para a maioria deles, a realidade de desemprego também se fizesse presente: entre os de destaque, apenas Jesus Soares Pereira teve um emprego fixo ainda no Nordeste, quando ingressou na Repartição Geral de Telégrafos do Ceará em 1925, aos quinze anos de idade, seguindo os passos de seu pai. Mesmo assim, realizou sua migração para o Rio, em 1932, por objetivos acadêmicos: tentar ser aprovado no vestibular da Escola Politécnica, feito que não conseguiu por motivos financeiros: “E os propósitos de conquistar o diploma de engenheiro e eletricitista não puderam concretizar-se, visto como o desemprego reinante impunha cogitasse eu quase só da subsistência” (PEREIRA, 1988, p. 37). Sua amizade com Mário Barbosa Carneiro – iniciada por seus contatos com o positivismo –, diretor-geral do setor de administração do Ministério da Agricultura, garantiu-lhe, em 1933, uma vaga em cargo não muito elevado no setor de contabilidade deste mesmo Ministério, começando, assim, sua carreira no serviço público da capital federal.

Ignácio Rangel escolheu ficar no Rio após ter revogada uma decisão judicial que o proibia de sair de São Luís⁶⁵, continuando na cidade seus estudos autodidatas sobre Economia e demais ciências sociais. Sua boa educação de base na infância, garantida pelo seu pai – que era juiz –, fez com que dominasse a língua inglesa, garantindo-lhe trabalhos de tradutor no Rio, com os quais se sustentava (BRESSER-PEREIRA e REGO, 1992, p. 3). Cleantho de Paiva

⁶⁵ Rangel havia participado dos levantes comunistas de 1935, sendo preso e enviado para o Rio de Janeiro, onde ficou encarcerado por dois anos, quando volta a São Luís e fica impedido de sair da capital maranhense. Consegue a revogação em 1945, para representar a Associação Comercial do Maranhão na 1ª Conferência das Classes Produtoras, também no Rio.

Leite, por sua vez, teve uma migração mais confortável: sua ida para a capital federal foi com emprego garantido, já que para lá foi alocado após passar em concurso do Departamento Administrativo de Serviço Público (Dasp), em 1942, concluindo lá o curso de Direito que havia iniciado na Faculdade do Recife. Já Celso Furtado, como se sabe, foi para o Rio para cursar Direito na Universidade do Brasil, passando em concurso também do Dasp em 1943. O restante de seu percurso foi uma exceção em relação aos demais economistas aqui citados: após servir na Segunda Guerra Mundial e fazer seu doutorado na França, retorna brevemente entre 1947 e 1948, para fazer parte da Fundação Getúlio Vargas (FGV), depois indo para o Chile, trabalhar na Cepal. A vinda para o Rio, porém, só foi definitiva em 1957, ao assumir cargo conjunto no BNDE e no GTDN – e, mesmo assim, só por dois anos, já que em 1959 vai para o Recife chefiar a Sudene.

Como se vê, a escolha de migrar ao Rio de Janeiro, para alguns, foi resultado de pressões por condições mínimas de emprego e de vida; para outros, foi uma definição premeditada em busca de um futuro desejado. À época, de fato, a cidade ainda exercia certo “encantamento” aos olhos de grande parte dos cidadãos de outros estados, além de, para estes economistas em específico, representar a chance de ficar mais perto dos centros de decisão política e, assim, tentar contribuir para os rumos do país. À época da migração, geralmente, ainda eram jovens adultos, recém-formados em seus cursos de graduação ou almejando entrar num, e que buscavam uma nova realidade e novos patamares de vida mais gerais, com certa visão idealista.

Todos eles levaram uma certa memória de sua vivência na região natal – e mesmo que a experiência de Nordeste que todos estes indivíduos levavam consigo seja imensurável, podemos fazer algumas análises básicas. A maior parte deles era advinda das capitais – São Luís, João Pessoa, Salvador, etc. – o que denota certa vivência de urbanização incipiente, ainda nas décadas de 1930 e 1940, com todos os problemas que tal processo acarretou para estas cidades, principalmente as maiores (destaca-se a experiência de Cleantho, que muda-se de João Pessoa para Recife para cursar Direito, numa época que a capital pernambucana experimentava um vertiginoso e caótico crescimento populacional). Três nasceram no interior, sendo dois sertanejos: Furtado, nascido em Pombal (PB), e Pereira, nascido em Assaré (CE) – o outro seria Rangel, que nasceu em Mirador (MA). Dentre estes três, porém, apenas Pereira parece ter tido uma experiência mais próxima com o fenômeno das secas⁶⁶: o emprego de seu pai demandava

⁶⁶ Furtado mudou-se com a família para João Pessoa aos sete anos de idade, enquanto Rangel tinha vida similar a Pereira: seu pai se mudava constantemente devido ao emprego. O Maranhão, porém, ficava ao largo do fenômeno das secas, não sendo tão atingido quanto os outros estados da região.

uma mudança constante de moradia, geralmente pelo interior do Ceará, um dos estados mais atingidos pelas estiagens. Nesse sentido, recorda

Vivi as secas de 1915 e de 1919, esta de forma mais consciente; e, no Sul do país, poucos alcançam o significado de uma experiência direta de tal natureza. [...] Ao emigrar para a capital da República, nos primeiros dias de 1932 [...] já adquirira a noção nítida, que estudos posteriores apenas fundamentaram, do desequilíbrio interregional em processo no país e das suas consequências para os brasileiros que nascem ao norte do Espírito Santo. Sem o pretender, fugia da terceira grande seca nordestina, deste século, flagelo cujo desenrolar acompanhei, do Sul, como uma unidade humana por ele atingida, também, pois todos os entes que me eram caros sofreram os seus reflexos (PEREIRA, op. cit., p. 36-37)

Quando ainda era criança⁶⁷, o economista relata, pois, o tenebroso contato com este fenômeno devastador, especialmente nos anos citados, que se encontram entre as piores estiagens já vividas pela região em sua história. É em 1915, inclusive, que começou a política de campos de concentração para retirantes no Ceará. Na de 1919, seu pai havia se mudado para o município de Arraial (hoje, Uruburetama), que localiza-se a 120km de Fortaleza, e que era uma rota de retirantes para a capital do estado. Não à toa, sua vivência dessa seca em específico tenha sido tão intensa e tenha despertado sua infante consciência para este problema.

Em relação à seca de 1932, embora não especifique em que grau a estiagem tenha atingido seus parentes, as preocupações não devem ter sido poucas, já que a seca deste ano foi especialmente devastadora, culminando na retomada da tragédia humana da política de campos de concentração, mais abrangente do que a feita em 1915 (ver Capítulo 3). As notícias das milhares de mortes e condições insalubres de vida nestas localidades, com certeza, atingiram Pereira de maneira singular. Para ele, certamente esta experiência traumática imputou-o uma sensibilidade sobre os problemas regionais, contendo fundo extremamente pessoal suas defesas posteriores sobre a região e a necessidade urgente de novas políticas econômicas.

Contudo, seria falso afirmar que seria necessário viver esse fenômeno de perto para ser “tocado” por ele – as secas tomavam conta do cotidiano regional, não só nas cidades por elas atingidas, e aqueles que tivessem um mínimo de empatia passariam a ter uma certa carga emocional sobre o tema; tentar quantificá-la em termos exatos é inútil. Assim sendo, a tarefa destes economistas, enquanto tais, de estudar o Nordeste como maneira de acabar com essa espécie de sofrimento, vem de uma utopia mais personalista e, ao mesmo tempo, identitária

⁶⁷ Pereira tinha, respectivamente, cinco e nove anos de idade nas estiagens de 1915 e 1919.

deles enquanto nordestinos: a de acabar com os flagelos e a miséria de seus conterrâneos, a fim de dar ao Nordeste uma nova realidade, e, assim, um novo futuro.

A atuação destes nordestinos juntou-se a um clima geral no país que alçou a temática regional a uma considerável aceitação, uma vez que o subdesenvolvimento brasileiro passou a ser visto não como consequência de uma miséria generalizada e homogênea, mas sim como coexistência de zonas desenvolvidas com outras pobres. A relação entre essas diferentes áreas, pois, passou a receber atenção especial de diversos intelectuais, na busca por entender o que havia germinado tamanha disparidade. A situação tornava-se bastante complexa na medida em que a própria aceleração do processo de desenvolvimento foi vista como variável intensificadora dessas diferenças, como dizia Jacques Lambert: “a própria rapidez do movimento [de progresso técnico] impede sua difusão imediata e representa, em seu transcorrer, uma das causas do atraso cultural das regiões distanciadas dos polos de desenvolvimento industrial” (LAMBERT, 1960, p. 69).

As atenções voltadas para este problema ajudaram a estruturar uma interpretação sobre o atraso nacional que se tornaria constante nos anos seguintes, já que o que se acaba vendo nesse período é o nascimento e consolidação de certa imagem sobre o país, entendida como representação de sua própria “essência”: uma nação de contrastes e paradoxos, em que fossos econômicos habitavam o seio da sociedade e criaram espaços bastante díspares; os “dois Brasis”, na imagética do próprio Lambert, ou ainda a “Belíndia”, como nomeou mais tarde o economista Edmar Lisboa Bacha⁶⁸.

Desse modo, a dualidade tão cara aos desenvolvimentistas ganhou uma profundidade regional: além das ideias de classes dinâmicas *versus* classes retrógradas, a dicotomia Centro-Sul e Nordeste foi ganhando terreno, e a necessidade de políticas econômicas específicas para a região desfavorecida foi posta como urgente. Em certo sentido, e guardadas as devidas proporções, o que acontecia em relação ao Nordeste espelhava o movimento em torno da América Latina e do “Terceiro Mundo” como um todo, de procura por uma ciência específica e, conseqüentemente, de ações também específicas. Isso explica parcialmente o uso comum de muitos aportes teóricos para explicar tanto a situação latinoamericana, como a nordestina, especialmente em figuras como Furtado (ver Capítulo 5).

⁶⁸ Bacha cunhou este termo em 1974, em seu ensaio “O Rei da Belíndia”, no qual criticava o regime militar por aprofundar, no país, a existência de uma área tão rica quanto a Bélgica, rodeada por todos os lados por regiões subdesenvolvidas, como a Índia. Décadas depois, Bacha foi uma das principais cabeças por trás do Plano Real (1994).

Esse “novo” dualismo, porém, carrega uma característica diferente do classista, que está na base do pensamento desenvolvimentista. Neste último, as classes dinâmicas deveriam substituir integralmente as retrógradas no comando da economia nacional; raciocínio similar não ocorria em relação à dualidade regional: não se queria “substituir” o Centro-Sul pelo Nordeste como carro-chefe da economia brasileira, mas sim equiparar e complementar o desenvolvimento de ambas para, assim, tornar o desenvolvimento nacional mais consolidado. Essa distinção é importante, já que o principal alvo de críticas desta política local, feitas por setores mais conservadores, seria seu “regionalismo exacerbado” e certa “veia separatista”. Como resume Rômulo Almeida

A resistência, ou motivação negativa, ao desenvolvimento regional provém do receio quanto aos efeitos negativos do regionalismo contra o interesse nacional de alcançar um crescimento ótimo, ou máximo. A ideologia e o esquema teórico do desenvolvimento nacional geralmente incorpora o suposto da concentração espacial dos esforços a fim de assegurar depois uma expansão territorial do processo de desenvolvimento. Logo, naturalmente, os interesses acastelados na área privilegiada pelo modelo de desenvolvimento concentrado, tendem a exacerbar essa resistência e auto-perpetuar as suas vantagens, criando, inclusive um tipo especial de “regionalismo”. Este regionalismo de auto-perpetuação chega a manifestar-se em pruridos separatistas das “locomotivas” em relação aos “vagões”... pruridos que se desvanecem face ao interesse maior da área dominante no que toca à unidade (ALMEIDA, 2001 [1970], p. 6)

Usando de uma retórica do desenvolvimento “nacional”, grupos de outras regiões (principalmente do Centro-Sul) tentavam priorizar o progresso de seus respectivos espaços, valendo-se da máxima de “inflar o bolo” para depois dividi-lo. A argumentação era de que, naquele momento, atentar para o desenvolvimento de regiões mais pobres seria atrasar o passo do progresso nacional como um todo, não beneficiando ninguém no final das contas. Dessa vertente faziam parte economistas de peso, como era o caso de Roberto Campos: em palestra para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1953, Campos traçou dois programas gerais para se tratar este tema – o “aristocrático”, o qual consistiria em não impedir o fluxo de capital para as áreas mais ricas do país, permitindo seu desenvolvimento pleno e, assim, a posterior transferência de capitais para as regiões mais pobres; e o “humanitário”, que busca uma concessão de bem-estar e distribuição equitativa das riquezas, fazendo-se necessário um rearranjo de fatores do qual só o Estado seria capaz (CAMPOS, 1963a, p. 80). O economista defende que, entre esses dois programas, haveria vários “meios-termos” possíveis, dependendo do caso a se trabalhar. Todavia, ele admite que, embora a solução aristocrática faça sentido dentro da “lógica econômica” (leia-se, preceitos liberais), o único motivo para não colocá-la

em prática seriam as fortes tensões sociais que acabaria gerando, fazendo-se necessária a entrada da ação estatal para garantir a tranquilidade da população por meio de medidas redistributivas.

Com o passar dos anos e a emergência da questão nordestina, porém, Campos se preocupou em definir limites bem claros para tais medidas “humanitárias”. Em palestra de 1957, na Cepal, defendeu que a redistribuição de riquezas deveria seguir o ritmo do desenvolvimento nacional, aconselhando os gestores da máquina pública a não cair no “apelo das massas”, o que poderia atrapalhar o próprio progresso do país, significando a ruína de sua justiça e sua segurança (CAMPOS, 1963b, p. 92). Nesse mesmo ano, em conferência no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), afirmou que desenvolvimento e igualdade econômica não seriam compatíveis enquanto projetos simultâneos, e seria mais importante maximizar o ritmo daquele do que corrigir as desigualdades num primeiro momento (ibidem, p. 115).

Tais falas de Campos refletem um movimento mais geral de tentativa de freio às demandas populares, o que se confrontava também com um ajuntamento político que se encontrava no Estado e suas instituições – os desenvolvimentistas de caráter mais nacionalista. Refletem, ainda, a escalada do problema nordestino no cenário nacional, em conjunto com vários outros, que fazia com que a (falsa) dicotomia desenvolvimento x distribuição se colocasse à prova diariamente nos palcos intelectuais brasileiros.

Na defesa por projetos mais “humanitários”, os estudos científicos sobre Nordeste tomaram o caminho de revelar a especificidade de sua formação histórica e econômica. Esta especificidade, mais uma vez, estava assentada em outro dualismo: o “Nordeste das secas” com o “Nordeste da cana-de-açúcar”; o litoral e o interior; o açúcar e a pecuária – “o Nordeste é apontado ora como área das secas [...]; ora como área dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população” (ANDRADE, 1973 [1963], p. 21). A formação de dois Nordeste em um é uma imagem que remete aos estudos regionalistas de Gilberto Freyre, e perpassa intelectuais como Josué de Castro, Celso Furtado e Manuel Correia de Andrade. Ao contrário de Freyre, porém, estes últimos – e principalmente os geógrafos – adentraram por uma análise mais contundente do regime de terras na região, denunciando o latifúndio improdutivo na Zona da Mata e no Sertão, responsáveis pela “proletarização” (empobrecimento) dos trabalhadores rurais e pela exploração e aproveitamento da máquina pública pelos grandes fazendeiros, principais beneficiadores de sistemas de crédito e assistência: “Nas ocasiões de euforia econômica, de ascensão comercial de uma grande cultura,

ou quando a empresa agrícola ou agroindustrial está vinculada aos grandes grupos econômicos, o que se observa é a expansão constante do grande estabelecimento” (ibidem, p. 60).

Andrade teve destaque nesse quesito com o lançamento de *A Terra e o Homem no Nordeste*, em 1963. O livro é resultado de várias viagens feitas por ele nos dez anos anteriores, em parceria com órgãos como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Serviço Social Rural⁶⁹. O livro reflete a preocupação com as diferentes instâncias em que os trabalhadores nordestinos estavam sendo explorados, principalmente por “anacronismos conservados em uma sociedade em transformação” (ibidem, p. 16), em harmonia com a ideia em voga, à época, da existência de estruturas arcaicas na região – Andrade, contudo, não chega a tratá-las como “feudais” ou “semifeudais”, talvez por conta da influência de Prado Júnior em sua obra.

A preponderância da cana, na Zona da Mata, e do boi, no Agreste e Sertão, fazia com que as economias de subsistência fossem diminuídas, e o caráter essencialmente extensivo de ambas as produções criou a classe dos grandes donos de terras. Ao final do século XIX, com o surgimento das usinas, alavancou-se o processo de formação de latifúndios e de empobrecimento dos trabalhadores, que tiveram seu poder de negociação minimizado. Andrade também denunciava a política predatória das usinas: com o uso de máquinas mais avançadas do que o nível de produtividade regional existente, os usineiros acabavam por procurar mais terras, para fins de equilíbrio na produção. Sem planejamento, as áreas de cultivo tornavam-se mais extensas do que as máquinas conseguiam cobrir, e a resposta era a compra de mais destas. Estava formado um ciclo vicioso de expansão das grandes propriedades e expulsão dos pequenos agricultores, no que ficou conhecido como “fome de terras” (ibidem, p. 113).

Também dessas conclusões compartilhava Josué de Castro, que ainda se destacou, desde os anos 1930, com estudos pioneiros sobre a situação de fome dos trabalhadores urbanos nordestinos, principalmente no Recife. Suas análises foram responsáveis por impulsionar a dissociação de valores racistas com o problema da pobreza, numa época de políticas higienistas contra os mocambos – “não é mal de raça, é mal de fome” (CASTRO, 1935, p. 76). Com salários achatados – ainda mais com a grande massa de desempregados que eram empurrados para as cidades –, os operários não tinham condições de sustentar uma alimentação balanceada, ainda mais quando eram os responsáveis por dar suporte financeiro a toda a família, que poderia passar de dez pessoas. Esses indivíduos, então, eram obrigados a gastar boa parte de suas rendas em alimentos que não lhes davam nutrientes necessários para uma vida saudável, estando presos

⁶⁹ Algumas dessas viagens foram realizadas juntamente com Caio Prado Júnior, com quem Andrade compartilhava a missão intelectual (e moral) de conhecer de perto a situação do campo brasileiro, e de quem, inclusive, partiu a sugestão para escrita da obra.

nas conhecidas Curvas de Engel⁷⁰, como também notaria depois Ignácio Rangel. A baixa imunidade causada pela desnutrição, então, fazia com que essa população fosse alvo fácil para doenças (como tuberculose), e era mais um fator que a colocava em desvantagem permanente em relação a outros setores da sociedade.

Em 1946, quando lança *Geografia da Fome*, Castro alcança um nível de estudos sobre a situação da região como um todo que fez com que a obra se tornasse referência sobre o tema. O subtítulo adicionado em edições posteriores – “o dilema brasileiro: pão ou aço” – demonstra a visão crítica de Castro em relação a muitas das políticas econômicas de então, que prezariam por soluções mais “economicistas” do que “humanas”, refletindo parte das críticas feitas ao desenvolvimentismo, mas sem seu teor conservador. As desaprovações direcionadas à Sudene e a Furtado, tanto por Castro quanto por Andrade, tocaram nesse ponto (ver Capítulo 5). Ademais, o tema da nutrição e da fome, levado a cabo pelo médico e geógrafo desde os anos 1930, foi englobado pelo imperativo do desenvolvimento, o que não impediu que a abordagem econômica da situação do país, vez ou outra, não desse a atenção desejada a esta temática – ao menos aos olhos de Castro.

Quando o tema regional também passou a ganhar notoriedade na ciência econômica, as preocupações se centralizaram no sentido de como estimular a expansão do progresso técnico já existente para as demais áreas. Teorias foram sendo criadas nesse sentido, tendo destaque a de polos de crescimento, do francês François Perroux. Para ele, na verdade, a concentração territorial de empreendimentos intensificava as atividades econômicas daquele espaço, formando polos centrados numa indústria-chave. O encontro de diferentes polos, contudo, poderia tornar um deles estagnado perante o grau de produtividade e diversificação do outro, o que seria especialmente verdade numa economia dualista, em que o poder de propagação do progresso técnico seria menor, sendo formadas “ilhas de crescimento” isoladas umas das outras (PERROUX, 1967, p. 80). Assim como a maioria dos economistas brasileiros, Perroux acreditava que desenvolvimento era sinônimo de desequilíbrio – nesse sentido, pois, uma planificação racional e objetiva seria necessária se se quisesse implantar um polo de crescimento numa região desfavorecida, como seria o caso do Nordeste.

A ideia de polos de desenvolvimento, contudo, teve mais espaço no país num período posterior, principalmente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1976), já na ditadura militar, que se baseou no incentivo à instalação de complexos industriais. Na época

⁷⁰ A Curva de Engel (ou Lei de Engel) refere-se aos estudos do estatístico alemão Ernst Engel (1821-1896) sobre os gastos de despesas de famílias alemãs. Nesses estudos, Engel notou que, quanto mais baixa for a renda familiar, maiores serão os gastos relativos com alimentos.

aqui estudada, as teorias cepalinas de desenvolvimento regional ainda eram as dominantes dentro do espectro desenvolvimentista – tanto que a ideia de Centro-Periferia tornou-se o subsídio principal de explicações científicas em torno das disparidades regionais brasileiras, numa espécie de internalização dos aportes teóricos vindos da Comissão. Nesse sentido, a política industrial então incentivada era de criação de um centro industrial autônomo no Nordeste, a fim de torná-lo, na medida do possível, autossuficiente.

Ademais, se tais teorias sobre desenvolvimento regional tiveram receptividade no Brasil, foi por conta da especificidade do problema nordestino e da escalada de tensões a partir dos anos 1950. O país, por conta do Nordeste, parece ter estado, ao menos durante este período, na dianteira da discussão do desenvolvimento regional, visto que esta temática só ganhou maior corpo em escala global já nos anos 1960 – não é à toa que o Brasil virou uma espécie de laboratório vivo para aqueles que buscavam teorizar sobre disparidades regionais e a complexidade de regimes econômicos periféricos. Tornou-se também espaço privilegiado de estudos da Cepal, que passou a enveredar para este campo. O rearranjo temático foi, sem dúvida, também um rearranjo institucional e profissional, como a supracitada “volta ao Nordeste” praticada pelos desenvolvimentistas. Mas agora olhemos para outro lado da questão: o daqueles que ficaram na região e nela seguiram e basearam suas carreiras.

5.1 A ECONOMIA NO NORDESTE: instituições espaçadas

O conjunto de espaços de formação e exercício da profissão de economista, no Nordeste, era variado, mas nada que se comparasse, em tamanho e alcance, ao que se foi se formando a partir do imperativo do desenvolvimento, com a criação de órgãos como o BNB e a Sudene. Dito isto, vale ressaltar a situação em que se encontravam estes espaços à época de seu encontro com o desenvolvimentismo.

No Nordeste, acontecia algo similar ao restante do país: a temática do desenvolvimento era algo que interessava a certo conjunto específico de classes, antes de se tornar mais abrangente: empresários, comerciantes, clérigos, militares, técnicos, etc. Contudo, a dinâmica destes debates obedecia à ocorrência das secas, com os anos de ápice das estiagens tendo grande volume de discussões sobre os rumos a se dar para a região e as possíveis soluções para aquelas calamidades. Também eram os anos que, via de regra, o governo federal era obrigado a dar respostas e ações que geralmente não dava em outros contextos, arregimentando, desse modo, muitos grupos em prol desse movimento. No que muitas destas instituições contribuíram, pois, foi em ser espaços *fixos* de discussão e estudo dos problemas regionais, independentes dos

debates suscitados pelas secas – mas que, ao mesmo tempo, perdiam alcance e influência em épocas de chuvas suficientes, em que o interesse pelo tema era diminuído, já que foi só em meados dos anos 1950 que o problema nordestino torna-se tema mais constante e a interpretação estrutural ganha fôlego em detrimento da hidráulica.

À parte disso, a falta de informações e pouca disponibilidade de documentos sobre as instituições já existentes à época é um empecilho para a melhor análise de seu papel no cenário regional, o que forçará a conclusões mais gerais a partir apenas de casos episódicos. Sabe-se que houve, por exemplo, uma sociedade civil chamada Instituto do Nordeste, fundada em Fortaleza em 1945. Não se sabe ao certo, porém, seu funcionamento interno, estatuto ou coisas do gênero; mas a sua composição⁷¹ indica que este espaço, na verdade, era um conagraçamento de figuras culturais proeminentes no Ceará, principalmente jornalistas, que decidiram formar este grupo a fim de uma melhor organização de suas discussões sobre Nordeste, mas que nunca se configurou como polo principal de atividade de nenhum deles, fazendo com que as contribuições deste Instituto fossem bastante esporádicas. Entre seus membros mais destacados, estavam: João Perboyre e Silva, presidente do Instituto até 1950, e depois vice-presidente, era jornalista, chegando a ser presidente também da Associação Cearense de Imprensa, e professor da Faculdade de Direito do Ceará na disciplina de Direito Internacional Privado; Carlos Bastos Tigre, presidente do Instituto a partir de 1950, era engenheiro agrônomo pertencente aos quadros do Ministério de Viação e Obras Públicas, participando também do DNOCS, sendo nomeado chefe do departamento de piscicultura deste órgão em 1952 (Diário de Pernambuco, 3 de fevereiro de 1952, p. 16); Orlando Mota, secretário-geral do Instituto a partir de 1950, era radialista e membro da Diários Associados S.A., na qual exerceu diversos cargos⁷², inclusive o de superintendente deste conglomerado em todo o Nordeste, mudando-se para o Recife entre 1956 e 1957.

A atuação do Instituto do Nordeste parece ter se resumido à realização de seminários e mesas-redondas, com temas que geralmente eram correlatos aos efeitos da seca no Ceará. Durante os anos 1940, por exemplo, a grande preocupação parece ter sido a migração de mão-de-obra do estado para o sul do país, uma vez que esta passou até mesmo a ser incentivada por órgãos como a Sociedade Rural Brasileira (idem, 25 de julho de 1948, p. 2). Perboyre e Silva,

⁷¹Os nomes de alguns dos membros do Instituto foram descobertos a partir de (poucas) notícias divulgadas no Diário de Pernambuco sobre este órgão, principalmente a que divulgava a eleição de uma nova diretoria em 1950 (Diário de Pernambuco, 18 de agosto de 1950, p. 6). Não foram encontrados jornais cearenses disponíveis para pesquisa neste período.

⁷²Foi diretor do Correio do Ceará, a partir de 1953, e diretor da Diários Associados S.A. em todo o estado, entre 1955 e 1956. Quando se muda para o Recife, atua mais conjuntamente com o Diário de Pernambuco – algumas edições deste periódico, inclusive, trazem seu nome como diretor, ao lado de Mauro Mota.

enquanto ainda era presidente do Instituto, liderou campanha contra tal fato, buscando conscientizar o sertanejo a não “fugir”, mas sim adaptar-se a melhores técnicas de cultivo: “Alguma cousa é preciso fazer desde já, no sentido de que diminua a sangria do organismo cearense” (idem, 23 de janeiro de 1949, p. 5). Não há conhecimento, porém, de maiores detalhes sobre esta campanha encabeçada pelo jornalista e professor de Direito. À parte disso, sabe-se da realização de um seminário anterior sobre migrantes da borracha (idem, 19 de maio de 1946, p. 4), também a fim de criticar a política de incentivar a migração de cearenses para a Amazônia; e outro sobre polígonos das secas, mas já vinte anos mais tarde (idem, 5 de outubro de 1966, p. 9). No geral, pode-se dizer que a atuação individual de alguns dos membros do Instituto do Nordeste perpassou sua importância enquanto espaço coletivo, bastante restrita em termos regionais. Mesmo assim, falar de sua existência é importante na medida em que se toma consciência dos diferentes graus de engajamento que o problema nordestino suscitava em todo o território, sendo talvez um dos órgãos privados de estudos sociais de maior destaque.

Quanto às instituições de caráter profissional em Economia, o *boom* inicial veio com a criação das várias Comissões de Desenvolvimento pelos estados nordestinos, que representaram movimentos autóctones pelo desenvolvimento da região – ainda sem o caráter unitário –, e espaços de atividade para os economistas que ainda estavam na região (ver Capítulo 3). Devido ao seu caráter mais geral de planejamento – sendo responsáveis desde industrialização até saneamento básico – estes novos órgãos inserem-se numa tradição um pouco mais antiga, que remetia à participação de economistas nos órgãos estaduais que, minimamente, lidassem com questões econômicas, como as companhias de abastecimento, energia, etc. Nesse sentido, a especificidade da ciência econômica – ou, ao menos, a que ela ganhará mais tarde, com o fenômeno desenvolvimentista – se perdia em meio a assuntos mais gerais e pragmáticos, compartilhando o mesmo patamar que engenheiros, contadores, entre outros.

Especificamente em Pernambuco, os cargos nesses órgãos estavam atrelados aos membros de organizações trabalhistas, como o Sindicato dos Economistas de Pernambuco e a Ordem dos Economistas de Pernambuco. O primeiro, inclusive, tinha direito a mandar conselheiros nas reuniões da companhia de abastecimento do estado, que definiam, entre outras coisas, o tabelamento de preços de produtos de primeira necessidade. Pouco se sabe, porém, sobre outras atuações destes economistas, ou mesmo suas opiniões políticas e afins, à exceção de alguns episódios raros: José Vicente Rodrigues Lima, presidente do Sindicato ao final dos anos 1950, por exemplo, foi um dos signatários de um manifesto a favor da candidatura à presidência do general Henrique Teixeira Lott, ao final de 1958. O texto clama por um

nacionalismo econômico e pela “emancipação nacional”, terminando com os lemas “pela grande industrialização. Pela nacionalização da indústria de base. Pela democratização econômica” (idem, 14 de dezembro de 1958, p. 5). Difícil saber até que ponto as ideias contidas no manifesto coincidiam com as de Rodrigues Lima, já que é sabido que nem sempre os signatários deste tipo de documento concordam integralmente com os pressupostos ali definidos. Mesmo assim, sua filiação a um ideal nacionalista e de política econômica específicos denotam sua afinidade com uma vertente do desenvolvimentismo que então se tornava atuante no país.

Além de Lima, também se sabe que Luiz Gonzaga Régis Rocha, membro do Sindicato, candidatou-se a vereador, no Recife, pelo PSB (idem, 4 de julho de 1959, p. 7); e que ambas as instituições, nas figuras de seus respectivos presidentes (Manoel Campos Filho, do Sindicato; e Emílio Monteiro Fonseca, da Ordem), congratularam a tomada de poder pelos militares em abril de 1964, elogiando a “salvação da integridade da Pátria” (idem, 10 de abril de 1964, p. 2). Pelo pouco que se apreende, não se pode dizer, então, que o Sindicato ou a Ordem dos Economistas tenham se atrelado a algum viés ideológico específico nesses anos, contendo indivíduos de diferentes visões de mundo. Não foram encontradas notas oficiais e ações destas instituições em prol de uma industrialização planejada no Nordeste ou algo que as ligasse mais fortemente ao desenvolvimentismo.

Quanto às suas atuações em assuntos que concerniam mais especificamente ao ramo profissional em Economia, também alguns episódios destacam-se. Entre eles, está o posicionamento do Sindicato contra a abertura de um curso de “Engenharia da Produtividade”, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). De acordo com o texto divulgado pela entidade de economistas após reunião extraordinária – aprovado por unanimidade –, tal curso era uma “invasão do campo profissional do economista por engenheiros desviados de sua vocação técnica”, já que grande parte das disciplinas era idêntica às de ciência econômica, prometendo tomar medidas judiciais para evitar que o curso fosse inaugurado (idem, 3 de agosto de 1962, p. 5). Algumas semanas antes deste imbróglio, a nova graduação havia sido anunciada pela Unicap com o objetivo de “recuperar” economicamente o Nordeste, sob inspiração da encíclica papal *Mater Et Magistra* (idem, 15 de julho de 1962, p. 10), representando uma filiação desta instituição à ala do clérigo que era mais simpática ao desenvolvimento planejado, mesmo que com ressalvas. O tema de “engenharia da produtividade”, de fato, se assemelhava à temática do planejamento, dado seu objetivo de aprimorar a alocação de recursos e riquezas na região, aproximando-se de cursos de desenvolvimento econômico que, à época, ministravam-se no BNB e na Sudene.

Este episódio tem sua importância por demonstrar um ambiente mais geral de reorganização do qual o Nordeste não estava alheio. O ato dos economistas pernambucanos foi apoiado pelo Sindicato e pela Ordem dos Economistas de São Paulo, que passavam por problema similar em seu estado⁷³, demonstrando, pois, uma disputa mais geral em torno do estabelecimento da profissão de economista em relação a outras atividades, ainda uma década depois da legislação que a apoiava. Nesse sentido, percebe-se o quanto o imperativo do desenvolvimento reestruturou o campo econômico, causando certa confusão em torno dos limites a serem definidos para esta profissão e reações das mais divergentes (ver Capítulo 2). A atuação do Sindicato dos Economistas de Pernambuco, nesse pequeno confronto, demonstra não só os objetivos corporativos desta categoria no estado, então ainda bastante diminuta, mas também um fio na longa história de ações do Sindicato em prol de um melhor terreno para exercício da profissão, como também demonstram suas defesas, em conjunto com a Ordem, para que o governo estadual criasse, dentro de seus quadros, a carreira de economista (idem, 17 de janeiro de 1961, p. 5).

Nem sempre, claro, tais atitudes eram frutíferas, mas representavam, de qualquer maneira, o movimento a favor de uma outra organização da ciência econômica na região. É digno de nota as dificuldades que estas entidades poderiam passar em seu cotidiano – desde pouca verba até falta de prestígio e influência nos círculos de decisão política. Um outro acontecimento pode nos esclarecer tal fato: em junho de 1958, ao assumir a presidência do Sindicato dos Economistas de Pernambuco, Rodrigues Lima põe à frente, desde de início, o objetivo de realizar o I Congresso de Economistas Profissionais do Nordeste, que seria, sem dúvida, um marco regional para este campo do saber. Como esclareceu em entrevista ao Diário de Pernambuco, no dia de sua posse, o encontro estava entre os principais objetivos da diretoria recém-eleita; planejava-se contar com representantes de todos os estados, principalmente economistas e agrônomos, que fariam exposições de seus estudos, assim como uma conferência de encerramento feita por Juscelino Kubitschek – vale ressaltar que tal desejo não parecia tão improvável: à época, de fato, JK era presença assídua em muitos dos principais eventos regionais que discutiam o problema nordestino (ver Capítulo 3). O seminário teria o claro objetivo de “esclarecer às autoridades e ao público o que há na verdade e a necessidade de que precisa ser feito [no Nordeste], embora que tenhamos de dizer duras verdades” (idem, 5 de junho de 1958, p. 22). Estava claro que o propósito primordial era um posicionamento dos economistas ao chamado que a eles se fazia, enquanto categoria técnica especializada, em

⁷³ O texto de ambas as entidades refere-se a esse problema, mas não especifica qual situação a Ordem dos Economistas de São Paulo estaria enfrentando.

relação ao problema nordestino – ou seja, a possibilidade de uma declaração conjunta que representasse todos os profissionais nordestinos num momento de urgência.

Uma semana depois das declarações de Rodrigues Lima, Josué de Castro envia o projeto de lei 4287/1958 à Câmara Federal, com o objetivo de abrir um crédito especial de 500 mil cruzeiros por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para promoção do referido congresso. Naquele momento, previa-se sua realização para setembro daquele ano. Não se sabe ao certo os contatos de Castro com o Sindicato ou mesmo com Rodrigues Lima; mas, a julgar pelo manifesto supracitado assinado por este último, ambos tinham muitos preceitos políticos em comum, o que talvez explique a confluência de ações entre ambos. O projeto, porém, foi arquivado na Câmara, impedindo o auxílio financeiro e, pelo visto, a realização do evento ainda naquele ano. Em finais de julho, realizar-se-ia o Encontro de Salgueiro, que passou a tomar as atenções dos economistas e demais técnicos da região em torno da seca e do problema nordestino (ver Capítulo 3).

Passam-se dois anos. Em março de 1960, Josué de Castro, mais uma vez, envia um projeto de lei à Câmara – desta vez, o 1593/1960 –, solicitando a abertura de crédito de um milhão de cruzeiros para realização do (ainda) I Congresso de Economistas do Nordeste, previsto para outubro daquele ano. A justificativa ainda era a mesma: “A crise econômica por que atravessa o Nordeste impõe uma revisão objetiva dos problemas dessa região [...] E ninguém melhor equipado para realizar esta tarefa do que os economistas que, na região, trabalham em contato direto com seus problemas básicos” (Diário do Congresso Nacional, 15 de março de 1960, p. 1544). Nenhuma declaração ou anúncio de Rodrigues Lima ou de quaisquer outros membros do Sindicato antecederam o envio do projeto por Castro, embora a entidade ainda fosse a cabeça por trás do evento.

Em julho, o Sindicato passa por nova eleição, que elege Manoel Campos Filho como novo presidente para o biênio que ali se iniciava. Em entrevista ao Diário, Campos Filho reforça que dará continuidade ao desejo de seu antecessor de realizar o congresso, no qual “congregaremos os nossos colegas para debates, principalmente para assuntos que interessam de perto à nossa vida profissional” (Diário de Pernambuco, 10 de julho de 1960, p. 10). Num primeiro momento, a preocupação com a urgência do problema nordestino e a contribuição desta classe para tal não se fizeram presentes, sendo substituídas por algo mais generalista em relação à profissão de economista – também preocupação de longa data desta instituição, como vimos. Um ano depois, em julho de 1961, Campos Filho se declara, mais uma vez, otimista para a realização do “tão esperado e almejado” I Congresso de Economistas Profissionais do Nordeste, agora previsto para o ano seguinte. O otimismo vinha pela garantia da União de

reservar 250 mil cruzeiros para a entidade, os quais, mesmo não sendo suficientes para cobrir as despesas do sonhado congresso, ainda seriam somados com outros montantes a vir de outros meios de auxílio – ao menos, com isso, contava Campos Filho. Ao explicitar os objetivos de tal congresso, disse: “Nesse conclave [...] esperamos estabelecer o ponto de vista da classe em face dos inúmeros problemas que envolvem a economia da região nordestina, assim como assuntos pertinentes à defesa e regulamentação da profissão” (idem, 22 de julho de 1961, p. 3).

A partir disso, não se encontram mais notícias sobre a promoção de tal encontro. O projeto enviado por Castro ficou esquecido na Câmara Federal, até ser arquivado definitivamente em 1964, já após o golpe militar. Campos Filho foi reeleito para o biênio 1962/1964, mas não foram encontradas mais declarações suas sobre o congresso – nem mesmo justificando a sua não realização.

A história do congresso que nunca ocorreu é sintoma da dificuldade que muitas destas instituições passavam, o que impedia, com certeza, uma maior amplitude de suas ações. A complexidade dos problemas regionais estava anos-luz à frente do poder de reação de muitos desses profissionais, inibindo que seus ideais se tornassem – ou pelo menos tentassem ser – realidade. Se o desenvolvimentismo pautou-se, entre outros, pelo preceito de que havia a necessidade de atualizar a ciência em relação a uma “nova realidade”, também há de se ressaltar o inverso: o ímpeto de atualizar a realidade nos moldes desta “nova ciência”, batalha para a qual muitos partiram com pouquíssimas armas em mãos, como está demonstrado, o que denota não só consciência política e moral de um certo dever a ser atendido, mas também coragem de entrar no jogo.

Por dificuldades semelhantes passavam, também, os ambientes universitários no Nordeste. Em Economia, havia a média de uma faculdade para cada estado, com destaque, por exemplo, para a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, instituição privada fundada em 1938 por Djacir de Menezes, e depois federalizada já nos anos 1960; e a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, com sede em João Pessoa, à parte de uma tentativa frustrada de fundação de uma similar em Campina Grande, já nos anos 1950 (RIBEIRO, 2016, p. 5). No geral, porém, os problemas enfrentados eram os mesmos das restantes instituições de ensino superior em Economia no Brasil: pouco interesse (e pouca verba), maioria de professores vindos de outros cursos, grande evasão, caráter “complementar” do curso, etc.

O acesso dificultado ou a simples falta de documentação⁷⁴ não nos permitiu checar, por exemplo, o trânsito de pessoas entre estas faculdades e as respectivas organizações trabalhistas – se, por exemplo, os membros do Sindicato de Economistas de Pernambuco eram realmente formados em Economia, e, se sim, onde haviam se formado. Sabe-se que aqueles que ganharam maior destaque no cenário intelectual – tanto nacional, quanto regional –, geralmente, não haviam passado por esses espaços de ensino. As instituições que temos mais informações são a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife (FCEUR), e o Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB).

Quanto à primeira, parecia dividir importância local com a sua homônima, a Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, sendo esta, porém, de jurisdição estadual. Ambas dividiam prédios contíguos no centro da capital pernambucana⁷⁵, também próximas à Unicap, e eram conhecidas por ceder seus salões para importantes eventos, como formaturas de outros cursos (Diário de Pernambuco, 15 de janeiro de 1955, p. 1) e palestras sobre assuntos variados (idem, 3 de setembro de 1955, p. 3). A FCEUR também continha cursos de Administração Pública e Ciências Contábeis, enquanto a estadual englobava uma Escola Técnica de Comércio, tradição à qual muitas instituições de ciência econômica, no país, estavam inseridas (CASTRO, 2001). Mesmo a da Universidade do Recife, em sua grade de disciplinas, tinha matérias como Prática do Processo Civil e Comercial, demonstrando ainda certa ligação com o ambiente comercial.

À parte disso, estas instituições eram, vez por outra, chamadas para colaboração e auxílio logístico em pesquisas econômicas empreendidas por outros órgãos, como aconteceu com estudo sobre condições agrícolas no estado, empreendido pela Codepe (Diário de Pernambuco, 9 de julho de 1959, p. 18). Ademais, os corpos discentes destas faculdades – principalmente, o da Universidade do Recife – pareciam ter certo histórico de engajamento em prol de medidas que fossem vistas como favoráveis à ciência econômica. Em 1950, por exemplo, foi organizada uma greve estudantil de 48 horas como demonstração de apoio à regulamentação da carreira de economista, que então corria no Senado (idem, 10 de maio de 1950, p. 8). Em meio à tramitação da lei da Sudene, já em 1959, o Diretório Acadêmico da referida faculdade também colocou-se a favor da fundação desta nova autarquia, criticando,

⁷⁴ Para maiores análises, teríamos que ter nos deslocado para outros estados, a fim de consultar o arquivo físico, o que não foi possível. O que está disponível em formato digital (jornais, documentos, etc.) não foi suficiente para uma pesquisa mais embasada.

⁷⁵ Localizavam-se na Rua do Hospício.

diretamente, o senador Argemiro de Figueiredo (UDN/PB), um dos principais críticos do projeto (ver Capítulo 5).

Esse mesmo Diretório realizaria – e, dessa vez, o evento realmente aconteceu –, três anos depois, o I Encontro Nacional de Estudantes de Economia, no Recife, cujas pautas refletiam, primordialmente, as preocupações desse grupo com o andamento da ciência no país, exigindo maiores pesquisas além dos muros da faculdade e debates sobre o ambiente econômico no qual se encontravam. As entrevistas dadas pelos estudantes responsáveis pela organização do evento – a saber, Sandoval de Andrade e Silva e José Carlos de Moraes Vasconcelos – transparecem uma consciência clara da importância que a ciência econômica havia ganho naquele novo contexto:

Vivemos numa época [...] em que as conquistas da ciência econômica estão influenciando fortemente em todos os setores da vida nacional [...] No Nordeste, principalmente em Pernambuco, o economista bem formado tende a desempenhar um papel verdadeiramente patriótico, tendo em vista a importância da contribuição que poderá oferecer ao desenvolvimento regional (idem, 20 de junho de 1962, p. 11)

A organização do Encontro recebeu apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), que, em resolução pública, defendeu uma maior unidade de pensamento dos economistas como medida necessária para reformulação da “estrutura vigente” no país (idem, 26 de julho de 1962, p. 12). É de suma importância perceber que o alcance nacional da iniciativa dos universitários pernambucanos demonstra o grau do problema do desenvolvimento econômico nas mentes daqueles que ainda tentavam galgar passos neste campo do saber, sendo a retórica de um “novo futuro” a partir da luta do presente bastante incisiva para a mentalidade deste grupo de jovens cidadãos. Demonstra, também, a perda de hegemonia do Rio de Janeiro enquanto centro intelectual em Economia, e o aparecimento de locais de atração com perspectiva regional, como falamos anteriormente.

Entre 19 e 26 de setembro daquele ano, então, universitários de diferentes instituições de todos os estados do país foram ao Recife para debater aquilo que ocupava muitas cabeças pensantes à época: os rumos a se dar ao Brasil para colocá-lo nos trilhos do progresso. A programação do evento denota um maior alinhamento destes estudantes com preocupações de cunho mais social e um tanto quanto heterodoxas, se comparadas com a “oficialidade” da ciência econômica ainda em voga no período: estavam marcadas, entre outras coisas, uma conferência sobre reforma agrária, da qual participaria Manuel Correia de Andrade; uma visita ao Engenho Galileia, a fim de conhecer de perto o funcionamento das Ligas Camponesas; e

várias mesas-redondas sobre o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional (idem, 22 de setembro de 1962, p. 5). Também foi feita uma moção de apoio ao Movimento de Cultura Popular (MCP), cuja continuidade corria risco a partir da gestão interina de Moury Fernandes na Prefeitura do Recife (idem, 26 de setembro de 1962, p. 10).

Além disso, o Encontro contou com participação de técnicos das instituições de planejamento na região, como Antônio Juarez Farias, da Sudene, que deu conferência sobre problemas do planejamento econômico brasileiro; Genival Lacerda, do BNDE, cuja palestra sobre a “realidade econômica brasileira” abriu o encontro; e Francisco de Oliveira, superintendente-adjunto da Sudene⁷⁶, que deu conferência sobre os problemas monetários da economia nacional (idem, 21 de setembro de 1962, p. 8)⁷⁷. A presença de tais técnicos, juntamente com o ideal de ciência, Brasil e Nordeste que os estudantes fizeram transparecer em suas falas e na montagem do evento, são indicativos de apoio desses jovens a muitos dos preceitos desenvolvimentistas de então, principalmente em seu viés nacionalista, como a industrialização planejada, a interdisciplinaridade com outras ciências sociais, a necessidade de se estudar a realidade ao invés de teorias apriorísticas, entre outros. Infelizmente, não foram encontradas as resoluções finais do Encontro, se existem, o que ajudaria a confirmar de fato tal hipótese.

De qualquer forma, estava em gestação uma nova relação entre os campos universitário e técnico em Economia, de modo que a antiga preponderância deste último enquanto definidor da própria identidade do economista foi sendo substituída por um melhor alinhamento entre ambos, equilibrando o jogo e redefinindo os limites e as estruturas desta ciência no país e, claro, no Nordeste. Nesse sentido, a região não passou ao largo do que acontecia em toda a nação, muito pelo contrário: a importância que o Nordeste ganhou nesse contexto não foi ignorada pelos seus conterrâneos, especialmente, como se vê, pelos mais jovens, sensíveis a um ideal utópico e, nesse caso, nacionalista para os rumos da economia brasileira. O fato de suas reivindicações misturarem defesas à ciência econômica com mudanças das estruturas arcaicas no país representa, para eles próprios, uma visão patriótica de sua atividade profissional, como se um chamado redentor e manifesto os colocasse em posição privilegiada e com poder singular para definir o futuro nacional. É um ideal bastante claro do desenvolvimentismo de então, em sua penetração no saber científico, mas também do marxismo, igualmente presente.

⁷⁶ Oliveira substituiu Furtado, que se encontrava em viagem a Brasília para assumir o cargo de Ministro do Planejamento.

⁷⁷ Não há maiores informações sobre o conteúdo dessas palestras em si.

Dessa tendência também participava o Instituto de Economia e Finanças da Bahia, órgão privado criado nos anos 1930, reunindo economistas do estado em busca de uma maior estruturação desta ciência na região, com destaque para Daniel Quintino da Cunha. A biblioteca mantida pelo Instituto, assim como a revista que, esporadicamente, editava, foram aspectos destacados por Rômulo Almeida como indicadores deste órgão como núcleo dinâmico do ensino em Economia baiano (ALMEIDA, 1988, p. 115). Apesar disso, o papel do IEFB era muito modesto, ainda mais levando-se em conta a complexidade exigida pelo desenvolvimentismo, já nos anos 1950.

Quando assume a Secretaria da Fazenda da Bahia e funda a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), Almeida tem, como uma de suas primeiras medidas, a incorporação do IEFB à Universidade da Bahia, “para ser um elemento auxiliar de ensino de pesquisa, e, ao mesmo tempo, para fazer um trabalho convergente com a CPE [...] Quer dizer, a ideia era a seguinte: é que o Instituto faria as pesquisas básicas sobre o estado [...] e isso seriam os insumos para o departamento de programação da CPE” (ibidem). A reestruturação e expansão do IEFB, pois, já obedeceu à lógica do planejamento econômico enquanto fator propulsor do desenvolvimento, e, de fato, realocou o campo de formação e pesquisa em Economia para um novo patamar na Bahia – foi a partir deste “novo” IEFB que, por exemplo, passaram-se a publicar cada vez mais ensaios sobre a situação econômica estadual, além de possibilitar a visita de economistas estrangeiros, com destaque para o austríaco John Friedmann, especialista em planejamento regional e que morou no Brasil por três anos a partir do Programa do Ponto IV, que foi ao estado para colaborar com importantes estudos sobre renda per capita, população e emprego. Foi também por pesquisas feitas pelo Instituto que se elaboraram maiores políticas econômicas em torno da cultura do cacau, umas das principais atividades do estado, além de uma das primeiras experiências em planejamento no país, que foi o Plano de Desenvolvimento da Bahia, encabeçado pelo próprio Almeida (ver Capítulo 3).

O alcance do IEFB, dentro do desenvolvimentismo, encontra-se num patamar além da maioria dos ambientes acadêmicos nordestinos. O diferencial baiano foi, justamente, esta cooperação entre universidade e governo, algo ainda incipiente no restante dos estados, e que se fez possível graças ao peso político e intelectual de Almeida enquanto membro da máquina administrativa estadual. Há de sempre se frisar que foi na Bahia, então, que primeiro se viu, na prática, o que muitos desenvolvimentistas já defendiam há tempos: a atualização da universidade perante a realidade, como forma de estabelecer uma cooperação que transformasse as mudanças estruturais pretendidas por estes intelectuais em fato.

A importância da atuação do IEFB em conjunto com a CPE reside, ainda, na formação de uma nova geração de economistas e cientistas sociais que embarcariam no problema do desenvolvimento regional anos mais tarde, algo que demais espaços universitários na região ainda demorariam a conseguir: o mais proeminente, talvez, seja o geógrafo Milton Santos, que chegou a presidir a CPE entre 1963 e 1964. Desde o final da década de 1950, Santos se destacava por defender o planejamento urbano no estado, principalmente em Salvador, com foco para uma organização espacial que aproveitasse as potencialidades econômicas da região e tratasse do problema de instalação de novas indústrias. Além dele, também se destacaram: Fernando Pedrão, Menandro Novais e Newton Oliveira, entre outros que foram sendo graduados numa nova visão científica e mesmo de mundo neste reformado espaço acadêmico baiano.

Por fim, para falarmos também de indivíduos que tiveram destaque local no campo econômico, citemos dois casos: Humberto Bastos e Fernando de Oliveira Mota. O primeiro, nascido em Maceió, fez sua carreira no Recife, após formar-se em Direito ainda na década de 1930. Sua rede de sociabilidade com industriais simpáticos ao planejamento econômico (o que Bielschowsky denominou de “desenvolvimentistas do setor privado”) garantiu-lhe contatos com ideais nacionalistas de desenvolvimento e industrialização – vide o grande número de elogios dedicados a Roberto Simonsen, em toda a sua obra, o que denota certa aproximação entre Bastos e este que foi um pioneiro do desenvolvimentismo nacional. O fato de ser bem mais novo que estes industriais⁷⁸ o transformou numa espécie de herdeiro desta linhagem. Ademais, tornou-se colaborador do conglomerado Diários Associados S.A., tendo seus textos – a maioria, sobre Economia – publicados, principalmente, pelo Diário de Pernambuco.

Em 1950, Bastos teve alavancada sua posição nos círculos intelectuais nordestinos quando sua obra *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno*, lançada em 1948, ganhou o Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras, dedicado a publicações ensaísticas, sendo o primeiro livro de Economia a receber tal honraria. Neste escrito, Bastos filiou-se explicitamente a muitas das interpretações desenvolvimentistas sobre Brasil e Nordeste: ele cita, por exemplo, o que seria o “preconceito de semelhança” daqueles que achavam que o progresso econômico do país deveria obedecer aos mesmos passos dos Estados Unidos e outras nações “adiantadas” (BASTOS, 1948, p. 2), argumentando que a entrada de capitais estrangeiros só atenderia aos interesses destes agentes e atentando para a especificidade histórica da formação nacional. Também defendeu que a causa do atraso nordestino não seriam

⁷⁸ Nasceu em 1914, mesmo ano que Rômulo Almeida e Ignácio Rangel.

as secas, mas sim o mau uso das terras e o despreparo tecnológico (ibidem, p. 269); por outro lado, rechaça a tese da existência de feudalismo no país, devido ao caráter mercantil de sua colonização, lembrando as ideias de Roberto Simonsen e, mais indiretamente, Caio Prado Júnior (ibidem, p. 19).

Esta tendência é reforçada em livro posterior, *O Pensamento Industrial Brasileiro*, lançado em 1952. Nele, Bastos traça um *continuum* na história dos empresários nacionais dos séculos XIX e XX, cuja característica em comum seria a resistência às classes “retrógradas” – ou seja, aos interesses agroexportadores e estrangeiros –, o que dificultava a industrialização e a consequente “democratização do consumo” (idem, 1952, p. 56). Compartilha, pois, da visão dualista da sociedade brasileira, essencial para os desenvolvimentistas. É correto afirmar que o economista foi, desse modo, um primeiro representante de peso do desenvolvimentismo regional, mesmo antes desta ideologia tornar-se definidora no cenário político brasileiro.

O prêmio da Academia foi o último degrau no processo que lhe valeu um convite para juntar-se ao Conselho Nacional de Economia (CNE), ainda em 1950 – Bastos já vinha se destacando, anteriormente, por seus artigos e por representar o país em congressos internacionais. A nomeação, claramente, alçou-o à posição de referência intelectual, cujas opiniões tinham ares de autoridade e recebiam atenção dos mais variados setores. Nesse mesmo ano, assinou manifesto em prol da candidatura de Cristiano Machado à Presidência da República (Diário de Pernambuco, 30 de setembro de 1950, p. 9), o que pode indicar, talvez, que não tenha apoiado Vargas por compartilhar do receio de alguns grupos de que sua eleição significaria um perigo à democracia e a volta do Estado Novo. Isso se faz plausível, especialmente, se se considerar a ampla concordância de Bastos com muitos dos preceitos nacionalistas que guiaram o governo varguista e a própria candidatura de Machado.

O economista também não se absteve de dar suas opiniões sobre a formação universitária da ciência econômica no país. Criticando a não inclusão da Escola Superior de Comércio no projeto de lei que criaria a Universidade do Distrito Federal (RJ), Bastos foi categórico ao afirmar que a Escola tinha sua importância por representar o “improviso” a que muitos economistas foram obrigados a apelar para levar a cargo esta ciência, sendo a displicência do projeto responsável pela manutenção desse “amadorismo”. E acrescenta

Se sou contrário a que os formandos das Faculdades de Economia, muitas delas com origens nas Escolas de Comércio, se denominem economistas, é simplesmente por uma questão de escrúpulo, para ressaltar a classificação do economista, que equiparo na vida cultural à de jurista. Trata-se de uma classificação que somente os críticos e a posteridade podem dar. Mas, ao mesmo tempo, reconheço ideia louvável a de formar boa turma de bacharéis

em ciências econômicas e comerciais, podendo dessa turma surgir vários economistas eminentes (idem, 20 de outubro de 1950, p. 4)

Essa fala reflete as estruturas que definiam o campo de economistas no período, no qual o ambiente universitário ainda pouco servia para o reconhecimento destes enquanto tais. Ao falar que apenas os “críticos” ou a “posteridade” podem identificar um economista, Bastos reforça essas estruturas, nas quais mais valia o “atestado” dado pelos pares, nas instituições de prática da profissão, do que sua formação acadêmica num curso estabelecido.

À parte disso, sua atuação no Conselho demonstra atenção especial aos problemas nordestinos: chefiou estudo deste órgão sobre o problema das secas e movimentos migratórios na região (idem, 4 de maio de 1951, p. 12), mantendo viagens constantes e contatos com os governadores de cada estado; propôs convênio do Conselho ao governador de Pernambuco, Cordeiro de Farias, a fim de estudar diretrizes para o planejamento econômico do estado, que então sofria o que, para ele, era um excesso de instituições (idem, 28 de fevereiro de 1956, p. 4); e fundou e presidiu a Comissão Especial do Nordeste do CNE, cujos resultados apontaram para a necessidade de um planejamento a longo prazo nas áreas “a caminho do pauperismo”, para melhor exploração de suas riquezas (idem, 16 de outubro de 1956, p. 16). Nesse sentido, acabou por ser um amplo apoiador da Sudene, mais tarde, mantendo contato com Furtado (idem, 7 de maio de 1959, p. 6).

Também deu palestras a favor do dirigismo econômico estatal (A Noite, 16 de novembro de 1954, p. 3) e apoiou com empolgação o governo de Kubitschek, elogiando o “rompimento” deste com o FMI, já em 1959 (ver Capítulo 1), como uma verdadeira demonstração de nacionalismo e de atenção às necessidades do país; principalmente do Nordeste, o qual sofreria muito com a política monetarista (Diário de Pernambuco, 20 de junho de 1959, p. 1). Já em 1964, antes do golpe militar, é eleito para compor a presidência do CNE – entretanto, dela é retirada em 1965, por motivos não esclarecidos, voltando a ser um “simples” conselheiro. É de se perguntar se pressões militares não foram as responsáveis por este recuo em sua carreira.

Destino diferente teve Fernando de Oliveira Mota. Formado em Filosofia pela Unicap, com doutorado pela Universidade do Recife, Mota começou sua carreira acadêmica ao passar em concurso para ministrar a cátedra de Sociologia Educacional, do Instituto de Educação de Pernambuco, já na década de 1950. Paralelamente, lecionou temporariamente a disciplina de Conjuntura Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Recife, tema ao qual era, basicamente, um autodidata. A exemplo de Bastos, Mota teve também artigos publicados no Diário de Pernambuco – mas, ao contrário do primeiro, sua interpretação aproximava-o de uma crítica ao nacionalismo econômico: durante viagem à Argentina, em

1953, por exemplo, criticou o governo peronista por ser uma “forma exacerbada de paternalismo” (idem, 29 de março de 1953, p. 17). Sua visão de Brasil e Nordeste, ademais, era próxima do regionalismo freyreano, principalmente por conta de seus contatos dentro da Academia Pernambucana de Letras⁷⁹, como deixou transparecer inúmeras vezes

Entre nós [pernambucanos], nasceu a aliança das três raças que, juntas, derramaram sangue pela sobrevivência do Brasil. E, mais do que isso, meus senhores, neste solo pernambucano se formou a família brasileira, a gente brasileira, o elemento integrador, por excelência, da comunhão nacional [...] Somos um povo em que o dom da unidade se obteve sem quebra das fisionomias locais. O novo e o tradicional, a região e a nação, aqui se ajustam maravilhosamente (MOTA, 1952, p. 13-20)

Este regionalismo, aliado à visão de que o nacionalismo seria uma ideologia que cegaria os técnicos em prol de seus objetivos racionais, não o impediu de ser um entusiasta do planejamento econômico, sendo simpático à visão econômica de Roberto Campos, mais alinhado ao capital estrangeiro e ao chamado “planejamento parcial”. Mota chegou a receber, inclusive, uma bolsa de pesquisas do BNB para estudar este assunto na Universidade da Pensilvânia (EUA), em 1957. Também participou de inúmeros cursos do Banco, assim como da Codepe, no desenrolar dos anos 1950, e foi ainda membro do Conselho Consultivo da Ordem dos Economistas de Pernambuco.

O seu auge se deu com sua entrada na Sudene, após o golpe de abril de 1964. Primeiramente nomeado como diretor do Departamento de Recursos Humanos, Mota tornou-se superintendente-adjunto desta instituição em 1965, permanecendo neste cargo até sua saída, dois anos depois. Ainda em 1964, havia lançado o livro *Manual de Desenvolvimento Econômico*, sob iniciativa e auxílio do BNB, no qual apresenta um grande esforço “conciliatório”⁸⁰ em prol do planejamento regional, mas criticando, com ênfase, o que chamava de “pressa pelo desenvolvimento” – leia-se, desenvolvimentismo: “A ‘pressa pelo desenvolvimento’ origina, destarte, impactos emocionais que se podem constituir, inclusive, em novos obstáculos à própria consideração do desenvolvimento econômico como problema” (idem, 1964, p. 126). Ele chega a criticar o que chama de “slogans”, que seriam certos enunciados – tais como “contra o capital estrangeiro” – repetidos à exaustão, e que acabariam comprometendo o viés científico dessa questão e exacerbando o lado “emocional”. Nesse

⁷⁹ Mota foi indicado para a Academia por conta de seus trabalhos literários, especialmente uma peça teatral, intitulada “Pala-hi”, que teve notória repercussão local à época de seu lançamento, em 1951.

⁸⁰ Mota tenta buscar os “pontos positivos” de todas as ideologias econômicas (marxismo, liberalismo, keynesianismo, etc.), a fim de mostrar que uma visão mais eclética seria necessária.

ponto, encaixava-se nas críticas mais recorrentes a esta ideologia, as quais, implicitamente, acabavam remetendo ao governo de Kubitschek (ver Capítulo 1).

Mesmo assim, sua interpretação econômica não ia integralmente ao encontro da visão da cúpula do governo militar, especialmente durante a presidência de Castelo Branco, o que o torna, interessantemente, numa figura bastante singular nesses termos. Em texto-manifesto publicado já em 1966, pela Sudene, Mota defende a necessidade de fugir da dicotomia da Guerra Fria (EUA-URSS), apontando para um caminho distinto que atendesse às peculiaridades nacionais. Assim sendo, rechaça a tese de que o liberalismo seria a melhor solução para o Brasil: “no tocante ao caso brasileiro, nada justifica que se tente insistir num pretensão neoliberalismo, que [...] seria inócuo no caso das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento no mundo moderno” (idem, 1966, p. 3). Por outro lado, afirmou que o Brasil havia optado por uma democracia “de fato, plural, de justiça social”, em referência ao movimento golpista (ibidem, p. 4). Ao fim, sua morte prematura em 1967 impediu que desenvolvesse maiores trabalhos sobre este tema.

Como se vê, os indivíduos e espaços institucionais em Economia, no Nordeste, ajustaram-se ao desenvolvimentismo e, claro, à emergência do problema nordestino, de modo que a proporção do funcionamento destes locais adquiriu importância inédita e da qual nunca mais retornaria. A rearrumação do jogo, porém, foi maior onde houve a presença de figuras centrípetas de peso, como Almeida e Furtado. Nesse sentido, a criação e solidificação de uma instituição essencialmente desenvolvimentista, na região, foi fundamental para uma estruturação que independesse dessas duas figuras: tal estruturação veio, primordialmente, com o BNB.

5.2 O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL E A SOLIDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTISMO

A emergência do problema nordestino não se traduziu numa mudança rápida dos paradigmas que regulavam os debates sobre a situação regional: ou seja, a dinâmica dessas discussões continuou a obedecer às ocorrências das secas, épocas em que a busca por remédios eficazes tornava-se mais urgente e tais debates eram intensificados. Paradoxalmente, isso não impediu a superação da solução hidráulica, e se instituições como o BNB e a Sudene foram criadas em tempos de estiagem, é porque, tradicionalmente, eram nesses períodos que os canais governamentais se reorganizavam na direção de medidas mais contundentes para o Nordeste,

possibilitando que indivíduos relacionados a este tema ganhassem poder decisório nas diferentes instâncias estatais.

Assim sendo, viu-se a formação de um novo jogo de forças na relação Governo Federal-Nordeste. Se, desde muito antes, os grandes fazendeiros nordestinos já vinham se aproveitando desta relação para fortalecer seu domínio local; em meados dos anos 1950, a presença de intelectuais desenvolvimentistas no Estado brasileiro, assim como a escalada desta ideologia no cenário nacional, permitiu que a denominada solução estrutural ganhasse terreno e se institucionalizasse na região, viabilizando que a discussão sobre os problemas nordestinos comesse a se descolar do fenômeno das secas enquanto seu principal mote, atentando para outras nuances, como regime de terras, subemprego, renda per capita, etc. Nesse sentido, a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, é acontecimento-chave para se perceber a penetração desta intelectualidade no governo brasileiro, tendo sido a primeira grande institucionalização do desenvolvimentismo regional.

As primeiras concepções do BNB partem da Assessoria Econômica de Vargas, então importante órgão econômico que reunia grande parte dos economistas nacionalistas mais destacados (ver Capítulo 2). Rômulo Almeida, chefe da Assessoria, foi responsável por guiar os estudos para elaboração do projeto, principalmente por conta de sua proximidade com o Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, de quem tinha sido assessor. Foi por meio de declarações de Lafer, inclusive, dadas após uma visita às áreas atingidas pela seca, que primeiro se tornou pública a intenção de criar tal entidade

o Nordeste, pela sua forte e corajosa população, poderia contribuir mais vantajosamente para o progresso do país, tivesse a seu favor uma assistência crediária mais ampla, especializada à natureza peculiar de seus empreendimentos agrícolas e industriais.

O combate às secas, através de grandes obras de engenharia, como as projetadas, ou as de emergência [...] geram sempre improfícuo, se não for acompanhado de elementos capazes de fortalecer a economia regional, mediante o amparo às suas atividades econômicas (Correio da Manhã, 3 de maio de 1951, p. 4)

Uma instituição de crédito específica para o Nordeste resolveria, num primeiro momento, a disponibilidade de capitais para a região, então principal problema que se colocava para a resolução geral do subdesenvolvimento. A longo prazo, previa-se que o aumento de capitais seria o primeiro passo para uma reestruturação definitiva da economia regional, se aliado estivesse, claro, a um planejamento minucioso por parte do Estado. Em certo sentido, o

BNB adiantou muitas políticas que seriam melhor estruturadas já com a Sudene, e as primeiras experiências de planejamento regional, mesmo que ainda incipientes, passaram pelo Banco.

Em outras searas, o Banco também adiantou outra tendência – negativa – que se veria com a Sudene: a tentativa de captura destas instituições por setores do próprio Nordeste mais ligados a interesses particulares, tendência à qual já se inseria o DNOCS. O dilema fundamental, ao se analisar o processo de fundação de ambas estas autarquias, é que grupos de outras regiões acabaram sendo mais favoráveis – e decisivos – para sua implantação do que os autóctones, ligados justamente ao proveito daquelas classes às quais o ideal de industrialização planejada acabava por se opor. Nesse sentido, o BNB sofreu, também, tentativas de desconfiguração do projeto inicial, enquanto este ainda tramitava pela Câmara Federal a partir de fins de 1951, como relembra Rômulo Almeida

Enquanto que as soluções estruturais são soluções que não atendem a objetivos imediatos deles [grupos autóctones], e pelo contrário, tendem a retirar o poder tradicional deles. Daí o fato de que o apoio político para você ter um desenvolvimento realmente eficiente no Nordeste depende muito das massas urbanas e da nova burguesia industrial do Sul do país. O que houve durante o projeto do Banco do Nordeste, que a oligarquia queria dividir em 18 bancos, praticamente, com complicações de cotas por estados, e não sei o quê e tal: foi o apoio de alguns governadores nordestinos e do pessoal do sul que permitiu que se derrubasse, que o presidente da República fizesse um veto a essas emendas (ALMEIDA, op. cit., p. 172)

De fato, Vargas chegou a vetar cinco proposições do projeto final encaminhado a ele pelo Senado – entre elas, a citada por Almeida, que definia que 70% dos recursos destinados a cada estado seriam acertados de acordo com a chamada “população ponderada”, a saber: a população em zonas secas de cada estado multiplicada por um “índice de gravidade das secas”, entendido como a representação do quanto cada unidade federativa sofreria com a estiagem. O Ceará teria índice 10; Pernambuco, 8; Bahia, 6, e assim por diante⁸¹ (Diário do Congresso Nacional, 16 de dezembro de 1951, p. 13179). Essa emenda fazia alusão a uma lei anterior, sancionada ainda no governo Dutra, que também definia tais índices para concessão de empréstimos às áreas de flagelo no Nordeste⁸². Esse dispositivo, de fato, limitaria a operação do Banco na maior parte da região, já que passaria a atender a lógica do combate às secas e o inseria na velha solução hidráulica – portanto, a serviço da oligarquia agrária. Isto ia

⁸¹A título de curiosidade, assim estariam definidos tais índices: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, 10; Pernambuco e Piauí, 8; Alagoas, Sergipe e Bahia, 6; Minas Gerais, 4.

⁸² Lei nº 1004, de 24 de dezembro de 1949. Oito dos doze artigos desta lei foram revogados por Vargas ao criar o Banco do Nordeste.

veementemente de encontro aos ideais da intelectualidade desenvolvimentista que havia concebido, primordialmente, a instituição como um primeiro passo no sentido de mudanças mais profundas e estruturais no Nordeste.

Esse foi só o capítulo final de muitos episódios de resistência à implantação desta entidade. As primeiras vozes dissonantes ao projeto de criação do BNB partiram dos órgãos já responsáveis, em sua maioria, pela concessão de crédito na região, como Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil e amplamente em rixa com o governo Vargas após escândalo envolvendo o periódico *Última Hora*⁸³, e Loureiro da Silva, diretor da Carteira de Crédito Agrícola. Para ambos, o problema da falta de capitais poderia ser resolvido utilizando-se as instituições já existentes, desde que o governo as amparasse com “recursos extraordinários” (*Correio da Manhã*, 9 de novembro de 1951, p. 6). João Agripino Maia (UDN/PB) chegou a propor uma emenda que possibilitaria que o Banco do Nordeste operasse sob a jurisdição de outros órgãos bancários (*Diário do Congresso Nacional*, 15 de dezembro de 1951, p. 13).

A resistência foi encabeçada, na Assessoria, por Almeida e Jesus Soares Pereira, sendo apenas mais uma das frentes em que estes intelectuais se viram em disputa política. Como relembra Pereira

Dentre estes [compromissos técnicos aceitos por Pereira] cumpre destacar o da criação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., proficientemente conduzido por Rômulo Almeida desde a fase inicial e a superação da resistência tenaz, oferecida por organismos preexistentes, contra o surgimento da nova entidade regional de crédito, até a implantação desta (PEREIRA, 1988, p. 71)

Os dois tiveram destaque, também, ao assumir cargos nesta entidade: Almeida foi seu primeiro presidente, entre 1952 e 1954, enquanto Pereira chefiou o Escritório do BNB no Rio de Janeiro, entre 1954 e 1956, também dando consultorias sobre questão energética em âmbito regional, no que se encaixa sua atuação no Congresso de Salvação do Nordeste (ver Capítulo 3). Mesmo depois de fundado, porém, o Banco não deixou de ser alvo de pressões políticas a fim de beneficiar alguns grupos. Enquanto foi presidente desta entidade, Almeida relata terem sido recorrentes os pedidos de favorecimento individual, nos quais políticos de peso pediam que ele indicasse alguns de seus apadrinhados para cargos de relevância – tal fato teria ocorrido, segundo ele, com o grupo político de João Goulart no Ceará, sob chefia de Virgílio Távora e Carlos Jereissati. Eles teriam indicado alguns nomes para a composição de quadros do Banco,

⁸³Jafet havia denunciado concessão de créditos exagerados, pelo Banco do Brasil, ao referido jornal, cuja criação por Samuel Wainer havia sido um jogo feito junto a Vargas para se ter um jornal que representasse o governo na imprensa, então majoritariamente antivarguista.

o que teria sido negado por Almeida por não ser de interesse da instituição (ALMEIDA, op. cit, p. 104).

De qualquer modo, o BNB foi criado já com o foco de financiar, principalmente, empreendimentos agrícolas e industriais – especialmente no Polígono das Secas. O fato de já nascer com uma grande estrutura – além da sede em Fortaleza, foram criadas oito filiais, dez escritórios e duas agências em toda a região⁸⁴ – fez com que, nos primeiros anos de funcionamento, o Banco operasse sempre em déficit no seu orçamento anual, em face dos altos custos de sua instalação em todo o território. Tal situação só mudou a partir do segundo semestre de 1955, quando passa a apresentar um leve superávit (BNB, 1956, p. 64-65), o qual passou sempre a se manifestar nos anos seguintes, geralmente com uma tendência crescente.

Mesmo operando no azul, a instituição passou por sérios problemas para sua expansão creditícia, tão necessária para o desenvolvimento econômico nordestino. Em primeiro lugar, a alta inflação deteriorava seus lucros, sendo necessário o uso de capital de reserva ou de convênio com outras instituições de financiamento para a continuidade de sua política de empréstimos – problema relatado por Raul Barbosa, presidente do BNB entre 1956 e 1967 (BARBOSA, 1979, p. 232). De fato, os superávits anuais não pareciam suficientes para cobrir a demanda de capital para soerguer a economia nordestina, sem contar a abertura de novas agências todos os anos em diferentes localidades e a necessidade desta entidade chegar a pontos cada vez mais distantes para entrar em contato direto com os produtores.

Em segundo lugar, a própria estrutura produtiva do Nordeste apresentava entraves para este crescimento. No caso da agricultura, por exemplo, os créditos consignados a cooperativas agrícolas eram vistos como a melhor maneira de permitir a expansão produtiva deste setor, já que, com apenas um empréstimo, atingiriam um maior número de pequenos fazendeiros. Desde antes, havia o entendimento de que esta forma de organização produtiva deveria ser estimulada – recomendações neste sentido encontram-se tanto na Carta de Salvação do Nordeste, quanto na Declaração do I Encontro dos Bispos do Nordeste, por exemplo. Entretanto, o relatório de 1956 do Banco indica uma enorme dificuldade em conseguir aumentar a atuação nesta área: “O pequeno número de entidades com organização e administração satisfatórias não vem permitindo mais rápida expansão do Banco nesse sentido” (BNB, 1957, p. 59). Pelo menos até o início dos anos 1960, os empréstimos diretos (dados a produtores individuais) sempre

⁸⁴ Filiais: Recife, Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracajú, Salvador e Montes Claros (MG). Escritórios: Limoeiro do Norte (CE), Juazeiro do Norte (CE), Pau dos Ferros (RN), Angicos (RN), Itaporanga (PB), Sousa (PB), Surubim (PE), Simão Dias (SE), Andaraí (BA) e Cícero Dantas (BA). Agências: Parnaíba (PI) e Campina Grande (PB). Entre 1959 e 1960, todos os escritórios foram transformados em agências, passando a não mais existir este nível de organização no BNB.

superaram, em valor, os cooperativos – em 1955, as cifras eram de 47% e 16%, respectivamente; em 1956, 60,2% e 11,2%. Em 1960, o BNB ainda colocava a necessidade de fomentar a criação de cooperativas a fim de expandir o crédito rural (idem, 1961), e, já em 1963, o capital confiado a essas associações assistiu a um aumento anual de 40%, resultado das assistências técnicas dadas pelo Banco. É sabido, porém, que a criação destes grupos não era incentivada pelos grandes fazendeiros, sendo, em alguns casos, violentamente reprimida – talvez seja isso a que Barbosa tenha se referido ao citar dificuldades causadas por “estrutura social” do campo como limitadoras da eficácia da produtividade (BARBOSA, op. cit., p. 251).

Para a indústria, as dificuldades também eram consideráveis. A pequenez deste setor na região fazia com que inexistisse, em larga escala, uma mentalidade “empreendedora” nos donos de indústria nordestinos, e os primeiros créditos industriais eram, via de regra, mais simples: geralmente, buscava-se o financiamento para compra de matérias-primas – o que era visto como benéfico, se eram de produção autóctone – ou para substituição de maquinarias velhas (BNB, 1956, p. 58). De acordo com os relatórios do Banco, também precisou ser vencida certa resistência desta classe em relação ao funcionamento da instituição e da política de empréstimos: “A campanha de esclarecimento promovida pelo Banco junto às classes empresariais atenuou, gradativamente, as resistências aos seus processos de trabalho” (idem, 1961, p. 107). De fato, o número de projetos industriais recebidos pela instituição teve um crescimento exponencial nesses anos, como demonstra quadro abaixo⁸⁵.

Quadro 2 - Número de projetos de crédito industrial recebidos pelo BNB, por ano

Ano	Projetos aprovados	Projetos rejeitados
1958	24	6
1960	61	10
1961	50	15
1962	95	12
1963	114	22

Fonte: Relatórios anuais do BNB.

⁸⁵ Os dados foram obtidos dos relatórios anuais do BNB, entre 1955 e 1963, disponíveis na biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Não foram encontrados os relatórios dos anos de 1957 e 1959. Os relatórios de 1955 e 1956 não apresentam estes dados. Não há referência aos valores emprestados.

O considerável aumento, a partir de 1960, claro, tem a ver também com a criação da Sudene e as políticas conjuntas adotadas por ambas as autarquias, sendo mais da metade dos créditos industriais, neste ano, oferecidos para instalação de novas indústrias, o que o BNB caracterizou como “despertar do espírito do empreendimento industrial no Nordeste” (ibidem, p. 110).

É interessante notar que a expansão dos negócios, no caminhar da década de 1950 para a seguinte, não era vista como suficiente para um desenvolvimento convincente e satisfatório do Nordeste, dada a visão dramática que prevalecia sobre a precária situação regional para muitos setores da sociedade. Mesmo assim, não se pode diminuir os ganhos realizados pelo BNB nesses anos, visto o seu pioneirismo num terreno pouco fértil para essa espécie de política econômica e todas as resistências contrárias à sua atividade. O funcionamento deste órgão sempre se colocou num limbo de bons resultados *versus* altas expectativas e demandas, não conseguindo, pois, suprir todas as reivindicações econômicas – dilema essencial que abarcou as instituições desenvolvimentistas que atuaram nesse período.

Mesmo sempre em superávit, os limites de manobra eram estreitos e as operações cotidianas, cada vez mais complexas. Um exemplo desse limite é como, desde o início, esta entidade teve que se preocupar com a formação própria de técnicos capazes de lidar com aquele tipo de política econômica, então inédita na região. Embora seja verdade que, claro, indivíduos com experiência bancária existissem – e que, nos primórdios do BNB, o Banco do Brasil tenha cedido alguns funcionários –, a complexidade e amplitude trazidas com esta nova instituição ultrapassavam a atividade profissional já existente no Nordeste. A carência de mão-de-obra demandou custos com treinamentos prévios para quase todos os novos contratados: “Não há, pois, outra solução senão a de recrutar elementos que se presumam com aptidões para o trabalho, em suas diversas fases, e a de submetê-los a um treinamento teórico e prático” (idem, 1956, p. 49). Isso era especialmente verdade em relação ao crédito agrícola, cujo alcance foi melhorado com o apoio da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar), já anteriormente estabelecida na região.

Entre estes treinamentos, muitos eram realizados em convênio com outros órgãos econômicos. Em 1955, por exemplo, o BNB traçou um acordo com o IEFB – então reestruturado a partir da gestão de Rômulo Almeida na CPE baiana, como vimos anteriormente – para dar cursos sobre planejamento econômico e desenvolvimento regional aos seus funcionários. Três anos depois, um convênio similar foi assinado com a Universidade do Ceará, para oferecimento de cursos sobre problemas de desenvolvimento econômico (idem, 1959, p. 80). A partir de 1957, o Banco passou a priorizar a concessão de bolsas de pesquisa ou de

treinamento aos seus servidores, a fim de enviá-los para as mais diferentes instituições econômicas, nacionais ou estrangeiras, e melhor equipá-los para o trabalho cotidiano no BNB. O quadro abaixo demonstra a variação anual do número destas bolsas, assim como seus principais destinos⁸⁶.

Quadro 3 - Número de bolsas de pesquisa ou treinamento dadas pelo BNB aos seus servidores, e principais instituições de destino, por ano

Ano	Cepal	Ancar	FAO	Escola Nacional de Estatística (IBGE)	BID	ONU	Outros	Total
1958	11	7	1	2	-	2	7	30
1960	10	7	3	3	-	-	32	65
1961	3	?	-	-	-	-	?	3 (?)
1962	5	1	-	2	2	-	2	12
1963	11	-	-	2	5	-	7	24

Fonte: Relatórios anuais do BNB. Cepal - Comissão Econômica para América Latina; Ancar - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural; FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento; ONU - Organização das Nações Unidas.

O baque sofrido nesta área do BNB, nos anos de 1961 e 1962, explica-se pela extensão das turbulências políticas sofridas no país, a partir da renúncia de Jânio Quadros e problemas nos repasses orçamentários do Governo Federal, além de uma greve de funcionários em 1962. A recuperação apresentada em 1963, mesmo assim, ainda estava muito aquém dos números apresentados até 1960.

À parte isso, importantes nuances podem ser percebidas neste programa de bolsas. A preponderância da Cepal como instituição de destino dos servidores do BNB indica a forte ligação entre as duas instituições desenvolvimentistas, assim como a linhagem intelectual à qual o Banco se filiou quando se trata de ideais como desenvolvimento, planejamento, industrialização, etc. Também se destacam as bolsas para cursos mais básicos, que, na verdade,

⁸⁶ A dúvida acerca do ano de 1961 recai sobre a pouca informação sobre as bolsas concedidas neste período, especialmente em relação a um obscuro “programa de treinamento em crédito cooperativo e agrícola”, o qual, usualmente, era dado em convênio com a Ancar – entretanto, isso não é especificado no relatório do referido ano, tampouco o número de bolsas disponibilizadas para este programa (BNB, 1962, p. 77). No mais, não são especificados aspectos como possíveis trabalhos (como monografias) que seriam resultado dessas bolsas.

refletem a carência do ensino superior em Economia no país: não só os treinamentos dados pela Escola Nacional de Estatística, mas também cursos de Análise Econômica oferecidos pelo Conselho Nacional de Economia (uma bolsa, em 1958) e pela Universidade de Minas Gerais (dez bolsas, em 1960); e um de Estatística Econômica e Financeira, na Universidade do Chile (dez bolsas, em 1960), entre outros. Talvez por conta disso, não foram muitas as bolsas destinadas a instituições de ensino superior nacionais – além do curso supracitado em Minas Gerais, encontrou-se apenas uma outra, destinada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), para um curso sobre gerência.

Mesmo com esse suporte, a vida dos técnicos do BNB ainda encontrava-se numa frágil estrutura. Tomemos como exemplo um episódio-chave nesse período: em maio de 1962, o Banco enfrentou a sua primeira greve de funcionários, que atingiu, de acordo com a imprensa à época, cerca de 44 agências em todo o Nordeste (Diário de Pernambuco, 18 de maio de 1962, p. 16). A reivindicação dos grevistas girava em torno de uma recomendação presidencial, feita ainda por Jânio Quadros, de aumento dos vencimentos dos servidores de todos os órgãos bancários públicos – tal medida já havia sido realizada no Banco do Brasil. A série de negociações mal-sucedidas com os diretores do Banco culminou na paralisação dos trabalhos e, conseqüentemente, de todas as operações de crédito que se encontravam em andamento.

O ano anterior, para o BNB, havia sido o de maiores lucros desde sua criação, mas também se caracterizou pelo atraso no repasse de verbas pelo Governo Federal, assim como aumento de despesas administrativas (BNB, 1962, p. 11-92). A escalada da inflação, em nível nacional, também foi um fator negativo a se contar. Tendo isso em conta, a diretoria do Banco alegou que o aumento pedido pelos funcionários iria representar uma elevação nas despesas da ordem de 250 milhões de cruzeiros, minando o capital de reserva e, conseqüentemente, a margem de atividade da instituição (idem, 1963, p. 160). Durante a greve, mas sem citá-la explicitamente, o Diário de Pernambuco chegou a publicar dois editoriais em defesa do BNB, alegando que as atividades do Banco só não eram mais dinâmicas em face dos poucos recursos oferecidos pelo Estado (Diário de Pernambuco, 16 de maio de 1962, p. 4). Os funcionários se movimentaram para abrir diálogos com instâncias superiores, como o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, o Ministro da Fazenda, Moreira Salles, o Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, e o Ministro do Planejamento e Superintendente da Sudene, Celso Furtado (idem, 18 de maio de 1962, p. 5).

O acordo firmado, já em junho, previu um aumento de 20% nos salários, referente ao mês de março, um sistema quinzenal de abono e outro aumento, desta vez de 60%, em setembro. A solução foi facilitada devido a quantias que seriam depositadas no orçamento do Banco,

referentes aos andamentos do I Plano Diretor da Sudene, aprovado e iniciado naquele mesmo ano. Mesmo assim, as receitas foram combalidas e cresceram menos do que as despesas; as concessões de bolsas de pesquisa diminuíram e foram suspensas as contratações de mais funcionários para o restante de 1962 (BNB, 1963, p. 161). Em certo sentido, esta greve foi apenas a culminância da tendência à qual o BNB se encontrava, de operar sempre no limite frente a um contexto que lhe exigia, sempre, passos maiores que as pernas.

Esses passos também davam-se em âmbito acadêmico. No que se refere às universidades nordestinas, a gestão do BNB optava por convênios para realização de cursos diretos, tanto para alunos quanto para servidores, sem necessidade de auxílio para estes. Especialmente em 1958, o Banco chegou a conceder doze bolsas para técnicos e professores universitários⁸⁷ – dez para curso de desenvolvimento na Cepal, e duas para pesquisa em recursos minerais e pesca –, fato este que não se repetiu nos anos posteriores (idem, 1959, p. 79). O Banco também mantinha o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), responsável pelas mais variadas pesquisas em âmbito regional, usadas para definir as diretrizes e prioridades dos setores de crédito. Com o tempo, os estudos levados a cargo pelo Etene transformaram-se em base documental sobre as potencialidades econômicas do Nordeste, como suas análises sobre plantio de algodão, indústria do papel, pecuária, entre outros.

Parece ter sido dos quadros do Escritório, inclusive, que saiu a ideia de realização de um seminário, em junho de 1960, que reuniu membros dos diferentes órgãos econômicos na região – entre eles, a Sudene e as comissões estaduais de desenvolvimento –, para discutir assuntos caros às suas políticas desenvolvimentistas, como necessidade de cooperação entre estas instituições e a tão conhecida carência de técnicos especializados (Diário de Pernambuco, 26 de junho de 1960, p. 5). A atenção dos debates, de fato, parece ter se voltado para esta última, então grande entrave nos orçamentos da maior parte destas instituições – entre as resoluções finais do encontro, ficou acertada a elaboração do projeto de criação, sob responsabilidade do BNB, de um “centro regional de desenvolvimento econômico”, que ficaria a cargo da formação intelectual voltada para o fim do planejamento (BNB, 1961, p. 123).

A elaboração desse projeto não deixou de ser afetada pelos percalços que o Banco enfrentava em suas receitas, e seu ritmo foi freado algumas vezes. No ano seguinte ao seminário, um convênio foi assinado com a Universidade do Ceará para iniciar os estudos que levariam aos esboços do, agora nomeado, Centro Regional de Treinamento em Desenvolvimento Econômico (Cetrede), que seria um “órgão superior de capacitação para

⁸⁷ Não foi especificado de quais universidades advinham os beneficiados por estas bolsas.

problemas do desenvolvimento”. De acordo com o relatório do Banco, o projeto já estava concluído (idem, 1962, p. 78). Um ano depois, o projeto ainda se encontrava preso em questões burocráticas, sendo a instalação do Centro aprovada pelo Conselho Consultivo do BNB, determinando-se que funcionaria nas dependências da referida universidade (idem, 1963, p. 166). Por alguma razão, entretanto, o relatório de 1963 afirma que os estudos para fundação do Cetrede haviam sido concluídos apenas naquele ano, sob supervisão do Governo Federal e da Organização dos Estados Americanos (OEA) (idem, 1964, p. 139). A previsão, dada por Paulo Roberto Coelho Pinto, diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará, era de que o Centro seria inaugurado, finalmente, em março de 1964 (Diário de Pernambuco, 2 de junho de 1963, p. 24).

A criação definitiva do Cetrede só foi acontecer em 1965, com um escritório-filial na Universidade da Califórnia, no Centro de Estudos Latino-Americanos desta instituição. A demora em sua instalação parece ter surtido efeito negativo no que se esperava de seu alcance acadêmico, na medida em que, no decorrer da década de 1960, os espaços universitários de Economia estavam reestruturados e tinham visto seu tamanho atingir patamares inéditos até então. De qualquer modo, o Cetrede teve uma importância local considerável, mas uma análise mais profunda de seus feitos foge ao recorte temporal proposto neste trabalho.

Percebe-se, pois, que o BNB foi pioneiro na institucionalização do desenvolvimentismo nordestino, carregando uma importância tal que só seria superada após a criação da Sudene. Não se pode perder de vista que o Banco foi um centro de irradiação não só de crédito, mas também de certos ideais que eram bastante caros para aqueles que viam a região como um espaço que clamava por mudanças estruturais, e que se incumbiam de certa missão humanitária, e mesmo patriótica, apesar de todas as dificuldades e resistências contrárias daqueles que já estavam estabelecidos nos centros de poder político. Como está escrito num dos relatórios desta entidade

O Nordeste brasileiro [...] tem sido apontado, historicamente, como uma área problema [...] a região, como um todo, está subdesenvolvida e permanece economicamente atrasada, em relação ao restante do país [...]

Há uma tendência generalizada para pensar-se [o Nordeste], essencialmente, em termos de agricultura, como se essa definisse a vocação da economia nordestina e encerrasse todas as possibilidades de novas fontes de renda e emprego na região. [...]

Programas positivos para aumentar a renda e o emprego regional, tais como a expansão da indústria e da mineração, podem, através da diversificação da economia regional, ser mais efetivos do que programas meramente defensivos, para aliviar os efeitos das secas (BNB, 1956, p. 5-8)

A visão histórica sobre a formação econômica regional, nesses documentos, aproxima a instituição da interpretação de figuras como Celso Furtado, mesmo que alguns de seus dirigentes, como Raul Barbosa, não fossem desenvolvimentistas *per si* (OLIVEIRA, 2013). Sua atuação paralela enquanto local de formação profissional, mais por necessidade do que por algum luxo, é mais um atestado de sua aproximação com esta ideologia, uma vez que os técnicos que ali trabalhavam eram inseridos num *locus* específico de pensamento econômico que prezava pelo planejamento industrial - algo longe do liberalismo. Mesmo assim, esse aspecto do Banco não se compara ao que se viu posteriormente, com a criação de uma autarquia mais fundamentada e voltada para fins além das concessões creditícias: a Sudene.

6 DA EUFORIA À MELANCOLIA: CELSO FURTADO E A SUDENE NO FURACÃO DESENVOLVIMENTISTA NORDESTINO

O Recife e a Sudene são uma chaga que não fecha

Francisco de Oliveira (2013)

A Sudene foi catalisadora de lutas sociais. Com isso, queremos dizer que não só a instituição foi resultado de um amplo ciclo de reivindicações para a região, no qual atuaram os mais diferentes personagens (alguns deles, tratados neste trabalho), mas também que, uma vez estabelecida e posta em funcionamento, a Superintendência exerceu força centrípeta em relação a todos estes movimentos dos quais foi tributária, tornando-se o principal meio pelo qual apoiadores e adversários de uma política de desenvolvimento planejado passaram a atuar na região.

Enquanto meio de disputas políticas em torno da prioridade máxima posta à época – desenvolver o Nordeste –, a Sudene confundiu-se, em larga medida, com a figura de Celso Furtado. De certo modo, é correto afirmar que muitas das medidas aprovadas e iniciadas por esta instituição estão na conta do peso político e popularidade⁸⁸ adquiridos por Furtado neste período, o que o deu poder de negociação frente aos estados e ao governo federal num nível que não se viu em superintendentes imediatamente posteriores. Contudo, também não se deve exagerar esta conta: Furtado não era uma espécie de “ditador” dentro da Sudene – ao contrário do que muitos de seus adversários pregavam –; mesmo que quisesse, ele não tinha o poder de mandar e desmandar naquilo que convinha, já que a própria estrutura da Sudene (garantida em lei), com seu Conselho Deliberativo, exigia que o cabeça desta autarquia fosse um negociador permanente, o que suscitava, vez ou outras, derrotas fundamentais, como veremos mais à frente. Além disso, Furtado também contava com uma equipe de técnicos ao seu redor que o norteava com estudos de base em relação à região, e mesmo o substituíam em situações de necessidade, como era o caso de Francisco de Oliveira, do qual também trataremos mais à frente.

No mais, é também preciso balancear uma certa visão “mística” que se tem sobre esses primeiros anos da Sudene com Furtado em sua chefia. Geralmente, ressalta-se – com razão –

⁸⁸Especialmente dentro de grupos acadêmicos e sindicatos, Furtado era visto como um “paradigma de competência e honestidade” (FURTADO, 2009, p. 14), algo que não fugia ao próprio ideal da figura do “técnico” nesta época.

que os ideais de política econômica e planejamento levados a cabo pelo economista e sua equipe foram majoritariamente descontinuados após o golpe militar, levando a uma perda de poder decisório deste órgão e a um certo assalto político feito pelas classes dirigentes da região, como aponta Silva Filho (2009). Em contraponto a isso, muitos acreditam ser a época de Furtado na Sudene a que este órgão funcionou mais “perfeitamente”, um período de “autonomia absoluta” (ibidem, p. 8), realizando uma obra reformista e de reestruturação do campo econômico nordestino, de maneira plena e segura, a qual, se tivesse continuidade, levaria o Nordeste a outro patamar socioeconômico. Ora, desde a época de sua criação, a Sudene foi alvo de disputas políticas que minaram em grande parte seu campo de ação, e o próprio Furtado, ciente disso, optava por providências pontuais ao invés de um planejamento geral de fato (OLIVEIRA, 2013), além de tentar organizar as ações da autarquia dentro da legislação à época - nesse sentido, não pleiteava uma reforma agrária, visto os grandes custos que as indenizações acarretaria. Como resume Francisco de Oliveira, a estratégia furtadiana consistia num “ataque pelos flancos” (idem, 1977, p. 113). Nesse sentido, nada garante que ele conseguiria levar a cabo todas as políticas necessárias para uma verdadeira mudança estrutural na região, embora tenha feito obras não menos imprescindíveis nesse ponto.

Isso levou muitos críticos à esquerda da Sudene a ressaltarem o fato de Furtado parecer “duas pessoas” diferentes em uma: em seus escritos, seria mais contundente do que em sua atuação enquanto superintendente, o que Manuel Correia de Andrade chegou a apontar com ironia: “O economista citado torna-se, assim, bem mais radical quando compromete apenas o seu nome de cauteloso planejador” (ANDRADE, 2005 [1963], p. 295). Para Oliveira (op. cit.), a Sudene teria sido, desde o início, uma maneira do Estado impor a expansão do capitalismo do Centro-Sul em direção ao Nordeste, na tentativa de aniquilar as crescentes forças populares que encontravam-se na região. Cohn, por sua vez, apresenta a Superintendência como uma “acomodação entre os vários grupos em jogo”, ressaltando o uso da retórica de “neutralidade” e “racionalidade” do técnico Furtado para tocar um projeto político que se assemelhava ao ideal juscelinista de desenvolvimento exposto no Plano de Metas (COHN, 1978, p. 153-154).

À época, outros setores de esquerda também chegaram, exageradamente, a chamar Furtado de “agente de Wall Street” e “entreguista” em meio a suas visitas aos Estados Unidos, nos anos 1960 (FURTADO, 1989, p. 133). Do outro lado, Furtado também era chamado de “comunista” por grupos conservadores, principalmente os ligados aos velhos interesses da “solução hidráulica”, e mesmo um inquérito no Conselho de Segurança Nacional (CSN) chegou a ser aberto em seu nome por suspeitas de “atividade subversiva”.

Todo esse alarde, claro, tinha a ver com a magnitude da Sudene e os grandes interesses envolvidos na instituição, além do clima geral de intranquilidade que reinava no país e especialmente no Nordeste – claro, clima este estimulado por muitos. Não há mistério – além, óbvio, para as mentes mais paranoicas – no fato de que Furtado era um reformista mais à esquerda, como a maioria dos desenvolvimentistas desse período, preocupado com mudanças nas velhas estruturas de poder, mas dentro de uma lógica capitalista e sem viés revolucionário socialista. Seu ideal de desenvolvimento era o cepalino, do qual ele próprio era um dos principais representantes, e cujos aportes teóricos lhe serviram de base para explicar a situação nordestina.

Muitas das preocupações de Furtado estavam presentes desde seus escritos mais antigos: em exercício escolar de júri simulado em seu último ano no Ginásio Pernambucano, em 1938, o futuro economista foi escolhido para escrever um texto em defesa do liberalismo econômico⁸⁹. Ironicamente, muitos dos argumentos postos naquele trabalho seriam os mesmos que Furtado usaria, muitos anos depois, para atacar essa mesma ideologia: “Não faremos como estes economistas que isolam um grupo de fenômenos e sobre ele constroem um mundo de abstrações como se o homem fosse uma matéria inerte”, pois a ciência econômica deveria atentar para a história e as evidências materiais (FURTADO, 1938a, p. 41). Além do mais, ele abre o texto com um verdadeiro elogio idealista à juventude, entendida como a única força capaz de “embargar a catástrofe; de soerguer o organismo combalido”, e de construir um futuro realmente novo além daqueles que acham que “escreveram a última página da história” (ibidem, p. 39). Embora não saibamos em que medida, em sua adolescência⁹⁰, Furtado tenha tido simpatias pelo liberalismo ou não – o fato deste texto ter sido um exercício obrigatório faz com que não possa ser usado como prova –, sua argumentação já se encontrava bastante refinada e denotava uma afinidade firmada com o campo econômico.

No mais, textos de anos posteriores confirmam uma crescente tendência para o lado da defesa do planejamento econômico. Durante seu curso universitário em Direito, na Universidade do Brasil (RJ), Furtado relata ter tido um afastamento da literatura brasileira que buscava pensar o país em seus alicerces, devido ao viés racista e/ou conservador de muitos desses intelectuais, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Isso o levou a procurar autores estrangeiros que estivessem ao lado de um certo ideal de modernização, o que

⁸⁹ Este pequeno trabalho teve ampla repercussão no Ginásio, inclusive sendo cogitado um encontro entre ele e Gilberto Freyre – possibilidade a qual Furtado relatou em correspondência à mãe, Maria Alice, sem grandes entusiasmos (idem, 1938b, p. 54).

⁹⁰ Não encontramos entrevistas ou textos de Furtado sobre essa época de sua vida.

o levou, indistintamente, ao planejamento: “Nessa época comecei a estudar os problemas do planejamento, por influência de autores norte-americanos. Fordismo, taylorismo, organização racional do trabalho: tudo ia me levando ao planejamento” (idem, 2004, p. 7). Embora reconheça a importância de estudiosos como Oliveira Vianna em sua formação intelectual, foi com autores contemporâneos dos Estados Unidos e da Europa que Furtado assume ter direcionado suas atenções para o papel do Estado numa sociedade, com destaque para as leituras de Karl Mannheim, a partir das quais também atentou para a ideia de “planejamento democrático” e a necessidade desta política estar atrelada a uma filosofia social que garanta concessão de direitos aos cidadãos, desviando-a do puro tecnicismo (ibidem, p. 33). O caminho trilhado em direção ao planejamento foi definitivo; tanto que, em 1946, Furtado já afirmava com todas as letras: “O problema com que se deparam os povos neste após-guerra não é decidir entre planificação e liberalismo: resta-nos apenas saber que espécie de planificação os povos escolherão, ou lhes será imposta” (idem, 1946, p. 213).

Os anos na Europa, durante seu doutorado na Sorbonne, só confirmaram essa tendência ideológica no jovem economista. Suas utopias em relação a um novo mundo de coexistência justa, após experimentar os dramas da Segunda Guerra Mundial *in loco*, reforçaram seu apelo à força da juventude, presente desde os tempos do Ginásio – para ele, estava bem claro um certo conflito de gerações que havia sido posto em escala global, com os “velhos interesses” que haviam causado o conflito ainda no poder: “São homens que se prevalecem de serem ‘experientes’ para nos virem dar – a nós da nova geração e que já fizemos uma guerra para bem de seus pecados – uma lição de princípios morais de sabedoria política” (idem, 1947a, p. 277). Ora, a dicotomia entre “velho” e “novo” realiza-se em várias formas dentro do meio social e é, quiçá, uma das mais atuantes em toda a história – em poucos casos, porém, ela realmente tem a ver com gerações diferentes que foram formadas em visões de mundo minimamente conflitantes. Por vezes, o “novo” é, justamente, a entrada de uma ideia não-hegemônica em determinado campo, e os conflitos suscitados com sua ascensão são constitutivos desta dicotomia (BOURDIEU, 1996). No entanto, o período aqui estudado é singular na medida em que se vê a ascensão da *figura política* do jovem enquanto fator determinante de decisões governamentais, a formação de coletivos com essa temática e, claro, a apreensão desse movimento pelos meios de propaganda. Mais do que isso, esta ascensão está intimamente ligada à aceitação da dicotomia velho x novo como força motriz de posicionamentos ideológicos e políticos. O próprio desenvolvimentismo, como já vimos, baseou-se nessa dicotomia e mirou amplamente a população jovem.

Através de Furtado, essa oposição materializava-se de vários modos correlatos – primeiro, por um apego quase fisiológico ao ideal democrata, entendido como inclusão das massas no processo político, expansão dos direitos trabalhistas, garantia de liberdades individuais e regulação do processo econômico para fins redistributivos. Segundo, por uma defesa clara da ciência, entendida como capaz de fomentar uma certa “libertação” de um passado obscurantista: “A técnica é mais do que uma condição que se impõe a nós: é a forma e o sentido de nossa cultura. É a condição de sobrevivência e é a chance de criação de uma sociedade verdadeiramente democrática” (idem, 1947b, p. 283). Terceiro, e concomitante a isso, uma defesa do planejamento econômico enquanto meio viável de emprestar esta racionalidade ao meio social e estabelecer um ambiente de paz: “Em realidade, meu interesse pela planificação ia mais longe do que a economia. Estava convencido de que o fascismo era uma ameaça que pairava permanentemente sobre as sociedades democráticas” (idem, 1985, p. 16). Todos esses aspectos, pois, relacionavam-se como condições para se alcançar um ideal de futuro almejado, que seria, em sua amplitude, algo que traria novas formas de sociabilidade e relações políticas.

Em seu período na França, pois, o economista estava completamente inserido nesse contexto e compartilhava largamente de muitas visões idealistas de sua geração em relação a mudanças estruturais no mundo e à chegada de “novos tempos”: ao viajar à Praga para participar do I Festival Mundial da Juventude Democrática (1947), sob o slogan “juventude unida para uma paz duradoura”, ele transpareceu não só a idealização da capital tcheca enquanto representante de uma união perfeita dos novos tempos a serem estabelecidos com uma tradição democrática, elogiando a “diversidade cultural” da cidade e sua organização urbana, mas também sua clara e óbvia adesão ao ideal de planejamento: “Se a base da planificação é a posse pelo Estado dos meios de produção fundamentais e do aparelho das finanças, seu motor de propulsão é a mobilização da classe trabalhadora” (idem, 1947c, p. 300). Nesse sentido, também defendeu que não haveria economia planificada de sucesso sem “socialismo” – na época, não necessariamente entendido como uma ideologia marxista, mas sim como uma política social de repartição de ganhos e de preponderância da classe trabalhadora, mas ainda em moldes capitalistas; algo próximo à social-democracia.

Também estava bem claro que esse ideal de socialismo democrático em Furtado, não estava baseado em nenhum pressuposto puro do marxismo, do qual ele nunca pareceu estar muito próximo (embora tenha sido leitor atento de Marx e soubesse compreender sua importância para a história). Suas principais influências econômicas, nesse período, eram o quase onipresente Keynes – que, segundo ele, apontou o caminho da importância do Estado na

economia, além de, claro, formular a análise macroeconômica – e, mais fortemente, François Perroux, com o qual teve aulas na Sorbonne e que o ajudou a “pensar economia no território” (EARP e PRADO, 2007, p. 385). De acordo com Furtado

O pensamento de François Perroux foi seguramente o que mais me influenciou, pela importância de sua teoria do “polo de crescimento”, que permite compreender que o crescimento econômico resulta de uma vontade política. Perroux me orientou para pensar o papel do Estado. É a partir da criação do Estado Nacional que se pode falar de desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 31)

Mesmo que não tenha, de fato, adotado integralmente o conceito de polos de crescimento, ou muito menos o posto em prática durante sua chefia na Sudene (como veremos mais adiante), suas influências intelectuais não se medem por esse aspecto; elas demonstram, na verdade, a capacidade que tinha de tirar ensinamentos mais gerais, visões de mundo e raciocínios por trás dos conceitos. Era, afinal, o método encontrado para lidar com os ainda insuficientes estudos sobre subdesenvolvimento, alinhado com a sua fome por buscar conhecer “tudo que permitia entender o atraso do Brasil” (ibidem, p. 30) – fome que o fará, ele mesmo, escrever sobre este tema e ser reconhecido por isso mais tarde.

No mais, não é mistério que a principal influência intelectual de Furtado acabou por ser Raúl Prebisch e as teorias cepalinas de maneira geral, principalmente após sua entrada nesta instituição, em 1949. É dentro da abordagem cepalina que Furtado analisou as condições brasileira e, principalmente, nordestina, em um entendimento geoeconômico em que América Latina, Brasil e Nordeste pareciam se entrelaçar muito além da simples gradação espacial. É nesse processo de internalização das teorias da Cepal e sua adaptação para o contexto brasileiro, que Furtado teve relevância no entendimento do que se entendia por “construção nacional”. Sua originalidade está, em primeiro lugar, no seu entendimento histórico do processo econômico, algo que não se encontra na obra de Prebisch. De fato, desde muito cedo, Furtado se interessava pelo estudo histórico das sociedades enquanto forma de entender seu funcionamento – a Economia seria uma ferramenta para estruturar melhor essa análise. Em segundo lugar, há a combinação que resulta no uso deste entendimento histórico-estruturalista para analisar a condição do Nordeste, algo ainda não feito – tanto que suas principais leituras sobre a região não apontavam ainda para esse tipo de teorização: Gilberto Freyre, cuja interpretação Furtado rechaçou por ser conservadora; e Guimarães Duque, cujos estudos sobre a seca e ecologia do semiárido negaram a noção da fatalidade climática com explicação para o atraso nordestino, o que Furtado utilizou grandemente (ibidem, p. 25).

Assim sendo, Furtado tornou-se referência em termos de uma *interpretação desenvolvimentista* sobre o Nordeste, o que ajudou a transformar a região em espaço primordial para a sobrevivência do processo de desenvolvimento nacional – afinal, desenvolver o Nordeste tornou-se sinônimo de desenvolver o Brasil, a fim de aniquilar as disparidades regionais, anular o dualismo e, desse modo, arrefecer os ânimos subversivos. O fato de o economista ter se tornado, gradativamente, a figura principal desta nova política regional, tem a ver tanto com a sua capacidade intelectual de tecer esse tipo de análise, quanto pela sua perspicácia (e sorte) de se encontrar nos lugares certos para fazer valer sua voz. Tanto que, ao voltar ao Brasil em 1958, para assumir cargo de diretor no BNDE, Furtado impõe a condição de trabalhar no setor para temas regionais, sendo escolhido para intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que então se encontrava em atividade desde 1956, mas que não havia avançado muito em seus estudos – segundo ele, por falta de alguém que tivesse “conhecimento de conjunto da região” (idem, 1989, p. 37). Uma vez assumindo a chefia do Grupo, Furtado conseguiu convencer Kubitschek a implantar uma política econômica distinta para a região – seduzido, talvez, pela eternização de seu nome político dentro de uma perspectiva de mudanças regionais inéditas. Estava iniciada, ali, uma batalha que arrastaria o Nordeste e seus cidadãos dentro de um verdadeiro furacão.

6.1 A CRIAÇÃO DA SUDENE E O REARRANJO DE FORÇAS

A 2 de janeiro de 1959, Furtado foi convidado por JK para uma reunião no Palácio Rio Negro, em Petrópolis (RJ), com o objetivo de participar de um *brainstorm* em relação ao problema nordestino⁹¹. A seca iniciada no ano anterior já havia feito grandes estragos e suscitado, mais uma vez, reivindicações perante o governo federal para uma maior presença na região – de diferente, porém, a instalação de um clima favorável para novas ações de fato, dentro da perspectiva da “solução estrutural” enquanto alternativa viável aos velhos interesses hidráulicos.

Antes da reunião, Furtado relata uma profunda decepção com os andamentos do GTDN até aquele ponto, devido à improvisação com que o Grupo havia sido formado, sem pessoal com experiência naquele tema, o lento andamento da coleta de dados e seu redirecionamento a estudos relacionados ao DNOCS, com uma clara intenção de apenas servir de “desculpa” para

⁹¹ Estavam também presentes, entre outros, Cleantho de Paiva Leite e José de Sette Câmara (subchefe da Casa-Civil). Dom Hélder Câmara chegou a ser convidado, mas acabou por não comparecer.

o governo dizer que estava tratando do problema nordestino: “Era evidente que o GTDN havia tomado o caminho errado” (ibidem, p. 37).

Impossibilitado, a seu ver, de utilizar a estrutura do Grupo para levar a cabo uma discussão sobre a necessidade de novos rumos para a política econômica regional, Furtado decide, sozinho, realizar esses estudos, visando “produzir um documento que contivesse uma explicação do subdesenvolvimento do Nordeste” (ibidem, p. 40). No dia da reunião no Palácio Rio Negro, o economista já estava ciente de que poderia usar aquela oportunidade para convencer pessoalmente o presidente e seu *staff* de que a única solução viável para o Nordeste seria um outro tipo de ação governamental: um planejamento econômico que procurasse expandir a infraestrutura regional, fomentar a indústria, modernizar e reestruturar o sistema agrário e criar um sistema econômico que soubesse conviver com as secas – em linhas gerais, pode parecer pouco diferente, pois, do que já estava posto na região ao menos desde 1955, com o Congresso de Salvação do Nordeste.

O fato é que, após fazer uma exposição com todas essas temáticas durante a reunião, ele foi convidado por Kubitschek a esquematizar um plano de ação que englobasse tudo ali exposto, a fim de basear um projeto governamental a ser lançado sob o nome de *Operação Nordeste*⁹², e que seria divulgado, em sua completude, em reunião com governadores nordestinos no mês seguinte. A partir deste ponto, o nome de Furtado alcançou, definitivamente, um reconhecimento e peso políticos dos quais jamais se veria livre – e com os quais teve que aprender a lidar com o tempo. Inteligentemente, uma de suas primeiras iniciativas foi procurar Paulo Bittencourt, diretor do Correio da Manhã, a fim de obter o apoio daquele importante periódico para a empreitada – o que foi conseguido. Segundo Furtado, Bittencourt “amava bater-se por grandes causas, tinha consciência do poder que exercia”, e, ao saber as diretrizes do novo plano governamental, “dispôs-se a apoiá-lo de imediato” (ibidem, p. 46). Em 13 de janeiro, o Correio publica em sua primeira página uma entrevista com o economista, na qual explica em que consistia, em linhas gerais, a nova abordagem a ser posta em prática na região. O tom do texto é extremamente positivo, destacando o pouco uso, por parte do economista, do fenômeno das secas enquanto justificador do atraso regional, e ressaltando a confluência entre os ideais de Furtado e uma “antiga posição” do jornal em relação ao problema nordestino

⁹² Bastante afeito a slogans, Juscelino havia lançado, no ano anterior, a Operação Pan-Americana (OPA), com o objetivo de fomentar um ideal único de superação da pobreza do continente como forma de combate a subversão comunista. Por falta de estrutura e por boicote dos norte-americanos, a OPA não teve grandes resultados práticos. Como referência a esta medida, o termo “Operação Nordeste” já era usado, ironicamente, para se referir à falta de ações mais eficazes do governo na região, que preferia “olhar para fora” ao invés de “para dentro”. O senador Júlio Leite (PR/SE), por exemplo, já havia proclamado que “Precisamos, com urgência, de uma Operação Nordeste” (Correio da Manhã, 29 de janeiro de 1959, p. 16).

(Correio da Manhã, 13 de janeiro de 1959, p. 1). A entrevista foi seguida, nas edições seguintes, de vários editoriais também adeptos da causa, sempre elogiando a valorização econômica do Nordeste.

Pode parecer contraditório que, ao mesmo tempo que Bittencourt tenha se decidido por apoiar esta causa, seu periódico consistia num dos mais ferrenhos críticos ao estilo de governo de Kubitschek, como boa parte da mídia de grande circulação na época (ver Capítulo 1). Na verdade, esta aparente contradição some ao se perceber que a campanha pela Operação Nordeste – e, mais tarde, pela Sudene – deu-se, no Correio e em outros jornais, não em associação à figura do presidente, mas sim à figura de Furtado – aliás, a própria Operação foi referida como “Plano Celso Furtado” algumas vezes (Diário de Pernambuco, 14 de fevereiro de 1959, p. 1; idem, 15 de fevereiro de 1959, p. 1). As “credenciais” ligadas ao economista (doutorado no exterior, trabalhos na Cepal e no BNDE) presentes nestas primeiras reportagens, que são o momento em que o grande público passa a conhecê-lo, dizem das características de um técnico competente e racional, alheio, portanto, aos conchavos políticos que eram tidos como a essência da administração juscelinista. O fato de ter passado os anos de sua formação e atividade no exterior, sendo alguém “novo” no cenário brasileiro – ou seja, sem contatos ou redes de peso que remontassem a algum passado de atuação política no país – também ajudou nesse quesito. Assim sendo, a velha oposição entre técnicos e políticos é sutilmente posta entre as figuras de Celso e Juscelino – o que, embora só fosse parcialmente verdade⁹³, contribuiu para a ligação quase uterina entre Furtado e a Operação Nordeste/Sudene e a noção de que tudo foi elaborado e posto em prática única e exclusivamente através de sua pessoa. Além do mais, a instalação de um clima favorável a medidas desse porte fez com que a recepção à Operação fosse, em um primeiro momento, bastante otimista e favorável – o que foi se esvanecendo com o tempo, como veremos.

Estruturados os estudos, Furtado seguiu para a dita reunião com governadores nordestinos, que se realizou a 17 de fevereiro, no Palácio do Catete. O encontro foi precedido de grande atenção por parte da imprensa – dois dias antes, o Correio já havia publicado em primeira mão que “O presidente Juscelino Kubitschek anunciará, segunda-feira, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que será presidida pelo economista Celso Furtado” (idem, 15 de fevereiro de 1959, p. 18). Criou-se enorme expectativa em torno do acontecimento e de maiores explicações sobre o que de fato seria esse plano e essa instituição

⁹³ As diferenças ideológicas entre Furtado e Kubitschek, na verdade, refletem as distâncias entre o pensamento da intelectualidade desenvolvimentista como um todo e as alianças e ações encabeçadas pelo governo federal. No mais, a relação pessoal entre ambos sempre foi razoável, e o apoio do presidente ao projeto sempre foi firme.

– alguns apontamentos já haviam sido divulgados na imprensa pelo próprio Celso em entrevistas ou conferências realizadas em diferentes locais nas semanas anteriores. Além disso, o capital político que se encontrava na reunião não era desprezível: estavam presentes não só todos os chefes dos executivos estaduais da região – alguns recém-eleitos, como Parsifal Barroso e Cid Sampaio –, como também Roberto Campos, então presidente do BNDE, Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, e Teixeira Lott, Ministro da Guerra. À exposição oral de Furtado, que atentou, uma vez mais, para a “necessidade de industrializar o Nordeste e a urgência de organizar na região semiárida uma economia mais adaptada ao meio” (FURTADO, 1959a, p. 77), seguiu-se a entrega de um documento escrito que englobasse, na medida do possível, todas as diretrizes que se colocavam para aquele plano. Tal documento, intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, porém, constituiu-se em muito mais do que um guia sobre as ações governamentais a serem colocadas a partir de então: a fundamentação histórico-econômica que ocupa metade do texto, com alguns dados inéditos, serviu amplamente de referência embasada para denunciar o estado das coisas – a institucionalização das desigualdades regionais, o pífio sistema de combate às secas, o sistema tributário danoso à região e a economia agrária extensiva foram temas apontados para explicar o grave quadro nordestino (GTDN, 1959, p. 83-88).

As linhas gerais das conclusões postas neste texto em pouco escapavam, como já foi dito, das medidas estruturais defendidas por boa parte da sociedade organizada desde, pelo menos, quatro anos antes. Entretanto, algumas soluções específicas contidas no documento representam certa mudança: em relação às secas, por exemplo, há um passo à frente em relação à Carta de Salvação do Nordeste – neste documento, mesmo que estivesse presente a noção da insuficiência da política de açudagem, as ações sugeridas ainda encontravam-se dentro de ideia de “elevar verbas” para o custeio dessas obras e elaboração de uma espécie de “manual” que pudesse discernir as áreas de maior prioridade para as obras, além da desapropriação de terras próximas aos açudes (CSN, 1955, p. 13). Nesse ponto, o documento do GTDN encontra-se mais próximo da Declaração do I Encontro dos Bispos do Nordeste, já que esta defendeu “melhor aproveitamento das zonas úmidas da região, da mineração e da industrialização, de sorte a tornar possível [...] reduzir a importância das secas para a economia regional” (Declaração do I Encontro..., 1960, p. 33). O relatório do GTDN ainda vai além ao sugerir a expansão da fronteira agrícola para o Maranhão.

Ademais, o fato de muitas das soluções postas em *Uma política...* se resumirem a formação de grupos de estudo futuros para se ter um conhecimento mais profundo dos problemas regionais, faz com que, em alguns setores, o caminho seja apenas apontado e não

explicitado – o que se daria apenas em momento posterior, já com a Sudene. No setor energético, por exemplo, o documento aponta a necessidade de priorizar os estados do Ceará e Rio Grande do Norte em relação ao fornecimento de energia, principalmente o primeiro, “onde se justifica uma unidade termelétrica e, possivelmente, uma atômica” (GTDN, op. cit., p. 160). Também aponta para a possibilidade de utilização de tecnologias mais recentes, como eólica e solar. Contudo, não se fazem presentes medidas mais específicas, aos moldes do que se encontra na Carta de Salvação do Nordeste, cuja profundidade neste tema impressiona e está correlata à atuação de Jesus Soares Pereira na comissão sobre energia durante o Congresso. Por sua vez, na Declaração, que está mais possivelmente mais ligada a Rômulo Almeida, também se encontra a noção de priorizar ambos os estados, além de melhorar o sistema de distribuição de combustíveis (Declaração..., op. cit., p. 112-113).

O relatório também se encontra próximo à Declaração na questão da produção de alimentos, ao defender que, por meio da irrigação, as terras dedicadas ao plantio da cana fossem, paulatinamente, sendo cedidas para produção de artigos de subsistência em parceria com a pecuária (GTDN, op. cit., p. 154). Os bispos já haviam atentado para a necessidade do melhor aproveitamento de terras das usinas para plantio de outras culturas, contando, porém, com a ajuda de “usineiros compreensivos” para humanizar as condições de trabalho (Declaração..., op. cit. p. 38). Na Carta, em que pese seu caráter dúbio por conta do ecletismo que prevaleceu na realização do Congresso, estão presentes recomendações no sentido de soerguer a indústria do açúcar, concomitante à formação de “faixas verdes” de subsistência ao redor das cidades para suprir o abastecimento (CSN, op. cit., p. 8-14).

No mais, a parte mais importante presente no relatório do GTDN em relação ao que se havia concluído até então foi, sem dúvida, a de industrialização. Muito além das tímidas recomendações da Carta, que requisitava facilidade de empréstimos bancários e maior proteção à indústria nacional por meio de medidas tarifárias que impedissem “importações supérfluas” (ibidem, p. 8), e dos requisitos colocados na Declaração, que fez um resumo apanhado das possibilidades de investimento industrial no Nordeste, indicando alguns setores em que já se sabia das potencialidades (fosforita em Pernambuco, salinas no Rio Grande do Norte, petróleo na Bahia, etc.) (Declaração..., op. cit., p. 117-120); o texto apresentado em nome do Grupo encontrava-se mais organizado e já colocava, de partida, a política industrial como prioridade máxima do planejamento regional, como forma de unificar o mercado interno e, talvez, concorrer com as indústrias do Centro-Sul. Nesse sentido, recomendava, em primeiro lugar, um investimento de base na siderurgia; em segundo, como caráter germinativo, atenção para as indústrias de ferro e aço, por ser um mercado que teria “problemas de escassez no futuro”;

terceiro, investimentos nas indústrias que, apoiando-se na oferta de matérias-primas regionais, poderiam entrar em regime de concorrência com as empresas do Centro-Sul (como cimentos e adubos); e quarto, reestruturar a produção têxtil nordestina (GTDN, op. cit., p. 156-160).

As comparações com os documentos finais destes encontros não se dão com o objetivo de procurar saber em quem o relatório do GTDN foi inspirado – não há nenhum indício que Furtado, que concebeu e redigiu o relatório⁹⁴, tenha ou não se baseado diretamente em algum desses trabalhos. Ademais, o principal diferencial do relatório é que ele deu os apontamentos de um *plano*, algo que não se encontra antes (apesar, claro, das afirmações sobre a necessidade de um planejamento). O que se procura perceber é que, na verdade, essas ideias *circulavam* à época e eram suficientemente conhecidas dentro dos meios intelectuais e políticos, sendo as diferenças de abordagem causadas por aspectos específicos. Ora, o fato do texto do Grupo ser mais coeso que os demais está relacionado ao ideal de formação histórica do país ao qual o próprio Furtado chegou a partir de seus estudos. Deve-se atentar para a circunstância de que, ao mesmo tempo que a Operação Nordeste era iniciada, o economista estava lançando sua obra-prima *Formação Econômica do Brasil*, que se encontrava finalizada desde o ano anterior.

No livro, Furtado esquematiza suas ideias sobre a condição nordestina – que basearam fortemente as conclusões contidas no referido relatório – e repete a tradicional ideia da existência de dois Nordeste em um: um da cana-de-açúcar (litoral), outro da pecuária (interior). Para ele, a formação de um complexo econômico nordestino se dá, justamente, na relação de dependência entre estes dois polos (principalmente da pecuária em relação ao açúcar), que entram em crise já ao final da colônia: com a diminuição do comércio externo açucareiro, que era o principal estímulo dinâmico a esta produção, dá-se início a um deslocamento de mão-de-obra para a pecuária, cujo único limite, até então, era a disponibilidade de terras. Por ser dependente da economia do litoral, entretanto, também os pastos entram em declínio pela falta de demanda, voltando-se para a subsistência e gerando um excedente populacional que chegaria até o século XX. A indisponibilidade de capital para aumentar a produtividade, por fim, encarcerou a economia nordestina num ciclo descendente, às portas do processo de industrialização do Centro-Sul: “A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema de superar as formas de produção e utilização de recursos estruturados na época da colônia” (FURTADO, 2007 [1959], p. 333).

⁹⁴ Mesmo tendo escrito o relatório, Furtado não o assinou, o que, segundo ele, permitiu que o texto continuasse sendo usado durante a ditadura militar.

Quando a modernização sulista entra em jogo, pois, o Nordeste já se encontrava debilitado, e a formação de um mercado interno nacional apenas acentuou essa disparidade, com o crescente deslocamento de ganhos e investimentos para a região mais desenvolvida: “À medida que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional de renda” (ibidem, p. 329). É essa situação que desembocaria nas disparidades regionais tão assinaladas no período aqui estudado, e em relação às quais Furtado termina o livro com um alerta para seus contemporâneos: “na segunda [metade do século XX] poderá aguçar-se o temor de que o crescimento intenso de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras” (ibidem, p. 331). O perigo estava, mais uma vez, afirmado.

Vê-se, nesse sentido, que o embasamento histórico dos problemas nordestinos visto no relatório do GTDN, que justificaram as medidas governamentais apontadas, estavam postas por Furtado a partir de suas pesquisas – assim sendo, a industrialização, paralela a um processo de modernização agrícola, era vista como antídoto à falta de capital à qual o Nordeste se viu inserido a partir do século XVIII, servindo não só como instrumento econômico, mas mesmo como forma de *mudança histórica* dos rumos regionais. Tanto o relatório, quanto *Formação Econômica do Brasil*, passaram a ser tidos como documentos-referência para aqueles que procuravam entender a construção das sociedades brasileira e nordestina, o que certamente contribuiu para a imagem do economista enquanto indivíduo competente nesses primeiros momentos da Operação Nordeste.

A julgar pelas declarações dos governadores após a reunião no Catete, a recepção ao “Plano Celso Furtado” foi altamente positiva: Cid Sampaio se disse “confiante” no projeto, enquanto Luís Garcia e Pedro Gondim afirmaram ter tido uma “magnífica impressão”. Muniz Falcão foi além e disse ter tido todas suas expectativas superadas após a exposição de Furtado. O Diário de Pernambuco anunciava em letras garrafais “Desenvolvimento do Nordeste tem um novo órgão: Sudene” (Diário de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1959, p. 1) – no dia seguinte, também publicava na íntegra o projeto de lei que seria enviado ao Congresso Nacional. O tom geral da imprensa denota que o anúncio da Sudene causou não só um rearranjo de forças políticas e a mudança do centro de atenções sobre a problemática nordestina, mas também um certo clima de otimismo geral e a crença de que, finalmente, a região teria uma solução eficaz. É dentro desse otimismo instalado, pois, que se percebe o direcionamento de vários grupos sociais em prol da instituição, mobilizando-se em sua defesa.

Obviamente que este clima de otimismo não anulava certas disputas por poder – mesmo entre estes que, pelo menos nesse momento, mostravam-se favoráveis à iniciativa. Estava bem

claro que um novo órgão público daquela magnitude significava novas formas de contato entre a elite regional e o governo, e as buscas por favorecimento não tardaram a chegar, mesmo ainda fora da instituição. Citemos um exemplo: já ao final de fevereiro, Assis Chateaubriand – que se destacaria, posteriormente, por taxar Furtado de “marxista” diversas vezes, dizendo que seu plano de desenvolvimento visava a “comunização” do Nordeste – promoveu uma série de seminários na região, com o objetivo de debater e angariar apoio à Operação através da criação de “uma mentalidade mais esclarecida e familiarizada com os diferentes aspectos do plano governamental de recuperação daquela zona” (Diário de Pernambuco, 26 de fevereiro de 1959, p. 1). Até a metade de março, foram realizados encontros em Salvador, Fortaleza e Recife, com a presença dos governadores dos respectivos estados, além de figuras como Rômulo Almeida e Raul Barbosa. Após o evento na capital pernambucana, teria sido entregue a Kubitschek uma carta de recomendações que continha os seguintes pontos: refinanciamento rural e industrial através dos bancos da região; aumento das dotações do Banco do Brasil e do BNB para crédito rural, com cooperação de agências como Ancar e com despesas custeadas somente pelo governo federal; compra de sementes, fertilizantes, máquinas e ferramentas (idem, 11 de março de 1959, p. 7) – ora, nada diferente do que já ocorria com as iniciativas do BNB. Os seminários propostos por Chateaubriand mais parecem, na verdade, uma forma dele próprio tentar se posicionar politicamente dentro desta nova temática a fim de não ver seu poder midiático minado – ainda mais levando-se em conta a mobilização de seu “concorrente”, Paulo Bittencourt. Isso mostra que tipo de interesses também poderiam se associar, mesmo que indiretamente, à nova política econômica regional.

No mais, as coisas começaram a andar. Parece ter sido de Cid Sampaio⁹⁵ a ideia, ainda na reunião no Catete, de criação de um órgão provisório, que funcionasse até que a lei da Sudene fosse aprovada em todas as instâncias do legislativo federal. Esta ação foi importante na medida em que: primeiro, já se tinha consciência das prováveis resistências que o projeto enfrentaria no âmbito político; segundo, criou um espaço público que serviu de direcionador da força política local em prol da criação da Sudene; terceiro, já colocou em prática algumas das medidas propostas no relatório do GTDN. Desse modo, por meio de decreto presidencial publicado a 20 de fevereiro, era criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), com sede no Recife, que adiantou a estrutura administrativa que se veria na Sudene: uma Secretaria-Executiva, encabeçada na figura do diretor (Furtado) e sua equipe técnica, que seria responsável por elaborar os projetos de desenvolvimento, e um Conselho Deliberativo, responsável por

⁹⁵ Ao menos, de acordo com notícia veiculada na imprensa (Correio da Manhã, 17 de fevereiro de 1959, p. 13). Não foram encontradas informações sobre isso nas autobiografias de Celso Furtado, ou em suas entrevistas.

aprovar tais projetos, formado por representantes de todos os governos estaduais nordestinos, dos ministérios da Fazenda, Agricultura, Educação, Saúde e Viação e Obras Públicas, dos Banco do Brasil, BNDE e BNB, do DNOCS e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Essa estrutura é de extrema importância para se entender o funcionamento da autarquia, pois baseou-se na

integração permanente entre o poder político e os aspectos técnicos do desenvolvimento, fazendo com que os políticos aprovassem planos, programas e projetos com o máximo de suporte técnico, enquanto os técnicos, cada vez mais, tomavam consciência de que a efetiva operacionalização dos programas e projetos dependeria de articulação e participação do poder político (ALVES FILHO, op. cit., p. 7-8)

A primeira reunião deste Conselho só se daria em 26 de abril, paralelamente ao Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, em Garanhuns (PE). Há um episódio pouco explicado, ainda, sobre a composição deste órgão: o decreto (assim como o projeto de lei da Sudene) também reservava um assento para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, desde o encontro em Campina Grande, três anos antes, era deliberadamente trazida para junto do governo federal por iniciativa do próprio presidente da República – principalmente dom Hélder Câmara, de quem era bastante próximo. A manobra, claro, visava dar uma base de apoio a Kubitschek na região, vide o peso social que o clero católico exercia em diferentes localidades nordestinas. Entretanto, a CNBB nunca chegou a participar das decisões do Conselho Deliberativo do Codeno, o que é atestado pela ausência de seus representantes nas atas das reuniões deste órgão (que foram de um total de oito, em 1959). Presume-se que a participação dos bispos tenha sido retirada mesmo depois da criação do Codeno, visto que a ausência de dom Hélder Câmara, enquanto representante da instituição religiosa, foi sentida pelo Diário de Pernambuco à época da primeira reunião do Conselho, supondo-se, então, que ele era esperado (Diário de Pernambuco, 28 de abril de 1959, p. 15). Não foi encontrada, contudo, a possível legislação que retirasse a CNBB do Conselho Deliberativo do Codeno⁹⁶. À época da instalação da Sudene, já estava fora de sua composição.

Coisa contrária aconteceu com as Forças Armadas: em 16 de março, outro decreto presidencial adicionou esta instituição ao Conselho, do qual só sairia depois da ditadura militar. A presença dos militares neste novo órgão deu-se, num campo ideológico, pelo estreito relacionamento entre as temáticas do desenvolvimento e da segurança nacional; num campo

⁹⁶ Também não foram encontrados depoimentos sobre isso na autobiografia de Celso Furtado ou nas notícias dos jornais à época.

prático, pela já atuação dos militares em obras de emergência na região, com presença dos destacamentos de engenharia militar. No mais, dentro do cotidiano do Conselho Deliberativo, os militares sempre foram presença ativa, por vezes entrando em conflito com os interesses e projetos da própria Superintendência, como veremos mais à frente.

No mais, a equipe técnica formada por Furtado para lhe assessorar não contava com ninguém de peso – a exceção seria o sanitarista Mário Magalhães da Silveira, já conhecido por suas políticas públicas de higiene que destoavam da política oficial para este setor⁹⁷. Além de seu irmão, Jorge Furtado, e de José Medeiros Vieira (ambos paraibanos), o restante era, via de regra, servidores emprestados de outras instituições públicas – como o próprio Silveira, vinculado ao Ministério da Saúde. Como a Sudene, tecnicamente, ainda não existia, não se podia contratar em seu nome – muito menos, realizar concursos –, o que fazia o processo de recrutamento para aqueles que não eram emprestados de outros órgãos, um tanto pessoal e incomum: Francisco de Oliveira narra saber da convocação que Furtado estava empreendendo para a Operação Nordeste, em São Paulo, por meio de Fernando de Oliveira Mota. Francisco, recém-formado em Ciências Sociais pela Universidade do Recife, havia realizado um curso de aperfeiçoamento no ano anterior, em uma parceria entre o BNDE e a Cepal, se interessando pelo tema do planejamento econômico, o que o fez decidir pedir uma entrevista com Furtado, no Rio de Janeiro: “Eu levei minhas notas da Cepal, eram todas muito boas, principalmente no que me interessava mais, que era programação geral [...] Ele nem olhou. Ele disse: ‘Você está disposto a ir para o Recife?’. Eu disse: ‘Tô’(sic). Ele disse: ‘Vá lá falar com o [José] Medeiros⁹⁸’” (OLIVEIRA, 2013).

As condições de recrutamento e trabalho acabaram por atrair aqueles entre 20 e 30 anos de idade – talvez porque os mais velhos, já estabelecidos em seus empregos no Centro-Sul, não quisessem “arriscar” suas vidas profissionais num projeto que, mesmo instigante, ainda tinha resultados incertos (MENDES, 2017, p. 293). Foi uma equipe de jovens, então, que ficou encarregada de traçar as mais diferentes pesquisas, estudos, levantamentos e planos para o aproveitamento socioeconômico do Nordeste – tudo isso com um prazo apertado e com a falta de pessoal suficiente para tal. Desde o início, eram treinados em uma visão socioeconômica específica

⁹⁷ Silveira também era o mais velho da equipe inicial do Codeno (nasceu em 1905). Era crítico ao sanitarismo autoritário iniciado nos anos 1930, e defendia reformas de saneamento como condição inerente ao desenvolvimento nacional.

⁹⁸ José Medeiros Vieira era o responsável pela gestão de pessoal nesse início de Codeno (uma espécie de recursos humanos).

Na área de recursos humanos a orientação inicial foi no sentido de formar um tipo novo de profissional, aquele que orientasse os seus conhecimentos, visando utilizar suas respectivas áreas para promoção do desenvolvimento, desenvolvimento esse, que à época, era entendido como aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Em decorrência, gestões foram realizadas junto à Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), visando à estruturação de cursos de desenvolvimento, com períodos médios de seis meses, para profissionais de todas as categorias, a fim de ser possível tratar a realidade nordestina sempre com a preocupação de desenvolvimento. Assim o objetivo era ter advogados, economistas, agrônomos, administradores, sociólogos, geólogos, jornalistas, engenheiros, geógrafos, contadores e quaisquer categorias profissionais, preparados para estudar e propor alternativas para o Nordeste, tendo em vista que o objetivo síntese era o desenvolvimento. (ALVES FILHO, op. cit., p. 9)

Durante a existência do Codeno, seus técnicos (incluindo aí o próprio Furtado) dividiam suas atenções entre seus trabalhos no Conselho e idas ao Rio de Janeiro para tratar dos andamentos do projeto da Sudene, o que sobrecarregou, com certeza, suas respectivas cargas horárias⁹⁹. Somando-se a isso a incerteza de verbas durante esses primeiros anos (o que se deve mais à demora no andamento dos projetos no legislativo federal do que qualquer outra coisa), é correto afirmar que, ao lado do otimismo gerado no lançamento da Operação, cedo também instalou-se uma dúvida e angústia no andamento interno deste novo órgão – de fato, houve momentos em que parecia certo que as coisas iriam desandar ou simplesmente serem interrompidas por conta do alto grau de resistência encontrado para tocar, minimamente, as decisões postas no relatório do GTDN.

Dentre essas resistências, as principais encontravam-se no próprio Nordeste, e se relacionavam aos interesses de uma parcela da elite dirigente – justamente aquela que via parte de seu poder ameaçado com a criação da Superintendência. O senador Argemiro de Figueiredo (UDN/PB) talvez tenha sido a principal figura aglutinadora dessa resistência dentro do parlamento brasileiro. Figueiredo destacou-se por suas defesas explícitas à solução hidráulica.

O Nordeste, a meu ver, precisa menos de rios de dinheiro para formação de grupos econômicos e núcleos industriais, do que de água abundante irrigando as suas terras secas e férteis. Por mais intenso e poderoso que se torne o parque industrial nordestino [...] a tragédia das secas continuará incontida, como vergonha nacional, levando a desgraça e a fome às populações infelizes da zona rural. (BRASIL, 1959, p. 256)

Foi do grupo liderado pelo senador que surgiu umas das emendas mais polêmicas e danosas ao projeto da Sudene: a que tiraria o DNOCS de seu escopo administrativo. Isso

⁹⁹ Houve, por exemplo, o caso de apenas um técnico ficar encarregado de todo o levantamento meteorológico da região (Codeno, 1959a, p. 7).

significaria uma derrota singular para a nova instituição, na medida em que a preponderância administrativa da Sudene em relação aos demais órgãos públicos era condição fundamental para seu bom funcionamento e para o sucesso dos planos a serem postos em prática – o que era ainda mais sensível em relação ao DNOCS, que capitaneava a principal política a ser redesenhada com a Superintendência.

Resistências também se encontraram dentro do próprio Codeno: o governador do Ceará, Parsifal Barroso, foi a principal voz dissonante ao projeto de Lei da Irrigação, elaborado pelos técnicos do Conselho em parceria com profissionais como Guimarães Duque, com o objetivo de elevar a renda de pequenos agricultores por meio da criação de um sistema de cultivo irrigado, a partir do aproveitamento do rio São Francisco (FURTADO, 1989, p. 64). Essa lei, de fato, tiraria o peso que a política de açudagem continha no interior, desviando o ganho político das grandes fazendas de gado. O governador cearense, porém, colocou-se contra a resolução, chamando-a de “inconstitucional” e “antidemocrática” por não escutar as “partes interessadas” (Codeno, 1959b, p. 3). Sugeriu que um projeto daquela magnitude tivesse mais discussões e debate, com o objetivo, na verdade, de atrasar seu andamento o maior tempo possível.

Por outro lado, na mesma proporção, outras vozes se erguiam em favor das medidas. Para surpresa do próprio Furtado (op. cit., p. 65), o representante das Forças Armadas no Codeno, coronel Afonso de Albuquerque Lima, colocou-se veementemente contra o parecer do governo do Ceará sobre a Lei de Irrigação, fazendo constar que

temos [*as Forças Armadas*] a convicção de que esta lei não contribuirá, de qualquer modo, para a intranquilidade social da região [...] Esta lei há de sofrer contestações e talvez mesmo forte oposição, porque virá modificar, em parte, os alicerces econômicos da região nordestina e, sobretudo, porque virá a atingir a uma poderosa classe de grandes proprietários de terras (Codeno, op. cit., p. 4)

De acordo com Furtado, à declaração do militar, seguiu-se um recuo geral daqueles governadores que estariam prontos para tentar neutralizar o projeto a qualquer custo (FURTADO, op. cit. p. 65), a exemplo de Dinarte Mariz, que passou a jogar a responsabilidade da análise do projeto para o Congresso Nacional. Apenas Cid Sampaio teria se colocado a favor do projeto desde o início, talvez por suas alianças políticas estarem colocadas mais a favor dos usineiros e industriais de Pernambuco, e não à classe interiorana dos fazendeiros que se beneficiavam da política de açudagem – os quais, no estado, não chegavam a ter o mesmo peso do que no Ceará ou na Paraíba, por exemplo.

Em relação à emenda de Argemiro Figueiredo de autonomia do DNOCS, já em outubro, o coronel também se colocou firmemente contra, considerando a medida de “suma gravidade para o futuro da missão atribuída a este egrégio Conselho” (Codeno, 1959c, p. 6). Pode parecer paradoxal os posicionamentos de Lima, ainda mais considerando-se que era um dos mais ativos conspiradores contra o governo de Kubitschek¹⁰⁰ – ou seja, com certeza não fazia parte da minoritária ala mais à esquerda das Forças Armadas. Seus posicionamentos, talvez, reflitam algum conflito interno cearense em relação a Parsifal Barroso – já que o militar também era deste estado –, ou realmente uma adoção de ideais mais reformistas por parte dos militares da região, mas dentro de limites mais estreitos.

No mais, a defesa da aprovação da Sudene e a crítica a esses ataques a sua estrutura legal também foram capitaneadas por setores da sociedade civil, no que se destaca não só os industriais – mesmo os do Centro-Sul, que aderiram ao projeto principalmente após a inclusão de Minas Gerais na área de atuação da Sudene, por meio de emenda apresentada pelo deputado José Bonifácio (UDN/MG)¹⁰¹ –, mas também parte dos clérigos, que viam na Superintendência a realização de muitos de seus planos propostos anos antes, e de estudantes universitários, principalmente de cursos como Engenharia e Economia, que constantemente publicavam notas públicas de apoio à instituição e a Furtado (Jornal do Commercio, 20 de outubro de 1959, p. 18; idem, 26 de novembro de 1959, p. 24). Essa mobilização popular em torno do projeto, com certeza, foi um dos fatores que lhe garantiram a sobrevivência.

Também o apoio da imprensa foi fundamental, e aí entra, mais uma vez, o Correio da Manhã. Entre setembro e dezembro de 1959, o referido jornal mandou um de seus jornalistas mais conceituados (e então redator-chefe), Antônio Callado, para o Nordeste, a fim de escrever uma série de colunas sobre a situação regional. Os textos, divididos entre três estados (Ceará, Paraíba e Pernambuco), concentravam-se na denúncia da “indústria da seca”¹⁰², na negação da elite local de ajudar a população e nos grandes esquemas de corrupção que envolviam a política de açudagem. Em 16 de setembro, é publicada uma entrevista com Guimarães Duque, apresentando como técnico competente do DNOCS, mas que não tinha espaço para fazer sua voz ser ouvida dentro da instituição (o que provaria, indiretamente, o assalto político no Departamento). Nesta entrevista, Duque faz uma defesa do deslocamento populacional para o

¹⁰⁰ Lima teria sido um dos organizadores da revolta de Aragarças, nesse mesmo ano de 1959, e já havia se colocado contrário ao movimento de reação do general Henrique Lott para garantir a posse de Kubitschek, em 1955. Foi também um dos principais articuladores do golpe militar de 1964, e chegou a ser cogitado candidato à presidência durante a ditadura, perdendo o posto para Emílio Garrastazú Médici.

¹⁰¹ Apenas a parte norte do estado foi adicionada à área de atuação da Sudene, por se encontrar dentro do Polígono das Secas (o que se conhece popularmente como “nordeste mineiro”).

¹⁰² Inclusive este termo foi popularizado pelo próprio Callado nestas reportagens.

Maranhão, assim como denuncia o uso político do “estado de emergência” durante as calamidades climáticas (Correio da Manhã, 16 de setembro de 1959, p. 14).

Nos textos sobre Pernambuco, Callado foca nas Ligas Camponesas, apresentando um retrato deste movimento bastante diferente do usual à época – à ainda existência, nos seus dizeres, de trabalho escravo na região, o jornalista contrapõe a imagem do Engenho Galileia: “De todo o Nordeste que visitei, só no Engenho da Galileia vi caras de homens livres, entre lavradores. Caras de gente de verdade, de gente que acordou” (idem, 17 de setembro de 1959, p. 11). Em nenhum momento, Callado levanta a hipótese de infiltração comunista nas Ligas, e, respondendo a perguntas de leitores, garante que Francisco Julião não era um aproveitador: “há jeitos mais fáceis de ser demagogo” (idem, 20 de setembro de 1959, p. 21).

Como um todo, o Correio parece ter usado uma estratégia bastante eficaz para direcionar (ou mesmo manipular) a opinião pública do Centro-Sul a favor da Sudene. Sabendo que, dentre os aspectos do problema nordestino, aquele que mais era sensível aos sulistas era o “perigo” de subversão comunista, o periódico alternava reportagens como a de Callado, em que inexistia tal tese de perigo, com outras, desde o ano anterior, em que o pressentimento de caos era reforçado (ver Capítulo 3). De fato, três meses antes da ida de seu redator-chefe ao Nordeste, o jornal carioca fez outra série de reportagens, desta vez com o jornalista Alexandrino Rocha, em que buscava analisar o que seriam as Ligas; nelas, Rocha cita “fontes anônimas” da polícia que afirmam a existência de diretórios do Partido Comunista Brasileiro (PCB) monitorando o movimento camponês, e confirma a grande “expectativa de luta armada” na região, com os fazendeiros cada vez mais estocando armamentos (idem, 7 de junho de 1959, p. 20). Às reportagens, seguiu-se um editorial afirmando que os camponeses não eram comunistas, mas sim trabalhadores injustiçados (idem, 9 de junho de 1959, p. 6).

Essa técnica de “bate e assopra” foi eficaz para vender a Sudene como única forma racional e, em certa medida, moderada de apaziguar os ânimos na região e afastar os perigos de uma “nova Cuba”, fazendo com que a instituição deixasse de ser vista como de importância “apenas” regional, mas sim nacional. Em sua última reportagem, Callado afirma com todas as letras que “se, no ritmo de agora, continuar o Nordeste a se diferenciar do Centro-Sul do Brasil, então sim estaremos à beira de uma revolução separatista” (idem, 23 de setembro de 1959, p. 12) - as desigualdades nordestinas no campo e na cidade poderiam, em um futuro desconhecido, servir de combustível para o esfacelamento da unidade nacional. Nada distante, pois, do discurso de convencimento utilizado por muitos intelectuais da época (conservadores ou progressistas), e que serviu de base para a própria justificativa desenvolvimentista, como já vimos. Se o uso desse medo era sempre consciente ou não, ou se tinha más intenções, as coisas,

na verdade, são mais cinzas – como diz o próprio Furtado: “Envergonhava-me de explorar tal sentimento negativo para obter apoios. Mas que fazer se a alternativa era mobilizar os camponeses [...] e o que se obtinha por esse meio era colocar as forças mais poderosas do Centro-Sul a serviço do imobilismo social na região?” (FURTADO, op. cit., p. 66). Ou seja, era, antes de tudo, uma estratégia política de posicionamento perante aquele momento conturbado.

Todas essas medidas surtiram efeito: mesmo com as resistências na Câmara Federal, que arrastaram o projeto por longos oito meses, a lei da Sudene foi aprovada a 15 de dezembro – sem a emenda de Argemiro de Figueiredo. A Lei da Irrigação, por outro lado, não teve a mesma sorte – em manobra, deputados desengavetaram um projeto antigo que, na verdade, reforçaria a política de açudagem. Tal projeto, que teve preferência na votação, foi aprovado às pressas e mandado à sanção presidencial, só restando a Furtado solicitar a Kubitschek o veto integral, o que foi conseguido (ibidem, p. 77).

6.2 CONTRA A MARE: Sudene em funcionamento

A confirmação do nome de Furtado à frente da Sudene foi guardada até o último minuto por Kubitschek. As pressões para que o economista fosse retirado do posto assim que a Superintendência fosse criada, feitas pela bancada nordestina ligada aos interesses hidráulicos, havia suscitado vários boatos de outros nomes a serem nomeados para o novo órgão, como o senador Apolônio Sales (PSD/PE), engenheiro-agrônomo que havia liderado a campanha pelo aproveitamento energético de Paulo Afonso nos anos 1940 (Jornal do Commercio, 3 de dezembro de 1959, p. 1). Um dos motivos para a demora no andamento do projeto de lei, inclusive, era a tentativa desses políticos de conseguir negociar a retirada do economista da instituição.

Esse movimento com certeza deixou Furtado e sua equipe em momento crítico. Em entrevista a uma televisão do Recife, a 4 de novembro de 1959, o ainda diretor do Codeno teria dito que “Se a lei de criação da Sudene não for aprovada até o fim da sessão legislativa ou for objeto de mutilações em seu espírito, eu darei por terminada a minha missão no Nordeste” (FURTADO, op. cit., p. 78). A ameaça de demissão – que se repetiria algumas vezes – refletiu-se na mobilização de setores a favor da Sudene nos estados nordestinos: o Diário de Pernambuco fez uma série de reportagens em que buscava confrontar os parlamentares nordestinos que estavam contra o projeto; o Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Pernambuco enviou notas à Câmara Federal, pedindo urgência em sua aprovação (Diário de

Pernambuco, 2 de dezembro de 1959, p. 6); e presidentes de sindicatos de trabalhadores do Ceará assinaram manifesto com a mesma intenção (FURTADO, op. cit.). Em reunião em 2 de dezembro, o Conselho Deliberativo do Codeno aprovou por unanimidade, em moção apresentada por Cid Sampaio, o envio de um telegrama ao presidente da República, reforçando a confiança dos ali presentes na liderança de Furtado (Codeno, 1959d, p. 5).

Essas diferentes demonstrações de apoio garantiram Furtado no cargo, o que já adiantava em que bases de sustentação deu-se sua permanência à frente da Sudene durante todos esses anos: além de uma base popular, que o via como um indivíduo competente o suficiente para evitar “politicagens” no âmbito da instituição, e de reconhecimento de seus pares técnicos, ele também contava com apoio de figuras políticas proeminentes (presidentes, governadores, etc.) que, no final das contas, eram os que davam a última palavra.

Instituída a Sudene, logo de cara, veem-se algumas mudanças primordiais. Primeiro, a transferência do centro de decisões do governo federal em relação à região, do Rio de Janeiro para o Recife, o que tornou os debates sobre a política econômica nordestina mais próximos e palpáveis; segundo, a Superintendência tinha a pretensão de criar um *continuum* de planificação que fosse, na medida do possível, alheio às trocas periódicas de governo (o que, claro, nem sempre era possível); e terceiro, instala-se uma nova organização administrativa pública na região, com a Sudene passando a capitanear e definir os alicerces que comandariam a maior parte das ações de outros órgãos federais e estaduais. Também foi a primeira instituição de administração direta, segundo Furtado, a ter servidores trabalhando em tempo integral, o que definitivamente influiu positivamente no andamento de suas tarefas (FURTADO, op. cit., p. 82).

Apesar disso, o começo de seu funcionamento ainda se encontrava numa área de incerteza. A demora em sua criação havia minado as possibilidades de contar com um grande orçamento para o ano de 1960, que seria dedicado para a elaboração de seu I Plano Diretor (PD). Mais de uma vez, Furtado confirmou, nas reuniões do Conselho Deliberativo da Sudene¹⁰³, o receio de não poder contar com o capital suficiente, como quando foi perguntado sobre isso por Rômulo Almeida, que então representava o governo da Bahia (Sudene, 1960a, p. 5).

Ademais, as resistências políticas internas começavam a aparecer de forma mais intensa, nas mais diferentes formas: Gilberto Freyre, que participava do Conselho enquanto representante do Ministério da Educação (a pedido do próprio Furtado), era um dos que quase

¹⁰³ O Conselho Deliberativo da Sudene tinha a mesma composição do do Codeno.

sempre se colocavam contra a instituição, embora tentasse disfarçar isso ao máximo durante as reuniões. Como explica Furtado

A hipertrofia de seu ego e sua vaidade desvairada eram motivos de chacota geral, mas todos, que muito havíamos aprendido em sua obra, lhe tributávamos um tratamento respeitoso. Eu atribuía seu comportamento a certa ojeriza pela economia, matéria que não lhe despertava qualquer interesse e da qual poucos conhecimentos tinha. Certamente ele via economicismo em tudo o que fazia a Sudene (FURTADO, op. cit., p. 179)

Os ataques de Freyre à Sudene, via de regra, davam-se por meio da imprensa, na qual chegou a chamar a instituição de “antro de comunistas” em um determinado ponto (*ibidem*), já tendo defendido que o comando da Operação Nordeste ficasse a cargo das Forças Armadas (Jornal do Commercio, 4 de março de 1959, p. 15). No mais, durante a votação do I Plano Diretor, em reunião de 4 de maio, o sociólogo também criticou o referido Plano por conter “conceitos de filosofia social, dos quais discorda e, alguns dos quais, no seu ver, não deveriam constar no mesmo Plano Diretor” (Sudene, 1960b, p. 12) – não especifica, porém, que conceitos seriam esses, e é provável que estivesse, na verdade, colocando-se contra o Plano como um todo.

Os embates pessoais entre Freyre e Furtado também ganhavam contornos institucionais quando se colocavam em pauta os órgãos que ambos representavam - o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) e a Sudene, respectivamente. De fato, já em 1961, o sociólogo inseriu, dentro de outra reunião do Conselho, uma reclamação sobre a ausência de consulta com os profissionais do Instituto em relação a “estudos psico-sociais” das populações a serem deslocadas para o Maranhão (Sudene, 1961e, p. 15). A amplitude das ações da Sudene, que atingiam variadas áreas de pesquisa, suscitou tal reação de Freyre, receoso de ver seu espaço enquanto referência sociológica regional (e nacional) ameaçada a partir de uma frente ideológica contrária a sua.

Ora, o I Plano Diretor da Sudene não fugia do ideário desenvolvimentista e continha exames mais detalhados do que já havia sido apontado no relatório do GTDN. Defendia ampliação e fortalecimento da infraestrutura econômica, com investimentos em transportes (reformas portuárias e ferroviárias, ampliação e pavimentação de rodovias) e energia (ampliação da hidrelétrica de Paulo Afonso, reorganização dos sistemas de distribuição energética). Também defendia maiores pesquisas sobre a situação hidrológica regional, um maior incentivo a outros tipos de cultivos (além da cana-de-açúcar) por meio de um sistema de

irrigação e uma política industrial dentro dos mesmos quatro parâmetros contidos no relatório do Grupo. Buscava, em resumo, a formação de um complexo econômico autônomo na região.

É impressionante, na verdade, o grau de estruturação do I PD, tendo em vista as condições de trabalho apertadas que caíam sobre a diminuta equipe técnica da Superintendência. Isso se faz mais claro quando se vê que a instituição teve, obrigatoriamente, que dedicar parte de seu orçamento para treinamento de seus servidores, a exemplo do que já acontecia com o BNB, devido à falta de pessoal capacitado em número suficiente para tocar seus projetos. De fato, ao final de 1960, Furtado citava a “esperança” de ter um corpo de 300 técnicos a sua disposição – o que ainda era pouco para a magnitude da Sudene (Sudene, 1960d, p. 15). A insuficiência de técnicos se traduzia em insuficiência de pesquisas e dados para basear os projetos, o que foi percebido por Rômulo Almeida

Ressaltando o esforço extraordinário da Superintendência e do reduzido pessoal da Secretaria Executiva, pois, realmente, o imprevisto é admirável e muito dificilmente se poderia fazer um trabalho melhor do que este mas, tão bom quanto seja, ele continua sendo um imprevisto, e este é, realmente, o ponto fraco do documento (idem, 1960c, p. 4)

Nesse ponto, há que se citar a mudança acadêmica que a chegada da Sudene representou para o Nordeste. A instalação de um órgão de planejamento econômico desse tamanho, por si só, já significaria um rearranjo em termos de cursos ligados a esta prática – Economia, Engenharias, Geologia, Agronomia, etc. Esse rearranjo foi potencializado a partir das ações da própria autarquia, que, a partir da necessidade de formação local de técnicos, assinou convênios com diferentes espaços universitários (em sua maioria, públicos) para ampliação, estruturação e mesmo abertura destes cursos. Já à época do II PD, inclusive, o documento passou a contar com uma seção dedicada ao ensino universitário nordestino, prevendo, entre outras coisas, reestruturação da Universidade Rural de Pernambuco, reequipamento e ampliação das universidades de maneira geral, e investimento em pesquisas científicas. Concomitantemente, a Sudene também oferecia bolsas e aulas de pré-vestibular para os cursos em que a carência de pessoal fosse mais sentida, assim como ajuda de custo e financiamento para aquelas instituições que necessitassem de reaparelhamento.

A Sudene, mais que qualquer outra instituição desenvolvimentista anterior na região, deslocou o campo acadêmico regional para uma estrutura voltada para a ação técnica, a construção de um futuro e um ativismo científico, algo contrário a estruturas acadêmicas anteriores, mais ligadas a um conservadorismo e acesso restrito a estes espaços. Nesse sentido, o movimento nacional de alargamento do acesso à universidade, em alguns cursos, foi repetido

no Nordeste através da Superintendência e sua ação fundamental em relação ao ensino superior, que tem muito a ver com as crenças do próprio Furtado em relação ao papel da juventude e a importância dessa formação, e também a contrapartida do apoio de boa parte dos estudantes universitários dessas áreas aos planos da autarquia.

De qualquer modo, mesmo sendo o “melhor que se podia fazer”, o I PD não deixou de ser alvo de tentativas de remodelagem já no Conselho da Sudene. As disputas entre os estados e demais instituições, com vistas de terem mais espaço dentro do Plano, fizeram-se atuantes desde o primeiro momento. Destaquemos algumas: o governo do Piauí tentou inserir rodovias federais que ligavam o estado ao sul do país nos planos de transporte do PD¹⁰⁴, o que foi negado por Furtado, sob o argumento de que não existiam estradas piauienses que merecessem ser pavimentadas sob critérios exclusivamente econômicos, tendo as escolhas sido feitas sob “arbitrio político”. Também o representante das Forças Armadas, coronel Augusto Lima, apresentou emenda para que fosse incluído um “tronco ferroviário de emergência”, que, segundo ele, estava definido como de prioridade para a segurança nacional dentro de um “documento secreto” dos militares, ao qual ele próprio não teria acesso. Furtado também negou a inclusão desta emenda, ressaltando que o Plano devia ser apresentado sob a perspectiva do desenvolvimento econômico, e que os órgãos de segurança nacional que o complementassem (idem, 1960e, p. 6-10). Enquanto a emenda do governo do Piauí foi rejeitada em votação no Conselho, a das Forças Armadas acabou por ser aprovada por unanimidade (com a abstenção do superintendente), demonstrando os limites entre a vontade de Furtado e sua equipe técnica e os dispositivos aprovados na Sudene. Na votação geral sobre o envio do projeto à Câmara Federal, também houve seis votos contrários¹⁰⁵.

De um jeito ou de outro, o I PD foi enviado ao Congresso Nacional ainda em meados de 1960, passando a enfrentar as mesmas dificuldades que a lei da Sudene havia conseguido ultrapassar um ano antes, fazendo com que o projeto se arrastasse, desta vez, por quase um ano e meio¹⁰⁶. Inclusive, os mesmos atores estavam no jogo: Argemiro de Figueiredo voltou a ter holofotes ao afirmar mais uma vez que o problema do Nordeste seria um problema de falta de água, sendo necessário impedir os “delírios de gente da Sudene” (Diário de Pernambuco, 26 de julho de 1961, p. 4). As emendas apresentadas por ele, dessa vez, visavam a tirar o poder da

¹⁰⁴ O Plano incluía a rodovia que ligava Teresina à Parnaíba, o que era entendido como de importância econômica fundamental para o estado.

¹⁰⁵ Votos contrários: José Cavalcanti Neves (Ministério da Fazenda); Afonso Albuquerque Lima (Forças Armadas), José Aloísio de Campos (Sergipe); José Eduardo Freire de Carvalho (CVSF); João Inácio Ribeiro Roma (BNB); João Gomes Sobrinho (DNOCS).

¹⁰⁶ A lei que regulou o I Plano Diretor só foi aprovada em 14 de dezembro de 1961.

Sudene de elaborar planos de colonização, e repassar parte do orçamento da instituição para o DNOCS.

Furtado continuou sua alternância entre Recife e Rio de Janeiro/Brasília, a fim de tentar fazer o projeto andar mais rápido, o que o obrigou a nomear um superintendente-substituto que ocupasse seu lugar quando precisasse se ausentar por longos períodos, sendo Francisco de Oliveira o escolhido¹⁰⁷. No mais, a demora na aprovação do Plano significava que a Sudene continuaria no mar de incertezas sobre a garantia de verbas, o que freou consideravelmente suas ambições nesses primeiros anos. A luta diária e os poucos resultados traduziram-se em cansaço para alguns: em reunião preparatória para outra que se realizaria em Brasília, com o objetivo de pressionar os parlamentares a aprovarem o I PD, Guimarães Duque foi contundente ao afirmar que, após vinte e nove anos de trabalho, estava exausto da “luta muito árdua no Nordeste”, e que se encontrava disposto a renunciar ao cargo no Conselho Deliberativo se o Plano não fosse aprovado, convidando todos os conselheiros a fazerem o mesmo (Sudene, 1961a, p. 18). Deve-se entender essa atitude relativamente extrema dentro de uma frustração que se seguiu a um período de intenso otimismo logo após a criação da Superintendência, de expectativas não atendidas a curto prazo e a impressão de que as resistências haviam se revelado mais fortes do que se imaginava.

A reunião em Brasília, a 10 de maio de 1961, é exemplo desta “luta árdua”. O encontro resumiu-se, basicamente, a uma sabatina direcionada a Furtado pelos mais diferentes parlamentares nordestinos, alguns deles ligados aos interesses hidráulicos. Na maior parte do tempo, os deputados reclamavam mais espaço para seus respectivos estados no Plano, acusando o economista de favorecimento de uns em detrimento de outros. Em resposta, o superintendente foi claro

o espírito da Sudene, o espírito do Plano Diretor é de que a região tem grandes problemas, e que a solução destes problemas é essencial a toda a região. Não existem problemas de um estado ou de outro. Existem, primeiramente, problemas do todo [...] Todos os grandes problemas do Nordeste, abordados no Plano Diretor em uma primeira formulação, são problemas regionais (idem, 1961b, p. 9)

Isso é bastante simbólico porque, numa cartada, Furtado deixa transparecer um dos problemas principais para o bom funcionamento dos planos da Sudene – isto é, os limites da consciência regional na classe política nordestina. Ora, mesmo com todo o contexto em prol de

¹⁰⁷ Oliveira teve trabalho igualmente complicado, chegando a substituir Furtado em reuniões especialmente conturbadas, como veremos mais à frente.

novas abordagens para o problema nordestino, com as mais variadas mobilizações, os interesses locais de cada estado falavam mais alto do que, realmente, algum ideal unitário de Nordeste; o que não é de se surpreender, visto que o histórico de mobilização da classe política nordestina se concentrava em épocas de seca, em que cada estado pleiteava as verbas de emergência, sem grandes projetos coordenados. Este aspecto foi uma dificuldade fundamental que se colocou, em linhas gerais, para a prática de teorias econômicas sobre planejamento regional: se, dentro da lógica científica, fazia total sentido o cálculo dos ganhos econômicos entre espaços distantes, o que influía num conceito mais fluido de região; na prática, esse entendimento era bastante disperso e raro entre aqueles setores que, em última instância, definiriam a existência ou não deste tipo de política. O que estava em disputa, pois, era um *novo uso político* do Nordeste, que se confunde com o próprio desenvolvimentismo, e que significou mobilização de outros atores sociais além dos tradicionais.

Esses outros atores sociais foram quem, de fato, demonstraram apoio mais ativo: mais uma vez, as ofensivas de Argemiro de Figueiredo reverberaram em protestos pela região a favor da Sudene e do I PD. Em dezembro de 1961, no Recife, organizou-se um grande ato de repúdio a tais emendas, no qual ferroviários e demais categorias realizaram uma paralisação geral e seguiram para a Praça do Diário, no centro da cidade, onde seria realizado um comício pró-Sudene, que ainda reuniu estudantes universitários e secundaristas, membros do clérigo e demais populares, que tiveram sua participação incentivada por meio de passagens de ônibus grátis nos terminais (Diário de Pernambuco, 6 de dezembro de 1961, p. 1). Cartazes foram pendurados nas ruas próximas ao local do ato, muitos deles com palavras de ordem dirigidas ao senador paraibano, tais como “Repúdio eterno do Recife a Argemiro, coveiro do Nordeste” e “Argemiro, inimigo do Nordeste, ao paredão!” (Jornal do Commercio, 6 de dezembro de 1961, p. 3). Embora aprovadas pela comissão do Senado responsável pela análise do Plano Diretor, a maior parte das emendas – incluindo as de Argemiro – acabaram por ser rejeitadas na votação plenária da Câmara Federal, realizada alguns dias depois do ato no Recife.

O PD não deixou de ser alvo, porém, de setores da esquerda. O ponto mais polêmico para esse grupo foi o plano de deslocamento populacional para o Maranhão, tema invariavelmente sensível para esse espectro político já que envolvia questões bastantes caras ao meio: a estrutura do campo e a reforma agrária. Ainda à época da Operação Nordeste, em debate direto com Furtado, Josué de Castro negou que houvesse excesso populacional na região, sendo necessária uma redistribuição de terras para acabar com problemas como fome e abastecimento. Na mesma linha, Francisco Julião já havia afirmado que a Sudene não teria êxito sem uma reforma agrária (Diário de Pernambuco, 26 de fevereiro de 1959, p. 11). Furtado, em resposta,

disse que o excedente era uma questão relativa à técnica que seria empregada (modernização da agricultura para liberar mão-de-obra para indústria), e que a irrigação já equivaleria a uma reforma agrária. No mais, a quebra da “estrutura feudal” nordestina se daria por meio da industrialização (CASTRO e FURTADO, 1959, p. 32).

Críticas mais contundentes vieram também de Manuel Correia de Andrade. O geógrafo, além de repetir o raciocínio de Castro, afirmando que seria melhor desapropriar terras mais próximas aos centros urbanos e ironicamente referindo-se ao Maranhão como “menina dos olhos” do superintendente, também criticou a Sudene por desprezar “até certo ponto, os técnicos que há alguns anos já trabalhavam na região e por isso a conheciam razoavelmente” (ANDRADE, op. cit., p. 288). Isso é apenas parcialmente verdade: embora saibamos que a maior parte da equipe da instituição era de jovens sem grande reconhecimento ou histórico de atuação regional, a Sudene contou, em seu início, com a ajuda de técnicos que já estudavam a região há muitos anos: Guimarães Duque, Mário Magalhães Silveira e Rômulo Almeida, apenas para citar alguns, foram dos que deram suas contribuições na formulação da Sudene. Contudo, dentro do tema da questão agrária (e é a isso que Andrade parece se referir nas entrelinhas), de fato, a instituição não contou com a participação daqueles que se debruçavam sobre o tema há mais tempo. Provável que isso tenha se dado por conta do tipo de política que Furtado se propunha a colocar em ação, que driblava o tema da reforma agrária – segundo ele, pela impossibilidade prática devido à necessidade de indenizações. Ao mesmo tempo, isso também não impedia que alguns servidores da Sudene fossem a favor desta reforma, como era o caso de Francisco de Oliveira, que chegou a defender uma redistribuição de terras em meio a uma reunião do Conselho Deliberativo (Sudene, 1961c, p. 12).

Ora, o economista era pessoalmente a favor de reformas desse tipo, mas escolheu não pleitear mudanças legislativas desse porte enquanto superintendente e muito menos dentro dos planos da Sudene, provavelmente por entender que seria uma batalha que só aumentaria os ataques que a instituição já vinha sofrendo, com resultados quiçá mais incertos. Mesmo assim, o deslocamento populacional para terras maranhenses era um projeto polêmico por si só, vide o custo humano e monetário que uma ação desse porte acarretaria, sem contar algumas cláusulas controversas, como a que exigia que as famílias deslocadas não tivessem filhos em idade escolar, a fim de evitar o “problema da escola” num curto prazo (idem, 1966a [1961], p. 244).

É importante ressaltar, porém, que Furtado tomou parte numa frente não menos importante em relação ao trabalhador rural: o economista dedicou-se a tentar mudar a opinião pública estrangeira – e, principalmente, a norte-americana – sobre o grau de perigo que as Ligas Camponesas poderiam realmente apresentar para o capitalismo ocidental. Era necessário, no

seu ponto de vista, lutar contra a “síndrome de novas Cubas” que permeava o trato estrangeiro com movimentos sociais de qualquer conjuntura. Foi nessa seara que deu apoio logístico à vinda da equipe televisiva de Helen Jean Rodgers ao Nordeste, além de lhes conceder entrevista; acompanhou a visita do parlamentar Edward Kennedy às Ligas, na qual teria reconhecido “o sentido positivo do movimento” (FURTADO, op. cit., p. 130); e foi até Washington para reunião com o presidente John F. Kennedy, na qual expôs o sentido da política econômica posta em prática pela Superintendência. Sua visão sobre as Ligas encaixava-se em suas noções mais gerais sobre a relação entre desenvolvimento econômico e classe trabalhadora, sendo esta o motor daquele (ver Capítulo 2). Teria declarado, pois, que “A Sudene é uma tentativa de solucionar o problema do subdesenvolvimento. As Ligas são uma tentativa do trabalhador agrícola para organizar-se, e como tal não podem ser combatidas. A Sudene pode ser um remédio contra a exploração das Ligas pelos demagogos” (ibidem, p. 131).

Essa “exploração pelos demagogos”, na verdade, encaixava-se no principal temor que muitos tinham em relação às Ligas (e que é mostrado na reportagem de Rodgers), que seria a exploração das “massas ignorantes” por sujeitos subversivos – uma das acusações direcionadas a Julião, inclusive. Mesmo que Furtado não compartilhasse dessa visão sobre o deputado socialista¹⁰⁸ ou sobre as Ligas em si, suas ações nem sempre davam o resultado previsto: a visita de Ed Kennedy mostrou-se, isso sim, ser mais um ato demagogo e vazio em relação à política norte-americana no Nordeste, que nesse momento passava a entrar em choque direto com a Sudene por meio da Aliança para o Progresso – principalmente pela disputa dos governadores em conseguir verbas da Aliança, para as quais, em alguns casos, precisavam do aval da Superintendência¹⁰⁹.

As “acusações” de ser comunista também escalaram exponencialmente durante esses anos. Furtado chegou a ser chamado para uma “entrevista” com coronel Humberto de Mello, então secretário do Conselho de Segurança Nacional (CSN), sob a justificativa de denúncias anônimas de que o economista seria um “elemento comunista” e que teria participado da formação do Kominform na Iugoslávia, em 1947. Um relatório ideológico sobre ele já havia sido feito em 1955, citando sua passagem pela Tchecoslováquia também em 1947. Uma vez refutadas veementemente pelo paraibano, o coronel desculpou-se com a justificativa de muito

¹⁰⁸“A ideia que eu fazia de Julião era muito distinta: um homem sensível, poeta, sujeito a crises psicossomáticas periódicas, capaz de perder o rumo por influência de uma mulher, mais um advogado astucioso e brilhante do que um líder capaz de dirigir as massas em ações violentas” (FURTADO, op. cit., p. 119)

¹⁰⁹ “o chefe local da missão de operações [da Aliança para o Progresso] estabeleceu contato com os governos estaduais, alguns dos quais reagiram com entusiasmo à possibilidade de obter recursos fora da disciplina imposta pela Sudene. [...] Outro problema dizia respeito à excessiva interferência da agência americana na execução das obras e na utilização futura dos bens comprados com os recursos emprestados” (ibidem, p. 132)

“material bruto” que chegava ao CSN, sem tempo para uma análise prévia (FURTADO, op. cit., p. 68-69). Nos jornais, figuras como Chateaubriand corriqueiramente taxavam Celso de marxista, enquanto notícias tendenciosas pulavam aqui e acolá¹¹⁰. O fato é que, antes quase uma “unanimidade” dentro de vários setores, as defesas da Sudene foram se deslocando, gradativamente, mais para o campo da esquerda - e, mesmo nessa, encontrava resistências.

Pelo menos mais duas vezes, Furtado viu seu cargo ser ameaçado de fato: quando Jânio Quadros assumiu a presidência, momento em que a UDN teria solicitado o controle da Sudene, mas Quadros interferiu, garantindo-lhe pessoalmente no cargo; e no interregno parlamentarista, quando foi assediado por Virgílio Távora (então ministro da Viação e Obras Públicas e candidato ao governo do Ceará), “em nome do primeiro-ministro e dos ministros nordestinos”, para ceder recursos da Sudene para campanhas políticas durante o ano de 1962. Furtado negou realizar o ato corrupto, sendo sua permanência garantida por João Goulart, que se recusou a assinar o decreto de exoneração (ibidem, p. 127). No final do ano anterior, um manifesto havia sido emitido pelos membros do Conselho Deliberativo, apoiando a permanência do economista no cargo (Sudene, 1961d, p. 13).

Mesmo com as turbulências, o II PD, lançado em 1963, teve trânsito menos conturbado no Congresso Nacional, sendo aprovado neste mesmo ano. Desta vez, o documento dedicava menos espaço para obras de infraestrutura – presentes em abundância no primeiro –, e aumentava os recursos disponíveis para investimentos em produção e treinamento de técnicos. Também contava, agora, com a criação da Artesanato do Nordeste S.A. (Artene)¹¹¹, sociedade de economista mista cujo propósito era incentivar a produção e comercialização de produtos confeccionados pelas cooperativas artesanais da região, nicho considerável da economia nordestina.

Os maiores burburinhos em relação ao II PD concentraram-se no próprio Conselho Deliberativo. A reunião direcionada para a discussão deste documento, que tomou lugar em 19 de setembro de 1962, foi especialmente conturbada, adentrando a madrugada em meio a discussões sobre alguns pontos específicos. Furtado não estava presente na ocasião, sendo

¹¹⁰ Quando lançou *A Pré-Revolução Brasileira* (1962), livro destinado a alertar a juventude de que o marxismo não seria a melhor saída para a situação nacional, Furtado viu seu nome associado a manchetes das mais sensacionalistas, do tipo “Celso Furtado admite a penetração do marxismo na juventude brasileira” ou “Revolução marxista-leninista poderá ocorrer no Brasil, diz Celso Furtado” (FURTADO, op. cit., p. 139). Em outra oportunidade, em palestra no Conselho Nacional de Economia (CNE), o economista também viu suas palavras serem distorcidas, ao ser noticiado que ele havia admitido ser “homem de esquerda” e que estaria “planificando a revolução” no Nordeste (Diário de Pernambuco, 18 de maio de 1962, p. 1).

¹¹¹ A criação da Artene já estava prevista no I PD, mas só pôde ser concretizada durante o ano de 1962, tendo espaço considerável no II PD. O projeto chegou a receber resistência de Cid Sampaio, que o chamou de “sem importância” (Sudene, 1962a, p. 24).

substituído por Francisco de Oliveira, que, longe de ter o mesmo peso político que o economista, teve que lidar e resistir às pressões por mudanças no Plano, nem sempre com sucesso: não conseguiu evitar, por exemplo, a inclusão de um aeroporto em Bom Jesus (PI) no capítulo sobre transportes, mesmo sob a justificativa de que aquela localidade não estaria dentro da rede aeroviária federal.

Por fim, tratemos de um ponto importante. Os ânimos do debate também se concentraram na discussão do artigo 34 do I PD, que regulamentava a política de isenção fiscal para empresas privadas, iniciada desde 1960. Tal artigo exigia que os capitais das empresas fossem 100% nacionais para serem aptas a receber os incentivos, que se resumiam a isenção (parcial ou total) do imposto de renda e de taxas para importação de máquinas sem similares nacionais. O quadro abaixo mostra o número de benefícios dados para pessoas jurídicas, entre 1960 e 1963, pela Sudene¹¹². Entre parênteses, são discriminados os benefícios direcionados para instalação de novos empreendimentos.

Quadro 4 - Número de benefícios fiscais concedidos pela Sudene, entre 1960 e 1963

	1960	1961	1962	1963
Isenção para importação	16 (10)	26 (12)	58 (11)	44 (4)
Isenção parcial (50%) do imposto de renda	1	74	407	62
Isenção total do imposto de renda	-	-	1	-
Total	17	100	466	106

Fonte: Acervo Procondel

Vê-se, em conjunto com o Quadro 4, que o ano de 1962 foi singular na medida em que foi, de fato, o primeiro ano em que a Sudene esteve em funcionamento pleno – o que explica, pois, o grande número de investimentos colocados durante este período, o que representou um salto gigantesco em comparação com os dois anos anteriores. O montante de empresas beneficiadas neste ano pode ser entendido como um grande “desafogamento”, em que todas

¹¹² Os números assinalados não representam o total de empresas beneficiadas, pois um só empreendimento poderia receber mais de um tipo de benefício. Para uma empresa receber tais incentivos, deveria submeter um pedido à Superintendência, que avaliaria sua viabilidade econômica, produzindo um parecer que seria colocado em votação no Conselho Deliberativo. Uma vez aprovado por maioria simples, a empresa estaria apta a receber as isenções.

passaram a pleitear tais benefícios. No ano seguinte, vê-se, por sua vez, uma certa estabilização dos trabalhos, sendo este o único indicativo que poderíamos tirar para supor como seriam os anos seguintes de uma administração Furtado à frente da Sudene, ao menos nesse aspecto da política fiscal.

Como se vê, a política fiscal foi de amplo uso dentre os empresários, principalmente aqueles que já se encontravam instalados na região – destacam-se, nesse sentido, os incentivos a usinas de cana-de-açúcar e fábricas têxteis. Para estas últimas, inclusive, foi criado um plano especial que incluía assistência técnica para fins de treinamentos de pessoal, e assistência financeira por meio de empréstimos para compras de equipamento (nacional ou internacional). Em 1962, foram aprovadas maiores diretrizes para concessão destes incentivos, que definiam, entre outras, que as empresas com maior poder germinativo, que utilizassem mais mão-de-obra, que servissem para substituição de importações ou que utilizassem, na medida do possível, a maior quantidade de equipamentos nacionais, seriam de prioridade máxima para receber o benefício – tentava-se encaixar a lógica dos incentivos dentro de uma perspectiva nacionalista.

Mesmo assim, as acusações de que este tipo de política estaria beneficiando apenas os empresários mais ricos não tardou a aparecer, sendo proferida mesmo dentro do Conselho Deliberativo por Sebastião Campello, representante do Ministério do Trabalho (Sudene, 1962b, p. 10). Essa crítica, geralmente, encontrava-se paralela à afirmação de que também estaria ocorrendo uma intensificação da já existente concentração geográfica de empreendimentos entre os estados. O quadro abaixo demonstra, em números aproximados, a distribuição dos benefícios fiscais entre os estados de atuação da Sudene.

Quadro 5 - Distribuição dos benefícios fiscais entre os estados da área de atuação da Sudene, entre 1960 e 1963

	1960	1961	1962	1963
AL	5,90%	7,07%	8,42%	5,70%
BA	29,40%	11,11%	12,71%	17,90%
CE	11,80%	9,09%	22,82%	9,43%
MA	-	9,09%	2,2%	13,20%
MG	-	-	-	1,90%
PB	23,50%	12,12%	12,31%	7,54%
PE	29,40%	38,39%	29,71%	28,31%
PI	-	1,11%	1,51%	0,94%
SE	-	7,07%	4,71%	7,54%
RN	-	5,05%	5,61%	7,54%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Acervo Procondel

De fato, pois, percebe-se uma concentração maior nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia e Paraíba em todos esses anos; porém, a partir de 1963, vê-se talvez o início de uma leve tendência a uma desconcentração desses incentivos, com um crescimento dos empreendimentos no Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte. No mais, não deveria se esperar outra coisa que não a maior ocorrência, neste início, em estados que já tinham essa preponderância industrial; sendo que a Bahia só não teve cifras maiores por conta do plano estadual levado a cabo pela CPE, que havia começado bem antes da Superintendência sequer ser cogitada (ver Capítulo 3). Essa provável tendência – mais uma vez, afirmamos que são poucos dados para afirmar uma tendência de fato que se poderia se confirmar nos anos seguintes – não se fez em realidade após 1964; na verdade, a longo prazo, a Sudene acabou por concentrar mais da metade de seus investimentos em Pernambuco, Bahia e Ceará, então os estados que, desde sempre, já tinham economias mais estruturadas (MELO, 1978).

Por outro lado, quando só se leva em conta os novos empreendimentos instalados na região por meio do sistema de benefícios, a tendência à desconcentração não se faz presente: em todos os anos assinalados, Bahia e Pernambuco concentraram, no mínimo, metade destes

novos investimentos, bem mais à frente que Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão¹¹³. Ora, tornar a região como um todo atrativa para os empresários era uma tarefa de longo prazo, e esperar que isso já se realizasse durante estes incipientes anos da Sudene seria superestimar, de fato, o alcance do projeto e sua capacidade de promover mudanças a curto prazo.

Ademais, no II PD, a exigência de que as empresas fossem constituídas por capital 100% nacional foi retirada, sendo substituída por uma cláusula que proibia a remessa dos montantes obtidos por meio dos incentivos fiscais para o exterior, sob pena de multa e perda do benefício. Esses dispositivos ficaram reunidos no artigo 18 do Plano, e foram feitos baseados nas críticas supracitadas de enriquecimento da elite local e na “necessidade” de maior abertura para solidificar a estruturação do mercado interno nordestino. A vinda de multinacionais, a médio prazo, aproveitou-se do baixo custo de mão-de-obra, mas não resolvendo, em grande medida, o problema do desemprego estrutural.

Isso pode ser tido como uma das falhas da Sudene nesses primeiros anos, falha que inclusive seria percebida por Furtado: não só a vinda de multinacionais, mas também o próprio processo de importação de máquinas para estruturação das indústrias, poderia, ao chegar em certo nível, não mais resolver o problema do desemprego regional: “a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda [...] do setor modernizado da sociedade” (FURTADO, 1974, p. 81-82). Ou seja, as maquinarias estrangeiras estavam inseridas em outro tipo de lógica econômica que não necessariamente se encaixava na realidade subdesenvolvida – em vez de gerar empregos, o progresso tecnológico poderia, na verdade, reforçar a concentração de renda ao só atender um espectro do circuito de consumo, nunca aumentando o emprego em proporção suficiente.

Vê-se, pois, que algumas medidas postas em prática pela Sudene tiveram o resultado inverso do que se esperava. O plano, enquanto tal, só daria certo se alguns programas-chave realmente entrassem em funcionamento – como a Lei de Irrigação ou o deslocamento para o Maranhão (idem, 1989). Falhando tais aspectos, por tabela, partes dos demais planos não funcionariam do jeito desejado, podendo mesmo ter o efeito contrário, como foi o caso.

¹¹³ Os demais estados não aparecem nesta estatística.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a um ponto de confluência. O Nordeste foi essencial para o desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960, e vice-versa. Ora, o fenômeno desenvolvimentista, do jeito que ocorreu no país, esteve baseado, de fato, na necessidade imperiosa de progresso econômico a fim de evitar uma ruptura política por parte dos mais pobres. A região nordestina tornou-se, nesse sentido, o espaço que, “por excelência”, resumia esse perigo em si. A atuação dos economistas aqui estudados, nesse sentido, demonstra certa consciência social do estado das coisas na região, sua inserção em novos ideais de país e economia, e, por fim, o engajamento em prol das mudanças a se fazer para garantir um porvir minimamente próspero para a população.

Mas, ora, podemos falar com exatidão o que foi o desenvolvimentismo, fenômeno que definiu a história nacional no século XX? Revejamos alguns pontos. As definições trazidas por Bielschowsky (2000) e Fonseca (2012; 2015), além de tantos outros estudiosos, apontam para um caminho que busca tratar o desenvolvimentismo em sua profundidade ideológica-científica. Assim, estão explicitados seus ideais econômicos e teorias que procuraram embasar certos modelos de política econômica, como as teses da deterioração dos termos de troca, o estrangulamento externo, a dualidade Centro-Periferia e o “feudalismo” rural no país. Por outro lado, o desenvolvimentismo ultrapassa as barreiras dos campos ideológico, intelectual, político e similares. Ora, ele foi um *fenômeno sociocultural*, ou seja, algo muito mais amplo e que se expressou nas mais diferentes vertentes. O fato de que o viés econômico tenha recebido a maior parte da atenção deve-se, claro, ao caráter do imperativo do desenvolvimento que se espalhou pelo “Terceiro Mundo” nas décadas do pós-guerra, prezando por variáveis - como renda per capita e PIB - e medidas eminentemente econômicas, mesmo que com consequências amplas - como industrialização e planejamento.

O lado sociocultural do desenvolvimentismo esteve ancorado no amplo ideal de mudança estrutural que tomou conta da sociedade brasileira - e de outros países - nesse período. Nas esferas intelectuais, esse ideal atingiu as ciências e as artes de maneira igualmente forte, com economistas, artistas plásticos, historiadores, literatos, sociólogos e cineastas buscando entender e expressar esse caldeirão, cada um à sua maneira. Independente de suas respectivas áreas, entre os indivíduos havia a percepção geral - uma espécie de *zeitgeist* - de que algo estava para acontecer no país, uma grande virada histórica que transformaria o Brasil em seu âmago e o colocaria em novos trilhos. Essa percepção era alimentada pelo clima social e pela própria

linguagem desses anos, que propagandeavam uma era de novidades, de máquinas mais eficientes e de bonança após anos de declínio e conflitos.

É dentro deste estado mental que muitos desenvolvimentistas estavam mergulhados. Não se pode ignorar que estes intelectuais estavam inseridos em um ideal de construção do saber muito diferente do nosso - atualmente, a nossa noção de ciência largou, mesmo que não por completo, a busca pelas verdades “escondidas” no mundo, não se preocupando tanto assim com o absolutismo de seus resultados ou com o purismo de suas premissas, o que acabou por contribuir para a expansão do conhecimento e maior inclusão de indivíduos em sua construção. Os desenvolvimentistas, porém, ainda encontravam-se no ideal de busca por uma verdade “dura” e histórica, acreditando estarem, após anos de “obscurantismo” liberal, cavando as verdadeiras bases nacionais. Essa ideia de ciência é reflexo, porém, do próprio lado sociocultural do desenvolvimentismo e de sua face identitária - ora, procurar essa “verdade dura” era apenas uma resposta aos velhos questionamentos que se punha, para estas pessoas: o que somos e para onde vamos. As respostas encontradas (somos subdesenvolvidos; iremos para o caminho do desenvolvimento) são o entrelaçamento entre esse lado identitário, o urgente contexto material e o novo clima científico que se instala.

Apesar disso, o caminho árduo de luta pelo futuro não deu os resultados esperados para estes intelectuais que se colocaram do lado de um projeto nacionalista de industrialização. O final melancólico dessa vertente do desenvolvimentismo, após o golpe de 1964, dispersou essa intelectualidade – em alguns casos, por meio do exílio – e abriu caminho para a futura retomada mais à direita de alguns preceitos dessa ideologia, com maior simpatia ao mercado externo e diminuindo a oposição entre este fenômeno e o liberalismo. De fato, as políticas econômicas levadas a cabo durante a ditadura militar, ainda mais se se observar os períodos em que o economista Delfim Netto esteve como ministro, localizaram-se em um misto de ações de fomento à produção e grandes obras públicas, aproximando-se do desenvolvimentismo, com liberalização do comércio exterior e achatamento dos salários, sem contar a continuidade da inflação – que era artificialmente diminuída – e aumento do fosso entre ricos e pobres no país (SINGER, 2011).

De todo modo, a atuação dos economistas desenvolvimentistas no período aqui estudado não deve ser analisada levando em conta apenas a relação entre o desejado e o realizado por eles. A história não estava traçada de antemão; há várias possibilidades que foram se esvaindo a cada momento, de acordo com a conjugação de ações de todos os indivíduos reunidos em sociedade – vez em quando é-nos mostrado como as coisas poderiam ter sido diferentes se alguns caminhos tivessem sido escolhidos. O projeto de país e de Nordeste que estes intelectuais

defendiam foi uma dessas possibilidades perdidas; mas não totalmente. A continuidade da solução estrutural, mesmo que não fosse uma exclusividade do desenvolvimentismo, foi uma dessas poucas sobrevivências. A criação de instituições como o BNB e a Sudene, e a construção de um consenso sobre a necessidade de políticas econômicas novas no Nordeste foram um legado importante deixado por estes economistas – tanto que os anos seguintes à sua dispersão não viram uma volta da solução hidráulica ou coisa parecida, mas sim a manutenção de ações de fomento à produção e modernização econômica. É bem verdade, porém, que essas ações passaram a ser tomadas em outros caleidoscópios teóricos que não eram tão estruturais quanto se defendia anteriormente; mas o fato é que a solução hidráulica ficou escanteada.

Outro legado importante foi a maior estruturação das faculdades de Economia ao redor do país, mesmo que este resultado, por vezes, tenha sido um efeito mais indireto da atuação destes intelectuais. Não há dúvida de que foi o imperativo do desenvolvimento, alimentado por estes economistas, o que causou a expansão dos cursos de Economia em todo o Brasil e o maior interesse nesta área por parte da população. Destaca-se, também, o engajamento político de parte dos jovens universitários no sentido da promoção de mudanças profundas, como foi o caso daqueles que organizaram o I Encontro Nacional dos Estudantes de Economia, no Recife.

Esses legados não seriam possíveis, porém, sem a erupção social que se localizou no Nordeste. Em última análise, a região tornou-se a referência imediata quando se falava na urgência do progresso, sendo correto afirmar que muitas das realizações do desenvolvimentismo só foram possíveis por conta da ascensão desta bomba-relógio. A paranoia de uma subversão popular e o misticismo em torno do desenvolvimento encontraram terreno fértil no árido solo da região, contribuindo para transformar o problema nordestino em um problema nacional. A conclusão que chegamos é que o Nordeste definiu o jeito que o desenvolvimentismo passou a se desenrolar nacionalmente, assim como este ditou os meios que a situação regional passou a ser lida e diagnosticada. Poderia ter sido de outro jeito, mas os tortuosos meios da história fizeram com que desenvolvimentismo e Nordeste não pudessem existir separados, sendo imprescindível entender um para compreender o outro.

Daí vem, talvez, uma grande pedra no sapato do historiador que se debruça sobre este assunto. É sabido que a percepção de um Nordeste explosivo, em última instância, foi usada como uma das justificativas para o golpe militar de abril de 1964. Por isso mesmo, foi dirigido um correto esforço posterior em desmistificar essa visão regional, mostrando que as demandas dos trabalhadores rurais nordestinos passavam longe de uma revolução comunista ou coisa similar, sendo suas preocupações muito mais imediatas - ora, muitos deles já estavam satisfeitos com a promulgação das leis trabalhistas rurais, em 1962, que garantiam uma segurança mínima,

mas não mudavam profundamente os regimes de propriedade. Mostrou-se, assim, o uso político, por parte de setores conservadores, do grande medo do comunismo que tomou conta do Ocidente nesses anos de Guerra Fria.

Assim sendo, pode parecer estranho que, à época, mentes mais progressistas também acreditassem que a região poderia ser berço de uma revolta popular desordenada e caótica que precisava ser evitada; mas é exatamente isso que acontecia. A imagética do Nordeste explosivo não se circunscrevia somente às cabeças conservadoras do país - durante este trabalho, vimos muitas vozes mais à esquerda repetindo essa mesma ideia, como forma de justificar a necessidade de novas medidas socioeconômicas para a região. Fica claro que essa retórica, antes de ter sido usada para o fim trágico em 1964, também era utilizada como meio desses indivíduos ganharem mais espaço para suas reivindicações, o que resultou em conquistas materiais importantes. Não se trata aqui de definir se quem se utilizava deste discurso realmente acreditava no que estava dizendo - a realidade material nordestina, de fato, poderia transparecer, de acordo com a mentalidade da época, que algo turbulento estava por vir, e não podemos simplesmente julgar com os olhos de hoje. A questão é que admitir que esse discurso trouxe coisas boas pode ser bastante difícil, mas na verdade revela o quão nossa sociedade está enfraquecida em questão de meios de luta social. Ora, será que só é possível conseguir resultados proveitosos por meio da utilização do medo? Só é assim que podemos mudar algo? Os desenvolvimentistas souberam se aproveitar desse contexto para levar à frente mudanças necessárias para o país - há de se dizer, então, que eles estavam errados em fazer isso? Idealmente, claro, não deveríamos precisar disso para liderar uma luta social que tenha chances de conquistas. Mas será que nossa sociedade é tão hermética a ponto de este ser um dos poucos jeitos eficazes de fazê-lo?

Há ainda um outro questionamento sem resposta definitiva. O Nordeste enquanto espaço reivindicável só foi possível pela existência de um “discurso unificador” que tratava a região como uma coisa só. Por mais que o dualismo Nordeste das secas x Nordeste da cana fosse utilizado nas análises científicas, e por mais que os estudos e planos das instituições econômicas, como BNB e Sudene, levassem em conta as especificidades de cada estado; no fundo, estava presente um ideal aglutinador que dava legitimidade para justificar uma política específica para toda a região. O esvaziamento desse ideal, nas décadas seguintes, minou não só o poder de manobra em relação ao governo federal, mas também a própria Sudene, já que, a partir de certo ponto, os governadores passaram a ter canal aberto com o Executivo federal, sem precisar se utilizar da autarquia como intermediário. Ora, a Superintendência foi criada de

acordo com esse ideal, onde se deveriam discutir os problemas cuja solução alavancasse o progresso regional como um todo, mesmo que se localizassem em um estado ou outro.

É aí que entra um dilema essencial que necessita de maior discussão. Ao mesmo tempo que esse “Nordeste único” tenha servido para engajar lutas por um futuro melhor, também serviu (e ainda serve) como fonte de preconceito e manutenção de um certo *status quo* entre as regiões do país. Mesmo que essa homogeneização tenha perdido sua profundidade político-reivindicatória, e ainda sobreviva enquanto um paradigma cultural-artístico (como prova a existência de ideias como “cultura nordestina”, “arte nordestina”, etc.), parece ainda ser muito mais forte dentro desse espectro estereotipado e, por vezes, xenofóbico. A questão é: para empreender uma luta coletiva para o melhoramento das condições de vida do povo nordestino, é necessária essa “unificação”? Em outras palavras, onde fica a fronteira entre a unificação com “boas intenções” e a com “más intenções”? O preconceito contra o nordestino ainda existe, mas não vejo como solução para isso o simples “esquecimento” de qualquer ideal coletivo regional – é como dizer que, para acabar com o racismo, basta não tocar neste assunto. Ao mesmo tempo, essa reivindicação de base regional foi perdendo espaço para outras, de tipo classista e identitário – que estão bastante corretas, vale ressaltar. Disso vem outra pergunta: o engajamento progressista deve incorporar esse fundo geográfico, ou lhe basta esses outros aspectos? Se deve, há de se procurar um jogo equilibrado entre a luta coletiva e a consciência das especificidades de cada espaço – e, para isso, os desenvolvimentistas apontaram um caminho.

Por fim, acredito que a experiência desenvolvimentista não tenha acabado por completo. Enquanto o país ainda estiver mergulhado em desigualdades - sociais, regionais, o que seja -, esse fenômeno continuará agindo no palco brasileiro, adaptando-se e aglutinando novas variáveis, mas ainda com aquele fundo mistificador. Prova disso é o autointitulado “novo-desenvolvimentismo”, do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que preza por uma industrialização voltada para exportação de manufaturados, a exemplo do modelo coreano. Essa retomada dos valores desenvolvimentistas apenas mostra o quanto nosso país não andou o suficiente para sanar seus problemas mais urgentes. Mesmo nos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando houve um importante salto no combate à desigualdade, a redistribuição de renda não atingiu o topo da pirâmide, e as estruturas que os antigos desenvolvimentistas tanto rechaçavam, continuaram atuantes no Brasil. Terá a política conciliatória um fim ou ressurgirá de novo, mudando as coisas para que elas permaneçam as mesmas? O desenvolvimentismo atuará nesse contexto como um contraponto ou como uma vertente totalmente inserida nessa retórica? Mais uma vez, deixo um trabalho com mais

perguntas do que respostas, mas só assim que continuaremos o girando as rodas nesse árduo caminho da construção da ciência e do saber, para mudarmos as coisas, quando possível, para melhor.

Em 24 de fevereiro de 1964, Furtado chegava ao prédio da Sudene, no centro do Recife, para mais uma reunião do Conselho Deliberativo. O edifício era dividido com outras instituições, o que se provaria fonte de problemas naquele dia: funcionários do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) organizaram um protesto, em frente ao local, com o objetivo de impedir a nomeação de Nicanor Leite como diretor do órgão, acusando-o de ser “reacionário” e outros “chavões comunistas”, de acordo com reportagem do *Diario* (*Diario de Pernambuco*, 25 de fevereiro de 1964, p. 3). Furtado teria, pessoalmente, negociado a entrada de membros do Conselho Deliberativo com os manifestantes, o que foi alvo de crítica também do *Diario*, que clamou que o superintendente tivesse chamado o exército para conter a manifestação (*ibidem*, p. 4).

Houve, porém, relatos de funcionários da Sudene que teriam se juntado à manifestação, mas pra protestar contra as regulamentações dos artigos 18 a 23 do II Plano Diretor, que eram dedicados às políticas de incentivos fiscais. A necessidade das empresas terem capital 100% nacional já havia sido descartada com a exclusão do artigo 34, e o assunto ainda gerava debates e engajava diferentes grupos dentro deste redemoinho. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) chegaram a mandar telegramas à Sudene, apontando interesse na regulamentação destes assuntos, que seriam tratados na reunião daquele dia (Sudene, 1964a, p. 2). No encontro, Miguel Arraes chamou a atenção para a necessidade de se proibir que os capitais que fossem adquiridos pelas empresas estrangeiras por meio de incentivos fiscais, no Nordeste, fossem remetidos para o exterior, com o que concordou Furtado, sendo adicionada esta emenda, inclusive de acordo com a recém-aprovada lei da remessa de lucros.

Na reunião seguinte, em 4 de março, Gilberto Freyre citou o protesto ocorrido no mês anterior, criticando a “omissão” da Superintendência em relação ao ocorrido, afirmando que os manifestantes “que não só exerciam o direito democrático de exprimir com veemência suas opiniões ideológicas [...] como assim procediam armados, como todos notavam, de ameaçadores queriz [*sic*] e porretes, potencialmente direcionados às cabeças ou, no mínimo, às

costelas dos membros deste Conselho” (idem, 1964b, p. 7). Furtado respondeu que o protesto, por ser de funcionários do IAPI, não era de responsabilidade da autarquia.

Dali a vinte e sete dias, as coisas desmoronariam. Furtado narra estar tarde da noite em seu gabinete, no dia 31 de março, quando um funcionário lhe disse ter tomado conhecimento, por meio do rádio, de uma sublevação militar em Minas Gerais. Já de madrugada, outro funcionário lhe relatou ter visto militares apontando uma metralhadora para a saída do prédio da Sudene. O superintendente resolve sair dali e ir visitar o governador Miguel Arraes, no Palácio Campo das Princesas, onde todos estavam bastante apreensivos com o que estava para acontecer no país. Já quase ao amanhecer, Furtado parte para sua casa, em Boa Viagem, voltando para o Palácio de manhã, quando este é cercado por tropas do Exército. O economista faz parte do grupo que discute, então, como o governador de Pernambuco poderia agir naquele momento – foi decidido, porém, que não havia muito o que se fazer. Arraes estava deposto.

Voltando à Sudene, Furtado recomenda aos diretores o esvaziamento de suas mesas. Já sabendo que não continuaria à frente da autarquia, segue para Brasília, e depois para o Chile. A 10 de abril, a recém-instalada ditadura militar divulgaria uma lista de mais de 100 brasileiros com direitos políticos cassados. Em vigésimo oitavo no documento, estava Furtado, junto de nomes como Josué de Castro (30), Jesus Soares Pereira (24), Miguel Arraes (4), Leonel Brizola (10) e Darcy Ribeiro (5). A reunião seguinte do Conselho Deliberativo, já em 6 de maio, não faz uma menção sequer a seu nome. Um total (e consciente) esquecimento. Começavam anos sombrios. Entretanto, se tem uma coisa que sobrevive aos desmandos dos donos de poder, é a volta da esperança e o sentimento de mudança que une aqueles que se movem por um mínimo de empatia humana. Que tenhamos o direito de fazer muitas interrogações, e que elas nos movam para contextos mais dignos. Continuaremos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)**. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ABREU, Marcelo de Paiva. **O Processo Econômico**. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964*, volume 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife: da Frente ao Golpe**. Recife: Ed. Universitária, 1993.
- ALBAN, Marcus. **O Novo Enigma Baiano, a Questão Urbana-Regional e a Alternativa de uma Nova Capital**. In: XI Encontro Nacional da ANPUR, 2005, Salvador, **Anais [...]**. Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2005, s/p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Rômulo. Experiência Brasileira de Planejamento, Orientação e Controle da Economia. **Estudos Econômicos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 6-116, jun. 1950.
- _____. **Rômulo Almeida (depoimento; 1988)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV - SERCOM/Petrobrás, 1988.
- _____. *Planejamento Regional*. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 6-11, 2001.
- ANDRADA, Alexandre F. S., BOIANOVSKY, Mauro, CABELLO, Andrea. **O Clube de Economistas e a Revista Econômica Brasileira (1955 - 1962): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil**. In: XLIII Encontro Nacional de Economia, 2016, Niterói. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPEC, 2016.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARNDT, Heinz Wolfgang. **Economic Development: the history of an idea**. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1987.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Relatório para o ano de 1955**. Fortaleza, 1956.

_____. **Relatório para o ano de 1956**. Fortaleza, 1957.

_____. **Relatório para o ano de 1958**. Fortaleza, 1959.

_____. **Relatório para o ano de 1960**. Fortaleza, 1961.

_____. **Relatório para o ano de 1962**. Fortaleza, 1963.

BARBOSA, Arnaldo Parente Leite. **Planejamento Governamental: aspectos teóricos e uma análise das experiências mundial, brasileira e cearense**. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, PUC, Rio de Janeiro.

BARBOSA, Raul. **O Banco do Nordeste do Brasil e o desenvolvimento econômico da região**. Fortaleza: BNB, 1979.

BASTOS, Humberto. **A Economia Brasileira e o Mundo Moderno (ensaio geopolítico sobre a estruturação do capitalismo brasileiro)**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948.

_____. **O Pensamento Industrial no Brasil (introdução à história do capitalismo industrial brasileiro)**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Revista Economia**, Brasília, v.7, n.4, p. 239–275, dez. 2006.

_____. **Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth & FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956 - 1961)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

BIANCHI, Ana Maria. **Albert Hirschman in Latin America: notes on Hirschman's trilogy on economic development**. 9ª Conferência Europeia de História do Pensamento Econômico, Paris, 2004, **Anais [...]**, 2004, s/p.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOSSIO, Horacio García. **Pensamiento y Praxis de Rogelio Frigerio, fundador del proyecto desarrollista en Argentina**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Facultad de Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación, Pontificia Universidad Católica Argentina, Buenos Aires.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRASIL. **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

_____. **Índice dos Anais do Senado, mês de maio de 1959, sessões 22ª a 34ª**. Rio de Janeiro: Diretoria de Publicações, 1959.

BRAZIL - the troubled land. Produção de Helen Jean Rodgers. 1964, 25min., son., p&b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWq4__898mg>. Acessado em 4 de dezembro de 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. **Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Texto para Discussão n. 22, dez. 1992.

CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. A experiência alagoana de planejamento. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 1, n. 6, p. 49-81, jul./dez. 2009.

CABRAL, Renan. **Ideologia, técnica e política em Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleantho de Paiva Leite e Ignácio Rangel**. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951 - 1954)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

CAMPOS, Roberto. **Economia, Planejamento e Nacionalismo**. Rio de Janeiro: Apec Editora S/A, 1963a.

_____. **Ensaio de História Econômica e Sociologia**. Rio de Janeiro: Apec Editora S/A, 1963b.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK - JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTELO, Aline Duarte Moraes; MENESES JÚNIOR, Raimundo Avilton & CASTELO, Samuel Leite. **Planejamento Governamental do Estado do Ceará e a implantação da rede**

estadual de planejamento. **Revista Razão Contábil e Finanças**, Fortaleza, v. 2. n. 1, p. 1-19, 2011.

CASTRO, Josué de. **As condições de vida das classes operárias no Nordeste**. 1935. In: CASTRO, Josué de. *O documentário do Nordeste*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959.

_____. **Geografia da Fome: o dilema brasileira: pão ou aço**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Antares, Achiamé, 1980.

_____. **O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas (discurso na Câmara Federal, 11 de julho de 1956)**, 1956 In: CASTRO, Josué de. *O documentário do Nordeste*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué de & FURTADO, Celso. **Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões**. Observador Econômico e Financeiro, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 278, abril 1959.

CASTRO, Nivaldo José de. **O Economista: a história da profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: COFECON; CORECON-RJ; CORECON/SP, 2001.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre as práticas e as representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

_____. **Autoria e história cultural da ciência**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2016.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. Perspectiva & Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

CONGRESSO DE SALVAÇÃO DO NORDESTE. **Carta de Salvação do Nordeste e Principais Pontos das Resoluções Finais**. Recife, 1955.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (CODENO). **Ata da primeira sessão da segunda reunião ordinário do Conselho Deliberativo do Codeno, em 1º de julho de 1959**. Recife, 1959a.

_____. **Ata da segunda sessão da terceira reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, em 5 de agosto de 1959**. Recife, 1959b.

_____. **Ata da primeira sessão da quarta reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, em 1º de outubro de 1959**. Recife, 1959c.

_____. **Ata da quinta reunião extraordinária do Conselho Deliberativo do Codeno, em 2 de dezembro de 1959**. Recife, 1959d.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo**: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. Textos para Discussão, Campinas, n. 205, p. 1-36, maio 2012.

COSTA LIMA, Marcos. **Nordeste Brasileiro**: tempos modernos? - Ideologia e política da Sudene. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife.

_____. **A Assessoria Econômica no segundo governo Vargas e a construção do Estado brasileiro moderno**. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). *Os boêmios cívicos*: a assessoria econômico-política de Vargas (1951 - 1954). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

CRUZ, Natália dos Reis. O Governo Vargas e o Fascismo: aproximação e repressão. **Boletim do Tempo Presente**, nº 04, p. 1 - 20, agosto de 2013.

DECLARAÇÃO DO I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE - CAMPINA GRANDE (1956). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960.

DECLARAÇÃO DO II ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE - NATAL (1959). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República, 1959.

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920**. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Ed. Unesp: Ed. Boitempo, 1997.

EARP, Fábio Sá & PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Celso Furtado**. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FELDHUES, Paulo Raphael Pires. **A Confederação Nacional da Indústria e o Nordeste brasileiro**: o desenvolvimentismo nas páginas de Desenvolvimento & Conjuntura (1957 - 1964). 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília. ICH. UnB, Brasília.

FIGUEIREDO, Ana Maria Cristina. **Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1945 - 1964)**. São Paulo: HEITEC, 1998.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zaluth & FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

_____. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.

_____. **As Origens e as Vertentes Formadoras do Pensamento Cepalino.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 333-358, jul/dez 2000.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Comércio Exterior - Análise do primeiro semestre de 1947.* **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-17, 1947.

_____. A economia brasileira: perspectivas imediatas. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 12, p. 65-71, 1958.

FURTADO, Celso. **Liberalismo Econômico.** 1938a. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.* Organização: Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

_____. **Correspondência.** 1938b. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.* Organização: Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

_____. **Planificação Social.** 1946. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.* Organização: Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

_____. **De Realidad a Chemins du Monde.** 1947a. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.* Organização: Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

_____. **A luta contra a máquina.** 1947b. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.* Organização: Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

_____. **I Festival Mundial da Juventude Democrática.** 1947c. In: FURTADO, Celso. *Anos de Formação 1938-1948: o jornalismo, o serviço público, a guerra, o doutorado.* Organização: Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Política para o Desenvolvimento, 2014.

_____. **Discurso na cerimônia de instalação da Operação Nordeste.** 1959a. In: FURTADO, Celso. *A saga da Sudene (1958-1964).* Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

_____. **A Operação Nordeste.** 1959b. In: FURTADO, Celso. *Essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. **A Pré-Revolução Brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **A Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **A Fantasia Organizada.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **A Fantasia Desfeita.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A Comissão Econômica para a América Latina.** 1988 In: FURTADO, Celso. *Essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. Entrevista com Celso Furtado. Realizada por Rosa Maria Vieira. **Revista História Oral**, v. 7, p. 21-40, 2004.

_____. **A Formação Econômica do Brasil.** 34ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. **A batalha da Sudene.** In: FURTADO, Celso. *A saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **A Política Brasileira em busca da Modernidade:** na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilian Moriz (org.). *História da Vida Privada: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos:** uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro & HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GORDON, Lincoln. **Abraço versus coexistência: mais comentários.** In: HIRSCHMAN, Albert (org.). *Monetarismo vs. Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Lidador Ltda., 1967.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

GUDIN, Eugênio. **Relatório à CPE.** 1945. In: SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugênio. *A Controvérsia do Planejamento Econômico*. 3ª ed. Brasília: IPCA, 2010.

_____. O Caso das Nações Subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 47-77, 1952.

_____. A Formação do Economista. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 53-70, 1956.

HIRSCHMAN, Albert O. **A Economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento Geral do Brasil [1º de setembro de 1940]**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

_____. **Brasil: Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro, 1956.

_____. **Brasil: Censo Demográfico de 1960**. Rio de Janeiro, 1965.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek (Campina Grande no encerramento do I Encontro)**. 1956. In: DECLARAÇÃO DO I ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE - CAMPINA GRANDE (1956). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1957**. Rio de Janeiro, 1957.

_____. **Discurso proferido no Seminário de Garanhuns**, 1959a. In: Revista Tendência, Janeiro/Fevereiro de 1980.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1959**. Rio de Janeiro, 1959b.

LAMBERT, Jacques. **Obstáculos ao Desenvolvimento decorrentes da formação de uma sociedade dualista**. 1960. In: DURAND, José Carlos Garcia (org.). *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LEBRET, Louis-Joseph. **Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. 2ª ed. Recife: Condepe, 1974.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOPES, Lucas. **Memórias do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.

LOVE, Joseph L. **Ideias e Ideologias Econômicas na América Latina c. 1930 - c. 1990**. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e Elites Dirigentes no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 20, p. 47-68, 1992.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Desenvolvimento & Conjuntura, 1961.

MALTA, Maria Mello de. CASTELO BRANCO, Rodrigo. ROCHA, Marco Antônio da. BORJA, Bruno Nogueira F. e BIELSCHOWSKY, Pablo. **A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**. Anpec, 2009.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. São Paulo: Poli/Vozes, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **La Crisis del Desarrollismo**. Arquivo Ruy Mauro Marini, 1994.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e Subdesenvolvimento: o caso do Recife**. Recife: Editora Universitária, 1978.

MENDES, Cândido. **Nacionalismo e desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Educam, 2005.

MENDES, Flávio da Silva. No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da Sudene. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 283-311, 2017.

MISES, Ludwig von. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica Ltda., 1977.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Os anos JK**: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Nacionalismos e reforma agrária dos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

MOTA, Fernando de Oliveira. Elogio de Pereira da Costa. **Revista Nordeste**, v. 7, n. 1, jan./fev. 1952.

_____. **Manual do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Mudar sem deformar**. Recife: Divisão de Documentação da Sudene, 1966.

MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, Populismo e Comunistas**: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo de Muniz Falcão (1956-1961). 2017. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Iseb, 1960.

_____. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 21, n.º 40, 2001.

NURKSE, Ragnar. As Dimensões do Mercado e o Incentivo à Inversão. **Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 4, p. 11-45, 1951.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Entrevista com Francisco de Oliveira (1/7) - Trajetória**. Produção do Procondel. 2013, 19min., son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=el-OPFkcXjU>>. Acessado em 4 de dezembro de 2018.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul**: um novo Nordeste. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Econômico para o ano de 1948**. Nova York: ONU, 1949.

PEREIRA, Jesus Soares. **O Homem e sua Ficha:** depoimento e reflexões acerca de problemas brasileiros atuais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

PERROUX, François. **A Economia do Século XX.** Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade.** Rio de Janeiro: Ed. Universitária, 1963.

PINTO, Aníbal. **Notas sobre o estilo de desenvolvimento da América Latina.** 1976. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal.* Volume 2. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2000.

PIRES, Marcelo Raimundo. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

POMPONET, André Silva. 100 anos do DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.º 162, p.58-65, jan./mar. 2009.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos:** narrativas do Recife nas décadas de 1930 e 1950. Recife: Ed. UFPE, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **História e Desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PREBISCH, Raul. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal.* Volume 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RANGEL, Ignácio. **Desenvolvimento e Projeto.** 1956. In: RANGEL, Ignácio. *Obras Reunidas.* Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.

_____. **Dualidade Básica da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Iseb, 1957a.

_____. **Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957b.

_____. **A Inflação Brasileira.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos:** Histórias da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIBEIRO, Rafael Porto. **A Faculdade que forja memórias: o papel da Escola Politécnica da Paraíba na formação de uma memória de Campina Grande (1952-1958)**. Anais do I Encontro Nacional de História Política, Fortaleza, 2016.

RIST, Gilbert. **The History of Development: from Western Origins to Global Faith**. Londres: Zed Books, 2008.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul. Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. **The Economic Journal**, Londres, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, jun./set. 1943.

_____. **Notes on the Theory of the “Big-Push”**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1957.

ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. 2ª ed. Recife: Cepe, 2016.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das Ideias Políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

SANTIAGO, Ricardo Luiz de Lyra. **Visões do Capitalismo: conflito e transformação no campo intelectual das teorias da dependência**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPE, Recife.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes de. **Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital**. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan./jun. 2008.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA FILHO, Leônides Alves da. **Sudene 50 anos: uma abordagem política, institucional e administrativa**. Recife: Comunigraf, 2009.

SIMONSEN, Roberto. **Parecer ao CNPIC**. 1944. In: SIMONSEN, Roberto & GUDIN, Eugênio. *A Controvérsia do Planejamento Econômico*. 3ª ed. Brasília: IPCA, 2010.

SIMONSEN, Mário Henrique. O Ensino de Economia em nível de Pós-Graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 19-30, 1966.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

_____. **O Processo Econômico**. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. **As Elites Culturais**. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SOUZA, Amilton Justo de. **A censura política da Divisão de Censura de Diversões Públicas à música de protesto no Brasil (1969-1974)**. XXV Simpósio Nacional de História - ANPUH. Fortaleza, 2009, *Anais [...]*, 2009, s/p.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Ata da primeira sessão da segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 6 de abril de 1960**. Recife, 1960a.

_____. **Ata da primeira sessão da terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 4 de maio de 1960**. Recife, 1960b.

_____. **Ata da segunda sessão da terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 5 de maio de 1960**. Recife, 1960c.

_____. **Ata da quinta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 1º de julho de 1960**. Recife, 1960d.

_____. **Ata da nona reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 4 de novembro de 1960**. Recife, 1960e.

_____. **Ata da décima segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 4 de maio de 1961**. Recife, 1961a.

_____. **Ata da segunda reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 10 de maio de 1961**. Recife, 1961b.

_____. **Ata da terceira reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 15 de setembro de 1961**. Recife, 1961c.

_____. **Ata da décima sétima reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 4 de outubro de 1961**. Recife, 1961d.

_____. **Ata da vigésima terceira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 4 de abril de 1962**. Recife, 1962a.

_____. **Ata da vigésima oitava reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 15 de setembro de 1962**. Recife, 1962b.

_____. **Ata da quadragésima quinta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 14 de fevereiro de 1964**. Recife, 1964a.

_____. **Ata da quadragésima sexta reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, em 4 de março de 1964.** Recife, 1964b.

_____. **I Plano Diretor De Desenvolvimento Econômico E Social Do Nordeste (1961-1963).** Recife: Sudene - Divisão de Documentação, 1966a.

_____. **II Plano Diretor De Desenvolvimento Econômico E Social Do Nordeste (1963-1965).** Recife: Sudene - Divisão de Documentação, 1966b.

TÁVORA, Dom José. A Igreja e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. **Síntese Política, Econômica e Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 34-39, 1960.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB - fábrica de ideologias.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados Estatísticos:** eleições federal, estadual e municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1950.

_____. **Dados Estatísticos:** eleições federais, estaduais e municipais realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955, e em confronto com anteriores. v. 3, parte 1. Rio de Janeiro: 1958.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem do Chefe do Governo Provisório, lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de Novembro de 1933.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

_____. **Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1937 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

_____. **Mensagem ao Congresso Nacional apresentada pelo Presidente da República por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila. **O BNDE e a industrialização brasileira (1952-1961).** 1981. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VINER, Jacob. A Teoria Clássica do Comércio Internacional e os Problemas Atuais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1951.

APÊNDICE A - POSFÁCIO: As areias da história

Sinto que o trabalho não estaria completo se não falássemos do nosso contexto atual, levando em conta os eventos recentíssimos que acometeram a vida política do país. Levantamos um questionamento: há a possibilidade de voltarmos a ver um Nordeste explosivo?

A eleição do político de extrema-direita Jair Bolsonaro, ocorrida em 2018, levanta uma série de questões sobre o futuro da nação. Encaixa-se em um movimento global que se autodenomina *antiestablishment*, mas que, pelo contrário, procura o reforço de um sistema de exploração que existe há muito tempo. As táticas repetem-se nos mais variados países, destacando-se as estratégias em relação aos fluxos de informação: o espalhamento de notícias e informações falsas, como forma de desorientar o cidadão, assim como o uso do *firehose*, ou seja, a fabricação de boatos, tidos, geralmente, como declarações de membros da equipe de campanha, que ganham repercussão negativa suficiente na sociedade para que o candidato em si venha negá-los logo depois. Por mais que, à primeira vista, pareça um sinal de fraqueza da equipe, essa tática tem como objetivo deslegitimar os meios de comunicação e tornar o futuro presidente, em sua figura pessoal, como única fonte de informação confiável.

No caso brasileiro, todas essas táticas estiveram presentes nas eleições, e muito provavelmente continuarão durante o governo bolsonarista. Sua eleição teve aspectos mais moralistas do que realmente de propostas socioeconômicas. Sua campanha foi pintada como uma grande “cruzada” pela “retomada moral” do país, voltada, majoritariamente, para um pretenso combate à corrupção – relembrando, um pouco, os casos de Jânio Quadros e Fernando Collor de Melo. Essa bandeira ganhou espaço considerável em boa parte da sociedade, que partilha de um senso comum que rechaça a participação direta na política, considerando-a um espaço sujo e caracterizado como simples conchavos e favorecimentos pessoais – portanto, e por mais paradoxal que seja, o engajamento político em torno da candidatura de Bolsonaro foi altamente alimentado por um sentimento “antipolítica”. No mais, o combate à corrupção é uma bandeira aparentemente neutra e que agrada aqueles que acham que ideologias políticas mais atrapalham o “progresso” do que fazem parte do movimento democrático cotidiano.

Contudo, achar que todos os problemas do país recaem sobre corrupção é ignorar o fato de que existem estruturas de poder altamente herméticas e ideologias e grupos sociais que pregam, mesmo que implicitamente e com alguns ardeios eufemísticos, uma maior concentração de renda por meio da “diminuição do Estado”, que significa, na verdade, uma diminuição daqueles que podem se beneficiar dele. Disfarçadas de combate moral à ilegalidade,

essas ideologias – daremos nomes aos bois: liberalismo e afins - ganham espaço entre aqueles que acham que a má situação estrutural brasileira é culpa, exclusivamente, de capital desviado para o bolso de terceiros. De fato, é uma ideia extremamente sedutora, mas altamente perigosa.

Em comparação com o período estudado no trabalho, um estranhamento emerge. Apesar da recessão econômica dos últimos anos, com aumento considerável do desemprego, não se viu a volta de um “imperativo do desenvolvimento” nos meios sociais de maneira geral. Ou seja, ao contrário dos anos 1950 e 1960, não foi o desenvolvimento a saída messiânica encontrada para solucionar os problemas econômicos nacionais, mas sim a “cruzada moral” citada anteriormente. Contudo, o desenvolvimentismo esteve presente: na campanha de Ciro Gomes, adepto ao autodenominado “novo-desenvolvimentismo”, do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que preza por uma industrialização voltada para exportação (e não para o mercado interno), e que, em seu discurso, lembrou bastante a oposição ao liberalismo posta pelo desenvolvimentismo dos anos 1950, mesmo que, na prática, não fosse bem assim; e na de Fernando Haddad, embora tenha sido bastante ambígua a política econômica que o Partido dos Trabalhadores (PT) levaria a cabo caso eleito, tendo o candidato dado pistas de que poderia, como a ex-presidente Dilma Rousseff, acabar nomeando um liberal para o Ministério da Fazenda. Entretanto, não esteve no desenvolvimentismo a força dessas respectivas campanhas: Gomes se saiu como uma “terceira alternativa” no 1º turno, enquanto a força de Haddad esteve na retomada dos “anos dourados” do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Sem contar, em ambos, os casos dos eleitores que neles votaram simplesmente para evitar uma vitória da extrema-direita.

As razões para essa diferença em relação aos anos 1950 podem ser muitas. Uma das mais fortes, a meu ver, encaixa-se na campanha empreendida contra o governo de Rousseff, que culminou no seu impeachment em 2016. A culpa da crise econômica foi amplamente jogada para o governo – o que só é parcialmente verdade –, abrindo espaço para medidas liberalizantes já no governo de Michel Temer (2016-2018), e que prometem ser radicalizadas no recém-eleito governo de Bolsonaro. Tendo o liberalismo sido a alternativa ventilada para a saída da crise, não poderia ser o desenvolvimento um de seus correlatos: a ideologia liberal preza muito mais por uma pretensa “estabilidade”, por “arrumar a casa” (como foi justificado muitas vezes) e “equilibrar” as contas estatais por meio de cortes orçamentários e esfriamento das políticas públicas de maneira geral, a fim de se retomar os trilhos do “crescimento” (e não do desenvolvimento, note-se bem). É ainda verdade que, em momentos de crise como a nossa, as elites empresariais tentam se aproveitar para aumentar seus ganhos sobre a classe trabalhadora, o que já aconteceu por meio da reforma trabalhista e promete se radicalizar com a adoção de

uma carteira de trabalho “verde-e-amarela”, prometida por Bolsonaro, que permitiria o patrão ficar desobrigado de pagar direitos trabalhistas aos empregados. A justificativa utilizada é que, quanto mais direitos o trabalhador tem, menos emprego ele terá. Nada mais do que uma farsa que se monta nos palcos brasileiros.

Em meio a isso, tem o desenvolvimento a chance de se tornar, de novo, um imperativo? Talvez. É bem verdade que, assim como nos anos 1960, parte da “culpa” pela situação que nos encontramos é a de se ter, mais uma vez, confiado na burguesia brasileira como motor de um desenvolvimento inclusivo. Os governos petistas não se afastaram totalmente do liberalismo e trouxeram para junto de si esses grupos, que depois acabaram por virar-lhes as costas em troca de ganhos a curto prazo. Mesmo assim, e tirando a hipótese do “progresso econômico” ser usado como ferramenta propagandística pelo futuro governo ou mesmo que o desenvolvimentismo em sua vertente autoritária seja reavivado por Bolsonaro¹¹⁴, o desenvolvimentismo-nacionalista pode voltar na esteira das medidas ultraliberais prometidas pelo candidato eleito e seu economista, Paulo Guedes, as quais poderão desestruturar a economia brasileira a longo prazo. Ora, historicamente, o desenvolvimentismo tem surgido em momentos de ápice do liberalismo, apresentando-se como alternativa viável. Se vermos a volta de uma alta inflação, juntamente com uma maior precarização da situação trabalhista e aumento das desigualdades, há a possibilidade de uma volta do desenvolvimentismo como caminho para situação do país. Os custos humanos disso, porém, são incalculáveis no momento – mas não serão poucos.

Ademais, podemos estar observando um momento de virada excepcional dentro da Economia. Com muita generalização, François Perroux costumava dizer que só existia uma ideologia econômica: a do pleno emprego. De certo modo, ele estava certo, pois dentre os mais diferentes espectros políticos, a defesa de um modelo que garantisse a menor taxa de inatividade possível estava presente em quase todos, diferindo os meios para se chegar a tal situação. Entretanto, a tendência norte-americana dos últimos anos tem apontado para uma possível mudança dessa perspectiva: ao lado de um aumento do PIB e de uma diminuição considerável do desemprego, a população estadunidense tem visto, na verdade, uma diminuição relativa dos salários e um aumento da pobreza. Não estão sendo resolvidos problemas de moradia, potencializados com a crise de 2008, e muitos menos de acesso à saúde e educação, como

¹¹⁴ Está bem claro que o casamento de Bolsonaro com o liberalismo foi uma oportunidade visando a eleição presidencial. Durante sua vida, ele defendeu muito mais visões econômicas próximas da ditadura militar, em seu desenvolvimentismo autoritário, e era bastante simpático a movimentos ao redor do mundo que visassem um desenvolvimento levado a cabo pelo Estado.

mostram dados recentes¹¹⁵. Há o melancólico fenômeno de filhos indo morar de volta com os pais, concomitante ao aumento de sem-tetos. O acesso restrito a meios de especialização profissional, como universidades (todas são pagas), tem feito com que muitos cidadãos, em sua maioria jovens, fiquem presos em cargos de baixa qualificação que pagam cada vez menos em relação ao suficiente para um sustento confortável. A inexistência de um sistema gratuito e universal de saúde apenas agrava esse aspecto, assim como a fraqueza dos sindicatos faz com que a classe trabalhadora não tenha mobilização reivindicatória suficiente para exigir pagamentos mais dignos – a “negociação” individual entre patrão e empregado quase nunca funciona, ao contrário do que muitos pensam.

Na esteira da insatisfação com a administração de Donald Trump, as eleições *midterm* de 2018 demonstraram o crescimento de um setor específico do Partido Democrata, os autodenominados socialistas-democráticos – movimento cada vez mais crescente liderado por figuras como Bernie Sanders. Defendem sistemas de educação e saúde universais e gratuitos, assim como estão mais ligados a movimentos identitários e com ideias de política externa bastante inovadoras, levando-se em conta que estamos falando dos Estados Unidos.

No Brasil, porém, não há indicativo de que esta volta à esquerda poderá se realizar tão cedo. Há a possibilidade – a meu ver, não tão remota – de que, uma vez decepcionada com o governo Bolsonaro, uma boa parcela da população deseje, na verdade, uma guinada ainda mais à direita, em uma espécie de catarse total e absoluta da cruzada moral iniciada na eleição, o “tudo ou nada”. Ora, a violência enquanto meio de “purificação”, assim como toda essa questão moral, são características essenciais do fascismo. Esses aspectos são alimentados pela nossa cultura política autoritária que insiste em sobreviver ao passar das décadas e que urge muitos cidadãos a se abrigarem em soluções que parecem fáceis, como o uso da força, mas que apenas agravam os problemas.

Para combater este movimento retrógrado, Celso Furtado já dava um caminho desde os anos 1940. A onda conservadora atual se move por meio da desinformação – nada mais justo para combatê-la, pois, do que, entre outras coisas, uma defesa categórica da ciência e do método científico enquanto meios de se chegar a análises cada vez mais corretas da realidade, sempre com consciência, claro, dos limites da ciência. Essa defesa inclui, especialmente, as ciências humanas, dentre as quais a História tem caráter excepcional. É fato que um dos principais campos de disputa política dos próximos anos será o passado – ou melhor, as interpretações

¹¹⁵ Ver “*Americans Want to Believe Jobs Are the Solution to Poverty. They’re Not.*” <<https://www.nytimes.com/2018/09/11/magazine/americans-jobs-poverty-homeless.html>>. Acessado em 21 de novembro de 2018.

sobre o passado. A relativização dos horrores cometidos durante a ditadura militar, somados à exaltação e saudosismo desses tempos, foram um dos motes da campanha bolsonarista. Para combater isso, é necessário demonstrar como a ciência histórica encontra verdades, usando documentos e levantando hipóteses plausíveis a partir de *fatos*, não sendo tudo uma “doutrinação esquerdista”, como advogam as mentes paranoicas de alguns. É na construção coletiva deste conhecimento e das verdades que ainda persistirão que se deitará a resistência, e não no relativismo total que vê tudo como “opiniões” e torna o mundo material cada vez mais individualista e nebuloso.

Até lá, terá o Nordeste adquirido algo de “bomba-relógio”? Difícil dizer. Nas eleições, foi a única região que votou em peso contra o político eleito, e provavelmente receberá atenção especial deste, uma vez empossado – o teor dessa “atenção”, porém, ainda está para ser descoberto. Vale ressaltar, contudo, que, se as secas nordestinas não causam mais a tragédia humana vista setenta anos atrás - e acabamos de sair de uma forte estiagem, vale ressaltar -, foi menos por causa de políticas empreendidas pela Sudene ou pelo governo federal do que pela instalação do Bolsa-Família e outras políticas assistencialistas durante o governo Lula. A desestruturação dessas ações redistributivas tem o potencial de desencadear um ciclo vicioso de pobreza dentro do interior nordestino que pode resultar na volta de problemas tidos como extintos: grandes migrações, aumento vertiginoso da violência nos centros urbanos, etc. Somado a uma possível criminalização de movimentos como os do Sem-Terra (MTST), há a possibilidade de criação de um contexto que lembre, mesmo que remotamente, os anos 1950. Se será o centro de uma nova onda desenvolvimentista, aí serão outros quinhentos.

Vale ressaltar também que, ao contrário de setenta anos atrás, quando a visão de que alguma convulsão popular poderia realmente acontecer no país era partilhada por vários espectros políticos; hoje, apenas os setores mais conservadores da sociedade utilizaram-se de uma retórica nesse sentido para pôr à frente suas demandas. O medo do comunismo, algo que se achava perdido junto com a Guerra Fria, parece estar reavivado em boa parte da população brasileira. Em vez de uma “cubanização”, foi apontada uma “venezualização”, como se os governos petistas nos estivessem levando para o ponto crítico em que se encontram nossos vizinhos – não seria, pois, uma ruptura política de baixo para cima, mas sim de cima para baixo.

Disto parte um aspecto primordial: nos anos 1950 e 1960, a saída autoritária – o golpe de 1964 – não foi a primeira opção a ser posta quando esse medo surgiu. De fato, durante muito tempo, o desenvolvimentismo foi alimentado por esse medo e pintado como uma saída moderada e pacífica. Sua decadência – provocada, em alguns pontos, pelas resistências encontradas – abriu caminho para o autoritarismo e suas demais consequências já sabidas (ou

que deveriam ser sabidas, pelo menos). Atualmente, porém, é como se tivéssemos pulado quaisquer planos moderados e já partíssemos para o autoritário. A meu ver, isso se deve pela *fabricação* desse medo, que não se cola em uma base material sólida, já que, na realidade, não há nenhum indício de que estaríamos virando uma Venezuela, de que o PT estaria planejando alguma espécie de golpe de Estado ou coisa parecida, ou que movimentos sociais estivessem preparados para pegar em armas. Apenas os mais paranoicos e desinformados realmente acreditam que o PT seria um partido comunista disfarçado, para dizer o mínimo. Ou seja, o movimento foi orquestrado e dirigido por esses grupos conservadores como maneira de impor medo à população – e, como se sabe, pessoas com medo tendem a obedecer mais às ordens. Não há indícios reais que imponham a impressão, mesmo que mínima, de alguma convulsão no porvir, e os cidadãos fora desse círculo de informações fabricadas tendem a não ser atingidos por isso. Se esses indícios se tornarem realidade no futuro, é provável que venhamos a ver o crescimento de uma vertente mais progressista que trate estes temas com um viés desenvolvimentista.

Claro que são todas projeções. As mudanças aqui apontadas talvez não aconteçam dessas maneiras. Mesmo assim, o momento vivido no presente age como uma força que nos joga a necessidade do posicionamento – se nada se cumprir, que sirva como “retrato” de uma época. Daqui há alguns anos, espero revisitar essas páginas com um olhar mais otimista e, quem sabe, de estranhamento de como enxerguei as possibilidades no futuro. No mais, sabemos que tais mudanças não acontecerão do dia para a noite – serão absorvidas dentro do cotidiano de tal modo que muitos não perceberão seu acontecimento e a excepcionalidade de estarmos vendo um crescimento autoritário dentro de uma democracia apenas contribui para isso. As medidas prometidas por Bolsonaro, na verdade, podem até fomentar um crescimento econômico a curto prazo, que providencialmente será utilizado pelo governo como instrumento de propaganda e só disfarçará mais ainda as mudanças que acontecem. Até lá, continuaremos sendo, ao menos, uma possibilidade, mesmo que não cumprida.